

Trabalho na Capital

Sadi Dal Rosso (organizador)



2011

Trabalho na Capital

Organização

Sadi Dal Rosso

Coleção Trabalho

Vol. 1 – Condições de Trabalho no Limiar do Século XXI. 2008, Brasília: Epocca Editorial

Vol. 2 – Trabalho na Capital, 2011

Conselho Editorial – Coleção Trabalho, Vol. 2 – Trabalho na Capital

Aldo Paviani

Brasilmar Ferreira Nunes

Maria de Lourdes Mollo

Capa

Wagner Ramirez – Gráfica e Editora Brasil Ltda

Ficha Catalográfica

Dal Rosso, Sadi (org)

Trabalho na Capital / Sadi Dal Rosso et alii – Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011.

ISBN: 978-85-88356-09-2

204p.

1. Ciências sociais. 2. Trabalho. 2. Emprego. 4. Desemprego. 5. Desenvolvimento. 6. Desigualdade. 7. Crise. 8. Processo de trabalho. I. Sadi Dal Rosso. II Título.

CDU 306

Esta edição contou com o apoio do CNPq por meio de Bolsa de Produtividade em Pesquisa (2008-2010) para o organizador da obra.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
I Parte - DESENVOLVIMENTO E EMPREGO.....	10
1. O fosso econômico e social entre o rico quadrilátero e seu entorno empobrecido: A industrialização é uma solução - Júlio Miragaya.....	10
2. Estrutura e Dinâmica do Mercado de Trabalho do Distrito Federal - Marcelo Lopes de Souza, Rosane de Almeida Maia, Tiago Oliveira.....	35
3. Políticas de Emprego, Trabalho e Renda – M T E – Adriana Maria Giubertti	46
II Parte - TRABALHO E DESIGUALDADES.....	63
4. Questão Racial, Mundo de Trabalho e o Início da Discussão Sobre Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil-Sales Augusto dos Santos.	63
5. Impactos diferenciados da crise econômico-financeira para trabalhadoras e trabalhadores - Berlindes Astrid Küchemann	85
III Parte - CRISE E TRABALHO.....	96
6. Crise internacional e perspectivas do trabalho - Marcio Pochmann	96
7. Crise Socioeconômica e processo de trabalho. À busca de uma relação teórica - Sadi Dal Rosso, Fábio M. Bueno, Aldo A. de Azevedo, Erlando da S. Rêses, Perci C. de Souza, Zilda V. de S. Pfeilsticker, Isabel P. do Rego, Roberto H. S. Gonzalez, Robson S. C. Silva, Tiago Oliveira, Thiago Carneiro, Izabel C. I. Parente, Samuel Martins, Thamires Castelar, Natalia A. C. O. Silveira, Ariel M. C. Azevedo, Samuel N. Costa	107
8. Crise e trabalho no Distrito Federal – Sadi Dal Rosso, Fábio Marvulle Bueno, Aldo Antonio de Azevedo, Erlando da Silva Rêses, Perci Coelho de Souza, Zilda Vieira de S. Pfeilsticker, Isabel Pojo do Rego, Roberto Henrique S. Gonzalez, Robson Santos C. Silva, Tiago Oliveira, Thiago Carneiro, Izabel Cavalcanti I. Parente, Samuel Martins, Thamires Castelar, Natalia Alves C. O. Silveira, Ariel Martins C. Azevedo, Samuel Nogueira Costa	124
IV Parte - ESTUDOS SOBRE TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL	150
9. A Relação Trabalho e Educação na Produção Acadêmica da Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília - Olgamir Francisco de Carvalho e Luzia Costa de Sousa	150
10. A Investigação do Tema Trabalho e Suas Múltiplas Dimensões nas Dissertações e Teses em Psicologia da Universidade de Brasília: Traços de Duas Décadas de Produção Científica - Mário César Ferreira, Amanda Cavalcanti, Karla Lopo Paiva.....	163
11. A Capital e o Trabalho - As produções do Departamento de Serviço Social da UnB sobre o Mundo do Trabalho no Distrito Federal - Talita Santos de Oliveira e Sílvia Cristina Yannoulas.....	183
Manifesto do seminário ‘trabalho na capital – presente e futuro’.....	202
Sobre os autores	203

TRABALHO, DESENVOLVIMENTO, DESIGUALDADES, CRISE E PESQUISA.

O título deste livro, *Trabalho na Capital*, não oculta ironias. Apenas descreve sucintamente seu conteúdo principal, o trabalho.

O livro é palco de debate para a questão do desenvolvimento de uma região metropolitana estruturada como cidade de serviços. Cidades administrativas em geral organizam seu desenvolvimento com base em atividades terciárias. Desta forma polarizam com cidades industriais, pólos de exportação e centros financeiros. Às questões da centralidade dos serviços ou da indústria na definição do futuro da Região Metropolitana do Distrito Federal, acresce um terceiro tema, o controle sobre a terra. Dominada pela especulação imobiliária, a urbanização ocorre desprovida de uma infra-estrutura industrial ou de serviços que gerem empregos e renda. Deve o Distrito Federal e o círculo de cidades que o cercam abrir suas portas para a industrialização? Ou deve continuar sua trajetória calcada na estrutura de serviços? Ou expandir regiões urbanas desprovidas de infra-estrutura industrial e de oportunidades de emprego, permitindo o crescimento de uma burguesia imobiliária cujas forças residem no controle das terras e do espaço urbano construído? Um dos anseios que os habitantes do Distrito Federal cultivam é a qualidade do meio ambiente. Daí majoritariamente penderem para o desenvolvimento do Distrito Federal como centro de serviços educacionais, pesquisa, saúde, artes e cultura, esporte, comunicação, serviços de apoio industrial, bancos, finanças, sistemas de informática e de internet, infra-estrutura urbana, construção civil e comércio. Miram-se em Nova Iorque que se converteu de cidade industrial em cidade de serviços, ganhando em qualidade de vida e empregos condição que a posição de centro do império capitalista mundial lhe permitiu. Mas como, Brasília, a capital dos brasileiros, gerará postos de trabalho em qualidade e número suficiente para seus habitantes? Eis o cerne do debate entre *urbs industriae* e *urbs servitii* que ocupa a parte inicial deste livro.

Brasília, o Distrito Federal, os municípios e as cidades que os cercam formando uma unidade socioeconômica e por esta razão agregadamente chamados de Região Metropolitana são resultado de um movimento maior de Marcha para o Oeste ou de interiorização do desenvolvimento que deram origem a grandes cidades como Goiânia e Palmas. A Marcha para o Oeste e para o Norte esgotou-se. Permanecem os problemas. O desenvolvimento alcançado caracteriza-se por altas taxas de desemprego e fortíssima desigualdade de renda. Pelas suas consequências, a base do crescimento precisa ser questionada e redirecionada.

Como toda cidade, Brasília, o Distrito Federal e as cidades próximas respondem a forças internas e externas à (quase)unidade que compõem. Brasília, a capital da república, representa arquitetônica, urbanística e politicamente o ápice do desenvolvimento capitalista brasileiro e sintetiza as contradições do modelo. Ao lado dos palácios, dos prédios administrativos suntuosos, das casas e das mansões, brotam as favelas, os barracos de plástico e de madeira prensada. As regiões urbanas são espaços para mendigos, pedintes, crianças, jovens e adultos sem teto, sem recursos, sem trabalho e sem proteção. A renda média entre as mais altas das grandes cidades brasileiras esconde a pobreza e a distribuição desigualitária típica da sociedade brasileira. Pobres consomem crack e drogas, enquanto administradores públicos e privados cheiram cocaína. Centro urbano moderno, o Distrito Federal é governado por políticos eleitos que representam o rural e o arcaico, o paternalismo e o nepotismo, os negócios realizados com o emprego do erário público, a corrupção nos cargos legislativos, executivos e judiciários. Síntese de contradições, do Brasil rico e miserável, do Nordeste e do Sudeste, Brasília representa a unidade do Brasil desigual.



Brasília é uma cidade cindida. As cidades e as classes sociais separam-se uma das outras por grandes muralhas verdes e por imensos espaços vazios. Desigualdades encontram-se no emprego e desemprego, na remuneração diferenciada entre trabalhadoras e trabalhadores, no preconceito em função da cor da pele, da raça e da etnia. O livro abre espaço para estas questões todas, além de oferecer análise das pesquisas realizadas em torno das questões do trabalho, seus avanços e seus limites.

No momento em que o livro está chegando às mãos do leitor o mundo vive aos solavancos de uma enorme crise inicialmente financeira que se converteu em econômica e atingiu a dimensão social expressa pelo desemprego, pela redução de salários, pela perda de garantias sociais e pelo crescimento da instabilidade. Inicialmente parecia que a grande crise que atingira o epicentro do capitalismo mundial, após fazer estragos gigantescos durante décadas nas periferias e semi-periferias, tinha sido controlada rapidamente, tão forte foi a injeção de bilhões e trilhões de dólares que os governantes das nações afetadas lançaram à labareda para apagar a fogueira. Dois anos após a explosão, os impactos da crise provocada pela desregulamentação neoliberal continuam a fazer vítimas agora no continente europeu e ninguém se atreve a prognosticar que não retorne à periferia ou ao centro do capitalismo mundial. Brasília, o Distrito Federal e as cidades circunvizinhas foram atingidos pelos efeitos da crise na medida da sua estrutura econômica, em que operam além da administração pública, fortes segmentos de empresas nacionais e internacionais e consoante composição de empregos. O Distrito Federal constitui situação favorável para observar impactos da crise sobre a organização do processo de trabalho. Em particular, averiguou-se se as formas contemporâneas de organizar o trabalho poderiam sofrer desgastes com a crise, uma vez que ela expressa a perda da capacidade de acumulação e torna-se imperioso para o sistema capitalista encontrar mecanismos que possam aumentar a produção de valores. O trabalho é o gerador de valor. Reorganizá-lo no sentido de aumentar a produtividade resulta num desses mecanismos de elevação da extração da mais valia e, portanto, numa perspectiva de saída da crise.

As escolas de administração do trabalho consistem na conjugação de princípios, práticas, procedimentos e técnicas que impõem-se como meios mais efetivos para elevar a produtividade. Um determinado modelo teórico de organização do trabalho passa sempre pelo teste da prática, no qual não apenas contam a preeminência dos princípios gerais, como também a capacidade de organizar o trabalho mediante sua aplicação. A resistência dos trabalhadores constitui o principal elemento de disputa sobre as condições de trabalho. Portanto, conseguir a adesão subjetiva dos trabalhadores a um projeto que eleve a produção da mais valia e que exija mais esforço no trabalho consiste na prova de fogo crucial. Desde que consiga se implantar e mostrar-se efetivo, um modelo ganha espaço no mercado mundial e passa a ser chamado por determinada nomenclatura que designa uma escola ou uma forma de organizar o trabalho. Um pequeno número de modelos rege a organização do trabalho em âmbito mundial.

Duas condições regem a longevidade e o ocaso de modelos e escolas de administração do trabalho. Primeiro, quando um modelo se expande para todo o universo de trabalho assalariado, ele perde a vantagem do diferencial de efetividade. Todo e qualquer trabalho torna-se tão efetivo quanto o outro, porquanto realizado sob os mesmos princípios de organização. Não existe mais o efeito do diferencial de competitividade. A partir deste ponto abre-se uma busca por outros modelos, outros princípios e outras práticas mais efetivas. A segunda condição está no fato de que o trabalho resiste consistentemente à intensificação e procura recuperar o terreno perdido por meio de iniciativas



individuais e coletivas. Os modelos, as escolas de gestão do trabalho perdem efetividade perante a luta surda pelo controle das condições de trabalho que os trabalhadores deflagram.

Modelos e escolas de organização do trabalho têm vida marcada, como se conhece da história do campo. Torna-se, pois, questão relevante verificar de que formas a crise afetou o trabalho. Eis o esforço realizado por equipe de pesquisa do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – GEPT - ao analisar resultados empíricos sobre impactos da crise no trabalho no Distrito Federal.

O livro propicia ainda análise sistemática de pesquisas levadas a efeito em vários departamentos acadêmicos da Universidade de Brasília sobre questões diversas do trabalho. Análise e avaliação crítica de pesquisas constituem condição imprescindível para orientar a geração de futuros conhecimentos no campo do trabalho.

Caro leitor, o livro contém debates de questões fundamentais para o futuro de Brasília e do Brasil, uma vez que o desenvolvimento de um não se separa do outro. Está aqui o convite para participar deles!

O livro resulta de iniciativa do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho –GEPT - Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Materializa debates travados durante o Seminário Trabalho na Capital¹, realizado em 25 e 26 de agosto de 2009. Participaram dos debates pesquisadores da UnB, DIEESE, IPEA, CORECON, profissionais da CODEPLAN, TST, Secretaria das Mulheres e representantes de organizações sindicais. Apoiaram o evento a UnB, a Comissão da UnB para os 50 anos de Brasília, o Conselho Regional de Economia, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda e o Ministério do Trabalho e Emprego.

Brasília, 07 de setembro de 2010, comemorando os cinquenta anos de sua fundação.

Sadi Dal Rosso

1 A organização do Seminário esteve a cargo de Raphael Lana Seabra, Perci Coelho de Souza, Zilda Maria Pfeilsicker, Sandra Jacqueline Barbosa, Márcio Henrique de Carvalho, Iraci Lopes e Cristina Tidório O. Seabra. Sadi Dal Rosso coordenou as atividades.



1. ALTERNATIVAS PARA SUPERAR O FOSSO ECONÔMICO E SOCIAL ENTRE O RICO QUADRILÁTERO E SEU ENTORNO EMPOBRECIDO

Júlio Miragaya

O propósito deste artigo é dissecar as causas estruturais do desemprego no Distrito Federal e em sua região metropolitana e contribuir para a identificação de alternativas que minimizem este grave obstáculo ao seu desenvolvimento. Ao completar 50 anos de existência, Brasília, além de Capital da República, tornou-se uma das principais metrópoles do país. Sua região metropolitana, com 3,5 milhões de habitantes em 2009, apresenta a mesma gama de problemas que aflige qualquer outra metrópole brasileira.

Um dos indicadores mais dramáticos é o contingente de desempregados na cidade, que, considerando apenas o Distrito Federal, saltou de 100 mil no início dos anos noventa para os 220 mil em 2009, e, se considerarmos sua região metropolitana, este total sobe para cerca de 320 mil. Esta elevada taxa de desemprego decorre principalmente da estrutura de sua economia e de seu mercado de trabalho, fortemente dependentes do setor público, e da relativa debilidade de seu setor privado.

Esta debilidade é mais marcante no setor industrial. Nas demais regiões metropolitanas brasileiras, ele responde por entre 10 e 20% dos postos de trabalho, enquanto no Distrito Federal este percentual é de apenas 4%, sendo também reduzido em sua periferia metropolitana.

O processo de industrialização das periferias metropolitanas das principais metrópoles do país, que se iniciaram notadamente a partir da década de setenta, proporcionaram uma forte geração de postos de trabalho nestes municípios, conhecidos como cidades-dormitório, o que permitiu não só a redução da pressão sobre os mercados de trabalho das capitais estaduais como aproximou de forma substancial a renda das periferias metropolitanas da observada nos núcleos.

Diferentemente das demais periferias metropolitanas, contudo, a periferia de Brasília¹, parcamente industrializada, é acentuadamente dependente dos empregos gerados na Capital da República, o que não só pressiona o mercado de trabalho do DF como se reflete no verdadeiro abismo entre sua renda média e a do Distrito Federal.

¹ Existem duas definições de região metropolitana de Brasília: uma instituída oficialmente, pela Lei Complementar nº 94 de 19/02/1998, e denominada Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, constituída pelo Distrito Federal e 21 municípios goianos e mineiros. A outra, engloba o Distrito Federal e os municípios que preenchem os critérios selecionados para enquadramento em aglomeração metropolitana, e que são apenas dez (Luziânia, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama, Formosa, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas de Goiás, Alexânia e Padre Bernardo) entre esses 21 municípios. Esta delimitação, não oficial, foi inicialmente apresentada no Seminário "Alternativas de Gestão Territorial para o Aglomerado Urbano de Brasília", realizado em 19 e 20 de novembro de 1997, através do estudo "Delimitação do Espaço Metropolitano de Brasília: estudo preliminar para subsidiar a proposta de criação da Região Metropolitana de Brasília", elaborado por Júlio Miragaya e Luiz Alberto Cordeiro, da CODEPLAN. Em 1999, esta delimitação foi adotada no estudo do IPEA/IBGE/UNICAMP "Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil" assim como no estudo "Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável de Brasília e seu Entorno", realizado em 2008 pelo IBRAE para o SEBRAE/DF.



1 - PERFIL DA ECONOMIA E DO MERCADO DE TRABALHO DO DF

A estrutura econômica do Distrito Federal está quase exclusivamente assentada no setor terciário, responsável por 93,3% do PIB local em 2007. Tal participação decorre, sobretudo, do enorme peso do setor público (administração e serviços públicos), que representou nada menos que 53,8% do PIB, percentual quase quatro vezes superior à média nacional, da ordem de 15%.

Dessa forma, desde a fundação de Brasília, o setor público tem funcionado como segmento propulsor da economia local, responsável pelo grau de dinamismo dos demais segmentos do setor terciário no Distrito Federal, particularmente em função dos elevados salários pagos, para os padrões brasileiros.

Quanto aos demais setores, a construção civil tem tido uma participação decrescente, embora tenha se estabilizado na última década, ao passo que a agropecuária e a indústria de transformação têm participações marginais, muito abaixo da encontrada nas demais unidades da federação.

A exiguidade do território naturalmente concorre para a pequena dimensão da atividade agropecuária no Distrito Federal, notadamente em consequência das pressões urbanas, resultando em um elevado custo da terra para a produção agrícola.

Em relação à atividade industrial, a sua diminuta expressão no Distrito Federal tem raízes na própria concepção da cidade, visto ter sido planejada para desempenhar quase que exclusivamente funções de natureza político-administrativas, como pode ser verificado no próprio edital do concurso nacional para o Plano Piloto da nova capital do Brasil, no qual a Comissão de Planejamento, Construção e Mudança da Capital Federal formulara o seguinte informe aos candidatos em seu item 6º sobre indústria e comércio: “deverá prever-se (para a indústria e comércio) desenvolvimento limitado, em vista do caráter político-administrativo da nova capital”.

Não surpreende, portanto, o pífio desenvolvimento industrial no Distrito Federal, pois durante muitos anos os investimentos industriais foram inclusive desestimulados. Deve-se destacar também as restrições decorrentes dos fatores ambientais, considerando ser o Distrito Federal berço de três grandes bacias hidrográficas brasileiras.

Sustentado, portanto, pelo setor público, o PIB do Distrito Federal totalizou 99,95 bilhões de reais em 2007, correspondente a 3,8% do PIB nacional. A Tabela 01 apresenta a evolução da composição do PIB do Distrito Federal entre 1980 e 2007. Observa-se em 2003 um aumento substancial no peso da administração pública, decorrente de mudanças na metodologia de cálculo do PIB pelo IBGE



TABELA 01: Composição do PIB no Distrito Federal e no Brasil por setor de atividade econômica no período 1980 a 2007 (a custo de fatores) (em %)

ANOS	1980	1985	1990	1995	2003 (1)	2007	2007
	DISTRITO FEDERAL						BRASIL
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
AGROPECUÁRIA, SILVICULT. E PESCA	0,7	1,0	0,5	0,4	0,5	0,2	5,5
INDÚSTRIA	17,6	12,9	10,4	9,3	7,1	6,5	27,8
DE TRANSFORMAÇÃO/ MINERAÇÃO	3,9	4,6	3,8	2,9	2,3	1,5	19,3
DA CONSTRUÇÃO CIVIL	12,2	6,6	5,2	4,7	3,7	3,6	4,9
ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	1,5	1,7	1,4	1,7	1,1	1,4	3,6
SERVIÇOS	81,7	86,1	89,1	90,2	92,4	93,3	66,7
ADMINISTR. E SERV. PÚBLICOS (2)	33,0	36,8	38,2	30,3	54,2	54,2	15,5
COMÉRCIO	10,2	8,3	8,7	8,8	5,8	5,8	13,2
INTERM. FIN. / SERV. À EMPR.	11,3	11,8	14,3	21,2	13,6	13,5	12,4
TRANSP., ARMAZEN., COMUNIC.	5,8	4,4	3,5	4,7	2,1	2,3	4,8
OUTROS SERVIÇOS	21,4	24,8	24,3	25,2	16,7	17,1	20,8

Fonte: CODEPLAN e IBGE

(1) houve mudança na metodologia de cálculo do PIB

(2) até 1995 não incluía os serviços públicos de saúde e de educação

Comparativamente à composição do PIB brasileiro, observam-se situações absolutamente distintas, com vários segmentos apresentando na média nacional uma participação maior que no Distrito Federal, com destaque para uma enorme diferença no setor industrial (27,8% no Brasil em 2007 e 6,5% no DF). Em contrapartida, no DF o setor público (administração e serviços públicos) com 53,8% supera amplamente a média nacional (15,5%).

Quanto ao perfil da ocupação, o quadro não é muito distinto, conforme pode ser visto na Tabela 02, com uma ampla predominância das atividades do setor terciário, que respondem por 90% dos postos de trabalho no Distrito Federal, igualmente com forte concentração dos postos de trabalho na administração pública e nos serviços públicos. Observa-se uma sensível redução na participação da construção civil, que em 1980 ainda respondia por quase 10% dos postos de trabalho no Distrito Federal.



TABELA 02: Composição da ocupação no Distrito Federal por setor de atividade econômica no período 1960 a 2009 (em %)

ANOS	1960	1970	1980	1992	2000	2009
PESSOAL OCUPADO TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
AGROPECUÁRIA	5,0	3,9	2,3	1,4	0,8	1,0
INDÚSTRIA	59,6	24,9	16,4	9,8	8,1	9,0
TRANSFORMAÇÃO	nd	nd	5,2	4,3	3,8	3,9
CONSTRUÇÃO CIVIL	nd	nd	9,7	5,5	4,3	5,1
ENERG. ELÉT./ ÁGUA	nd	nd	1,6	nd	nd	nd
SERVIÇOS	35,4	71,2	81,3	88,8	91,1	90,0
SETOR PÚBLICO	7,1	18,0	18,6	31,7	28,6	22,9
ADMINISTR. PÚBL.	7,1	18,0	18,6	20,2	19,5	16,6
SERV. PÚBLICOS (1)	nd	nd	nd	11,5	9,1	6,3
COMÉRCIO	6,3	9,5	11,1	15,0	14,8	16,0
SERVIÇOS DIVERSOS	22,0	43,7	51,6	42,1	47,7	51,1
TRANSP. / COMUNIC.	4,0	5,0	5,7	nd	nd	nd
ATIV. SOCIAIS	2,2	11,8	10,6	nd	nd	nd
PRESTAÇÃO SERV.	11,1	20,2	27,0	nd	nd	nd
OUTRAS ATIV.	4,7	6,7	8,3	nd	nd	nd

Fonte: IBGE (1960, 1970 e 1980) e PED/DF (1992, 2000 e 2009)

(1) até 1980, incluído em serviços diversos

A estrutura de sua economia e de seu mercado de trabalho tem uma grande responsabilidade em um dos mais graves problemas sociais do Distrito Federal, o seu elevado nível de desemprego, que é um dos maiores entre as regiões metropolitanas brasileiras. Ocorre que em face da absoluta incipiência dos setores agropecuário e industrial, o segmento indutor do desenvolvimento local tem sido o setor público, compreendendo a administração pública e os serviços públicos, responsáveis historicamente por cerca de um terço da ocupação na cidade. Foi com base na contínua geração de emprego no setor público até fins da década de oitenta, aliado ao seu elevado nível salarial que se deu o forte incremento no comércio, na construção civil e nos serviços, particularmente os serviços pessoais.

Entretanto, a partir do início dos anos noventa, com a complementação do processo de transferência de órgãos da antiga capital para Brasília e com o agravamento da crise fiscal do Estado, esgotou-se a capacidade do setor público continuar funcionando como propulsor do crescimento econômico local. Tal situação fica evidente ao se analisar a Tabela 03, que apresenta a evolução do mercado de trabalho entre 1992 e 2009.



TABELA 03: Evolução do mercado de trabalho no Distrito Federal no período 1992 A 2009 (médias anuais).

ANOS	POPULAÇÃO ECONOMIC. ATIVA	PESSOAL OCUPADO TOTAL	ASSALAR. SETOR PÚBLICO	ASSALAR. SETOR PRIVADO	AUTÔN. DOMÉST. E OUTROS	DESEMPREGADOS	TAXA DESEMP. (em %)
1992	730.400	618.900	196.700	211.200	211.000	111.500	15,3
1993	755.500	643.500	202.600	222.000	218.900	112.000	14,8
1994	778.500	667.800	212.300	227.400	228.100	110.700	14,2
1995	806.600	684.500	215.800	229.800	238.900	122.100	15,1
1996	840.100	699.400	214.500	236.100	248.800	140.700	16,7
1997	884.800	724.600	211.500	257.900	255.200	160.200	18,1
1998	916.700	738.100	212.700	272.100	253.300	178.600	19,5
1999	950.400	740.700	216.500	279.300	244.900	209.700	22,1
2000	994.100	793.400	226.200	312.000	255.200	200.700	20,2
2001	1.030.300	819.700	230.000	334.200	255.500	210.600	20,4
2002	1.084.300	859.900	224.500	353.200	282.200	224.400	20,7
2003	1.122.200	866.300	226.400	357.100	282.800	255.900	22,8
2004	1.160.100	915.500	232.700	384.900	297.900	244.600	21,0
2005	1.199.800	970.800	235.700	422.200	312.900	229.000	19,1
2006	1.242.700	1.009.100	235.900	442.600	330.600	233.600	18,8
2007	1.282.000	1.055.000	240.000	467.000	348.000	226.000	17,7
2008	1.341.000	1.119.000	251.000	510.000	358.000	222.000	16,6
2009	1.378.000	1.160.000	259.000	542.000	359.000	218.000	15,8

Fonte: PED/DF - Secretaria do Trabalho/DF / DIEESE

Observa-se que, enquanto a população economicamente ativa (PEA) cresceu 88,7% entre 1992 e 2009 e a ocupação total cresceu 87,4% no mesmo período, o contingente ocupado no setor público cresceu apenas 31,7%. Dessa forma, sua participação no total do pessoal ocupado caiu de 31,8% em 1992 para 22,3% em 2009.

A lacuna deixada pelo setor público na geração de postos de trabalho fez recair quase que exclusivamente sobre o setor terciário privado a “responsabilidade” em gerar postos de trabalho em quantidade suficiente para absorver a PEA que a cada ano incorpora-se ao mercado, particularmente devido à debilidade dos setores agropecuário e industrial em compartilharem esta tarefa.

Dessa forma, até mesmo porque sente bastante o impacto da estagnação do setor público, o setor terciário privado não consegue total sucesso, resultando numa economia com elevada taxa de desemprego e de emprego precário.



A análise da Tabela 03 revela também que nos últimos 17 anos a PEA foi acrescida de 647,6 mil pessoas (média de 38,1 mil/ano), um crescimento médio da ordem de 3,81% ao ano, bem acima do crescimento populacional, da ordem de 2,79% ao ano, reflexo da maior incorporação ao mercado de trabalho de alguns segmentos, como a população feminina e os jovens. O número de empregos gerados, entretanto, ficou bem aquém (541 mil), tendo como resultado a duplicação do contingente desempregado. Cabe destacar, contudo, que a situação no mercado de trabalho do DF vem melhorando sensivelmente nos últimos seis anos.

O segundo fator que concorre para a precária situação do mercado de trabalho é a manutenção de um vigoroso fluxo migratório para a área metropolitana de Brasília, que será objeto de análise mais detalhada no item seguinte deste artigo.

Em relação ao quadro do mercado de trabalho na periferia metropolitana de Brasília, em função da não realização da PED nesta área, recorreu-se a uma estimativa de sua PEA e do contingente ocupado. Para a PEA, tomou-se como referência a relação PEA / população total no Distrito Federal, que em 2009 foi de 52,5%, estimando-se a relação em 50,0% para o Entorno Metropolitano de Brasília, o que resultou em uma PEA estimada em 450 mil pessoas. Quanto à ocupação, tomou-se como referência as taxas de desemprego apurados para os três grupos de regiões administrativas do DF (quanto mais baixa a renda média, mais elevada a taxa de desemprego), estimando-se a taxa de desemprego do Entorno Metropolitano em um terço acima da média do DF, ou seja, em 22%, resultando num total de 350 mil ocupados e 100 mil desempregados. Somando-se estes números aos do Distrito Federal, a PEA na região metropolitana seria de 1,83 milhão, o contingente ocupado de 1,51 milhão e o de desempregados de 320 mil, resultando numa taxa de desemprego de 17,5%, uma das mais elevadas do Brasil.

Por fim, quanto ao rendimento médio, a PED/DF revela que ele é o mais alto entre todas as metrópoles pesquisadas, tanto em relação ao rendimento médio do total dos ocupados quanto dos assalariados. A elevada média de rendimentos do pessoal ocupado (R\$ 1.866,00 em 2009) decorre do expressivo valor médio auferido pelos assalariados do setor público (R\$ 4.566,00), mais de quatro vezes superior ao dos assalariados do setor privado (R\$ 1.080,00).

É precisamente o elevado rendimento médio do pessoal ocupado no setor público o responsável pelo peso excepcional que este segmento apresenta na massa de rendimentos do trabalho no Distrito Federal. Esta participação, que chegou a 56% no início da década de noventa, refluíu para cerca de 50% entre 1998 e 2002, recuperando-se nos últimos anos, chegando a 54,6% em 2009, conforme mostra a Tabela 04.



TABELA 04: Participação do setor público no emprego e no rendimento do trabalho no Distrito Federal no período 1992 a 2009.

ANOS	PESSOAL OCUPADO (mil pessoas)			RENDIMENTO MÉDIO MENSAL(R\$)		RENDIMENTO MENSAL TOTAL (mil reais)		
	Total (A)	Set. Púb.(B)	(B) / (A)	Total	Set. Púb.	Total	Set. Púb.	S Púb (%)
1992	618.900	196.700	31,8	1.699	2.963	1.051.511	582.822	55,4
1994	667.800	212.300	31,8	1.803	3.175	1.204.043	674.053	56,0
1996	699.400	214.500	30,7	1.931	3.275	1.350.541	702.488	52,0
1998	738.100	212.700	28,8	1.805	3.143	1.332.271	668.516	50,2
2000	793.400	226.200	28,5	1.729	3.039	1.371.789	687.422	50,1
2002	859.900	224.500	26,1	1.692	3.262	1.454.951	732.319	50,3
2004	915.500	232.700	25,4	1.463	3.014	1.339.377	701.358	52,4
2006	1.009.100	235.900	23,4	1.525	3.453	1.538.878	814.563	52,9
2008	1.119.000	251.000	22,4	1.729	4.151	1.934.751	1.041.901	53,9
2009	1.160.000	252.000	22,3	1.866	4.566	2.164.560	1.182.954	54,6

Fonte: PED/DF - Secretaria do Trabalho/DF / DIEESE

(1) Valores a preços de novembro de 2008

2 – MIGRAÇÃO E CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO NAS PRINCIPAIS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL

Ao chegar ao seu cinquentenário, o acelerado ritmo de crescimento demográfico, decorrente do forte fluxo migratório (explicado pelo fator renda), continua sendo um problema e uma oportunidade para Brasília e sua região metropolitana. Como a maior parte da população ocupada da periferia trabalha ou procura trabalho no Distrito Federal, o fluxo migratório, que estimamos em torno de 45 a 50 mil / ano para o conjunto da área metropolitana, tem sido um fator de pressão constante sobre o mercado de trabalho local. Deve-se ressaltar que os dados apresentados não revelam toda a gravidade do problema do mercado de trabalho local, pois diferentemente das demais metrópoles, onde a pesquisa do DIEESE ou do IBGE é realizada para o conjunto das áreas metropolitanas, em Brasília ela não engloba a periferia metropolitana, sendo realizada apenas no DF.

Se de um lado, este explosivo crescimento populacional seja responsável pela elevada taxa de desemprego, anulando parcialmente os efeitos positivos da recuperação dos níveis de emprego, de outro tem contribuído para a emergência de Brasília e região como um dos principais mercados do país. As Tabelas 05 e 06 apresentam a evolução populacional em termos absolutos e relativos na região metropolitana de Brasília desde a transferência da capital.

De pouco mais de 200 mil habitantes em 1960, a população da região metropolitana atingiu 3,51 milhões em 2009. A periferia metropolitana que até 1980 respondia por apenas 13,2% do total da população metropolitana, em 2009 praticamente dobrava esta participação, representando 25,7% do total. Em relação ao ritmo de crescimento, enquanto a desaceleração no Distrito Federal ocorreu a partir da década de oitenta, quando caiu de 8,15% ao ano para 2,84%, mantendo-se estável desde então, na periferia metropolitana tal redução só vem ocorrer na atual década.



TABELA 05 : Evolução da população na região metropolitana de Brasília no período de 1960 a 2009

ANOS	1960	1970	1980	1991	2000	2009 (1)
ÁREA METR. BRASÍLIA	208.098	625.916	1.357.198	1.980.432	2.753.702	3.507.914
DISTRITO FEDERAL	140.164	537.492	1.176.935	1.601.094	2.051.146	2.606.885
PERIF. METR. BRASÍLIA	67.934	88.424	180.263	379.338	702.556	901.029
ÁGUAS LINDAS GOIÁS	(2)	(2)	(3)	(3)	105.746	143.179
ALEXÂNIA	8.022	9.390	12.124	16.472	20.335	20.706
CIDADE OCIDENTAL	(2)	(2)	(2)	(2)	40.377	52.380
FORMOSA	21.708	28.874	43.296	62.982	78.651	96.284
LUZIÂNIA	27.444	32.807	80.089	207.674	141.082	210.064
NOVO GAMA	(2)	(2)	(2)	(2)	74.380	88.835
PADRE BERNARDO	4.637	8.381	15.857	16.500	21.514	28.012
PLANALTINA DE GOIÁS	6.123	8.972	16.172	40.201	73.718	79.651
STO ANT. DESCOBERTO	(2)	(2)	12.725	35.509	51.897	58.474
VALPARAÍSO DE GOIÁS	(2)	(2)	(2)	(2)	94.856	123.444

Fonte: IBGE

(1) estimativa

(2) Incluído em Luziânia

(3) Incluído em Santo Antônio do Descoberto.

TABELA 06: Taxas médias anuais de crescimento demográfico na região metropolitana de Brasília no período 1960 a 2009 (em %)

PERÍODOS	1960/70	1970/80	1980/91	1991/00	2000/09 (1)
ÁREA METR. BRASÍLIA	11,64	8,05	3,50	3,72	2,82
DISTRITO FEDERAL	14,39	8,15	2,84	2,77	2,79
PERIF. METR. BRASÍLIA	2,67	7,37	6,99	7,05	2,90
ÁGUAS LINDAS GOIÁS	-	-	-	-	3,55
ALEXÂNIA	1,59	5,47	0,27	2,21	0,20
CIDADE OCIDENTAL	-	-	-	-	3,04
FORMOSA	2,89	4,14	3,46	2,50	2,35
LUZIÂNIA	1,80	9,34	9,04	-	4,70
NOVO GAMA	-	-	-	-	2,06
PADRE BERNARDO	6,10	3,49	2,92	3,19	3,08
PLANALTINA DE GOIÁS	3,83	6,07	8,63	6,95	0,89
STO ANT. DESCOBERTO	-	-	9,46	4,64	1,38
VALPARAÍSO DE GOIÁS	-	-	-	-	3,08

Fonte: IBGE

(1) estimativa



As Tabelas 07 a 09 comparam a situação demográfica da RM de Brasília com as demais. Na Tabela 07, que apresenta a população estimada discriminando núcleos e periferias, observamos que a RM de Brasília já é a sétima maior do país, próxima da quinta posição. Já as tabelas 08 e 09 apresentam a evolução populacional das regiões metropolitanas desde as suas efetivas formações em 1940.

TABELA 07: População nas principais regiões metropolitanas em 2009.

REGIÃO METROPOLITANA	TOTAL (A)	NÚCLEO METROPOLITANO	PERIFERIA METROPOLITANA (B)	(B)/(A) (%)
SÃO PAULO	19.777.129	11.037.593	8.739.536	44,2
RIO DE JANEIRO	11.634.674	6.186.710	5.447.964	46,8
B. HORIZONTE	5.110.593	2.452.617	2.657.976	52,0
PORTO ALEGRE	4.126.909	1.436.123	2.690.786	65,2
RECIFE	3.768.902	1.561.659	2.207.243	58,6
SALVADOR	3.752.436	2.998.056	754.380	20,1
BRASÍLIA	3.507.914	2.606.885	901.029	25,7

Fonte: IBGE

TABELA 08: Evolução da população nas regiões metropolitanas brasileiras no período 1940 a 2009

REGIÃO METROP.	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2009 (1)
SÃO PAULO	1.531.226	2.662.786	4.791.167	8.137.401	12.588.439	15.435.707	17.833.511	19.777.129
RIO JANEIRO	2.227.245	3.177.304	4.869.103	6.893.286	8.776.753	9.796.496	10.871.960	11.634.674
B.HORIZONTE (2)	357.634	522.919	939.687	1.668.485	2.620.693	3.445.258	4.253.350	5.110.593
P. ALEGRE (2)	434.276	623.287	1.061.116	1.574.161	2.280.891	3.050.747	3.507.624	4.126.909
RECIFE	576.467	843.409	1.275.125	1.828.576	2.388.596	2.916.663	3.331.552	3.768.902
SALVADOR	335.166	463.545	739.799	1.148.828	1.772.018	2.493.224	3.018.326	3.752.436
BRASÍLIA	-	-	208.098	625.916	1.357.198	1.980.432	2.748.086	3.507.914

Fonte: Censos Demográficos/IBGE.

(1) estimativa do IBGE

(2) houve incorporação de novos municípios à RM após 2000



TABELA 09: Taxas médias anuais de crescimento demográfico nas regiões metropolitanas brasileiras no período 1940 a 2009 (em %)

REGIÃO METROP.	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1991/00	2000/09 (1)
SÃO PAULO	5,69	6,05	5,44	4,46	1,87	1,62	1,16
RIO DE JANEIRO	3,62	4,36	3,54	2,44	1,00	1,16	0,76
B. HORIZONTE	3,87	6,04	5,91	4,62	2,52	2,37	2,06
P. ALEGRE	3,68	5,46	4,02	3,78	2,68	1,56	1,82
RECIFE	3,88	4,22	3,67	2,71	1,83	1,49	1,38
SALVADOR	3,30	4,79	4,50	4,43	3,15	2,15	2,45
BRASÍLIA	-	-	11,64	8,05	3,50	3,72	2,75

Fonte: Censos Demográficos/IBGE.

(1) estimativa do IBGE

O traço comum a todas é a acentuada desaceleração no ritmo de crescimento nas últimas décadas, em algumas a partir de 1970, e em outras, a partir de 1980. O fato é que no período entre 1991 e 2000, nenhuma cresceu além de 2,5% ao ano, exceto Brasília, que apresentou uma taxa de 3,72%. Deve-se registrar que, nos casos de Belo Horizonte e Porto Alegre, o crescimento no período 2000/06 maior que no período precedente (1991/00) decorreu da incorporação de novos municípios às respectivas regiões metropolitanas.

3 - REGIÃO METROPOLITANA DE BRASÍLIA: FOSSO ENTRE O DF E O ENTORNO METROPOLITANO

O Brasil conviveu durante muito tempo com uma distribuição de suas atividades produtivas fortemente concentradas nas grandes cidades, principalmente nas suas regiões metropolitanas, e, particularmente, nos núcleos destas, os municípios das capitais, desempenhando os municípios periféricos a função de cidades-dormitório.

Nos últimos anos esta situação vem se modificando, de forma que houve um espraiamento das atividades econômicas, particularmente a indústria, para as cidades de porte médio, e, dentro das regiões metropolitanas, seu deslocamento para seus municípios periféricos. Este processo se deu em tal magnitude que hoje o Produto Interno Bruto (PIB) per capita das periferias de algumas metrópoles chega mesmo a superar o dos núcleos metropolitanos, casos de Belo Horizonte e Salvador, e nos demais casos se aproximam bastante.

A notável exceção a esta realidade é a região metropolitana de Brasília. Aqui existe um verdadeiro fosso entre o Distrito Federal e os municípios que compõem o seu entorno metropolitano tanto em relação ao tamanho do PIB quanto ao valor do PIB per capita. A causa principal desta situação foi um excepcional crescimento populacional na periferia sem o correspondente desenvolvimento de atividades produtivas, particularmente, da atividade industrial.



As Tabelas 10 e 11 apresentam o PIB total e per capita das sete principais regiões metropolitanas do país em 2006, e que são também aquelas em que se realizam pesquisas de emprego. Observa-se na Tabela 10 que o PIB da RM de Brasília totalizou R\$ 93,7 bilhões, sendo o terceiro maior do país, já superior aos das regiões metropolitanas de Belo Horizonte e de Porto Alegre. Ocorre que, diferentemente das demais RMs, ele se encontra fortemente concentrado no seu núcleo, o Distrito Federal. Dessa forma, enquanto as demais periferias metropolitanas apresentam uma enorme participação no PIB metropolitano, no mínimo de 30% (Rio de Janeiro), chegando em alguns casos, como Porto Alegre e Belo Horizonte a se aproximar de 60%, na região metropolitana de Brasília esta participação limita-se a 4,3%.

Quanto ao PIB per capita, a Tabela 11 revela que a região metropolitana de Brasília apresenta o maior entre todas as principais RMs, sendo 23,0% superior ao da segunda maior, São Paulo. Tratando-se isoladamente o PIB per capita dos núcleos das RMs, verifica-se que a vantagem de Brasília é ainda maior, 46,4% superior a da capital paulista, a segunda colocada.

Deve-se ainda considerar a especificidade observada na RM de Salvador, devido ao excepcional peso dos setores petrolífero e petroquímico nos municípios de São Francisco do Conde e Camaçari.

TABELA 10: Produto Interno Bruto (PIB) nas principais regiões metropolitanas em 2006 (em milhões de reais)

REGIÃO METROPOLITANA	TOTAL (A)	NÚCLEO METROPOLITANO (B)	PERIFERIA METROPOLITANA (C)	(C) / (A) (%)
SÃO PAULO	450.604.630	282.852.338	167.752.293	37,23
RIO DE JANEIRO	184.373.438	127.956.075	56.417.363	30,60
BELO HORIZONTE	74.163.708	32.725.361	41.438.347	55,87
PORTO ALEGRE	72.608.508	30.116.002	42.492.506	58,52
RECIFE	36.123.989	18.318.451	17.805.538	49,29
SALVADOR	48.130.796	24.072.400	24.058.396	49,99
BRASÍLIA	93.671.344	89.630.109	4.041.235	4,31

Fonte: IBGE



**TABELA 11: PIB per capita nas principais regiões metropolitanas em 2006
(em reais)**

REGIÃO METROPOLITANA	TOTAL	BSB = 100	NÚCLEO METROP. (A)	BSB = 100	PERIFERIA METROP. (B)	BSB = 100	(A) / (B) (%)
SÃO PAULO	22.899	60,9	25.675	68,3	19.369	51,5	132,6
RIO DE JANEIRO	16.078	42,8	20.851	55,5	10.584	28,1	197,0
BELO HORIZONTE	14.907	39,6	13.636	36,3	16.091	42,8	84,7
PORTO ALEGRE	17.431	46,4	20.900	55,6	15.597	41,5	134,0
RECIFE	9.907	26,3	12.091	32,2	8.355	22,2	144,7
SALVADOR	14.122	37,6	8.870	23,6	34.654	92,2	25,6
SALVADOR (1)	10.037	26,7	8.870	23,6	16.833	44,8	52,7
BRASÍLIA	28.156	74,9	37.600	100,0	4.285	11,4	877,5

Fonte: IBGE

(1) excluindo os municípios de Camaçari e São Francisco do Conde

Por sua vez, analisando-se os números nas periferias metropolitanas, a situação se inverte completamente. O PIB per capita do Entorno Metropolitano de Brasília é de forma disparada o menor, sendo inferior à metade dos verificados nas periferias metropolitanas do Recife e do Rio de Janeiro e de quatro a cinco vezes inferior aos encontrados nas periferias de São Paulo, Porto Alegre, Salvador e Belo Horizonte. A causa principal desta situação é a não ocorrência na RM de Brasília de um processo que se deu em todas as demais RMs: a industrialização das periferias metropolitanas.

Até algumas décadas atrás praticamente restritos ao conhecido ABC paulista, este processo se propagou a partir da década de 1970, com a fortíssima industrialização de inúmeros municípios metropolitanos. Pode-se destacar municípios como Guarulhos, Osasco e Mogi das Cruzes (RM de São Paulo); Canoas, Triunfo e Novo Hamburgo (RM de Porto Alegre); Contagem e Betim (RM de Belo Horizonte); Duque de Caxias e Nova Iguaçu (RM do Rio de Janeiro); Cabo e Jaboatão (RM do Recife) e Camaçari e Candeias (RM de Salvador). Deve-se destacar que a implantação de plantas industriais estimulou nesses municípios o desenvolvimento dos serviços de apoio à indústria. Mas a periferia metropolitana de Brasília ficou absolutamente à margem deste processo.



4 - O MERCADO DE TRABALHO DA RM DE BRASÍLIA FRENTE ÀS DEMAIS REGIÕES METROPOLITANAS

A Tabela 12 apresenta a evolução da PEA e da ocupação nas sete principais regiões metropolitanas do país entre 2003 e 2008.

TABELA 12: Evolução da PEA, pessoal ocupado e contingente desempregado nas principais regiões metropolitanas entre 2003 e 2008 (em mil pessoas).

REGIÕES METROPOLITANAS	PEA		PESSOAL OCUPADO		DESEMPREGADOS		TAXA DESEMPREGO	
	2003	2008	2003	2008	2003	2008	2003	2008
SÃO PAULO	9.888	10.467	7.998	9.064	1.890	1.403	19,1	13,4
RIO JANEIRO (1)	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
B. HORIZONTE	2.144	2.621	1.705	2.364	439	257	20,5	9,8
PORTO ALEGRE	1.787	1.992	1.503	1.769	284	223	15,9	11,2
RECIFE	1.537	1.707	1.187	1.372	350	335	22,8	19,6
SALVADOR	1.697	1.834	1.255	1.462	442	372	26,1	20,3
BRASÍLIA (2)	1.146	1.341	901	1.119	245	222	21,4	16,6
BRASÍLIA (3)	1.511	1.781	1.162	1.462	349	319	23,1	17,9

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego – DIEESE e Pesquisa Mensal de Emprego - IBGE

(1) dados referentes a Pesquisa Mensal de Emprego – PME/IBGE

(2) dados referentes apenas ao Distrito Federal, não incluindo o Entorno Metropolitano.

(3) estimativa para a região metropolitana de Brasília

O Brasil vem desde 2004 experimentando uma expressiva recuperação nos níveis de emprego, refletindo uma sensível recuperação da atividade econômica. A taxa de desemprego vem decrescendo, segundo todas as pesquisas realizadas (PED/DIEESE, PME/IBGE, PNAD/IBGE), e, conseqüentemente, ocorreu uma sensível redução do contingente desempregado em todas as RMs.

A Tabela 13 apresenta essas variações em termos absolutos e relativos, revelando que Brasília apresentou o segundo pior desempenho quanto à redução do contingente desempregado. Enquanto o número de desempregados teve uma redução de 41,5% na RM de Belo Horizonte e entre 15,8% e 5,8% em São Paulo, Porto Alegre e Salvador, na RM de Brasília a queda foi de apenas 8,6%, superando apenas a observada na RM do Recife.



TABELA 13: Variação absoluta (em mil pessoas) e relativa (%) da PEA, pessoal ocupado e contingente desempregado nas principais regiões metropolitanas entre 2003 e 2008

REGIÕES METROPOLITANAS	PEA		PESSOAL OCUPADO		DESEMPREGADOS	
	(mil)	Var. (%)	(mil)	Var. (%)	(mil)	Var. (%)
SÃO PAULO	579	5,86	1.066	13,33	- 487	- 25,77
RIO DE JANEIRO (1)	nd	nd	nd	nd	nd	nd
BELO HORIZONTE	477	22,25	659	38,65	- 182	- 41,46
PORTO ALEGRE	205	11,47	266	17,70	- 61	- 21,48
RECIFE	170	11,06	185	15,59	- 15	- 4,29
SALVADOR	137	8,07	207	16,49	- 70	- 15,84
BRASÍLIA (2)	195	17,02	218	24,20	- 23	- 9,38
BRASÍLIA (3)	270	17,87	300	25,82	- 30	- 8,60

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED/DIEESE

(1) dados da PME/IBGE ajustados à metodologia da PED/DIEESE

(2) dados referentes apenas ao Distrito Federal, não incluindo o Entorno Metropolitano.

(3) Estimativa para a região metropolitana de Brasília.

Muito embora tenha tido o segundo maior incremento em termos de ocupação, que cresceu 25,8% no período, superado apenas pela RM de Belo Horizonte, com expansão de 38,7%, tal resultado foi parcialmente anulado pela grande expansão da população economicamente ativa (PEA) no período, a segunda maior entre todas as regiões metropolitanas.

Deve-se destacar que o aumento de 270 mil pessoas na PEA no período de cinco anos (54 mil pessoas/ano ou crescimento de 3,34% ao ano) é a estimativa referente ao total da região metropolitana de Brasília. Para o Distrito Federal apenas, a variação da PEA foi de 195 mil no período (39 mil pessoas/ano).



5 - OCUPAÇÃO E DESEMPREGO: NÚCLEO X PERIFERIA.

A Tabela 14 apresenta a situação do mercado de trabalho nas sete principais regiões metropolitanas, apresentando os níveis de desemprego total, nos núcleos e nas periferias. Uma análise apurada torna evidente dois aspectos: a) as regiões metropolitanas da região mais desenvolvida do país (o Centro-Sul) têm taxa de desemprego menor que as do Nordeste; b) as taxas de desemprego das periferias metropolitanas superam as dos núcleos entre 15% e 30%.

Brasília, entretanto, escapa às duas regras. Não obstante possua o mais elevado PIB per capita entre as principais RMs, sua taxa de desemprego aproxima-se das taxas verificadas nas metrópoles nordestinas e a diferença entre a taxa de desemprego do núcleo e da periferia é reduzida em todas as principais regiões metropolitanas, exceto em Brasília e também em Salvador.

O Entorno Metropolitano, cuja PEA é estimada em 440 mil, além do elevado contingente desempregado, estimado em 22,1% (quase 100 mil pessoas), tem cerca de metade do pessoal ocupado residente trabalhando no Distrito Federal. A fragilidade da economia do Entorno Metropolitano pressiona fortemente o mercado de trabalho do Distrito Federal, que se vê obrigado a gerar postos de trabalho para absorver não somente as cerca de 39 mil pessoas residentes no DF que se incorporam anualmente à PEA, mas também a maior parte dos 15 mil novos integrantes do mercado de trabalho residentes no Entorno Metropolitano.

TABELA 14: Taxas de Desemprego nas principais regiões metropolitanas, segundo núcleos e periferias entre 2003 e 2007 (em %)

DISCRIMINAÇÃO	2003			2007		
	RM	NM	PM	RM	NM	PM
SÃO PAULO	19,12	17,82	20,86	13,52	13,17	14,03
RIO DE JANEIRO	nd	nd	nd	nd	nd	nd
B. HORIZONTE	20,47	17,35	24,40	11,41	10,68	12,45
PORTO ALEGRE	15,88	14,58	16,77	11,29	9,67	12,27
RECIFE	22,80	21,92	23,50	17,87	17,69	18,03
SALVADOR	26,05	25,54	28,43	20,26	19,23	24,19
BRASÍLIA (1)	23,10	21,39	28,50	17,90	16,47	22,10

Fonte: DIEESE

(1) dados estimados para a periferia metropolitana e para a região metropolitana



6 - OCUPAÇÃO NO SETOR INDUSTRIAL

Se o setor público explica o elevado PIB do Distrito Federal, a elevada taxa de desemprego e a baixa geração de postos de trabalho é explicada pela reduzida geração de emprego na atividade industrial. A Tabela 15 mostra que a atividade industrial gera um número muito reduzido de empregos no Distrito Federal (46 mil), ou tão somente 4,1% do total do pessoal ocupado. Estimando-se o mesmo percentual para o Entorno Metropolitano, seriam pouco mais de 50 mil postos na atividade industrial em toda a região metropolitana.

TABELA 15: Pessoal ocupado total, na indústria e no setor público em 2008

REGIÃO METROPOLITANA	PESSOAL OCUPADO	PESSOAL OCUPADO INDÚSTRIA		PESSOAL OCUPADO SETOR PÚBLICO	
	(mil)	(mil)	(%)	(mil)	(%)
SÃO PAULO	9.064	1.722	19,0	707	7,8
RIO DE JANEIRO	-	-	-	-	-
B. HORIZONTE	2.364	362	15,3	307	13,0
PORTO ALEGRE	1.769	317	17,9	214	12,1
RECIFE	1.372	136	9,9	181	13,2
SALVADOR	1.462	129	8,8	275	18,8
BRASÍLIA	1.119	46	4,1	251	22,4

Fonte: IBGE e DIEESE

Observa-se que este percentual é substancialmente inferior ao observado nas demais regiões metropolitanas. Se a RM de Brasília tivesse o mesmo grau de ocupação na indústria de Recife e Salvador (cerca de 10% do pessoal ocupado total), o número de postos de trabalho na indústria aqui seria em torno de 120 mil. Se esse grau de ocupação na indústria fosse equivalente aos de Belo Horizonte e Porto Alegre (de 15% a 18%), esse contingente superaria os 200 mil.

Deve-se ressaltar que para cada emprego na atividade industrial, são gerados, em média, 0,8 emprego em serviços de apoio à indústria. Parece evidente que a industrialização da região metropolitana, particularmente de sua periferia, é uma questão vital para o seu futuro.

A conclusão central é de que o diminuto PIB da periferia metropolitana de Brasília, assim como a sua reduzida geração de emprego (e elevada taxa de desemprego) decorre de seu baixo nível de atividade econômica. O caminho percorrido pelas periferias metropolitanas do país para a elevação do nível de atividade econômica (e consequentemente do PIB e da geração de emprego) foi o da industrialização.



7 – O FUTURO DE BRASÍLIA E SUA REGIÃO

O retardamento do equacionamento dos problemas que atingem Brasília representa um sério risco para a cidade e para a sua população. Apenas como ilustração, o contingente de desempregados na cidade, da ordem de 100 mil no início dos anos noventa, atingiu cerca de 220 mil em 2009. Se considerarmos a área metropolitana, este total sobe para cerca de 320 mil. A compreensão dos problemas locais, contudo, implica no reconhecimento do quadro regional em que Brasília se encontra inserida e que marca a sua evolução desde a sua criação, pois o contexto regional exerce forte influência sobre a Capital da República.

O Centro-Oeste tem sido a região de maior crescimento econômico nas últimas décadas. Muito embora esta expansão acelerada tenha se iniciado no início do século XX, o movimento ganhou outra dimensão após a fundação de Brasília.

Do início do século XX até o final da década de 1950, com o “espraçamento” da economia paulista para além das barrancas dos rios Paraná e Paranaíba, ocorreu uma forte aceleração da ocupação da região, com sua população saltando de 370 mil em 1900 para 3,0 milhões em 1960. De outro lado, a atividade econômica ampliou-se enormemente, com a produção de grãos saltando de 210 mil para 1,46 milhão de toneladas entre 1920 e 1960 e a criação de gado passando de 5,85 milhões para 10,75 milhões de cabeças no mesmo período.

Foi a partir da fundação de Brasília em 1960, contudo, que a ocupação do Oeste Brasileiro ganhou uma dimensão ainda maior, tendo ela cumprido a função de força motriz do processo de interiorização da economia brasileira, inclusive por ter funcionado como ponto de recepção de migrantes das distintas regiões litorâneas e de distribuição rumo às terras desocupadas do oeste, beneficiando-se do fato de ser o epicentro da malha rodoviária nacional, então em estruturação, e que passou por exponencial expansão nas décadas seguintes.

Dessa forma, entre 1960 e 2009, a população da região mais que quintuplicou de tamanho, para 17,34 milhões; a produção de grãos cresceu 3.650%, de 1,46 milhão em 1960 para 54,7 milhões de toneladas em 2010 (37,5% do total nacional); o rebanho bovino cresceu 714%, de 10,75 para 87,5 milhões de cabeças de 1960 a 2008 (43,3% do total nacional) e a produção de leite aumentou 1.790%, passando de 250 milhões para 5,0 bilhões de litros entre 1960 e 2008 (18,1% do total produzido no país). Excepcional crescimento teve também o setor de serviços, impulsionado pelo dinamismo do setor agrário e apenas na atividade industrial a região não apresentou expansão semelhante, embora nas duas últimas décadas tenha havido um forte crescimento da atividade agroindustrial.

A taxa de urbanização na região é de 84%, a segunda mais elevada do país, embora seja ainda uma região de fronteira agrícola. Isto ocorre devido ao modelo agrário predominante, baseado no agronegócio. Suas duas grandes metrópoles, Brasília e Goiânia, respectivamente com 3,5 milhões e 2,1 milhões de habitantes em suas áreas metropolitanas, alinham-se entre as maiores do Brasil. Incluindo-se a aglomeração urbana de Anápolis, com cerca de 400 mil habitantes, o Eixo Brasília – Anápolis - Goiânia totaliza uma população de 6,0 milhões de habitantes, a terceira maior aglomeração urbana do país. Esta grande aglomeração representa 45% da população urbana regional e expressa a fragilidade da rede urbana do Centro-Oeste, configurando uma típica situação de macrocefalia urbana e refletindo o baixo grau de industrialização da região.



A participação da região no PIB nacional também vem crescendo de forma acentuada, tendo passado de 3,8%, em 1970 para 9,0% em 2007, superando a barreira dos R\$ 262 bilhões, despontando como a região de melhor desempenho entre as macrorregiões brasileiras.

Não obstante os graves problemas que têm atingido a economia de Brasília nos últimos anos, é preciso destacar a capacidade que esta metrópole tem apresentado na superação desses obstáculos. Provavelmente a base desta vitalidade seja o dinamismo que a economia da Região Centro-Oeste tem demonstrado nestas últimas décadas, e que tem gerado fluidos positivos para as duas metrópoles regionais.

Pois esta escala das transformações ocorridas na Região Centro-Oeste no último século, e, particularmente nas suas cinco últimas décadas, foram de tal magnitude que colocaram a região numa situação de definição de seus rumos, de frente para questões que devem ser enfrentadas para que se abram possibilidades de se iniciar um novo ciclo em seu desenvolvimento, e isto inclui necessariamente uma discussão mais aprofundada sobre as possibilidades para o desenvolvimento da atividade industrial no Centro-Oeste e na região metropolitana em particular.

A discussão sobre a industrialização do Distrito Federal vem sendo travada desde a fundação de Brasília, tendo raízes na própria concepção da cidade, visto que esta foi planejada para desempenhar exclusivamente funções de natureza político-administrativas.

Durante muitos anos os investimentos industriais não somente deixaram de ser estimulados no Distrito Federal, mas foram mesmo desestimulados. E deve-se observar que este período (décadas de sessenta e setenta) correspondeu precisamente a fase de mais acelerada industrialização do país. Deve-se destacar também que fatores ambientais tiveram também influência decisiva nesta orientação.

A ausência de estímulo à atividade industrial não atingiu apenas Brasília, mas praticamente toda a Região Centro-Oeste, embora em menor intensidade. Expressão disto foi que entre todas as superintendências de desenvolvimento regionais criadas (e que tinham um forte objetivo de promoção da industrialização) a da Região Centro-Oeste (SUDECO) foi a última a ser criada, a que dispôs de menor estrutura e suporte por parte do Governo Federal e a primeira a ser extinta. Mais do que isto, enquanto as demais regiões foram contempladas com instituições financeiras federais de fomento, tais como o BNB (Nordeste), BASA (Norte) e BRDE (Sul), o Centro-Oeste ficou privado de tal instrumento, de fundamental importância para a promoção do desenvolvimento econômico, particularmente o industrial.

Certamente que o baixo grau de industrialização regional está relacionado à inegável vocação do Centro-Oeste para a atividade agropecuária e à formação muito recente de sua economia. Mas talvez o fator decisivo seja o fato de o Estado Brasileiro, na fase mais importante do desenvolvimento industrial do país, quando teve papel ativo na definição da localização dos investimentos industriais, não ter dedicado ao Centro-Oeste a mesma atenção dada às demais regiões.

Portanto, não obstante o avanço da industrialização ocorrido nas duas últimas décadas, particularmente a agroindústria, o Centro-Oeste permanece com um baixíssimo grau de industrialização de sua economia, situando-se no último posto entre as cinco macrorregiões do país, respondendo por pouco mais de 3,0% da produção industrial nacional, percentual muito inferior à participação da região no PIB nacional (9,0%). Dessa forma, não surpreende o pífio desenvolvimento do setor industrial no Distrito Federal.



Mas as possibilidades não estão encerradas. O País vem experimentando desde a década de oitenta um processo de desconcentração de sua atividade industrial, que se achava fortemente concentrada nas áreas metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Este deslocamento tem ocorrido principalmente na direção do interior de São Paulo, dos três estados da Região Sul e de Minas Gerais e Espírito Santo, formando um polígono que passa pela Grande Vitória, RM de Belo Horizonte, as aglomerações urbanas de Uberlândia, São José do Rio Preto e Londrina e a RM de Porto Alegre, ficando o Centro-Oeste e Brasília precisamente no limite externo deste polígono. O desafio para a região é se inserir no “novo mapa” da localização industrial brasileira e capitalizar parte desse processo de desconcentração industrial ainda em curso. Deve-se destacar ainda a relativa proximidade do eixo Brasília-Anápolis-Goiânia com o eixo dinâmico da economia nacional.

Algumas condições para almejar este objetivo estão dadas, como a existência de um amplo mercado consumidor (e, no caso do Distrito Federal, com uma renda média acima do dobro da média nacional), o alto grau de instrução da população, uma razoável infra-estrutura econômica, uma variada disponibilidade de insumos industriais e ampla base produtiva no setor agro-pecuário.

Somente a região metropolitana de Brasília representa hoje um mercado superior a 3,5 milhões de pessoas, com renda disponível para consumo de cerca de R\$ 70 bilhões (o equivalente a quase 3% do total nacional), configurando-se como o 3º maior mercado consumidor do país. Se considerarmos o eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, este mercado ascende a seis milhões, com renda disponível para consumo em torno de 100 bilhões de reais. Deve-se ressaltar, contudo, que alguns gargalos persistem e entravam as perspectivas de um efetivo desenvolvimento industrial, e eles se localizam principalmente na área de infra-estrutura econômica. Dessa forma, a realização de investimentos em infra-estrutura é uma condição básica para a Região dar um salto em seu processo de desenvolvimento.

Em suma, as condições para o desenvolvimento industrial no Distrito Federal são amplamente favoráveis, devendo a sociedade local se armar de uma estratégia para a sua efetiva promoção. E a industrialização da região metropolitana de Brasília, particularmente de sua periferia metropolitana, pode ser um dos caminhos, talvez o principal, para a resolução dos graves problemas que a atingem.

Se no caso do Distrito Federal a estratégia de industrialização deve focar os segmentos intensivos em capital e tecnologia (informática, por exemplo), no caso do Entorno Metropolitano, a estratégia deve visar atrair os segmentos intensivos em mão-de-obra (alimentação e bebidas, calçados e confecções, metalurgia, mobiliário, etc), mais adequados ao perfil da mão-de-obra local, e geraria pelo menos quatro consequências diretas e positivas para o DF: a) reduziria a pressão sobre o mercado de trabalho do DF; b) atrairia investimentos em atividades de apoio ao setor industrial (serviços de manutenção, financeiros, de transporte, comercialização, etc) que em boa parte se instalariam no DF; c) aumentaria o poder aquisitivo da população local, que em boa parte seria dispendido no DF; e d) aumentaria a capacidade de arrecadação das prefeituras locais e, conseqüentemente, a capacidade de investimento na ampliação e melhoria dos serviços e equipamentos urbanos, reduzindo a pressão sobre os mesmos do DF.

Desse modo, torna-se premente para o Distrito Federal, e não somente o Governo, se conscientizar que o Entorno Metropolitano é uma questão afeita ao DF, tão ou mais que a Goiás. A elaboração de uma estratégia de desenvolvimento para a região metropolitana, envolvendo o GDF, o Governo de Goiás e o Governo Federal é o primeiro passo para a superação dos graves problemas que atingem a região.



Referências Bibliográficas

IBGE. Contas Regionais, vários anos, Rio de Janeiro, IBGE.

MIRAGAYA, J. Estratégia para o desenvolvimento de Brasília e sua Região in DF em Questão, Brasília, Editora UnB, 2006.

MIRAGAYA, J. Dos Bandeirantes a JK: a ocupação do Planalto Central Brasileiro anterior à fundação de Brasília, Brasília 50 anos: de capital a metrópole. Brasília, Ed. UnB, 2010.

MIRAGAYA, J. Diretrizes para uma política industrial para o Distrito Federal e Entorno Metropolitano. Instituto Brasileiro de Estudos de Economia Regional (IBRACE) / Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIBRA). Brasília, 2010..

ANEXO 01: PIB, População e PIB per capita dos municípios integrantes das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e Brasília.

Código Municipal	Município	População Residente Estimada, 2009	PIBmun 2006corrente	PIB PER CAPITA 2006
	Total RM São Paulo	19.777.129	450.604.630	22.899
3550308	São Paulo - SP	11.037.593	282.852.338	25.675
	Periferia Metropolitana	8.739.536	167.752.293	19.369
3505708	Barueri - SP	270.173	25.483.663	95.966
3506607	Biritiba-Mirim - SP	29.650	195.718	6.591
3509007	Caieiras - SP	88.212	1.118.083	11.771
3509205	Cajamar - SP	63.675	2.260.078	35.679
3510609	Carapicuíba - SP	392.701	2.172.619	5.576
3513009	Cotia - SP	182.045	3.712.470	20.661
3513801	Diadema - SP	397.738	7.746.815	19.596
3515004	Embu - SP	248.722	1.944.942	7.911
3515103	Embu-Guaçu - SP	62.137	416.293	5.768
3515707	Ferraz de Vasconcelos - SP	179.231	945.173	5.354
3516309	Francisco Morato - SP	157.294	581.670	3.410
3516408	Franco da Rocha - SP	131.366	1.309.235	10.489
3518305	Guararema - SP	26.974	485.951	19.581
3518800	Guarulhos - SP	1.299.283	25.663.706	19.999
3522208	Itapecerica da Serra - SP	161.983	2.099.273	12.939
3522505	Itapevi - SP	205.881	1.865.266	9.203
3523107	Itaquaquecetuba - SP	359.253	2.068.062	5.863
3525003	Jandira - SP	112.130	1.093.362	9.648
3526209	Juquitiba - SP	29.335	182.875	5.851
3528502	Mairiporã - SP	79.155	696.634	9.286



3529401	Mauá - SP	417.458	5.102.039	12.325
3530607	Mogi das Cruzes - SP	375.268	4.833.610	12.979
3534401	Osasco - SP	718.646	17.796.629	24.892
3539103	Pirapora do Bom Jesus - SP	15.706	108.984	6.952
3539806	Poá - SP	112.481	1.946.027	17.657
3543303	Ribeirão Pires - SP	112.011	1.275.912	10.734
3544103	Rio Grande da Serra - SP	41.602	291.473	6.874
3545001	Salesópolis - SP	16.041	149.511	9.021
3546801	Santa Isabel - SP	46.902	409.063	8.522
3547304	Santana de Parnaíba - SP	114.321	2.486.539	24.324
3547809	Santo André - SP	673.396	11.674.559	17.341
3548708	São Bernardo do Campo - SP	810.979	20.572.084	25.590
3548807	São Caetano do Sul - SP	152.093	9.375.788	70.367
3549953	São Lourenço da Serra - SP	18.319	120.576	7.696
3503901	Arujá - SP	80.922	1.078.084	14.351
3552502	Suzano - SP	284.356	4.839.383	17.264
3552809	Taboão da Serra - SP	227.343	3.183.048	14.121
3556453	Vargem Grande Paulista - SP	44.754	467.098	10.355
Código Municipal	Município	População Residente Estimada, 2009	PIBmun 2006corrente	PIB PER CAPITA 2006
	Total RM Rio de Janeiro	11.634.674	184.373.438	16.078
3304557	Rio de Janeiro - RJ	6.186.710	127.956.075	20.851
	Periferia Metropolitana	5.447.964	56.417.363	10.584
3301702	Duque de Caxias - RJ	872.762	22.565.282	26.392
3301850	Guapimirim - RJ	49.748	316.268	6.989
3301900	Itaboraí - RJ	228.996	1.372.946	6.213
3302270	Japeri - RJ	101.690	418.573	4.351
3302502	Magé - RJ	244.334	1.342.204	5.663
3302858	Mesquita - RJ	190.056	1.080.703	5.824
3303203	Nilópolis - RJ	159.408	1.079.865	7.176
3303302	Niterói - RJ	479.384	7.460.317	15.651
3303500	Nova Iguaçu - RJ	865.089	6.264.736	7.418
3303609	Paracambi - RJ	45.016	297.252	6.839
3304144	Queimados - RJ	139.378	896.065	6.441
3300456	Belford Roxo - RJ	501.544	2.923.281	5.978



3304904	São Gonçalo - RJ	991.382	6.887.923	7.076
3305109	São João de Meriti - RJ	469.827	2.893.083	6.195
3305554	Seropédica - RJ	78.819	448.157	5.836
3305752	Tanguá - RJ	30.531	170.707	5.672
Código Municipal	Município	População Residente Estimada, 2009	PIBmun 2006corrente	PIB PER CAPITA 2006
	Total RM Belo Horizonte	5.110.593	74.163.708	14.907
3106200	Belo Horizonte - MG	2.452.617	32.725.361	13.636
	Periferia Metropolitana	2.657.976	41.438.347	16.091
3105004	Balduí - MG	8.582	40.792	5.108
3106705	Betim - MG	441.748	18.731.824	46.024
3109006	Brumadinho - MG	34.391	584.165	18.247
3110004	Caeté - MG	41.043	178.691	4.635
3112505	Capim Branco - MG	9.276	37.148	4.105
3117876	Confins - MG	6.072	646.337	111.399
3118601	Contagem - MG	625.393	11.241.163	18.630
3124104	Esmeraldas - MG	59.408	209.759	3.281
3126000	Florestal - MG	6.199	37.643	6.185
3129806	Ibirité - MG	157.438	741.490	4.271
3130101	Igarapé - MG	33.773	184.650	5.857
3132206	Itaguara - MG	12.956	88.724	7.539
3133709	Itatiaiuçu - MG	9.364	179.998	19.214
3134608	Jaboticatubas - MG	16.513	73.495	5.201
3136603	Nova União - MG	5.653	29.520	5.053
3136652	Juatuba - MG	20.978	491.350	22.840
3137601	Lagoa Santa - MG	48.213	480.866	10.340
3140159	Mário Campos - MG	12.029	53.531	3.720
3140704	Mateus Leme - MG	26.862	243.666	8.403
3141108	Matozinhos - MG	35.233	387.087	11.056
3144805	Nova Lima - MG	76.608	1.755.384	23.965
3149309	Pedro Leopoldo - MG	59.064	564.118	8.941
3153905	Raposos - MG	15.521	44.167	3.083
3154606	Ribeirão das Neves - MG	349.307	1.012.107	3.134
3154804	Rio Acima - MG	8.685	65.909	8.141
3155306	Rio Manso - MG	5.266	22.971	4.803



3156700	Sabará - MG	126.195	770.676	5.739
3157807	Santa Luzia - MG	231.607	1.264.473	5.755
3162922	São Joaquim de Bicas - MG	23.986	196.158	8.533
3162955	São José da Lapa - MG	19.234	208.702	9.936
3165537	Sarzedo - MG	25.583	133.911	5.763
3168309	Taquaraçu de Minas - MG	3.950	20.315	5.689
3171204	Vespasiano - MG	101.846	717.556	7.364
Código Municipal	Município	População Residente Estimada, 2009	PIBmun 2006corrente	PIB PER CAPITA 2006
	Total RM Salvador	3.752.436	48.130.796	14.122
2927408	Salvador - BA	2.998.056	24.072.400	8.870
	Periferia Metropolitana	754.380	24.058.396	34.654
2906501	Candeias - BA	81.699	2.236.080	26.845
2910057	Dias d'Ávila - BA	57.708	1.332.575	23.925
2916104	Itaparica - BA	20.796	75.078	3.442
2919207	Lauro de Freitas - BA	156.936	1.770.347	12.113
2919926	Madre de Deus - BA	16.783	132.896	9.401
2905701	Camaçari - BA	234.558	9.534.300	48.362
2930709	Simões Filho - BA	116.662	2.152.731	19.583
2933208	Vera Cruz - BA	37.539	150.723	4.263
2929206	São Francisco do Conde - BA	31.699	6.673.667	217.150
Código Municipal	Município	População Residente Estimada, 2009	PIBmun 2006corrente	PIB PER CAPITA 2006
	Total RM Porto Alegre	4.126.909	72.608.508	17.431
4314902	Porto Alegre - RS	1.436.123	30.116.002	20.900
	Periferia Metropolitana	2.690.786	42.492.506	15.597
4300604	Alvorada - RS	213.894	854.695	3.976
4300877	Araricá - RS	5.181	39.047	8.099



4301107	Arroio dos Ratos - RS	14.181	104.874	7.257
4303509	Camaquã - RS	62.723	695.443	10.809
4303103	Cachoeirinha - RS	118.089	2.040.613	16.743
4303905	Campo Bom - RS	59.366	1.099.010	18.768
4304606	Canoas - RS	332.056	9.607.235	28.823
4304689	Capela de Santana - RS	11.617	72.630	6.093
4305355	Charqueadas - RS	36.045	771.435	22.818
4306403	Dois Irmãos - RS	26.421	455.309	16.172
4306767	Eldorado do Sul - RS	33.668	754.083	21.961
4307609	Estância Velha - RS	43.906	491.285	12.202
4307708	Esteio - RS	81.170	1.686.721	19.372
4309050	Glorinha - RS	7.531	125.445	19.314
4309209	Gravataí - RS	269.446	3.879.258	14.327
4309308	Guaíba - RS	96.603	1.488.010	14.063
4310801	Ivoti - RS	20.160	295.221	16.063
4312401	Montenegro - RS	59.557	1.064.507	17.580
4313060	Nova Hartz - RS	17.772	230.556	12.157
4313375	Nova Santa Rita - RS	22.818	217.779	10.839
4313409	Novo Hamburgo - RS	257.746	3.897.297	15.062
4314050	Parobé - RS	51.634	437.733	8.073
4314803	Portão - RS	30.802	507.466	17.820
4317608	Santo Antônio da Patrulha - RS	39.500	319.678	8.235
4318408	São Jerônimo - RS	21.289	229.938	11.484
4318705	São Leopoldo - RS	211.663	2.390.931	11.252
4319901	Sapiranga - RS	78.045	840.093	10.635
4320008	Sapucaia do Sul - RS	126.316	1.468.189	10.799
4321204	Taquara - RS	55.473	437.647	7.236
4322004	Triunfo - RS	25.374	4.564.996	180.420
4323002	Viamão - RS	260.740	1.425.387	5.441
Código Municipal	Município	População Residente Estimada, 2009	PIBmun 2006corrente	PIB PER CAPITA 2006
	Total RM Recife	3.768.902	36.123.989	9.907
2611606	Recife - PE	1.561.659	18.318.451	12.091
	Periferia Metropolitana	2.207.243	17.805.538	8.355
2601052	Araçoiaba - PE	17.484	48.822	2.728



2602902	Cabo de Santo Agostinho - PE	171.583	2.838.063	16.486
2603454	Camaragibe - PE	143.210	468.805	3.118
2606804	Igarassu - PE	100.191	664.465	7.187
2607208	Ipojuca - PE	75.512	4.307.573	61.959
2607604	Ilha de Itamaracá - PE	18.658	75.925	3.996
2607752	Itapissuma - PE	24.406	405.552	17.743
2607901	Jaboatão dos Guararapes - PE	687.688	4.736.433	7.272
2609402	Moreno - PE	55.659	199.355	3.519
2609600	Olinda - PE	397.268	2.005.665	5.176
2610707	Paulista - PE	319.373	1.221.365	4.075
2600054	Abreu e Lima - PE	96.266	548.084	5.598
2613701	São Lourenço da Mata - PE	99.945	285.430	3.044
Código Municipal	Município	População Residente Estimada, 2009	PIBmun 2006corrente	PIB PER CAPITA 2006
	Total RM Brasília	3.507.914	93.671.344	28.156
5300108	Brasília	2.606.885	89.630.109	37.600
	Periferia Metropolitana	901.029	4.041.235	4.285
5200258	Águas Lindas de Goiás - GO	143.179	393.027	2.327
5200308	Alexânia - GO	20.706	289.600	12.764
5205497	Cidade Ocidental - GO	52.380	170.356	3.492
5208004	Formosa - GO	96.284	490.529	5.313
5212501	Luziânia - GO	210.064	1.415.893	7.561
5215231	Novo Gama - GO	88.835	262.748	2.724
5215603	Padre Bernardo - GO	28.012	106.306	4.215
5217609	Planaltina - GO	79.651	270.603	2.747
5219753	Santo Antônio do Descoberto - GO	58.474	192.594	2.438
5221858	Valparaíso de Goiás - GO	123.444	449.578	3.628

Fonte: IBGE



2. ESTRUTURA E DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL*

Marcelo Lopes de Souza
Rosane de Almeida Maia
Tiago Oliveira

Introdução

O mercado de trabalho do Distrito Federal possui características que o dotam de uma estrutura e uma dinâmica ímpar em relação aos demais espaços metropolitanos brasileiros. A centralidade do setor público na economia e no mercado de trabalho local, a elevada participação do trabalho por conta própria e a acentuada desigualdade de rendimentos são alguns dos traços marcantes dignos de nota.

Identificar o comportamento do mercado de trabalho do Distrito Federal ao longo dos anos 1990 e da presente década, ressaltando as novas tendências da evolução recente e seus impactos sobre a estrutura trabalhista local, constitui o principal objetivo do presente artigo. Para tanto, dividiu-se o texto em mais duas partes, excetuando essa breve introdução. Na primeira parte, analisa-se a evolução do mercado de trabalho do DF, com destaque para a dinâmica ocupacional e setorial, trajetória dos rendimentos e do desemprego. Por fim, a título de conclusão, apresenta-se uma sugestão de agenda que poderá nortear a elaboração de novas pesquisas.

O mercado de trabalho do DF nas décadas de 1990 e 2000

As análises do mercado de trabalho do Distrito Federal não podem relegar a um plano secundário o fato de a estrutura produtiva local ter se desenvolvido de forma bastante concentrada ao longo do tempo. Como reflexo, configurou-se um mercado de trabalho extremamente dependente das atividades econômicas ligadas à administração pública, aos serviços e ao comércio, além da relação muito incipiente com o setor industrial².

Isso de um lado. De outro, é recomendável ter sempre em mente as mudanças macroeconômicas do período recente. É bom lembrar que os anos 1990 interromperam a trajetória alicerçada em altas taxas de crescimento econômico e na forte regulação estatal da economia (no contexto do regime autoritário). No limiar da década passada, portanto, face ao esgotamento de tal modelo, precipitado pela crise da dívida dos anos 1980, adotou-se, de forma acrítica e subordinada, o arcabouço liberalizante reinante nos mercados internacionais na expectativa de recuperar o dinamismo perdido.

* Este artigo também foi publicado na Revista de Conjuntura, n° 37, jan./mar. 2009.

² De acordo com o IBGE, em 2006, o segmento da administração, saúde e educação pública respondia por 54,84% do PIB do Distrito Federal. Em contraposição, naquele ano, a indústria de transformação era responsável por somente 1,71% do PIB local.



Em verdade, as mudanças levadas a cabo ao longo da década passada ficaram bastante aquém dos objetivos declarados. A montagem de uma arquitetura econômico-financeira com vistas ao combate inflacionário e à reorientação no modelo de desenvolvimento, centrado em elevadas taxas de juros, desregulamentação dos mercados, privatizações e câmbio sobrevalorizado, sancionou um regime de baixo crescimento econômico e altas taxas de desemprego que aprofundou o quadro brasileiro de desigualdades sociais alarmantes.

Com a desvalorização cambial em 1999, uma guinada na gestão macroeconômica foi implementada, sob os auspícios do Fundo Monetário Internacional – FMI, sem, contudo, abrir mão de aprofundar o processo de inserção neoliberal do país à ordem global vigente. No plano interno, além da mudança do regime cambial, uma política fiscal mais dura, assentada na geração de superávits primários, associada a um programa de metas inflacionárias, inauguraram outra fase para a análise do desempenho da economia brasileira.

Entretanto, a retomada de um ciclo de crescimento só se fez sentir a partir de 2004. A partir desse ano foi possível observar a recuperação mais consistente da atividade econômica, especialmente do mercado de trabalho, impulsionada pelo cenário externo extremamente favorável e, paralelamente, pela adoção de algumas medidas importantes, como a diminuição das taxas de juros, a ampliação do crédito, a institucionalização de uma política nacional de valorização do salário mínimo e a massificação dos programas de transferência de renda. O crescimento mais acelerado do PIB e da massa salarial, a redução das taxas de desemprego acompanhada de um processo de formalização das relações trabalhistas e uma melhor distribuição da renda do trabalho revelam uma combinação mais propícia ao desenvolvimento com inclusão social.

No Distrito Federal, o mercado de trabalho acompanhou, em maior ou menor medida, a depender do aspecto analisado, as mudanças recentes do mercado de trabalho e da economia brasileira. Entre 1992 e 1999, de cada 100 pessoas que ingressaram na PEA, aproximadamente 45 o fizeram na condição de desempregado. Com isso, a taxa de desemprego aumentou de 15,4% em 1992 para 22,1% sete anos mais tarde, ao passo que a participação dos ocupados na PEA declinou 6,7 pontos percentuais nesse mesmo intervalo de tempo (Tabela 01).

Analisando o comportamento da ocupação, observa-se que de cada 100 postos de trabalho gerados no Distrito Federal entre 1992 e 1999, aproximadamente 71 eram assalariados, o que não foi suficiente para sustentar a participação deste contingente do mercado de trabalho na PEA. Interessante notar ainda que o ritmo de crescimento do trabalho por conta-própria (1,8%), inferior ao aumento da PEA (3,8%) e da ocupação (2,6%), implicou na redução da participação relativa desta forma de inserção produtiva, tanto na PEA quanto no universo dos trabalhadores ocupados (Tabela 01). Este movimento pode ser visto como uma peculiaridade do mercado de trabalho local, uma vez que foi justamente o trabalho por conta própria, aliado ao trabalho doméstico e ao emprego sem carteira assinada, que ajudaram a evitar que o desemprego alcançasse proporções ainda mais alarmantes no Brasil dos anos 1990³.

³ BALTAR, P. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (Orgs.). Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Editora Unesp; Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2003.



Dentre os assalariados, constata-se que, no Distrito Federal, entre 1992 e 1999, o setor privado registrou um ritmo de crescimento da ocupação mais acelerado do que o setor público: 4,1% contra 1,3%, respectivamente. Ainda assim, o peso do emprego público na PEA do Distrito Federal era de 22,6% em 1999, um percentual que pode ser considerado elevado quando comparado às demais regiões metropolitanas brasileiras pesquisadas pela PED⁴. Atendo-se ao setor privado, observa-se que o crescimento do emprego sem registro em carteira foi superior ao do emprego com registro (4,7% e 3,9%, respectivamente). Não obstante, no intervalo de tempo analisado, de cada 100 empregos criados no setor privado, em média, 75 possuíam registro em carteira, ao passo que 25 trabalhavam à margem da legislação trabalhista vigente no país (Tabela 01).

Tabela 1

Distrito Federal: evolução da população economicamente ativa, da condição de ocupação e do desemprego entre 1992 e 1999

ITENS	1992	1999	VARIAÇÃO ABSOLUTA ANUAL	VARIAÇÃO RELATIVA ANUAL
PEA	733.181 (100%)	952.644 (100%)	31.352	3,8%
PEA OCUPADA	84,6%	77,9%	17.388	2,6%
CONTA PRÓPRIA	11,9%	10,4%	1.626	1,8%
DOMÉSTICOS	10,0%	9,0%	1.853	2,4%
OUTRAS POSIÇÕES	6,9%	6,5%	1.600	2,9%
ASSALARIADO	55,8%	52,0%	12.313	2,8%
Setor Privado	28,9%	29,4%	9.735	4,1%
Com Registro	22,7%	22,8%	7.272	3,9%
Sem Registro	6,2%	6,6%	2.463	4,7%
Setor Público	26,8%	22,6%	2.662	1,3%
DESEMPREGADO	15,4%	22,1%	13.964	9,3%

Fonte: PED-DF – Convênio STRAB-GDF, SEADE-SP e DIEESE.

Obs.: quaisquer pequenas diferenças nos dados apresentados devem-se a arredondamentos.

⁴ De acordo com a PED, em 1999, o peso do emprego público, comparativamente à PEA, nas regiões metropolitanas era de 10,4% em Belo Horizonte; 9,7% em Porto Alegre; 10,5% em Recife; 11,1% em Salvador e 6,9% em São Paulo.



Já no período entre 1999 e 2008, em oposição ao período anterior, o mercado de trabalho do Distrito Federal apresentou sinais de recuperação sob vários aspectos, acompanhando as mudanças vividas pela economia brasileira. Em primeiro lugar, cabe destacar que de cada 100 pessoas que ingressaram no mercado de trabalho no período em tela, 97 conseguiram alguma ocupação e somente 3 ficaram desempregadas. Assim sendo, o nível de ocupação e a taxa de desemprego, em 2008, atingiram, respectivamente, 83,4% e 16,6%. Vale lembrar que, em 1999, o nível de ocupação era de quase 78% e a taxa de desemprego situava-se ao redor de 22% (Tabela 02).

Em termos qualitativos, o mercado de trabalho local apresentou sinais contraditórios entre 1999 e 2008. Se, de um lado, o emprego assalariado cresceu de forma mais acelerada do que o verificado no período precedente (4,9% contra 2,8%, respectivamente), com destaque para os contratos de trabalho com registro em carteira (7,3%), por outro lado, o assalariamento sem o amparo da lei continuou crescendo em ritmo elevado (5,3%), além do trabalho por conta própria ter experimentado uma expansão ainda mais rápida (6,5%) (Tabela 02).

Nesse período, o crescimento do emprego público foi um pouco superior ao registrado entre 1992 e 1999, sendo o setor privado, de longe, o principal responsável pela geração de postos de trabalho assalariados no Distrito Federal entre 1999 e 2008 (Tabela 02).

Tabela 2

Distrito Federal: evolução da população economicamente ativa, da condição de ocupação e do desemprego entre 1999 e 2008

ITENS	1999	2008	VARIAÇÃO ABSOLUTA ANUAL	VARIAÇÃO RELATIVA ANUAL
PEA	952.644 (100%)	1.341.078 (100%)	43.159	3,9%
PEA OCUPADA	77,9%	83,4%	41.862	4,7%
CONTA PRÓPRIA	10,4%	13,0%	8.427	6,5%
DOMÉSTICOS	9,0%	7,6%	1.714	1,8%
OUTRAS POSIÇÕES	6,5%	6,1%	2.199	3,1%
ASSALARIADO	52,0%	56,8%	29.523	4,9%
Setor Privado	29,4%	38,1%	25.589	6,9%
Com Registro	22,8%	30,6%	21.433	7,3%
Sem Registro	6,6%	7,5%	4.156	5,3%
Setor Público	22,6%	18,7%	3.928	1,7%
DESEMPREGADO	22,1%	16,6%	1.279	0,6%

Fonte: PED-DF – Convênio STRAB-GDF, SEADE-SP e DIEESE.

Obs.: quaisquer pequenas diferenças nos dados apresentados devem-se a arredondamentos.



A menor dependência do mercado de trabalho do Distrito Federal em relação ao setor público pode ser atestada ainda pela análise das informações apresentadas nas tabelas 03 e 04. Nelas, vê-se que, apesar de o setor público ostentar nos dois períodos analisados uma taxa de crescimento da ocupação positiva, esta vem ocorrendo de forma relativamente estável e sempre abaixo do ritmo de crescimento da PEA ocupada. Entre 1992 e 1999, a administração pública no Distrito Federal reduziu a sua participação na ocupação de 20,2% para 19,5%. No período subsequente, a queda foi ainda mais expressiva, alcançando em 2008 o patamar de 16,1%. Não obstante, a administração pública, ao lado do comércio, é o segundo maior empregador do Distrito Federal, atrás somente do setor de serviços e bem à frente da indústria e da construção civil.

Como é sabido, o cenário econômico dos anos 1990 foi bastante desfavorável para a produção e o emprego uma vez que dois dos principais preços da economia – a taxa de juros e de câmbio – prejudicaram a expansão do crédito (e, conseqüentemente, dos investimentos) e das exportações e, portanto, o crescimento econômico. Nesse contexto, é natural que a indústria, a construção civil e o comércio tenham registrado uma retração relativa no número de postos de trabalho na década passada. A construção civil, em particular, contabilizou uma redução em termos absolutos no contingente de trabalhadores ligados ao setor (Tabela 03). A desvalorização cambial e a trajetória descendente das taxas de juros básica da economia (SELIC) iniciada em meados de 2003 deram novos estímulos a estes setores que, acompanhado do crescimento da massa salarial, puderam voltar a ampliar a oferta de postos de trabalho (Tabela 04).

Com relação ao setor de serviços, percebe-se que sua importância como o principal setor da atividade econômica em termos de absorção de mão-de-obra consolidou-se ao longo dos anos 1990 e dos 2000. Somente na presente década, de cada 100 ocupações geradas, cerca de 60 foram neste setor.

Assim sendo, percebe-se que o mercado de trabalho do Distrito Federal ainda encontra-se muito dependente do setor de serviços, da administração pública e do comércio, enquanto a construção civil e a indústria de transformação possuem uma importância secundária. O fato é que as mudanças em curso desde a década passada pouco contribuíram para alterar esse quadro.



Tabela 3**Distrito Federal: evolução da ocupação segundo setor de atividade entre 1992 e 1999**

ITENS	1992	1999	VARIAÇÃO ABSOLUTA ANUAL	VARIAÇÃO RELATIVA ANUAL
PEA OCUPADA	620.524 (100%)	742.239 (100%)	17.338	2,6%
INDÚSTRIA	4,3%	3,9%	392	1,4%
CONSTRUÇÃO CIVIL	5,5%	4,1%	-587	-1,8%
COMÉRCIO	15,0%	14,5%	2.067	2,1%
SERVIÇOS	53,7%	57,2%	13.032	3,5%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	20,2%	19,5%	2.776	2,1%
OUTROS SETORES	1,4%	0,9%	-291	-3,9%

Fonte: PED-DF – Convênio STRAB-GDF, SEADE-SP e DIEESE.

Obs.: quaisquer pequenas diferenças nos dados apresentados devem-se a arredondamentos.

Tabela 4**Distrito Federal: evolução da ocupação segundo setor de atividade entre 1999 a 2008**

ITENS	1999	2008	VARIAÇÃO ABSOLUTA ANUAL	VARIAÇÃO RELATIVA ANUAL
PEA OCUPADA	742.239 (100%)	1.118.998 (100%)	41.862	4,7%
INDÚSTRIA	3,9%	4,1%	1.900	5,2%
CONSTRUÇÃO CIVIL	4,1%	4,5%	2.278	5,9%
COMÉRCIO	14,5%	16,0%	7.984	5,8%
SERVIÇOS	57,2%	57,2%	13.032	3,5%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	19,5%	16,1%	4.000	2,5%
OUTROS SETORES	0,9%	1,1%	682	7,8%

Fonte: PED-DF – Convênio STRAB-GDF, SEADE-SP e DIEESE.

Obs.: quaisquer pequenas diferenças nos dados apresentados devem-se a arredondamentos.



Da análise do comportamento dos serviços, constata-se que, entre 1992 e 1999, o crescimento do setor foi sustentado, principalmente, pelos serviços comunitários (9,2%), especializados (8,0%) e pessoais (7,9%), muito embora os serviços domésticos ainda tenham permanecido como principal empregador do setor: 2 em cada 10 ocupados nos serviços exerciam, em 1999, atividades domésticas (Tabela 05).

Por outro lado, no período em tela, tanto o segmento de reparação (-329, por ano), quanto o ramo creditício (-67, por ano), assinalaram uma supressão, em termos absolutos, de postos de trabalho (Tabela 05).

Tabela 5

Distrito Federal: evolução da ocupação segundo setor de atividade de serviços entre 1992 e 1999

ITENS	1992	1999	VARIAÇÃO ABSOLUTA ANUAL	VARIAÇÃO RELATIVA ANUAL
OCUPADOS NOS SERVIÇOS	333.058 (100%)	424.279 (100%)	13.032	3,5%
OFICINA	3,6%	3,2%	242	1,9%
REPARAÇÃO	10,6%	7,8%	-329	-1,0%
TRANSPORTES	6,8%	5,8%	273	1,2%
ESPECIALIZADO	5,2%	7,1%	1.790	8,0%
CREDITÍCIO	6,1%	4,7%	-67	-0,3%
ALIMENTAÇÃO	7,9%	8,5%	1.400	4,6%
EDUCAÇÃO	12,2%	12,9%	1.989	4,3%
SAÚDE	7,8%	8,5%	1.450	4,8%
AUXILIARES	2,8%	3,3%	701	6,3%
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	22,0%	20,3%	1.850	2,4%
SERVIÇOS PESSOAIS	2,6%	3,5%	866	7,9%
SERVIÇOS COMUNITÁRIOS	2,9%	4,2%	1.157	9,2%
OUTROS SERVIÇOS ⁽¹⁾	9,5%	10,3%	1.713	4,7%

Fonte: PED-DF – Convênio STRAB-GDF, SEADE-SP e DIEESE.

Nota: ⁽¹⁾ serviços de comunicação; diversões; radiodifusão e televisão; comércio e adm. de valores imobiliários e de imóveis; serviços de utilidade pública; e outros serviços.

Obs.: quaisquer pequenas diferenças nos dados apresentados devem-se a arredondamentos.



Entre 1999 e 2008, por sua vez, o setor de serviços cresceu de forma ainda mais expressiva: 4,8% contra 3,5% do período anterior. Tal crescimento alicerçou-se, fundamentalmente, na excelente performance dos serviços auxiliares (17,8%), nos serviços pessoais (9,4%) e, em menor medida, no ramo alimentício (5,6%) e no agregado outros serviços (5,5%). Juntos, estes setores responderam por 52 de cada 100 postos de trabalho criados nos serviços. Na outra ponta, apresentaram crescimentos bem mais modestos os serviços domésticos (1,8%), reparação (2,7%) e transportes (2,7%).

Tabela 6

Distrito Federal: evolução da ocupação segundo setor de atividade de serviços entre 1999 a 2008

ITENS	1999	2008	VARIAÇÃO ABSOLUTA ANUAL	VARIAÇÃO RELATIVA ANUAL
OCUPADOS NOS SERVIÇOS	424.279 (100%)	649.314 (100%)	25.004	4,8%
OFICINA	3,2%	3,2%	796	4,8%
REPARAÇÃO	7,8%	6,5%	1.009	4,8%
TRANSPORTES	5,8%	4,8%	722	2,7%
ESPECIALIZADO	7,1%	6,9%	1.685	4,7%
CREDITÍCIO	4,7%	4,7%	1.190	4,9%
ALIMENTAÇÃO	8,5%	9,1%	2.539	5,6%
EDUCAÇÃO	12,9%	11,5%	2.224	3,5%
SAÚDE	8,5%	8,5%	2.106	4,8%
AUXILIARES	3,3%	9,5%	5.312	17,8%
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	20,3%	15,6%	1.714	1,8%
SERVIÇOS PESSOAIS	3,5%	5,1%	2.019	9,4%
SERVIÇOS COMUNITÁRIOS	4,2%	3,6%	662	3,3%
OUTROS SERVIÇOS ⁽¹⁾	10,3%	10,9%	3.026	5,5%

Fonte: PED-DF – Convênio STRAB-GDF, SEADE-SP e DIEESE.

Nota: ⁽¹⁾ serviços de comunicação; diversões; radiodifusão e televisão; comércio e adm. de valores imobiliários e de imóveis; serviços de utilidade pública; e outros serviços.

Obs.: quaisquer pequenas diferenças nos dados apresentados devem-se a arredondamentos.



Os salários no mercado de trabalho do Distrito Federal acompanharam a tendência nacional. Primeiramente, percebe-se que a estabilização dos preços a partir de meados de 1994 trouxe consigo benefícios salariais não desprezíveis para o conjunto dos trabalhadores. Entre 1992 e 1995, por exemplo, os ocupados contabilizaram uma expansão dos rendimentos de aproximadamente 7,4% acima da inflação, saindo de R\$ 1.699 para R\$ 1.824. Nesse mesmo intervalo de tempo, o principal destaque foi a ampliação do poder de compra dos trabalhadores autônomos, com um ganho real de quase 25,0% (Tabela 07).

Entretanto, a evolução real dos rendimentos na segunda metade da década passada apresentou resultados diametralmente opostos ao verificado entre 1992 e 1995. A manutenção das taxas de juros entre as maiores do mundo combinada com uma sobrevalorização da moeda nacional, entre outros fatores, minaram a capacidade de investimento privado fazendo com que as taxas de desemprego explodissem. No setor público, o enorme esforço fiscal com vistas à rolagem da dívida pública, alimentado pelas exorbitantes taxas de juros, também deixou pouca margem de manobra para a ampliação dos investimentos públicos.

Além disso, a ausência de uma política de elevação dos salários de base da economia dificultou sobremaneira o processo de expansão dos salários na economia brasileira e acentuou ainda mais a concentração de renda. Na defensiva, o movimento sindical viu seu poder de barganha reduzido significativamente.

Ao final da década passada, o resultado, portanto, não poderia ter sido outro: em termos reais, os rendimentos dos ocupados registraram um recuo superior a 5,0%, atingindo, em 2000, o patamar de R\$ 1.729. No mesmo sentido, os assalariados contabilizaram um decréscimo dos rendimentos em quase 10%, refletindo a queda verificada tanto no setor privado quanto no setor público. No entanto, os trabalhadores autônomos foram os mais prejudicados, assinalando, no ano 2000, um rendimento médio real quase 20,0% inferior ao vigente em 1995 (Tabela 07).

A tabela 07 mostra ainda que a tendência baixista dos salários no Distrito Federal aprofundou-se entre 2000 e 2003. A partir daí, no rastro de um crescimento econômico mais robusto, como já foi mencionado anteriormente, os salários voltam a contabilizar taxas de crescimento superior à inflação. Entre 2003 e 2008, o rendimento médio real dos ocupados aumenta aproximadamente 16,4% e dos assalariados, 18,7%. Nesse último caso, o crescimento mais expressivo ficou por conta do rendimento dos trabalhadores do setor público (43,4%), uma vez que o rendimento no setor privado apresentou uma elevação bem mais modesta (8,8%). Os autônomos, por seu turno, registraram em 2008 um rendimento médio em termos reais 10,6% superior ao verificado em 2003 (Tabela 07).

Interessante notar, entretanto, que a recuperação recente dos salários no mercado de trabalho do Distrito Federal não foi o suficiente para retornar ao patamar salarial vigente em 1995, exceto no caso dos trabalhadores do setor público. A título ilustrativo, cabe citar que o rendimento médio real dos ocupados em 2008 representava cerca de 95,0% daquele verificado em 1995 (Tabela 07).



Tabela 7

Distrito Federal: rendimento⁽¹⁾ médio real por posição na ocupação nos períodos de selecionados entre 1992 a 2008

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	ANO				
	R\$				
	1992	1995	2000	2003	2008
OCUPADOS	1.669	1.824	1.729	1.485	1.729
ASSALARIADOS	1.997	2.116	1.908	1.675	1.988
Setor Privado	1.095	1.128	1.069	924	1.005
Setor Público	2.962	3.214	3.039	2.893	4.150
AUTÔNOMOS	980	1.222	983	796	880

Fonte: PED-DF – Convênio STRAB-GDF, SEADE-SP e DIEESE.

Nota: ⁽¹⁾ Em reais. Valores atualizados até novembro/08.

À Guisa de Conclusão: Uma Proposta de Agenda Futura de Pesquisas

O mercado de trabalho no Distrito Federal se distingue das demais Regiões Metropolitanas brasileiras pesquisadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED devido a sua estrutura ocupacional, que apresenta especificidades dignas de notas, dentre elas: uma participação significativa da administração pública na ocupação total, uma expressiva concentração de renda entre setores de atividade e regiões administrativas e uma dinâmica ocupacional determinada pelo setor de serviços, imprimindo características típicas das chamadas economias “terciarizadas”.

Nesse sentido, cumpre investigar com mais profundidade, nas pesquisas a serem realizadas nos próximos anos, os seguintes aspectos do mercado de trabalho local:

MULHERES - Desde 1992, quando se iniciou a PED no Distrito Federal, o mercado de trabalho passou por grandes transformações, decorrentes, principalmente, da forte presença das mulheres, cuja taxa de participação cresceu a um ritmo muito superior ao verificado para os homens. A maior participação das mulheres no mercado de trabalho pode estar associada a vários fatores, dentre eles à queda do rendimento familiar e ao próprio perfil do mercado de trabalho do DF, no qual se constata a reduzida participação da indústria de transformação, além da maior escolaridade da mão de obra feminina em relação a de outras metrópoles brasileiras⁵. Entender os fatores que influenciam esse comportamento e as implicações sobre a demanda por serviços públicos parece ser de extrema importância para os formuladores de políticas locais.

⁵ MARQUES, L. A. e IBARRA, A. O mercado de trabalho no DF entre 1992 e 2004. Revista de Conjuntura. CORECON DF, ano VI, n. 21, Jan-Mar de 2005. P. 11 a 16.



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – Entre 1992 e 2004 o forte ajuste sobre o setor público provocou uma sensível redução da participação da administração pública na ocupação total. Já nos anos seguintes houve um incremento do emprego, insuficiente, entretanto, para recuperar sua posição anterior na estrutura ocupacional. Contudo, o rendimento real da administração pública cresceu a taxas superiores às da iniciativa privada implicando em um fortalecimento da massa salarial responsável por grande parte da dinamização recente da economia do Distrito Federal. Portanto, mediante estudos comparativos com estruturas ocupacionais distintas, há que se buscar entender melhor os impactos decorrentes das medidas de política econômica associadas à conjuntura econômica, notadamente as políticas de crédito (especialmente o consignado), fiscais e monetárias, considerando-se as características do emprego e da negociação coletiva na administração pública.

TRABALHADORES POR CONTA-PRÓPRIA – O comportamento do nível de emprego dos trabalhadores por conta-própria parece ser pró-cíclico no contexto do mercado de trabalho distrital. Isso significa dizer que, no período de desaceleração econômica da década de 90, a evolução dessas ocupações foi tímida e não chegou a compensar a decaída do emprego formal, implicando em maior desemprego para os trabalhadores brasileiros. Em sentido contrário, a partir da recuperação observada dos anos 2000, o ritmo de crescimento do emprego dos autônomos passa também a se acelerar, o que pode estar associado ao incremento da terceirização e à maior necessidade de contratação dos serviços de trabalhadores por conta-própria pelas empresas. Esse fato, que parece paradoxal com as análises realizadas para as demais regiões metropolitanas do País, é de crucial interesse para o aprofundamento do entendimento acerca das características e da dinâmica do mercado de trabalho local.

DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS – As principais informações estatísticas sobre mercado de trabalho mostram que o Distrito Federal ostenta a pior distribuição de renda do país. Como se produziram e se reproduzem essas desigualdades ao longo do tempo constitui um importante tema para estudos futuros.

OUTROS TEMAS: desemprego juvenil, questão racial e discriminação no mercado de trabalho, informalidade e precariedade (emprego em setores de baixa produtividade, reconhecida instabilidade laboral, baixas remunerações e falta de acesso à seguridade social). Segundo as estatísticas conhecidas, nas regiões metropolitanas, pelo menos 40% dos ocupados trabalham por conta própria, no serviço doméstico ou em micro e pequenas empresas de baixa produtividade e renda - problemas estruturais do País que exigem um aprofundamento analítico que leve em conta a composição específica e as potencialidades dos mercados de trabalhos locais para sua superação.



3 - POLÍTICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA - MTE

Adriana Maria Giuberti

1. Introdução

A missão do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE consiste em promover políticas universais de emprego, trabalho e renda - articuladas com as políticas de desenvolvimento -, que assegurem condições dignas de trabalho, a promoção de um novo contrato social das relações de trabalho e o estímulo ao empreendedorismo e às atividades econômicas orientadas pela autogestão.

Para tanto, o MTE conta em sua estrutura organizacional com diversas secretarias, além de uma entidade vinculada, que desenvolvem programas e ações voltadas para o aumento de postos de trabalho e para a melhoria das condições enfrentadas pelos trabalhadores.

- 1) Secretaria de Políticas Públicas de Emprego;
- 2) Secretaria de Inspeção do Trabalho;
- 3) Secretaria de Relações do Trabalho;
- 4) Secretaria Nacional de Economia Solidária;
- 5) Programa de Microcrédito Produtivo e Orientado;
- 6) Observatório do Mercado de Trabalho Nacional;
- 7) Entidade vinculada: Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO.

Assim, destacamos abaixo o importante papel de algumas práticas do Ministério do Trabalho e Emprego para o Brasil, e particularmente, para o Distrito Federal, no que se refere a geração de trabalho, emprego e renda.

2. Principais programas e ações do MTE no Distrito Federal

2.1 - Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE

O Programa “Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda” é de natureza finalística e de ação continuada. Seu principal objetivo é atender ao trabalhador dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso ou ainda aqueles à procura de postos de trabalho. Sua gestão e acompanhamento, incluídas as rotinas de execução financeira e orçamentária, ficam a cargo da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego.



Esse programa reúne a maioria das ações nucleares do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, a saber: “Habilitação do Trabalhador ao Seguro-Desemprego”, “Pagamento do Benefício Abono Salarial”, “Pagamento do Seguro-Desemprego”, “Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra”, “Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED”, “Relação Anual de Informações Sociais – RAIS” e ainda, “Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS”.

O referido programa visa a consolidação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, por intermédio da execução integrada e articulada das ações, a fim de:

- i) reformular as ações de emprego, fortalecendo as políticas ativas e atendendo, de forma adequada, grupos vulneráveis do mercado de trabalho;
- ii) elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho via Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE;
- iii) reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades; e,
- iv) mitigar o custo social do desemprego pela maior abrangência da intermediação do emprego e da assistência financeira ao trabalhador conforme previsão legal.

O público-alvo das ações executadas pelo Programa é o trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso a procura de postos de trabalho e empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial ou seguro-desemprego.

Como exemplo da atuação da SPPE no Distrito Federal, a tabela abaixo traz o resultado da Intermediação de Mão de Obra – IMO. Nela podemos ver o número de pessoas inscritas no programa, as vagas oferecidas pelas empresas, os candidatos encaminhados e os profissionais colocados.



Tabela 1 – Intermediação de Mão de Obra no Distrito Federal, 2009

DISTRITO FEDERAL - janeiro/2009 a dezembro/2009											
Reg.*	Posto	Variáveis				Indicadores (%)					
		Insc.	Vagas	Encam.	Coloc.	E/I	C/I	V/I	E/V	C/V	C/E
C	Asa Norte A - Tenda	13.305	636	1.263	82	9	1	5	2	13	6
C	Asa Norte	8.845	3.108	3.818	1.127	43	13	35	1,2	36	30
C	Brasília	5.970	3.845	2.450	1.012	41	17	64	0,6	26	41
C	Brazlândia	2.311	595	1.458	477	63	21	26	2,5	80	33
C	Candangolândia	1.000	347	1.013	111	101	11	35	2,9	32	11
C	Ceilândia	11.072	1.842	7.389	756	67	7	17	4	41	10
C	Ceilândia (P SUL)	2.263	521	4.697	513	208	23	23	9	98	11
C	Gama	5.922	674	2.627	676	44	11	11	3,9	100	26
C	Guará	4.042	986	2.117	458	52	11	24	2,1	46	22
C	Paranoá	3.418	1331	3.286	514	96	15	39	2,5	39	16
C	Planaltina	6.747	559	3.196	744	47	11	8	5,7	133	23
C	Rec. das Emas	3.608	226	3.125	327	87	9	6	13,8	145	10
C	Riacho Fundo	2.006	215	1.393	217	69	11	11	6,5	101	16
C	Samambaia	8.292	1209	9.349	1457	113	18	15	7,7	121	16
C	Santa Maria	4.318	450	3.597	416	83	10	10	8	92	12
C	São Sebastião	4.075	729	3.145	599	77	15	18	4,3	82	19
C	Sobradinho	4.332	791	4.369	654	101	15	18	5,5	83	15
C	Taguatinga	12.882	4.837	7.572	1.801	59	14	38	1,6	37	24
Total (18)		104.408	22.901	65.864	11.941	63	11	22	2,9	52	18

Conforme tabela acima podemos constatar que 104.408 candidatos se inscreveram a uma vaga nos postos do SINE – Sistema Nacional de Emprego, no Distrito Federal, em 2009. Destes, 65.864 trabalhadores foram encaminhados para as 22.901 vagas disponíveis, sendo que 11.941 foram contratados.

Na tabela 2 é possível visualizar o resultado da concessão do seguro-desemprego no Distrito Federal, por setor e por gênero.

Para fins de entendimento, a Bolsa Qualificação é a suspensão do contrato de trabalho para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional. Esta é uma medida que surge como alternativa à demissão do trabalhador formal, em momentos de retração da atividade econômica que, por razões conjunturais associadas ao ambiente macroeconômico ou motivações cíclicas e estruturais, causam impactos inevitáveis ao mercado de trabalho.

O Seguro Desemprego - Pescador Artesanal é uma assistência financeira temporária concedida ao pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de



economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, que teve suas atividades paralisadas no período de defeso.

O Seguro Desemprego - Empregado Doméstico é um auxílio temporário concedido ao empregado doméstico desempregado, inscrito no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, que tenha sido dispensado sem justa causa.

O Seguro Desemprego - Trabalhador Resgatado é um auxílio temporário concedido ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo.

Tabela 2 – Concessão do Seguro-Desemprego no DF, por setor e por gênero

		1) INDÚSTRIA	1) CONSTRUÇÃO CIVIL	3) COMÉRCIO	4) SERVIÇOS	5) AGRICULTURA	6) OUTROS	IGNORADO	TOTAL GÊNERO
BOLSA QUALIFICAÇÃO	MASCULINO	28	0	0	1	0	0	0	29
	FEMININO	51	0	0	0	0	0	0	51
TOTAL SETOR 80		79	0	0	1	0	0	0	80
EMPREGADO DOMÉSTICO	MASCULINO	0	0	0	45	0	0	0	45
	FEMININO	0	0	0	142	0	0	0	142
TOTAL SETOR 187		0	0	0	187	0	0	0	187
TRABALHADOR FORMAL	MASCULINO	6.105	13.427	24.716	33.854	2.259	0	467	80.828
	FEMININO	3.062	926	18.087	28.042	560	1	340	51.018
	IGNORADO	0	0	1	1	0	0	1	3
TOTAL SETOR 131.849		9.167	14.353	42.804	61.897	2.819	1	808	131.849
TRABALHADOR RESGATADO	MASCULINO	1.064	1.250	9	0	0	0	564	2.887
	FEMININO	66	138	0	0	0	0	28	232
TOTAL SETOR 3.119		1.130	1.388	9	0	0	0	592	3.119

* Dados atualizados em 30/07/2010.

Um outro serviço que é realizado pelo MTE - e de extrema importância - é o de fornecer informações e indicadores sobre o Mercado de Trabalho, como a RAIS – Relação Anual de Informações Sociais e o CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Estes registros, além de subsidiar os programas de políticas públicas de trabalho, emprego e renda, servem, também, como base para a elaboração de estudos, pesquisas e projetos ligados ao mercado de trabalho.

A RAIS, criada pelo Decreto nº 76.900/75, é um registro administrativo de periodicidade anual, de caráter obrigatório e abrange todo o território nacional.

Apresenta ampla possibilidade de desagregação geográfica, inclusive municipal, setorial e ocupacional, contemplando os estatutários e celetistas. Contém dados sobre o mercado de trabalho formal relativos aos empregados (tipo de vínculo, remuneração, grau de instrução, ocupação) e aos estabelecimentos (atividade econômica, área geográfica, quantidade de vínculos, natureza jurídica, dentre outros).

A RAIS é amplamente utilizada para elaboração de prognósticos e definição de diretrizes sobre as políticas públicas de emprego e renda, sendo também suas informações cadastrais pilares de pesquisas domiciliares.



Originalmente, foi criada para conter informações destinadas ao controle de entrada da mão-de-obra estrangeira no Brasil e dos registros relativos ao FGTS, para subsidiar o controle de arrecadação e concessão de benefícios pelo Ministério da Previdência Social, para servir de base de cálculo do PIS/PASEP e gerar estatísticas. Atualmente, atendendo ao dispositivo constitucional, viabiliza a concessão do pagamento do Abono Salarial, sendo considerado o único instrumento de governo para esse fim. A série histórica teve início a partir de 1985, com vigência até a presente data.

Aproximadamente 7,4 milhões de estabelecimentos declaram a RAIS, abrangendo em torno de 61,1 milhões de vínculos empregatícios. Apresenta uma cobertura acima de 97%, sendo considerada como censo anual do mercado de trabalho formal.

Devem declarar as informações todos os estabelecimentos inscritos no cadastro CNPJ do Ministério da Fazenda e os empregadores com matrícula no cadastro específico do INSS.

O CAGED foi instituído em 1965, com periodicidade mensal, sendo de caráter obrigatório para as empresas que movimentam mão-de-obra. O universo abrangido corresponde somente aos trabalhadores regidos pela CLT. Apresenta amplas possibilidades de desagregação das informações em nível geográfico, setorial e ocupacional, constituindo o único instrumento de acompanhamento conjuntural de mercado de trabalho nacional com esse nível de desagregação.

Foi criado como instrumento de fiscalização do processo de admissão e dispensa dos empregados regidos pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Inicialmente, objetivou, dentre outras ações, gerir e controlar a concessão do auxílio desemprego. Mais recentemente, tornou-se instrumento de subsídio à reciclagem profissional e à recolocação do trabalhador no mercado de trabalho, sendo ainda, importante ferramenta para a fiscalização no que diz respeito ao cumprimento da Legislação Trabalhista.

O CAGED é declarado, em média, por 740.000 estabelecimentos, mensalmente, totalizando mais de 3,1 milhões de movimentações mensais e um estoque de cerca de 34 milhões de empregos celetistas. O CAGED, dada sua abrangência nacional, alcançando informações sobre municípios, ocupação e atividade econômica, é reconhecido como um censo mensal do mercado formal celetista, com uma cobertura em torno de 85%. Deve ser declarado por todo estabelecimento que movimentou empregado regido pela CLT, objetivando acompanhar e fiscalizar o processo de admissão e dispensa e estabelecer medidas contra o desemprego.

Conforme tabela abaixo, pode-se visualizar o saldo de empregos gerados no DF, conforme dados do CAGED, no ano de 2009. No período, 17.422 novos postos de trabalhos foram oferecidos aos trabalhadores do Distrito Federal, sendo que os setores de atividades que mais se destacaram foram a construção civil, o comércio e o serviço. Um dado que chama a atenção é a proporção de homens que ocuparam as vagas oferecidas. No setor da construção civil já seria esperada uma supremacia masculina, porém na área de serviços precisaria ser melhor investigada.



Tabela 3 – Saldo de Empregos Gerados no DF, por Setor de Atividade e Sexo – 2009

SETOR DE ATIVIDADE	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	(%)
Estrativa mineral	49	4	53	0,30
Indústria de transformação	824	149	973	5,58
Serviços Industriais de utilidade pública	-176	25	-151	-0,87
Construção Civil	5.780	387	6.167	35,40
Comércio	3.383	2.076	5.459	31,33
Serviços	4.724	-89	4.635	26,60
Administração pública	92	163	255	1,46
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	-8	39	31	0,16
TOTAL	14.668	2.754	17.442	100,00
(%) Por Sexo	84,9	15,81	100,00	

2.2 - Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT

O Brasil ainda convive com casos de trabalho escravo ou análogo à escravidão, cuja forma mais frequente é a “servidão por dívida”. O trabalho escravo viola os direitos humanos fundamentais e priva milhares de brasileiros da cidadania e da participação na vida nacional. Sua erradicação é pressuposto da consolidação do Estado Democrático de Direito; por isso transformou-se em alvo prioritário de políticas públicas que articulam as dimensões sociais, econômicas e ambientais do desenvolvimento. Foi por isso que foi criado o Programa de Erradicação do Trabalho Escravo.

O programa tem como objetivo geral erradicar o trabalho escravo no Brasil. Seus objetivos imediatos consistem em resgatar os trabalhadores submetidos à condição de escravo ou análoga dos locais onde se encontram, assegurar-lhes o recebimento dos direitos trabalhistas e prestar-lhes a assistência emergencial (alimentação, hospedagem e transporte aos municípios de origem). Também prevê o pagamento do seguro-desemprego, em três parcelas de um salário mínimo cada, aos resgatados que não possuem renda suficiente à própria subsistência e à de sua família.

A situação de pobreza de grande parcela da força de trabalho, a insegurança, a insalubridade e a defasagem tecnológica de atividades econômicas intensivas em mão-de-obra, as deficiências da regulamentação e da inspeção laboral alinhavam-se entre os principais fatores responsáveis, no passado, pelos elevados índices de acidentes, doenças e mortes relacionadas ao trabalho. As mudanças nos paradigmas da produção, a precarização do trabalho, a terceirização, o acirramento da competitividade - fenômenos acelerados, nas últimas décadas, pelo avanço da globalização econômica - vieram adicionar novos ingredientes ao problema da saúde e segurança no trabalho. Apesar dos progressos obtidos, o país convive ainda com preocupantes níveis de acidentes e doenças ocupacionais, situação incompatível com o projeto de nação desenvolvida e socialmente justa.

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), instituído há três décadas, compõe, ao lado das ações normativas e fiscais, o tripé sobre o qual assenta a política pública de segurança e saúde no trabalho, com o objetivo promover o bem-estar dos trabalhadores, melhorar os ambientes de trabalho, estimular a produtividade e favorecer o diálogo social. Nessa ótica, o PAT é a principal política pública de segurança alimentar direcionada aos trabalhadores.



O programa faculta às pessoas jurídicas a dedução das despesas com alimentação de seus trabalhadores em até 4% do imposto de renda devido.

Todas as pessoas jurídicas que contratam trabalhadores, inclusive as isentas do imposto de renda, podem participar do PAT de três formas:

- empresa beneficiária, a que concede um benefício-alimentação ao trabalhador por ela contratado;
- empresa fornecedora, a que prepara e comercializa a alimentação (refeição pronta ou cestas de alimentos) para outras empresas;
- prestadora de serviços de alimentação coletiva, a que administra documentos de legitimação (impressos ou cartões eletrônicos/magnéticos) para aquisição de gêneros alimentícios em supermercados (alimentação-convênio) ou para refeições em restaurantes (refeição-convênio).
- as pessoas físicas também podem participar do PAT, desde que equiparadas às pessoas jurídicas, com matrícula no Cadastro Específico do Instituto Nacional de Seguridade Social.

A tabela 3 demonstra a atuação da SIT no Distrito Federal, em 2009. Os dados revelam que foram fiscalizadas 6.864 empresas no período, sendo que destas, 404 foram notificadas e 12.979 trabalhadores que se encontram na informalidade foram registrados.

Tabela 4 – Ações fiscalizadoras do MTE no Distrito Federal, 2009

UF	Empresas Fiscalizadas	Trabalhadores Registrados Sob Ação Fiscal				Recolhimento do FGTS		
		Geral (*)	Rural	Pessoas com Deficiência	Aprendizes	Notificações Lavradas	Valor Notificado (R\$ mil)	Valor Recolhido Sob Ação Fiscal (R\$ mil)
DF	6.864	12.979	1.044	1.090	3.013	404	15.302,10	16.319,20

UF	Crianças/Adolescentes Encontrados em Situação de Trabalho e Afastados pela Fiscalização	Trabalhadores Alcançados	Empresas Atuadas	Autos de Infração Lavrados	TREF %
DF	77	982.501	1.213	2.213	80,35

(*) Inclui os números das três colunas seguintes

TREF - Taxa de Regularização em Estabelecimentos Fiscalizados = Relação percentual entre nº de itens da legislação trabalhista irregulares na ação fiscal / nº de itens da legislação trabalhista encontrados em situação irregular.



2.3 - Secretaria de Relações de Trabalho - SRT

Convenções e acordos coletivos de trabalho são instrumentos de caráter normativo, firmados entre entidades sindicais ou entre estas e empresas, que estabelecem condições de trabalho aplicáveis no âmbito de representação das partes envolvidas.

Para que tenham validade e se apliquem a todos os envolvidos, precisam ser registrados no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. A obrigatoriedade de depósito dos instrumentos no MTE, para fins de registro e arquivo, tem previsão legal no art. 614 da CLT e objetiva a verificação dos requisitos formais exigidos para a sua celebração e a publicidade que deve ser dada a tais atos.

Na tabela abaixo, pode ser acompanhado o número dos instrumentos coletivos registrados para o Distrito Federal nos anos de 2003 a 2008.

Tabela 5 – Número dos Instrumentos Coletivos Registrados para o DF nos anos de 2003 a 2008

Unidades de Federação	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Distrito Federal	-	771	531	523	896	1002
Nacional	15.797	29.516	31.264	23.932	30.571	32.662

Um serviço importante oferecido pela SRT é o Sistema Mediador de Negociações Coletivas de Trabalho. É um sistema para elaboração, transmissão, registro e publicação de convenções e acordos coletivos de trabalho, via Internet, por meio do site do Ministério do Trabalho e Emprego.

As entidades sindicais ou empresas acessam o site do Ministério do Trabalho e Emprego e ali incluem os dados da convenção ou do acordo coletivo, tais como partes signatárias, prazo de vigência, data-base, categorias e base territorial abrangidas, além das cláusulas pactuando as condições de trabalho aplicáveis ao âmbito de suas representações.

O Sistema faz uma série de validações, de acordo com as informações constantes no registro sindical das entidades sindicais (Cadastro Nacional das Entidades Sindicais – CNES), tais como a atualização das informações, a base territorial na qual as entidades podem negociar.

Após a transmissão da convenção ou do acordo à base de dados do MTE, os servidores deste órgão fazem a análise formal, registram o documento e o publicam na Internet, acessível para toda a sociedade. O Sistema foi implantado na forma de projeto-piloto, no dia 12 de fevereiro de 2007, em 05 Estados e no dia 06 de agosto de 2007 foi lançado em âmbito nacional, e tem como objetivo constituir um banco de dados com o conteúdo de toda a negociação coletiva do Brasil e disponibilizá-lo à sociedade brasileira, especialmente aos sindicatos, trabalhadores e empregadores.



Também cabe a SRT o Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), que visa reestruturar em duas etapas o banco de dados de entidades sindicais do Brasil, parametrizando e codificando as informações sobre a base territorial e as categorias econômicas e profissionais representadas.

A primeira etapa consistiu na Campanha de Atualização das Informações Sindicais, levada a efeito durante o ano de 2005, quando as entidades sindicais atualizaram seus dados no Ministério do Trabalho e Emprego. Nessa etapa ocorreu a codificação da base territorial representada pela entidade sindical, seguindo o padrão estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - principal provedor de dados e informações do país. Passado o período da Campanha, as entidades sindicais continuaram a atualizar suas informações no Novo CNES, sempre que ocorra alterações em seus dados cadastrais, mudança do seu corpo diretivo ou na sua filiação a entidade de grau superior.

Na segunda etapa serão codificadas as categorias econômicas e profissionais representadas pelas entidades sindicais. Para isso, o Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil vem elaborando em conjunto com as entidades sindicais uma nova tabela de atividades, para codificação dessas categorias, conforme exigido pela legislação do país.

O CNES abrange todas as entidades sindicais – sindicatos, federações e confederações – registradas no Ministério do Trabalho e Emprego, bem como controla o pedido de registro daquelas que venham a requerê-lo.

A Secretaria de Relações de Trabalho atua também com o SIS – Sistema de Informações Sindicais. Esse sistema pretende contribuir com a publicidade e a transparência da organização sindical brasileira a partir de dados fornecidos majoritariamente pelas próprias entidades sindicais de trabalhadores e empregadores atuantes no país.

Os sindicatos, federações e confederações que participaram desse esforço coletivo formaram, a partir de suas informações, um novo cadastro de entidades sindicais, por meio da Internet, com acesso livre. Agora, por meio eletrônico, não só os trabalhadores e empregadores, mas os estudiosos da área de relações do trabalho e a sociedade em geral, poderão acessar o SIS e obter as informações sobre a organização sindical brasileira e as entidades que a compõem.

Aqui estão representadas as mais de 12,6 mil organizações sindicais que aderiram à campanha. Dessa forma, o SIS deverá ser atualizado periodicamente, incorporando as entidades que, por algum motivo, nele não estão cadastradas e corrigindo os dados das entidades à medida em que ocorram alterações.

Uma outra atribuição da Secretaria de Relações do Trabalho é promover estudos e trabalhos no sentido de viabilizar a modernização da legislação trabalhista brasileira. Nesse sentido, são realizados debates, encontros e discussões com os atores sociais para que, a partir do desenvolvimento do diálogo social, se encontrem soluções para adequação da legislação trabalhista aos anseios da sociedade, bem como às normas internacionais.



2.4 - Secretaria de Economia Solidária - Senaes

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.

A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES - foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Em consonância com a missão do Ministério do Trabalho e Emprego, tem o objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.

Em três anos e meio de existência, o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento avançou na constituição de uma política pública federal para a economia solidária no Brasil. Depois do fomento a centenas de empreendimentos, o desafio para o próximo período é apoiar a sua consolidação econômica. Isto significa, principalmente, fazer com que os empreendimentos econômicos solidários tenham acesso ao capital, abrindo linhas de crédito acessíveis e propícias à sua realidade.

Abaixo encontramos os últimos dados sobre a economia solidária no Distrito Federal. Os dados são de 2007. As tabelas revelam qual o número dos empreendimentos solidários no DF, bem como a sua forma de organização.



Tabela 6 – Situação dos empreendimentos solidários, no estado DF, 2007

NOME DO MUNICÍPIO	QUANTIDADE
Brasília	33
Brazlândia	10
Ceilândia	65
Cruzeiro	1
Gama	10
Guará	12
Núcleo Bandeirante	2
Paranoá	64
Planaltina	16
Recanto das Emas	23
Riacho Fundo	13
Samambaia	36
Santa Maria	16
São Sebastião	12
Sobradinho	31
Taguatinga	42
TOTAL	386

A partir dos dados acima apresentados, verificamos que as cidades que mais possuem empreendimentos solidários são: Ceilândia, com 65, seguida do Paranoá, com 64, e Taguatinga, com 42 empreendimentos, a maioria tendo iniciado as suas atividades no período de 2001 a 2007 e se encontram organizados como grupos informais, como mostram os dados das tabelas nº 7 e nº 8.

Tabela 7 – Quantidade de empreendimentos por ano de início como Empreendimentos Solidários

1900 a 1950	1951 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1990	1991 a 2000	2001 a 2007	TOTAL
-	1	14	37	136	193	381



Tabela 8 – Forma de organização dos empreendimentos solidários

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	QUANTIDADE
Grupo informal	222
Associação	120
Cooperativa	33
Sociedade mercantil de capital e indústria	8
Outra	2
Sociedade mercantil em nome coletivo	1
TOTAL	386

2.5 - Programa de Microcrédito

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado ou simplesmente Programa de Microcrédito, instituído pela Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, tem por finalidade contribuir para a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares a partir da ampliação do acesso ao crédito.

O microcrédito produtivo orientado é o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras do microempresário, mediante utilização de metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores, por meio dos agentes de crédito, no local onde é executada a atividade econômica.

Não obstante o objetivo de geração de trabalho e renda, o Programa de Microcrédito não opera diretamente na concessão de crédito aos empreendedores e sim no fomento à atividade de Microcrédito Produtivo Orientado – MPO, desenvolvida no país por intermédio das Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado – IMPO e dos Agentes de Intermediação – AGI habilitados ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Dentre os principais operadores estão os Bancos Públicos Federais, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e as Cooperativas de Crédito. Como órgão finalístico e de fomento do MTE, o Programa de Microcrédito desenvolve ações como planos de qualificação, construção do banco de dados do setor, ações que viabilizem a emancipação dos beneficiários/empreendedores do Programa Bolsa Família, capacitação de agentes de crédito, Programas de Desenvolvimento Institucional e facilidades de acesso ao crédito, dentre outros.

Na tabela abaixo, temos as principais informações dos contratos, dos clientes ativos e dos valores concedidos pelo microcrédito, referentes ao Distrito Federal no ano de 2009. Os dados mostram que no período mais de 3.500 contratos foram firmados, beneficiando cerca de 5.000 trabalhadores.



Tabela 9 – Número de contratos, clientes ativos e dos valores concedidos pelo microcrédito no Distrito Federal, 2009

Primeiro trimestre de 2009

UF	Contratos		Clientes Ativos até		Valor Concedido em	
DF	1.159	100%	1.067	100%	805.505,82	100%
Total	1.159	100%	1.067	100%	805.505,82	100%

Segundo trimestre de 2009

UF	Contratos		Clientes Ativos até		Valor Concedido em	
DF	1.407	0,35%	1.088	100%	1.146.773,11	100%
Total	399.268	100%	1.088	100%	1.146.773,11	100%

Terceiro trimestre de 2009

UF	Contratos		Clientes Ativos até		Valor Concedido em	
DF	453	100%	1.309	100%	1.105.693,09	100%
Total	453	100%	1.309	100%	1.105.693,09	100%

Quarto trimestre de 2009

UF	Contratos		Clientes Ativos até		Valor Concedido em	
DF	562	100%	1.614	100%	1.727.445,09	100%
Total	562	100%	1.614	100%	1.727.445,09	100%

2.6 - Observatório do Mercado de Trabalho Nacional - OMTN

É um órgão de assessoramento técnico do Ministério do Trabalho e Emprego, dedicado à promoção de conhecimentos sobre o mundo do trabalho e a legislação trabalhista e correlata. É um espaço que se propõe a contribuir na melhoria do processo de tomada de decisões sobre as políticas públicas de emprego e, dessa forma, colaborar para a amenização de problemas como o desemprego, as oportunidades desiguais de inserção no mercado de trabalho, ausência de trabalho decente, baixas remunerações, trabalho infantil, dentre outros.

De âmbito Nacional, o observatório constitui um instrumento de promoção do conhecimento permanente e atualizado do mercado de trabalho e dos problemas sociais decorrentes de seu funcionamento, proporcionando maior transparência entre os atores que interagem nesse mercado.

O observatório do mercado de trabalho nacional é um instrumento de pesquisa e planejamento que objetiva produzir e difundir informações, análises e propostas de ação, assessorando gestores de políticas públicas e subsidiando instituições governamentais, não-governamentais, públicas e privadas que desenvolvem políticas e ações relativas às questões do trabalho, na construção do projeto de desenvolvimento econômico e de inclusão social.

Vários estudos e indicadores são disponibilizados no link do OMTN e podem ser acessados por meio do site do MTE. Abaixo encontra-se na íntegra um boletim periódico elaborado pelo Observatório relativo ao cenário do mercado de trabalho formal no Brasil. O Objetivo é que todos os atores sociais tenham acesso as informações, por isso foi escolhido um modelo simplificado.



Resumo dos Principais Indicadores do Mercado de Trabalho**Nº. 01****Dados CAGED – Março de 2010**

Meta 2010	2.000.000
Empregos gerados janeiro	181.419 (+0,55%) ⁷
Empregos gerados fevereiro	209.425 (+0,63%)
Empregos gerados março	266.415 (+0,80%)
Empregos gerados no primeiro trimestre	657.259
A cumprir	1.342.741
Previsão para abril ⁸	340.000
Empregos gerados: 2003 a março de 2010	12.410.022

**MARÇO DE 2010**

Recorde mensal na série histórica do CAGED

• O resultado do mês de março superou em 29% o recorde anterior para o mesmo período, obtido em 2008 (+206.556 postos de trabalho);

• O resultado do trimestre (+657.259 postos de trabalho) também obteve o melhor desempenho para o período em toda a série histórica do CAGED, suplantando em 19% o recorde anterior registrado em 2008 (+554.440 postos de trabalho);

EMPREGO FORMAL - MARÇO	
ADMITIDOS	1.820.045
DESLIGADOS	1.553.630
SALDO	266.415



Os elevados números de admitidos e desligados confirmam o forte dinamismo do mercado de trabalho formal, que cresce pelo terceiro mês consecutivo.

DESTAQUES SETORIAIS			
Serviços	Ind. Transformação	Construção Civil	Comércio
+ 106.395 (+0,80%)	+ 72.440 (+0,96%)	+ 38.629 (+1,64%)	+ 29.419 (+0,40%)

• Destaque para o setor de Indústria de Transformação que sofreu os maiores impactos decorrentes da crise financeira e apresenta resultados positivos pelo terceiro mês consecutivo, em função do bom desempenho de todos os ramos industriais.

• Ressalta-se que todos os vinte e cinco subsetores de atividade econômica expandiram o nível de emprego, com quinze deles exibindo saldos recordes;

⁷ Os valores percentuais referem-se ao estoque de assalariados com carteira assinada do mês anterior.

⁸ Conforme declaração do Ministro do Trabalho, Carlos Lupi.



DESTAQUES REGIONAIS		
Sudeste	Sul	Norte
+ 191.019 (+1,05%)	+ 58.468 (+0,95%)	+ 8.194 (0,58%)

• Apesar de a região nordeste ter apresentado redução do emprego, quatro estados obtiveram saldos recordes, a saber: Ceará (+6.450), Maranhão (+3.792), Piauí (+3.423) e Rio Grande do Norte (+1.200)

DESTAQUES ESTADUAIS			
São Paulo	Minas Gerais	Rio Grande do Sul	Rio de Janeiro
+ 125.189 (+ 1,15%)	+39.804 (+1,12%)	+ 28.254 (+1,27%)	+ 21.972 (+0,69%)

• É importante ressaltar que 21 unidades da federação apresentaram elevação no emprego formal celetista, com 12 delas evidenciando saldos recordes;

• Ressalta-se que a geração de empregos no interior (+135.999 (+ 1,13%)) foi superior à geração de empregos nas regiões metropolitanas (+106.627 (+0,76%)).

EMPREGOS GERADOS POR GÊNERO		
Masculino	Feminino	Total
166.057 (62%)	100.358 (38%)	266.415 (100%)
SALÁRIO MÉDIO DE ADMISSÃO POR GÊNERO (1º TRIMESTRE 2010)		
R\$ 850,07	R\$ 752,98	R\$ 816,70

• Quanto à geração de empregos por gênero verifica-se que 62% dos postos de trabalho gerados foram ocupados pelos homens, contudo deve-se destacar que o contingente feminino continua aumentando sua participação no mercado de trabalho.

EMPREGOS GERADOS POR FAIXA ETÁRIA		
10 a 15 anos ⁹	5.917	2%
16 a 24 anos	171.443	64%
25 a 29 anos	38.926	15%
30 a 39 anos	36.199	14%
40 a 49 anos	17.889	7%
50 e mais	-3.959	-1%
TOTAL	266.415	100%

• Considerando o recorte por faixa etária verifica-se que dos postos de trabalho gerados no mês de março 64% foram ocupados por jovens entre 16 e 24 anos.

⁹ Enquadram-se nessa faixa crianças com autorização da justiça e os aprendizes.



DADOS PME¹⁰ – FEVEREIRO 2010

TAXA	ESTIMATIVAS %
Atividade	56,8 (+0,3%) ¹¹
Desocupação	7,4 (+0,2%)
Nível da Ocupação	52,6 (+0,3%)



As reduções na participação dos empregados sem carteira e dos por conta própria seguido do aumento dos empregados com carteira, evidenciam a queda da informalidade no mercado de trabalho

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	
Empregado Com Carteira Setor Privado	46,0 % (+1,6%)
Empregado Sem Carteira Setor Privado	12,1 % (-1,6%)
Militar ou Funcionário Público Estatutário	7,5% (+1,7%)
Conta Própria	18,6 % (-1,3%)
Empregador	4,5 % (+4,6%)

RENDIMENTO MÉDIO REAL	
Empregado Com Carteira Setor Privado	1.333,20 (+ 1,7%)
Empregado Sem Carteira Setor Privado	997,70 (+ 7,0%)
Militar ou Funcionário Público Estatutário	2.455,00 (+ 0,7%)
Conta Própria	1.166,00 (- 0,7%)
TOTAL	1.398,90 (+1,2%)

INDICADORES DA PNAD 2008

PIA (1000 pessoas)	160.600	Taxa de Desocupação	7,1 %
PEA (1000 pessoas)	99.500	Taxa de Atividade	62,0 %
Ocupados	92.395	Nível de Ocupação	57,5 %
Desocupados	7.106	Rendimento Médio Mensal	1.036,00

¹⁰ A Pesquisa Mensal de Emprego, realizada mensalmente pelo IBGE, é realizada nas seguintes regiões metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

¹¹ Os valores percentuais referem-se a comparações em relação ao mês anterior.



3 - Considerações Finais

No fim de 2008, logo após a eclosão da crise econômico-financeira internacional, esperava-se que a economia brasileira sofresse, em 2009, um grande recuo, após cinco anos de crescimento econômico satisfatório e de uma melhoria praticamente generalizada dos principais indicadores de mercado de trabalho.

As expectativas em relação ao DF não eram diferentes. Entretanto, o baixo crescimento econômico de 2009 produziu, até agora, poucos impactos negativos sobre o mercado de trabalho do DF. Primeiramente, citamos o peso do setor público na economia local (que, segundo o IBGE, respondia, em 2007, por 53,8% do PIB do DF) e a importância das medidas adotadas pelo governo brasileiro para minimizar os efeitos da crise, como por exemplo, a redução das taxas de juros, a manutenção de uma política de valorização do salário mínimo e a expansão dos programas de transferência de renda.

É importante ressaltar também que foram as regiões metropolitanas mais industrializadas que sofreram de forma mais intensa com a desaceleração econômica. No Distrito Federal, a atividade industrial, além de ser voltada prioritariamente para o mercado interno, responde por uma parcela bastante modesta do PIB do DF (1,5% em 2007, segundo o IBGE).

Segundo os dados do CAGED, no ano de 2009, foram gerados 17.422 empregos celetistas no Distrito Federal, equivalente à expansão de 2,91% no estoque de assalariados com carteira assinada de dezembro de 2008. Esse resultado foi o segundo melhor da Região Centro-Oeste.

No período de 2003 a 2009 foram criados 133.366 postos de trabalhos formais no DF. Em dezembro, por razões sazonais que marcam a série do CAGED (entressafra agrícola, férias escolares, período de chuvas, esgotamento da bolha de consumo no final do ano), verificou-se declínio de 0,77% no nível de emprego ou -4.751 postos de trabalho. Em termos absolutos, este foi o resultado mais desfavorável.

Os setores de atividades que mais se destacaram em 2009 foram o de Construção Civil, o de Comércio e o de Serviços. Quanto à força de trabalho que ingressou no mercado de trabalho celetista no referido ano, destaca-se que 15% eram mulheres e 84% homens. Há que se ressaltar que a expressiva superioridade do ingresso dos homens no mercado de trabalho, pode estar relacionada com a significativa geração de postos de trabalho na Construção Civil, setor no qual a mão de obra masculina é preponderante.

Diante de tais resultados, o Ministério do Trabalho e Emprego acredita que a esperada retomada do crescimento econômico em 2010 será em um ritmo próximo ou até mesmo superior ao assinalado nos anos anteriores e certamente trará consigo um novo impulso à geração de novos e melhores postos de trabalho para a população do DF.



4. Questão Racial, Mundo de Trabalho e o Início da Discussão Sobre Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil¹²

Sales Augusto dos Santos

Diz muito sobre o grau de desenvolvimento de um país a maneira como ele integra grupos sociais com longo histórico de exclusão. Refiro-me principalmente aos povos indígenas, aos descendentes dos africanos e às populações pobres que ainda sofrem discriminação e são exploradas em vários países. Encontrar uma forma de incorporar mais satisfatoriamente esses grupos é um desafio para os países que os têm em grande contingente populacional (Lowenthal, 2009: 24).

Introdução

Hoje há no Brasil um contundente negacionismo da existência de uma questão racial nesse país (a ser encarada e resolvida por meio de políticas públicas, entre outros meios), talvez pior que o negacionismo do início do século XX, quando se generalizou com Gilberto Freyre, por meio do livro *Casa Grande e Senzala* (1933), a corrente de pensamento que compreendia o Brasil como uma democracia racial. Esse negacionismo ressurgiu com muita força a partir da implementação de políticas públicas de ações afirmativas para estudantes negros nos vestibulares das universidades públicas brasileiras, especialmente por meio do sistema de cotas.

Ele, o negacionismo é, talvez, pior atualmente, porque no início do século XX não tínhamos, como temos hoje, as informações, os conhecimentos científicos e/ou dados estatísticos atestados e/ou produzidos por instituições de ilibada reputação como, por exemplo, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (BRASIL/SEPM/IPEA e UNIFEM, 2008) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que demonstram as abismais desigualdades entre cidadãos negros e brancos oriundas da discriminação racial (DIEESE/AFL-CIO/INSPIR, 1999).

Contemporaneamente, ao contrário do passado, nem mesmo o governo brasileiro nega que o racismo e a discriminação racial contra os negros imperam no Brasil. Os dois últimos presidentes brasileiros reconheceram e reconhecem a prática desse crime contra a população negra. Vale destacar que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) (administração 1995-2002) foi o primeiro chefe de Estado brasileiro a declarar pública e oficialmente que havia discriminação racial explícita contra a população negra. Essa afirmação ocorreu na abertura do seminário internacional Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos, que foi organizado e realizado pela Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça, em julho de 1996, no campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB), embora a sua abertura tenha ocorrido no Palácio do Planalto, sede do governo federal.

¹² Agradeço a João Vitor Moreno pelos comentários, críticas e sugestões. Agradeço também a Ivonete da Silva Lopes por me sugerir a epígrafe desse artigo. Mas sou totalmente responsável por qualquer erro ou imprecisão. Uma versão anterior deste artigo foi publicada na Revista do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Vol. 75, nº 3, de 2010.



Nesse seminário, visava-se debater o racismo no país, bem como pensar a formulação de políticas públicas de combate à discriminação e às desigualdades raciais, entre as quais políticas de ações afirmativas (cf. Souza, 1997). E logo na abertura do seminário o então Presidente FHC afirmou que:

Nós, no Brasil, de fato convivemos com a discriminação e convivemos com o preconceito [...], a discriminação parece se consolidar como alguma coisa que se repete, que se reproduz. Não se pode esmorecer na hipocrisia e dizer que o nosso jeito não é esse. Não, o nosso jeito está errado mesmo, há uma repetição de discriminações e há a inaceitabilidade do preconceito. Isso tem de ser desmascarado, tem de ser, realmente, contra-atacado, não só verbalmente, como também em termos de mecanismos e processos que possam levar a uma transformação, no sentido de uma relação mais democrática, entre as raças, entre os grupos sociais e entre as classes (Cardoso, 1997: 14-16).

Ao reconhecer oficial e publicamente que há desigualdade racial no Brasil em virtude do racismo, o Estado brasileiro, por meio do seu chefe, produziu um fato sócio-político sem precedentes em nossa história, pois durante todo o nosso período republicano nenhum presidente antes de FHC admitira publicamente a ocorrência do racismo em nosso país, até porque a questão racial brasileira era considerada “assunto de segurança nacional” durante os governos militares.

Esse rompimento público e oficial com o mito¹³ da democracia racial brasileira teve continuidade com o seu sucessor, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em seu discurso de posse, em 1º de janeiro de 2003, o Presidente Lula ratificou uma nova orientação no discurso oficial brasileiro no campo das relações raciais, qual seja, o reconhecimento ou a ratificação pelo Estado brasileiro de que há racismo contra os negros no país, entre outros grupos sociais, ao afirmar que ocorrem no Brasil “crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras” (Silva apud SEPIR, 2003: 06). O reconhecimento público de discriminações raciais contra os negros pelo atual chefe de Estado brasileiro foi novamente corroborado no discurso de instalação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 21 de março de 2003. Segundo o Presidente Lula,

Pelo menos metade da população brasileira vem sendo prejudicada por essa situação [de discriminação racial]: a metade negra do nosso povo. Ela não é somente negra – é em sua grande maioria pobre. Mais de 64 por cento dos pobres e pelo menos 70 por cento dos indigentes são negros, como também a maior parte dos desempregados e subempregados do país também são negros. [...] Essa situação injusta e cruel é produto da nossa história – da escravidão que durou quatro séculos no Brasil, deixando marcas profundas em nosso convívio social –, mas é também resultado da ausência de políticas públicas voltadas para superá-la. O Estado brasileiro não deve ser neutro em relação às questões raciais. Cabe a ele assegurar a todos os brasileiros e brasileiras igualdade de oportunidades na busca de melhores condições de vida. [...] Ao nascer, a nova Secretaria [Seppir] dá a devida importância à promoção da igualdade racial no nosso país e abre espaço para a efetiva integração de projetos e ações em todo o conjunto de Governo (SEPIR, 2003: 06).

¹³ O conceito de mito que adotamos é o mesmo utilizado por Calos A. Hasenbalg: “A noção de mito para qualificar a ‘democracia racial’ é aqui usada no sentido de ilusão ou engano e destina-se a apontar para a distância entre representação e realidade, a existência de preconceito, discriminação e desigualdades raciais e a sua negação no plano discursivo. Essa noção não corresponde, portanto, ao conceito de mito usado na Antropologia.” (Hasenbalg, 1996:237).



Mesmo com o atual reconhecimento oficial pelo Estado brasileiro de que a população negra historicamente tem sido discriminada, ainda há um grupo pequeno, porém poderoso¹⁴, que prega o negacionismo da existência do racismo nesse país. Vários desses agentes sociais que são contrários às políticas de promoção da igualdade racial, especialmente contra o sistema de cotas, têm obtido espaço cativo nos principais jornais brasileiros para publicarem artigos contra tais políticas, bem como para afirmarem a existência de uma suposta democracia racial no Brasil. Por exemplo, a procuradora do Distrito Federal e professora de Direito Constitucional do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), Roberta Fragoso Menezes Kaufmann¹⁵, tenta ratificar o mito da democracia racial em artigo publicado no jornal *Correio Braziliense* de 4 de agosto de 2009, ao afirmar que “no Brasil, ninguém é excluído pelo fato de ser negro. Aqui, a dificuldade de acesso à educação decorre da precária situação econômica, que termina por influir em uma qualificação profissional deficiente, independentemente da cor da pele”. Dando continuidade a sua cruzada contra as políticas de promoção da igualdade racial, essa professora publicou outro artigo nesse mesmo jornal no dia 2 de novembro de 2009, cujo título é “A farsa do país racista”, onde mais uma vez busca afirmar uma suposta igualdade racial brasileira.

Porém, hoje, com tantas pesquisas, informações, dados estatísticos e conhecimentos sobre as desigualdades e as relações raciais brasileiras, nem mesmo renomados cientistas sociais neo-freyreanos tiveram tamanha coragem de afirmar peremptoriamente que, “no Brasil, ninguém é excluído pelo fato de ser negro”. Por exemplo, Lívio Sansone (2004), mesmo partilhando algumas ideias ou teses de Gilberto Freyre, não nega que há discriminações raciais em certas áreas da sociedade brasileira. Ele não nega decisivamente que a cor dos indivíduos é vista como importante na orientação das relações sociais e de poder no Brasil. No que concerne às relações raciais brasileiras, Sansone (2004 e 1996) divide a nossa sociedade em duas áreas. A primeira ele chama de “áreas duras” ou “áreas pesadas”, onde há um máximo de racismo contra os negros – como, por exemplo: a) no mundo do trabalho, isto é, o trabalho e a procura de emprego; b) no mercado matrimonial e da paquera ou no casamento e no namoro; e c) nos contatos ou nas interações com a polícia. A segunda área ele denomina de “áreas moles” ou “áreas leves”, onde, conforme Sansone (2004: 80 e 1996: 211), praticamente não há racismo, ou, se se quiser, onde há pouco ou nenhum conflito racial.

Aqui neste artigo não fazemos distinções de tais áreas, embora exploremos rapidamente o mundo do trabalho, uma área “dura” ou “pesada”, segundo a classificação do cientista social Sansone (2004 e 1996). Portanto, discorreremos sobre uma área onde a discriminação racial é explícita e intensa. Área essa que até mesmo os neo-freyreanos confirmam que há um máximo de racismo contra os negros. Mais ainda, esse artigo não tem a pretensão de fazer uma discussão estrita sobre mercado de trabalho, discriminação, desigualdade e políticas de promoção da igualdade racial no mundo do trabalho. Ao contrário, visa-se aqui fazer uma discussão ampla, não focada em um assunto específico, para que os interessados possam, num futuro próximo, aprofundar os vários temas que serão aqui tocados.

¹⁴ Grupo esse composto por intelectuais conservadores, políticos, autoridades públicas, formadores de opinião, entre outros, em sua maioria brancos, conforme a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹⁵ A professora e procuradora Roberta Fragoso Menezes Kaufmann também é advogada do Partido Democratas e, nessa condição, autora da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 186, ajuizada no STF, contra o sistema de cotas para estudantes negros no vestibular da Universidade de Brasília (UnB).



O racismo e as desigualdades raciais no Brasil: breve discussão na academia e nos meios de comunicação de massa

Para muitos cientistas sociais brasileiros, não havia racismo no Brasil e, consequentemente, não existiam desigualdades raciais no mercado de trabalho livre brasileiro, logo após a abolição da escravidão. Essa convicção ocorreu e se fortaleceu num primeiro momento, logo após a publicação do livro *Casa Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre. Num segundo momento, com a ascensão da “Escola Sociológica de São Paulo” ou “Escola Paulista de Relações Raciais”¹⁶, entre 1950 e 1978, que era liderada pelo sociólogo Florestan Fernandes, tendo como seguidores os sociólogos Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, houve uma “mudança” de pensamento sobre as relações raciais brasileiras. A partir dessa escola, passa-se a negar a suposta democracia racial brasileira sugerida por Freyre (1933), porém subsume-se a categoria raça¹⁷ à categoria classe. Ou seja, reconhecia-se que os negros eram discriminados racialmente no Brasil, mas não por serem negros propriamente, e sim por serem majoritariamente pobres. Em realidade, e em última instância, por meio dessa escola paulista reforçava-se a ideia de que não havia discriminação racial contra os negros¹⁸ no Brasil, apesar da intenção de tentar demonstrar o contrário. Num terceiro momento, no terceiro quarto do século XX, ocorre uma ruptura com as teses da “Escola Paulista de Relações Raciais”, que surgira como inovadora e/ou questionadora das ideias de Gilberto Freyre (1933). No final da década de 1970, um sociólogo argentino radicado no Brasil, Carlos Alfredo Hasenbalg (1979), elabora uma nova corrente de pensamento sobre as relações raciais brasileiras, que se diferencia radicalmente de qualquer outra corrente de pensamento que tenha existido a partir das três primeiras décadas do século passado.

Essa nova corrente construída por Hasenbalg (1979) considera a raça como uma variável determinante na colocação dos indivíduos em posições tanto na estrutura de classes quanto no sistema de estratificação social (Hasenbalg, 1979: 118). O racismo não é descartado; ao contrário, é enfatizado para explicar porque determinado grupo racial esteve e/ou continua numa posição de subordinação sócio-racial (Hasenbalg, 1992; 1979; Silva e Hasenbalg, 1992). Aqui as práticas racistas não são compreendidas apenas como sobrevivências do passado ou como “herança da escravidão”, mas como instrumentos que garantem bens materiais e simbólicos aos discriminadores, além de desqualificar competitivamente o discriminado.

Discriminação e preconceitos raciais não são mantidos intactos após a abolição, mas, pelo contrário, adquirem novos significados e funções dentro das novas estruturas; e as práticas racistas do grupo dominante branco, que perpetuam a subordinação dos negros, não são meros arcaísmos do passado, mas estão funcionalmente relacionadas aos benefícios materiais e simbólicos que o grupo branco obtém da desqualificação competitiva dos não brancos (Hasenbalg, 1979:85).

¹⁶ Pereira (1996) classifica o sociólogo Florestan Fernandes e seus discípulos como pertencentes à “Escola Sociológica de São Paulo”. Hasenbalg os classifica como pertencentes à “Escola Paulista de Relações Raciais” (Hasenbalg, 1995:359-360).

¹⁷ O termo raça deve ser entendido aqui como uma construção social e não um conceito biológico ou uma realidade natural que designa tipos humanos distintos, visto que biologicamente raça não existe. Por outro lado, conforme o sociólogo Guimarães (1999), no Brasil a cor é um código cifrado da ideia de raça.

¹⁸ Para uma discussão mais ampla e profunda sobre esse tema, vide os capítulos 2 e 3 de Santos (1997).



Nelson do V. Silva (1983), seguindo a mesma linha de investigação iniciada por Hasenbalg (1979), também procura fazer uma revisão crítica das análises referentes à questão racial no Brasil. Analisando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), levantados pelo IBGE, conclui que raça é uma variável determinante no processo de estratificação social, à medida que, ao longo do ciclo de vida sócio-econômica dos negros, há desvantagens para estes em virtude de atitudes discriminatórias dos brancos (Silva, 1983; Hasenbalg e Silva, 1983). Os “não brancos” estariam sofrendo um processo de acumulação de desvantagens (Silva, 1983:199). A partir dessas conclusões, Silva procura:

ênfatar a funcionalidade da discriminação racial como instrumento para o alijamento competitivo de certos grupos sociais no processo de distribuição de benefícios materiais e simbólicos, resultando obviamente em vantagens para o grupo branco vis-à-vis aos grupos não-brancos na disputa por esses benefícios. Ou seja, procura-se mostrar como o preconceito e a discriminação racial são fatores intimamente associados à competição por posições na estrutura social e, portanto, necessariamente refletindo-se em diferenças entre os grupos raciais ao nível do próprio processo de mobilidade social (Hasenbalg e Silva, 1983:144).

O fato é que, depois de Hasenbalg (1979) e Hasenbalg e Silva (1983), houve um boom dessa corrente de pensamento. As novas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil buscaram mostrar como o preconceito e a discriminação raciais no presente ainda são determinantes, por exemplo, na educação, na renda e no emprego dos “não brancos”.

As discussões acima citadas ocorrem no campo acadêmico. Contudo, preocupações com o racismo praticado contra os negros já existiam no Brasil para além do meio acadêmico, mesmo na época dos governos militares. Mas nesse período os governantes brasileiros tratavam a questão racial brasileira como “assunto de segurança nacional”, conforme nos lembra o fundador do Teatro Experimental do Negro (TEN)¹⁹, Abdias do Nascimento, que foi para o auto-exílio nos Estados Unidos da América por causa das pressões e perseguições da ditadura militar brasileira contra os movimentos sociais democráticos, especialmente contra os movimentos negros (Santos, 2007).

Com o endurecimento do regime militar e a repressão intensa instituída pelo AI-5²⁰, fui obrigado a deixar o país. A questão racial virou assunto de segurança nacional e sua discussão era proibida. Fui incluído em diversos [Inquérito Policial-Militar] IPMs, sob a estranha alegação de que seria eu encarregado de fazer a ligação entre o movimento negro e a esquerda comunista. Logo eu, que era execrado pelos comunistas como fascista e racista ao contrário! Ironia suprema... Embarquei para os Estados Unidos, onde ficaria durante 13 anos (Nascimento e Nascimento, 2000: 216; grifo nosso).

¹⁹ Fundado em 1944, o TEN buscou combater o racismo e desmascarar a hipocrisia racial brasileira, especialmente no mercado cultural, que praticamente não contratava nem formava artistas negros como protagonistas. Ao contrário, os excluía. Conforme Abdias do Nascimento, o TEN “foi concebido fundamentalmente como instrumento de redenção e resgate dos valores negro-africanos, os quais existem oprimidos e/ou relegados a um plano inferior no contexto da chamada cultura brasileira, onde a ênfase está nos elementos de origem branco-europeia. Nosso Teatro seria um laboratório de experimentação cultural e artística, cujo trabalho, ação e produção explícita e claramente enfrentavam a supremacia cultural elitista-arianizante das classes dominantes” (Nascimento, 1980: 68).

²⁰ O Ato Institucional n.º 5 (AI-5) foi editado em 13 de dezembro de 1968 pelo marechal Costa e Silva. A partir desse ato, recrudescceu a repressão política no Brasil. Houve a supressão de todas as liberdades democráticas e a tortura contra os opositores da ditadura militar foi institucionalizada. Redações de jornais passaram a sofrer censuras, muitos mandatos parlamentares foram cassados e o Congresso Nacional foi fechado. Além disso, o Supremo Tribunal Federal sofreu intervenção e alguns de seus ministros foram afastados.



Mas 1968 não foi somente o ano do endurecimento do regime militar, foi também o ano de criação da revista semanal *Veja*, uma das mais importantes e influentes revistas publicadas no Brasil, editada pela primeira vez em 11 de setembro de 1968. Mais ainda: mesmo a questão racial sendo considerada “assunto de segurança nacional” pelo Estado brasileiro, logo na sua segunda edição, de 18 de setembro de 1968, a revista *Veja* publicou uma matéria de três páginas sobre a discriminação racial no mercado de trabalho brasileiro, com ênfase na área da televisão e do teatro. Foram entrevistados artistas negros que eram membros do TEN, como Ruth de Souza e Abdias do Nascimento. Nessa reportagem, a revista não só denunciava a discriminação racial contra os negros em plena ditadura militar, como também permitia que ativistas negros do TEN manifestassem o seu repúdio à discriminação racial. Por exemplo, nessa edição da revista *Veja*, a atriz negra Ruth de Souza denunciou que “se um papel de negro é bom, acaba sendo feito por um branco pintado. Mesmo nas novelas de televisão é assim. Para nós sobram as migalhas. [...] Nas nossas encenações, os negros são sempre escravos ou babás” (Souza, 1968: 92-93). Por outro lado, nessa mesma edição de 18 de setembro de 1968, a revista *Veja* faz um destaque sobre o TEN, a maior e mais importante organização negra brasileira entre 1944 e 1968, dando voz ao seu fundador, Abdias do Nascimento, principal liderança negra brasileira anti-racista do século XX²¹. Em tal destaque, Abdias do Nascimento afirma que o TEN é um processo, “uma forma de antecipação, enquanto o negro não desperta completamente do torpor que o envolveu” (Nascimento, 1968: 93).

Deve-se enfatizar aqui que naquela época era oficialmente proibido falar de racismo contra os negros no Brasil, mas a revista *Veja* não deixou de mostrar a discriminação racial existente na sociedade brasileira. Nesse período, essa revista era um dos raros meios de comunicação que denunciava o racismo existente no Brasil, bem como buscava incluir a questão racial brasileira na esfera pública por meio de suas reportagens. E não foi só uma vez que essa revista divulgou informações sobre o racismo no Brasil em plena ditadura militar. Na edição n.º 37, de 21 de maio de 1969, a revista *Veja* volta a denunciar o racismo contra os negros no Brasil ao publicar outra matéria sobre a exclusão dos artistas negros da televisão brasileira. Essa revista divulgou a indignação desses artistas contra a TV Globo. Esta rede de televisão havia escolhido um artista branco para fazer o papel de um personagem negro em uma de suas telenovelas. De acordo com a própria revista *Veja*, “os atores negros não se conformam com a decisão da TV Globo de confiar o papel do negro Pai Tomás ao ator branco Sérgio Cardoso, pintado de preto” (Veja, 1969: 54). E a revista aprofunda as denúncias. Ela afirma também que “entre o galã negro Zózimo Bulbul e o galã branco pintado de preto, Sérgio Cardoso, há um cadáver: o ator negro Rubens Campos, que morreu de fome, caindo entre os cenários no intervalo de gravação da novela ‘O Ébrio’, em 1966, na TV Globo” (Veja, 1969: 55).

Essas preocupações com relação ao racismo contra os negros no Brasil surgiram não só por meio de discussões acadêmico-teóricas sobre a operacionalização da discriminação racial no mundo do trabalho, como se pôde notar, mas também, como veremos abaixo, mediante propostas de políticas públicas para combater a discriminação contra os negros. Nessa mesma época, mais precisamente em novembro de 1968, segundo o *Jornal do Brasil* de 5 de novembro de 1968, após discussões entre técnicos do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre as discriminações e desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro, um técnico desse ministério fez a seguinte afirmação e proposta:

²¹ Em março de 2004, aos 90 anos de idade, Abdias do Nascimento foi reconhecido oficialmente pelo governo brasileiro, por meio de homenagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como “maior expoente brasileiro na luta intransigente pelos direitos dos negros no combate à discriminação, ao preconceito e ao racismo” (Semog e Nascimento, 2006: 115).



Depois de uma pesquisa para estabelecer a percentagem da mão-de-obra negra no mercado de trabalho, e destacados os ramos mais procurados por essa população, deveríamos partir para uma lei que regulasse o assunto (...). Essa lei poderia estabelecer, por exemplo, que certas empresas seriam obrigadas a manter em seus quadros 20% de empregados de cor, algumas 15% e outras 10%, conforme o ramo de suas atividades e respectivo percentual de demanda (Jornal do Brasil de 5/11/1968 apud Santos, 1999: 222).

Tendo tomado conhecimento da proposta acima, a famosa escritora Rachel de Queiroz escreveu uma carta ao então ministro da justiça do governo ditatorial brasileiro, Jarbas Passarinho, manifestando sua preocupação quanto ao reconhecimento oficial pelo Estado brasileiro da discriminação racial contra os negros no Brasil. Mais do que isso: essa escritora afirma ser preferível encobrir essa discriminação, “mesmo em larga escala”, a reconhecê-la oficialmente. Conforme a reconhecida escritora Rachel de Queiroz,

Pois na verdade o que não se pode, Sr. Ministro, é pactuar com o crime, discutir com a discriminação, reconhecer a existência da discriminação. [...] E eu digo mais: é preferível que continue a haver discriminação encoberta e ilegal, mesmo em larga escala, do que vê-la reconhecida oficialmente pelo governo – já que qualquer regulamentação importaria num reconhecimento (Queiroz apud Guimarães, 1999: 183; grifo nosso).

Essas preocupações não eram sem sentido nessa época. Existiam medos e previsões, que hoje podem ser vistos como absurdos pelo pensamento não conservador, de que poderiam acontecer conflitos raciais manifestados pública e abertamente no Brasil do futuro, ou seja, do ano 2000, como revelava um livro organizado pelo jornalista Itamar de Freitas no final da década de 1960. Em 1969, esse jornalista organizou uma equipe de pesquisadores e intelectuais (sociólogos, etnólogos, educadores, entre outros) para discutir como seria o Brasil no ano 2000. O resultado desse trabalho prospectivo foi o livro *Brasil Ano 2000. O Futuro Sem Fantasia*, publicado pela editora Biblioteca do Exército Brasileiro. Apoiando-se nas análises feitas pelo sociólogo Nelson Mello e Souza, da Fundação Getúlio Vargas, logo na introdução do livro o seu organizador afirma que não chegamos a ser racistas segregadores, mas que também não podemos nos orgulhar da chamada democracia racial brasileira. E pergunta:

Como reagiremos – por exemplo – quando os negros **vencerem as dificuldades sociais e econômicas que os segregam**, deixarem de ser apenas 448 universitários em 5.600.000 indivíduos? Hoje, os negros não incomodam, mas o que acontecerá quando eles tiverem – ainda que uma minoria expressiva deles – poder econômico para comprar títulos de clubes fechados, ou forçar sua entrada nos colégios mais caros, ou forçar sua admissão nos escritórios ou postos importantes, ou morar nas zonas residenciais de “primeira classe”? Estaremos maduros, o bastante para aceitá-los **como irmãos em tudo, ou vamos partir para conflitos raciais?** (Freitas, 1969: 07; grifo nosso).



Percebe-se que, na citação acima, o autor se posiciona como homem branco. Ele fala posicionadamente e assume a possibilidade de que, por iniciativa dos brancos, haveria ataques ou conflitos raciais no Brasil do futuro. Mais adiante, no item 6 do tópico “Racismo no País da Classe Média”, cujo instigante título é “Crise Racial no Brasil – Ano 2000”, Freitas, concordando com a análise do sociólogo Mello e Souza, conclui que poderiam ocorrer lutas raciais no Brasil do ano 2000, embora o país não fosse se transformar num novo Estados Unidos da América nem na África do Sul.

O Brasil do ano 2000 deverá ser uma sociedade de boas oportunidades de emprego, na faixa dos serviços [...] Estarão abertas, assim, para o negro, possibilidades de acesso social, garantidas pela democratização do ensino técnico. O negro concorrerá com o branco, na faixa do emprego técnico, terá condições para entrar nos “clubes de elite”, poderá morar em zonas privilegiadas, disputará as jovens brancas na livre concorrência do amor. Como reagirão os brancos à ascensão do negro? Nos Estados Unidos do fim do século passado, não era evidente a discriminação racial. O negro era coisa, entendido como coisa e tratado como tal. Foi a democratização da riqueza e de oportunidades de ascensão social do negro que fez surgir, que evidenciou historicamente o comportamento coletivo feito de ódio violento e cego [...] que marcava a discriminação latente da sociedade branca, puritana e escravocrata [...] Esse fechamento de áreas ao negro [brasileiro], hoje em dia, não provoca conflitos, porque a precária situação sócio-econômica do negro não lhe permite exigir, reivindicar com decisão. Quantos negros podem, agora, pleitear uma carteira de sócio do Country Clube? Quando essa oportunidade chegar, pelo enriquecimento gradual da população negra, os brancos vão ter de tornar evidentes, claros, indisfarçáveis os seus preconceitos latentes, provocando reações organizadas da elite negra²³. As formas e o conteúdo dramático dessas lutas são de difícil previsão (Freitas, 1969: 92-93; grifo nosso).

Como se vê, não foi só agora, em nossa recente construção democrática, que a discussão da questão racial no mercado de trabalho passou a ser preocupação do Estado brasileiro, de intelectuais, de formadores de opinião, de autoridades públicas, entre outros, até mesmo porque o direito ao trabalho igual, não discriminatório e não precário é fundamental para a vida de todos os indivíduos ou cidadãos. Contudo, deve-se destacar que só muito recentemente, depois de muita luta dos movimentos negros em favor e de muita resistência contra por parte dos setores conservadores da sociedade brasileira, passou-se a pensar em propostas de políticas de ação afirmativa no mercado de trabalho para os trabalhadores negros.

²³ Oracy Nogueira já havia afirmado que a ascensão crescente de “pessoas de cor” tenderia a alterar a situação racial brasileira tanto pela acumulação de conquistas (educacionais, profissionais e patrimoniais) como pela contestação dos não brancos contra o racismo, levando, conseqüentemente, ao aumento de conflitos raciais no país (Nogueira, 1985: 24-45 e 46).



Movimentos negros brasileiros: suas pressões por igualdade e o surgimento de instituições governamentais de promoção da igualdade racial

Para muitos cientistas sociais brasileiros, as atuais reivindicações dos Movimentos Sociais Negros por políticas de promoção da igualdade racial em todas as esferas da nossa sociedade, especialmente na educação e no mercado de trabalho, nasceram num vácuo político-social, como se não fossem fruto de anos de lutas por igualdade racial. Mas a apresentação de propostas de políticas de promoção da igualdade racial pelos movimentos negros e o rompimento com o discurso do mito da democracia racial pelos dois últimos presidentes, FHC e Luiz Inácio Lula da Silva, são resultados de pressões internas contra as supostas relações harmoniosas entre os nossos grupos étnico-raciais. As lutas anti-racistas e a confissão da sociedade brasileira de que ela discrimina os negros (Turra e Venturi, 1995), bem como as denúncias de discriminações raciais feitas pela população negra, como as divulgadas anteriormente na revista *Veja*, ajudaram a politizar ainda mais a questão racial no Brasil e pressionaram os governos dos presidentes supracitados a ventilar a possibilidade de políticas de promoção da igualdade racial para as vítimas do racismo em nosso país²⁴.

Um dos marcos dessas pressões foi sem dúvida a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida, realizada no dia 20 de novembro de 1995, em Brasília, capital do Brasil. Organizada para reafirmar a luta dos negros, contra o racismo e as desigualdades raciais e para exigir políticas públicas para esse grupo, essa Marcha, simbolizada no herói negro Zumbi dos Palmares, contou com a presença de mais de trinta mil participantes (cf. Santos, 2006; Cardoso, 2002; ENMZ, 1996).

Como foi um dos eventos dos movimentos sociais nacionais mais importantes do final do século passado, os seus organizadores foram recebidos na sede do governo brasileiro, o Palácio do Planalto, pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Mais uma vez as lideranças dos Movimentos Sociais Negros denunciaram ao governo brasileiro a discriminação racial, bem como condenaram o racismo contra os negros no Brasil. Mais do que isso: as lideranças negras desses movimentos não ficaram somente nas e com as denúncias, elas entregaram ao chefe de Estado brasileiro o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial²⁵, que continha várias propostas de combate ao racismo e às suas consequências virulentas. Mas aqui citaremos apenas as propostas das áreas mercado de trabalho e educação, conforme se vê abaixo:

²⁴ As pressões dos movimentos negros fizeram-se sentir também na campanha eleitoral para Presidente da República de 2002. O então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, hoje presidente do Brasil, prometeu em seu programa eleitoral de televisão que, caso fosse eleito presidente do país, iria implementar cotas para os negros nos vestibulares das universidades públicas. No primeiro semestre de 2004, o Presidente Lula enviou ao Congresso Nacional brasileiro o Projeto de Lei n.º 3.627, de 20 de maio de 2004, que "institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências" (grifo nosso). Esse PL estabelece que: "Art. 1º As instituições públicas federais de educação superior reservarão, em cada concurso de seleção para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo, cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Art. 2º Em cada instituição de educação superior, as vagas de que trata o art. 1º serão preenchidas por uma proporção mínima de autodeclarados negros e indígenas igual à proporção de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE".

²⁵ Essas propostas estão em Executiva Nacional da Marcha Zumbi (ENMZ), 1996.



1) Mercado de Trabalho:

- Implementação das Convenções 29, 105 e 111 da OIT.
- Estabelecimento de incentivos fiscais às empresas que adotarem programas de promoção de igualdade racial.
- Instalação, no âmbito do Ministério do Trabalho, da Câmara Permanente de Promoção da Igualdade, que deverá se ocupar de diagnósticos e proposição de políticas de promoção da igualdade no trabalho, assegurada a participação do Movimento Negro.
- Desenvolvimento de políticas de combate à feminização da pobreza, fenômeno que atinge a absoluta maioria das mulheres negras. Para tanto, propomos a regulamentação do art. 7, em seu inciso XX da CF, que prevê “proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei”, contemplando especificamente a mulher negra através de programas de acesso, de capacitação e treinamento para o mercado de trabalho.

2) Educação:

- Recuperação, fortalecimento e ampliação da escola pública, gratuita e de boa qualidade.
- Implementação da Convenção Sobre Eliminação da Discriminação Racial no Ensino.
- Monitoramento dos livros didáticos, manuais escolares e programas educativos controlados pela União.
- Desenvolvimento de programas permanentes de treinamento de professores e educadores que os habilite a tratar adequadamente com a diversidade racial, identificar as práticas discriminatórias presentes na escola e o impacto destas na evasão e repetência das crianças negras.
- Desenvolvimento de programa educacional de emergência para a eliminação do analfabetismo. Concessão de bolsas remuneradas para adolescentes negros de baixa renda, para o acesso e conclusão do primeiro e segundo graus [atuais ensinos fundamental e médio, respectivamente].
- Desenvolvimento de ações afirmativas para acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta. (Grifo nosso).



Mas as medidas tomadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso em resposta às pressões dos Movimentos Negros por políticas de promoção da igualdade racial estavam mais para algumas mudanças discursivas ou normativas do que para mudanças concretas²⁶. Por exemplo, no dia 20 de novembro de 1995, em que recebeu os líderes da Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida, o presidente Fernando Henrique Cardoso criou, por meio de decreto, o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI). Além da finalidade de desenvolver políticas da natureza explícita em sua denominação, o GTI tinha “como expectativa, ao longo deste governo [Fernando Henrique Cardoso], inscrever definitivamente a questão do negro na agenda nacional. Isso significará conceder à questão racial do negro brasileiro a importância que lhe tem sido negada” (GTI in Brasil, 1998: 39).

Todavia, o GTI só foi instalado em 27 de fevereiro de 1996 e não era uma instituição executiva, mas sim uma organização de articulação intragovernamental. Visava-se, com esse grupo de trabalho, estabelecer uma interlocução ou interação entre os diversos ministérios e entes estatais, com vistas à promoção da igualdade racial por meio da discussão, elaboração e implementação de políticas públicas direcionadas à população negra. Mas o GTI não foi aparelhado para cumprir adequadamente os seus objetivos, visto que não tinha um corpo técnico suficiente para a realização de todas as suas funções. Também não dispunha de infra-estrutura adequada, menos ainda de orçamento próprio para seu funcionamento adequado (cf. Santos, 2006a).

No que tange à questão racial, não foi só esse grupo de trabalho o que o governo Fernando Henrique Cardoso instituiu. Por meio de outro decreto, de 20 de março de 1996, esse governo criou, no âmbito do Ministério do Trabalho, o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTEDEO). Esse novo grupo tinha como finalidade definir programas de ações que visassem ao combate à discriminação no emprego e na ocupação.

Como o GTI, o GTEDEO não surge por boa vontade ou consciência política e solidariedade racial do governo Fernando Henrique Cardoso, mas em virtude das pressões dos Movimentos Sociais Negros pela promoção da igualdade racial. Em 1992, o Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades (CEERT), uma ONG de cunho racial, com sede na capital do Estado de São Paulo, elaborou uma denúncia de não cumprimento, pelo Estado brasileiro, da Convenção n.º 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)²⁷. A citada denúncia foi encampada pelo Sindicato dos Bancários de Florianópolis, que convenceu a Central Única dos Trabalhadores (CUT) a denunciar formalmente o governo brasileiro junto à OIT, em outubro de 1992, pelo descumprimento da norma internacional supracitada (cf. Bento, 2000). Conforme afirmou a diretora do CEERT, Maria Aparecida Silva Bento, o governo brasileiro criou o GTEDEO em resposta à denúncia supracitada (Bento, 2000:

²⁶ Ante os objetivos deste artigo, citaremos apenas alguns fatos que, segundo nosso entendimento, comprovam tal assertiva. Maiores informações e conhecimento a respeito do assunto em tela, em especial as mudanças na legislação brasileira no que concerne à questão racial brasileira, podem ser obtidas em Jaccoud e Beghin (2002) e Santos (2007).

²⁷ Denominada “Convenção sobre a discriminação (emprego e profissão, 1958)”, a Convenção n.º 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no seu art. 1º, estabelece que “Para os fins da presente convenção o termo ‘discriminação’ compreende: a) Toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidade ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão”. O art. 2º estabelece que “Qualquer Membro para o qual a presente convenção se encontre em vigor compromete-se a formular e aplicar uma política nacional que tenha por fim promover, por métodos adequados às circunstâncias e aos usos nacionais, a igualdade de oportunidades e de tratamento em matéria de emprego e profissão, com o objetivo de eliminar toda discriminação nessa matéria” (Convenção 111 da OIT apud Süsssekind, 1994: 244). Percebe-se, assim, que o objetivo dessa norma internacional é evitar as discriminações e promover a igualdade de oportunidades e de tratamento no trabalho. Essa convenção foi aprovada na 42ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho, no ano de 1958, em Genebra, e ratificada pelo Brasil somente em 26 de novembro de 1965 (Süsssekind, 1994: 243).



336), ou seja, em resposta às pressões dos Movimentos Sociais Negros, por meio do CEERT. Porém, até a presente data, não tem havido mudanças concretas no que diz respeito à discriminação racial no mercado de trabalho. Os trabalhadores negros continuam recebendo salários inferiores aos dos brancos, mesmo com iguais qualificações técnicas e/ou escolaridade. Mais do que isso, aqueles são os primeiros a ser demitidos e os últimos a conseguir empregos (cf. BRASIL/SEPM/IPEA e UNIFEM, 2008 e DIEESE/AFL-CIO/INSPIR,1999).

A criação desses grupos de trabalho no governo FHC, entre outros fatores, possibilitou o início da discussão sobre a questão racial no interior da estrutura burocrático-administrativa brasileira (ministérios, autarquias, fundações, universidades, entre outros) e, conseqüentemente, sobre as desigualdades raciais brasileiras, bem como um incipiente debate acerca da necessidade de políticas públicas para acabar com essas desigualdades ou minimizá-las. Todavia, apesar de realizar algumas mudanças em termos de discurso e de legislação anti-racismo, bem como de passar de uma posição de “política de não ter política” para uma de “política de ter política” no campo das relações raciais, conforme Silva (2001), o governo FHC ficou mais para o plano simbólico do que para o plano das mudanças concretas, uma vez que esta “política de ter política” para a inclusão dos negros em áreas de prestígio e poder foi mais protocolar e formal do que substantiva, visto que o governo desse presidente não apresentou, menos ainda aprovou, no Congresso Nacional brasileiro, nenhuma política de promoção da igualdade racial no mercado de trabalho. Essas políticas, na “área dura” do trabalho, quando existiram no governo FHC, foram realizadas por iniciativas individuais, como a do ex-ministro Raul Jungmann, que por meio de portaria ministerial implementou cotas para negros terem acesso preferencial a cargos em seu ministério. Conforme informou o jornal *Correio Braziliense*, “concursos públicos, cargos de confiança e empresas prestadoras de serviços terceirizados: todos terão cota mínima de 20% para negros no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Pela primeira vez, o Executivo brasileiro adota um programa de ações afirmativas para negros” (*Correio Braziliense*, 5 de setembro de 2001, p. 10).

No poder judiciário também houve iniciativa semelhante. Nesse mesmo ano de 2001, o então ministro-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio de Mello, implementou o sistema de cotas em serviços terceirizados para trabalhadores negros ingressarem no STF, conforme noticiou o jornal *Correio Braziliense*, de 7 de dezembro de 2001. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) não trilhou o mesmo caminho que o STF. Mas nem por isso deixou de participar da discussão sobre a discriminação racial no mercado de trabalho brasileiro. Conforme o então ministro-presidente do TST, Almir Pazzianotto Pinto, em função da iniciativa do ministro Carlos Alberto Reis de Paula, esse tribunal realizou o Seminário Nacional Discriminação e Sistema Legal Brasileiro, em 20 de novembro de 2001. Seminário do qual o ministro Marco Aurélio de Mello do STF participou como conferencista, onde não só afirmou a constitucionalidade de ações afirmativas, como as defendeu como um instrumento necessário para ingresso, no mercado de trabalho, de grupos sociais que são discriminados na sociedade brasileira (Mello apud TST, 2001: 19-28). Portanto, nessa época o TST também estava se preocupando com a discussão sobre a discriminação racial no mercado de trabalho brasileiro. Segundo o Ministro Almir Pazzianotto Pinto:

²⁸ Como a instituição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), em 1996.



Sem exagero algum, o Tribunal Superior do Trabalho vive hoje um de seus maiores dias. Coincidindo com o dia em que se reverencia a memória do Zumbi dos Palmares, o Tribunal Superior do Trabalho, graças à felicíssima iniciativa do nosso prezado Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, programou a realização deste singular e único evento, sem paralelo – penso eu – na história do Judiciário trabalhista e na do Poder Judiciário. O Tribunal Superior do Trabalho abriu suas portas para iniciativa das mais relevantes: a discussão da situação jurídico-legal do que se convencionou denominar minorias, ou situação daqueles que, por uma ou outra razão, foram vítimas, ao longo da história, de alguma forma de discriminação (Pinto apud TST, 2001: 13, grifo nosso, grifo nosso).

Conforme afirmou o Ministro Almir Pazzianotto Pinto, este seminário foi o primeiro sobre o tema da discriminação racial que o TST realizou. Em realidade acompanhando as mudanças ocorridas no Brasil e no mundo, o TST passou a incluir a discussão da questão racial como um dos ramos a ser considerado na sua especialidade peculiar, as relações trabalhistas. O fez com a ajuda de algumas ciências auxiliares ao Direto (para discutir as relações trabalhistas), como, por exemplo, a Sociologia e a História. Mudanças essas ratificadas pelos ministros Carlos Alberto Reis de Paula e Antônio José de Barros Levenhagen, na apresentação do livro, publicado pelo TST, sobre o seminário supracitado. Conforme esses ministros:

De 30 de agosto a 8 de setembro de 2001 realizou-se em Durban, na África do Sul a Terceira Conferência Mundial sobre Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. O seminário "Discriminação e Sistema Legal Brasileiro" foi uma afirmação de crença nos valores humanos reconhecidos universalmente na Conferência de Durban, e um momento de reflexão. A discriminação é o desprezo pelas diferenças, que são indispensáveis para que se crie o grande mosaico social, político, econômico e cultural do nosso mundo. As diferenças têm de ser meio de enriquecimento, em uma visão de totalidade, e não de separação, alimentada pelo preconceito e desamor. O Seminário é a abertura de portas e janelas da Justiça brasileira a um dos problemas que afligem, normalmente de forma velada, a nossa sociedade. Negros, mulheres, portadores de deficiência física, tantos e tantos sofrem o flagelo da discriminação. O palco adequado só pode ser a nossa Justiça, a do Trabalho. Pelo Direito do Trabalho o Estado interfere em um campo que parece ser o da absoluta liberdade individual, o das obrigações, para que a igualdade ideal se transforme em igualdade real. Objetiva corrigir desigualdades criando outras desigualdades, como ensina Couture. As palestras são um eloquente testemunho da envergadura e variedade das abordagens em torno do candente tema da discriminação. Além de os profissionais o terem examinado, com rara percuciência, pelo ângulo da história, da sociologia e do direito, o enriqueceram com testemunhos pungentes, por vezes dolorosos e sempre redentores da discriminação que alguns deles sofreram. Esse aspecto infundiu ao conteúdo técnico do Seminário uma dimensão humana que o credencia como marco decisivo na luta pela abolição definitiva de toda discriminação, sobretudo da insidiosa, pudentosa e hipócrita discriminação que ainda permeia a sociedade brasileira (Paula e Levenhagen apud TST, 2001: 09-10, grifo nosso).



Ao que tudo indica, esse seminário abriu um canal de conversação entre o TST e ativistas dos movimentos sociais negros. Por exemplo, em agosto de 2006, o então ministro-presidente desse tribunal, ministro Ronaldo Lopes Leal, recebeu lideranças negras para discutir a discriminação racial contra os negros no mercado de trabalho, bem como para discutir a implementação de políticas públicas de ações afirmativas para a população negra brasileira nessa área. Segundo informações obtidas por meio do site <http://www.observatoriosocial.org.br/conex2/?q=node/1501>:

O ministro Ronaldo Lopes Leal recebeu hoje, em audiência, o presidente do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (Iara), Humberto Adami Santos Junior, o reitor da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, José Vicente, e o advogado Cezar Degraf Matheus. O ministro Carlos Alberto Reis de Paula também participou da audiência, na qual foram discutidas a discriminação racial no mercado de trabalho brasileiro, a política de cotas e as chamadas "ações afirmativas". Para o presidente do TST, a polêmica nacional criada a partir da reserva de cotas raciais demonstra que o assunto merece a atenção de todos os setores da sociedade, para que seja conduzido de forma equilibrada e sensata. Segundo o ministro Ronaldo Leal, é necessária uma mudança de cultura, e isso só se dará com muito diálogo. Para isso, o TST poderá sediar, em novembro próximo, um seminário sobre a questão, em comemoração à Semana da Consciência Negra. A idéia surgiu no encontro de hoje e ganhou o aval do presidente do TST.

O advogado Humberto Adami antecipou ao ministro Ronaldo Leal os principais pontos do pedido de inquérito a ser apresentado ao Ministério Público a respeito da discriminação racial nas Forças Armadas, no Itamarati e na Igreja Católica. "Dos 300 bispos brasileiros, os negros não passam de meia dúzia. O mesmo ocorre entre os generais do Exército e os diplomatas. O lado mais cruel da discriminação não é chamar um negro de 'preto safado'. O pior são os filtros que barram o seu acesso e o seu desenvolvimento", afirmou Adami. (Disponível em: <http://www.observatoriosocial.org.br/conex2/?q=node/1501>, Acessado em 22/04/2008, grifo nosso).

A audiência supracitada, ao que parece, resultou de outra audiência ocorrida na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, entre representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) e TST, entre outras instituições, para discutir ações concretas contra a discriminação racial que os negros sofrem no mercado de trabalho, conforme se pode ver na matéria abaixo:

Um mapa sobre a diversidade racial e social no setor bancário será elaborado com o objetivo de verificar o racismo no ambiente de trabalho, especialmente nas agências bancárias. A decisão sobre o levantamento foi tomada nesta terça-feira, durante reunião de integrantes da Comissão de Direitos Humanos e Minorias com representantes da Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O mapa, que registrará gêneros e deficiências, será feito em cada banco e levará em conta o ponto de vista dos usuários e dos funcionários, desde o alto escalão até os estagiários. No levantamento, serão analisadas a admissão, a ascensão, a remuneração e a idade dos funcionários. A elaboração do mapa terá o apoio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa econômica Aplicada (IPEA) (Disponível em: <http://www.observatoriosocial.org.br/conex2/?q=node/1473>, Acessado em 22/04/2008, grifo nosso).



Ao que tudo indica, o representante do TST nessa audiência foi o ministro Carlos Alberto Reis de Paula. O ministro propôs a implementação de políticas de ação afirmativa no mercado de trabalho para se combater a discriminação racial contra os negros, conforme foi publicado no Jornal da Câmara, de 07 de julho de 2006.

Ministro do TST defende ações afirmativas de qualificação

Na audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Carlos Alberto Reis de Paula defendeu a adoção de políticas de ação afirmativa para aumentar a qualificação do trabalhador negro. Para o ministro, é necessário que as políticas para os mais pobres sejam feitas em conjunto com as voltadas à população negra. “O negro só vai conseguir a cidadania plena por meio do trabalho digno.” Já a diretora-executiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), Neide Aparecida Fonseca, disse ser comum entre os bancos a prática da discriminação racial. A diretora relatou ter sofrido discriminação por parte de seu gerente, apesar de ter passado em concurso interno para cargo superior na Nossa Caixa. “O negro é discriminado em todos os setores”, protestou.

O professor da Faculdade Delta da Bahia Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos concordou que a discriminação racial é uma realidade no mercado de trabalho nacional. “A percentagem de negros entre os desempregados é maior que a dos brancos em todo o Brasil.”(NAJr.) (Jornal da Câmara. Brasília, sexta-feira, 7 de julho de 2006 - Ano 8 N° 1689, grifo nosso).

As informações acima citadas indicam que o TST começou a ser demandado pela sociedade brasileira para se pronunciar sobre a discriminação racial no mercado de trabalho, bem como para apresentar propostas (como políticas de ação afirmativa) concretas contra o racismo. Mais ainda, demonstram também que o Ministro Carlos Alberto Reis de Paula tem sido um dos ministros pioneiros a trazer para o TST a discussão das relações raciais associada às relações de trabalho ou, se se quiser, ao mercado de trabalho. Além disso, indicam também que os ministros TST estão se manifestando sobre o assunto, como na afirmação do ex-presidente Ronaldo Leal de que “... é necessária uma mudança de cultura, e isso só se dará com muito diálogo” para se combater o racismo no mercado de trabalho. Portanto, o que se percebe facilmente aqui é que o tema das relações raciais no mercado de trabalho, bem como as políticas públicas de ações afirmativas são áreas de interesse do TST, embora ainda não sejam temas com demanda e preocupação recorrentes nesse tribunal.

Voltando ao poder executivo, o governo do Presidente Lula, apesar de ser mais sensível às pressões sociais, ao que parece, iria manter a mesma lógica que o governo FHC em termos de instituições para combater o racismo, não criando nada além do que já existia: o GTI e o GTEDEO³¹.

³¹ Não se deve esquecer que, nas décadas de 1980 e 1990, foram criadas algumas instituições públicas municipais, estaduais e uma federal para tratar de assuntos relacionados ao racismo contra os negros e às desigualdades raciais. Por exemplo, na década de oitenta do século XX, houve a criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, por meio de um decreto de 11 de maio de 1984, do então governador Franco Montoro; do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado do Rio Grande do Sul (Codene), também mediante decreto, em 1988, do então governador Pedro Simon. Houve também nomeações de alguns secretários de estado negros no Rio de Janeiro e no Espírito Santo. Em nível federal, foi criada em agosto de 1988 a Fundação Cultural Palmares (FCP). Na década de 1990, houve a criação da Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras (Sedepron), no estado do Rio de Janeiro, criada em 1991, mas extinta em 1994; da Coordenadoria Especial do Negro (CEN) do Município de São Paulo, criada pela Lei Municipal n.º 11.321, de 22 de dezembro de 1992, que por meio do Decreto n.º 45.712, de 10 de fevereiro de 2005, passou a se chamar Coordenadoria dos Assuntos da População Negra (CONE) (http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/participacao_parceria/coordenadorias/diversidade_sexual/legislacao/0001/0004); da Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra do Município de Belo Horizonte, criada em maio de 1998, mas extinta em dezembro de 2000 (cf. Santos, 2007 e Dal Rosso, 2009).



Sustentamos essa hipótese por intermédio de um fato, qual seja: o Presidente Lula foi eleito em novembro de 2002 e tomou posse e investiu-se no cargo de Presidente da República brasileira em janeiro de 2003, nomeando todo o seu ministério nesta data; no entanto, o presidente somente criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) em 21 de março de 2003, Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial. Portanto, a Seppir foi criada três meses depois da posse do presidente eleito, bem como da criação e instituição de todos os ministérios e órgãos da administração Lula. Ou seja, tudo indica que essa Secretaria Especial foi criada sob intensa pressão dos Movimentos Sociais Negros, visto que a sua existência não estava prevista nos planos iniciais do governo Lula. O que pode estar indicando que, de fato, a questão racial brasileira também não é prioridade em tal governo. Sendo assim, sem intensa pressão dos interessados, não se pode esperar muito em termos de ações concretas em prol de políticas de promoção da igualdade racial no governo Lula.

Por outro lado, como se sabe, a Seppir não é uma instituição executiva, mas sim uma Secretaria Especial, com status de ministério, que assessora a Presidência da República, visando fazer uma articulação intragovernamental. Ela, como o GTI no governo FHC, tem como meta fazer articulações com os demais ministérios e seus entes vinculados para construir políticas de promoção da igualdade racial no Estado brasileiro, com ênfase para a população negra. Como consta em seu site, a sua missão “é estabelecer iniciativas contra as desigualdades raciais no País” e seus principais objetivos são:

- 1) Promover a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra;
- 2) Acompanhar e coordenar políticas de diferentes ministérios e outros órgãos do Governo Brasileiro para a promoção da igualdade racial;
- 3) Articular, promover e acompanhar a execução de diversos programas de cooperação com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais;
- 4) Promover e acompanhar o cumprimento de acordos e convenções internacionais assinados pelo Brasil, que digam respeito à promoção da igualdade e combate à discriminação racial ou étnica; e
- 5) Auxiliar o Ministério das Relações Exteriores nas políticas internacionais, no que se refere à aproximação de nações do Continente Africano. (http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/sobre/)



Ao que tudo indica, na área que nos interessa para este artigo, o mundo do trabalho, a Seppir tem se preocupado mais com a qualificação profissional do que com o combate às desigualdades raciais. Em suas "Ações, programas e projetos", há dois planos previstos que se relacionam diretamente com a área do mundo do trabalho:

- a) o Plano Setorial de Qualificação (Planseq) Trabalho Doméstico Cidadão; e b) o Planseq Afro-descendente. Nas informações sobre este último plano, embora se comece afirmando que "a desigualdade baseada na cor dos indivíduos gera indicadores sistematicamente desfavoráveis aos trabalhadores negros, seja qual for o aspecto considerado. Os rendimentos dos trabalhadores e trabalhadoras negros são inferiores aos rendimentos dos não negros, quaisquer que sejam as situações ou os atributos considerados" (cf. http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/acoes/planseq_afro_descendente/principalfolder_view/), não se apresenta nenhuma proposta, ação ou meta de combate à desigualdade citada. Propõem-se apenas cursos de qualificação que, ao que parece, têm o objetivo de minimizar a desigualdade relatada. Algo, segundo o nosso entendimento, sem sentido, pois a discriminação racial no mercado de trabalho ocorre não exclusivamente por falta de qualificação dos trabalhadores negros. Estudos do Dieese (1998), publicados no livro Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho, demonstram que, quanto mais qualificados os trabalhadores negros, maiores são as diferenças e/ou desigualdades de renda entre estes e seus pares brancos de mesma qualificação. Segundo o Dieese,

Para os mesmos grupos de ocupação, as remunerações dos negros são sempre inferiores à dos não negros, em especial nos grupos com maior nível de qualificação. [...] Os dados evidenciam a existência de diferenciais de rendimentos entre os trabalhadores negros e não negros que possuem os mesmos níveis de escolaridade, confirmando também que estas são maiores com a maior qualificação do trabalhador (Dieese, 1998: 37-38).

Portanto, mantidas as atuais condições e ações (ou falta de ações) para o combate ao racismo no mercado de trabalho, a qualificação profissional dos trabalhadores negros não eliminará o racismo e as desigualdades raciais nessa área da sociedade brasileira. Talvez fosse mais eficaz a Seppir fazer valer o seu quarto objetivo acima citado. Por meio dele, poder-se-ia exigir o cumprimento da Convenção n.º 111 da OIT, que, repetindo, tem o objetivo de evitar as discriminações raciais e promover a igualdade de oportunidade e de tratamento no trabalho. A convenção referida, que foi aprovada na 42ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho, no ano de 1958, em Genebra, e ratificada pelo Brasil em 26 de novembro de 1965 (Süssekind, 1994: 243), ainda não é respeitada plenamente pelo Estado brasileiro.



Conclusão

Ante o que foi demonstrado anteriormente, percebe-se facilmente que propostas de promoção da igualdade racial no mercado de trabalho não são novas no Brasil. Mais do que isso: até mesmo no período de exceção no Brasil – ditadura militar –, existiram proposições nesse sentido.

Contudo, mesmo vivendo hoje em um Estado democrático de direito, em virtude das fortes resistências de poderosos grupos conservadores, que insistem em manter intactas as desigualdades raciais, implementar propostas ou políticas de promoção da igualdade racial no mercado de trabalho brasileiro – quer seja mediante incentivos fiscais, quer pelo estabelecimento de preferências para a contratação de trabalhadores(as) negros(as), ou mesmo por meio de um sistema de cotas – acarretará fortes e/ou poderosas oposições, como as comprovadas pelo sociólogo Santiago Falluh Varella (2009). Esse pesquisador analisou e atestou a resistência de cinco grandes bancos brasileiros contra a implementação de um programa de ação afirmativa proposto pelo Ministério Público do Trabalho a essas instituições financeiras, para a contratação de mais trabalhadores(as) negros(as), em face da comprovada discriminação racial e ausência desses(as) trabalhadores(as) nos quadros funcionais de tais instituições financeiras (Varella, 2009).

Resistências como essa nos fazem lembrar da nossa epígrafe, qual seja: “Diz muito sobre o grau de desenvolvimento de um país a maneira com ele integra grupos sociais com longo histórico de exclusão”, bem como nos indaga que políticas de promoção da igualdade racial no mercado de trabalho somente terão viabilidade e serão implementadas sob forte pressão social, especialmente de parte da população mais interessada, a negra. Mais ainda, é preciso que haja instituições públicas comprometidas e preparadas política e tecnicamente para apoiar, orientar, propor e articular a aprovação dessas propostas, assim como também sejam preparadas para fiscalizar a sua execução, denunciar o seu não cumprimento e, por outro lado, exigir dos órgãos competentes (Justiça Trabalhista, Ministério Público do Trabalho, entre outros) a sua execução adequadamente.

A Seppir ainda não está completamente preparada para exercer o papel acima citado, ante sua falta de força e de preparo e/ou capacidade política e técnica. Mas nem tudo está perdido, pois essa Secretaria Especial está, por outro lado, construindo a base para a formação de um sistema nacional de promoção da igualdade racial, por meio da constituição do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR)³², algo fundamental para a implementação, o desenvolvimento e a manutenção dessas políticas, assim como para a construção de um sistema nacional de promoção da igualdade racial.

³² Segundo a própria Seppir, o Fipir “promove uma ação continuada entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) com a finalidade de articular, capacitar, planejar, executar e monitorar ações de promoção da Igualdade Racial”. Vale ressaltar que todos os estados brasileiros, o Distrito Federal e 533 municípios já aderiram a esse fórum.



Mas nem por isso se deve deixar de apontar equívocos por parte da Seppir. Por exemplo, a Seppir não deveria se preocupar em qualificar trabalhadores negros, por meio do Plano Setorial de Qualificação (Planseq) Afro-descendente³³. Essa ação, segundo pensamos, cabe ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), até porque este tem experiência nesse campo. A Seppir poderia assessorar esse ministério sobre a importância de qualificar trabalhadores(as) negros(as) numa sociedade racista. Porém, pensamos que a Seppir seria mais eficaz na promoção da igualdade racial no mercado de trabalho se ela se articulasse com o referido ministério com vistas a exigir de todas as empresas existentes no nosso país, inclusive do próprio serviço público, o cumprimento da “Convenção sobre a discriminação (emprego e profissão, 1958)” – ou, se se quiser, Convenção n.º 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

É evidente que isso implicaria a contratação de mais Auditores Fiscais do Trabalho. Mas não basta só contratá-los. É preciso informá-los e/ou formá-los por meio de cursos de formação sobre a questão racial no Brasil, buscando sensibilizá-los sobre a discriminação racial que persiste enraizada na sociedade brasileira e, conseqüentemente, nas empresas existentes no solo nacional. Caso a Seppir focasse a sua ação no cumprimento da Convenção n.º 111 da OIT, com a ajuda da fiscalização do trabalho, articulada com o Ministério Público do Trabalho e a Justiça Trabalhista, haveria um grande avanço no cumprimento, por parte das empresas, da legislação de proteção ao trabalhador, especialmente aos(as) trabalhadores(as) negros(as).

Entretanto, não só os Auditores Fiscais do Trabalho necessitam fazer os mencionados cursos, mas todos os gestores públicos, os operadores do direito, como juízes, advogados, entre outros, inclusive os técnicos e/ou assessores da Justiça Trabalhista e do Ministério Público do Trabalho, visto que já está havendo algumas demandas sobre esse tema nessa justiça. Ou seja, é preciso que a discussão da questão racial seja feita por todos os membros e servidores do Estado brasileiro, para que haja a quebra do racismo institucional³⁴ ainda reinante em nosso país. Isso, teoricamente, enfraqueceria as resistências contra a promoção da igualdade racial dentro da própria máquina administrativa brasileira, algo fundamental para a implementação e execução das políticas afirmativas.

³³ “A partir dessa enorme demanda social, o Planseq Afro-descendente tem a meta inicial de atender 24.360 pessoas, em cinco eixos do setor de serviços: curso de operador de telemarketing, consultor de vendas, recepcionista, promotor de vendas e cuidador de pessoas com anemia falciforme, oportunidade em que os alunos terão a oportunidade de se qualificarem para o exercício dessas profissões e aprender teoria e aplicação da CLT, teoria e aplicação dos princípios de segurança no trabalho e noções de cidadania” (cf. http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/acoes/planseq_afro_descendente/principalfolder_view/).

³⁴ O racismo institucional se revela através de mecanismos de instituições públicas, explícitos ou não, que dificultam o fim da desigualdade entre negros e brancos (Cf. <http://www.pnud.org.br/raca/reportagens/index.php?id01=1627&lay=rac>). Ou ainda, racismo institucional é um forma de discriminação indireta. Esta é aquela que redonda em uma desigualdade não oriunda de atos concretos ou de manifestação expressa de discriminação por parte de quem quer que seja, mas de práticas administrativas, empresariais ou de políticas públicas aparentemente neutras, porém dotadas de grande potencial discriminatório (Jaccoud e Beghin, 2002: 39). Além disso, é considerada discriminação institucional toda prática institucional que distribui benefícios ou recursos de forma desigual entre distintos grupos raciais. Dessa forma, toda política pública cujos impactos, intencionais ou não, tenham como consequência o aumento da desigualdade racial pode ser classificada como prática de discriminação institucional (Jaccoud e Beghin, 2002: 40).



Referências Bibliográficas

BRASIL/SEPM/IPEA e UNIFEM. "Retrato das desigualdades de gênero e raça". Brasília, setembro de 2008.

BRASIL. Presidência da República. Construindo a Democracia Racial. Brasília: Ministério da Justiça, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique. "Pronunciamento do Presidente da República na abertura do seminário multiculturalismo e racismo". In: SOUZA, Jessé (Org.). Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997.

Correio Braziliense, 4 de agosto de 2009.

Correio Braziliense, 5 de setembro de 2001.

DAL ROSSO, Sadi (org.). Políticas para Promoção da Igualdade Racial no Brasil: o Papel da SEPPIR. Goiânia: Ed. da UFG, 2009.

DIEESE/AFL-CIO/INSPIR. Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho. São Paulo: DIEESE, 1999.

EXECUTIVA NACIONAL DA MARCHA ZUMBI (ENMZ). Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial: Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e vida. Brasília: Cultura Gráfica e Editora, 1996.

FREITAS, José Itamar de (Org.). Brasil Ano 2000: o futuro sem fantasia. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1969.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal. 32ª. Ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1997 (1933).

GTI. Ação Afirmativa. In: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Realizações e Perspectivas. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília: MJ, Anexo IV, 1997. Mimeografado.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Editora 34, 1999.

HASENBALG, Carlos A. "Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil". In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

_____. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. Dados: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, 1995.

_____. O negro na indústria: proletarização tardia e desigual. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS, 1992.

_____. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.



HASENBALG, Carlos A. e SILVA, Nelson do V. Estrutura social, mobilidade e raça. São Paulo/Rio de Janeiro: VERTICE/IUPERJ, 1983.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília: IPEA, 2002.

KAUFMANN, Roberta Fragoso Menzes. "A farsa do país racista". In: Correio Braziliense de 2 de novembro de 2009.

_____. "O mito da caverna e as cotas raciais". In: Correio Braziliense de 4 de agosto de 2009.

LOWENTHAL, Abraham. "Entrevista". In: Veja. Edição 2139, ano 42, n.º 46, de 18 de novembro de 2009.

MELLO, Marco Aurélio Mendes de Farias. "Ótica constitucional: a igualdade e as ações afirmativas". In: TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (TST). Discriminação e sistema legal brasileiro, Brasília, 2001.

NASCIMENTO, Abdias. O Quilombismo. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. In: Veja, n.º 2, de 18 de setembro de 1968.

NASCIMENTO, Abdias do e NASCIMENTO, Elisa Larkin. "Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil, 1938-1997". In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo e HUNTLEY, Lynn. Tirando a Máscara. Ensaio sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PEREIRA, João Baptista Borges. "A questão racial brasileira na obra de Florestan Fernandes". Revista USP. São Paulo: USP, n.º 29, março/abril/maio, 1996.

SANSONE, Livio. Negritude sem etnicidade. Salvador: Edufba, Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

_____. "As relações raciais em Casa-Grande & Senzala revisitadas à luz do processo de intercomunalização e globalização". In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, CCB, 1996.

SANTOS, Jocélio Teles dos. "Dilemas atuais das políticas para os afro-brasileiros. Ação afirmativa no Brasil dos anos 60". In: BARCELAR, Jeferson e CAROSO, Carlos (Orgs.). Brasil: um país de negros? Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 1999.

SANTOS, Sales Augusto dos. Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas. Tese (Doutorado em Sociologia)—Universidade de Brasília (UnB), Brasília, jun., 2007.

_____. Who is black in Brazil?: a timely or a false question in brazilian race relations in era of affirmative action? Latin American Perspectives. California, issue 149, v. 33, n. 4, July, p. 30-48, 2006.

_____. A Formação do mercado de trabalho livre em São Paulo: tensões raciais e marginalização social. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)—UnB, Brasília, mar.1997.



SEMOG, Éle e NASCIMENTO, Abdias. Abdias Nascimento: o griot e as muralhas. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

SEPPIR. Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: SEPPIR, 2003.

SILVA, Jorge da Silva. Política de ação afirmativa para a população negra: educação, trabalho e participação no poder. In: VOGEL, Arno (Org.). Trabalhando com a diversidade no Planfor: raça/cor, gênero e pessoas portadoras de necessidades especiais. São Paulo: UNESP, Brasília: FLACSO do Brasil, 2001.

SILVA, Luís Inácio Lula da. “Pronunciamento do Presidente da República ao Criar a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)”. In BRASIL/SEPPIR. Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: SEPPIR, 2003.

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos A. Relações raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

SILVA, Nelson do V. “Cor e processo de realização sócio-econômica”. In: MACHADO DA SILVA, L. A. et alli. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília: ANPOCS, (Ciências Sociais Hoje, no 2), 1983.

SOUZA, Jessé (Org.). Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997.

SOUZA, Ruth In Veja, n.º 2, de 18 de setembro de 1968.

SÜSSEKIND, Arnaldo. Convenções da OIT. São Paulo: LTr, 1994.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (TST). Discriminação e Sistema Legal Brasileiro. Brasília: TST, 2001

VARELLA, Santiago Falluh. Discriminação racial indireta e ação afirmativa no emprego sob a perspectiva dos direitos coletivos. Tese (Doutorado em Sociologia)–Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2009.

Veja, n.º 2, de 18 de setembro de 1968.

Veja, n.º 37, de 21 de maio de 1969.

Veja n.º 1027, de 11 de maio de 1988.

Veja n.º 1132, de 30 de maio de 1990.

Veja n.º 2128, ano 42, n.º 35, de 02 de setembro de 2009.



5. IMPACTOS DIFERENCIADOS DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA TRABALHADORAS E TRABALHADORES.

Berlindes Astrid Küchemann

A crise de mercado de hipotecas subprime³⁵ que em 2008 se instaurou nos Estados Unidos ganhou dimensão internacional ao desencadear-se numa crise de liquidez com sérios efeitos sobre a produção, o emprego e a renda. Os impactos e as possíveis respostas dos governos ao enfrentamento dessa crise foram amplamente discutidos a nível nacional e internacional. Observa-se, no entanto, que a maioria das análises e dos debates, no âmbito acadêmico ou fora dele, desconsideraram um importante aspecto dessa crise, que são os impactos diferenciados, por gênero, sobre a oferta e a qualidade de emprego. Trabalhadores e trabalhadoras foram considerados indistintamente, como se o fato de ser homem ou mulher, branco/a ou negro/a, em nada interferisse na maneira como esses segmentos populacionais se inserem e participam no mercado de trabalho. Sabemos, no entanto, que o mercado de trabalho como qualquer outra instância da vida, apresenta diferenças marcantes entre homens e mulheres. Fatores tais como a disponibilidade para entrada no mercado, as probabilidades de conquista de uma ocupação, a qualidade do posto de trabalho ocupado e os setores e posições alcançados revelam uma segregação do mercado de trabalho no qual homens e mulheres são alocados diferentemente. Consequentemente é de se supor que a crise, ao extinguir o emprego de milhões de homens e mulheres em todos os continentes, tenha sido vivenciada com intensidade diferenciada por homens e por mulheres também em nosso país.

O objetivo desta nossa reflexão sobre a crise é o de discutir como os efeitos da crise têm sido vivenciados diferentemente por homens e mulheres nos oito primeiros meses que se seguiram aos primeiros impactos desta crise no Brasil, ou seja, de setembro de 2008 a abril de 2009, tendo por base os setores da economia brasileira em que a segmentação por gênero é mais marcante.

Iniciaremos nossa reflexão com uma breve análise da estrutura do mercado de trabalho brasileiro anterior à crise em questão, centrando nossa atenção nas formas diferenciadas de inserção de homens e mulheres naqueles setores da economia em que a segmentação por sexo é maior, para, em seguida, observar como a crise impactou, diferentemente, trabalhadores e trabalhadoras.

Formas diferenciadas de inserção no mercado de trabalho

O mercado de trabalho brasileiro caracteriza-se por uma forte segregação ocupacional e pela existência de desigualdades de gênero e étnico-raciais. Essa segregação é reflexo das desigualdades sociais, de gênero e étnico-raciais existentes em nossa sociedade, as quais informam, estruturam e dão bases ao mercado de trabalho como qualquer outra instância da vida, fazendo com que haja nele uma alocação diferenciada e desigual de homens brancos/negros e de mulheres brancas/negras.

Em linhas gerais, a segregação ocupacional é explicitada pela presença maciça de mulheres no setor de serviços e pela alta concentração de homens na indústria de transformação e no setor da construção civil e pela existência de desigualdades de gênero e étnico-raciais, tais como, a

³⁵ "É um crédito à habitação de alto risco que se destina a uma fatia da população com rendimentos mais baixos e uma situação económica mais instável. A única garantia exigida nestes empréstimos é o imóvel. Este segmento do mercado de crédito é exclusivo dos Estados Unidos, não havendo na Europa um paralelismo exacto" (Wikipedia, acesso em 3 de maio de 2010).



desigualdade de oportunidades ocupacionais, a inserção das mulheres em setores e subsetores da economia menos valorizados, com baixos salários e condições de trabalho precárias, e pelas modestas possibilidades de acesso a postos elevados nas hierarquias ocupacionais (ABRAMO, 2004; FONTENELE-MOURÃO, 2006; KÜCHEMANN, 2008).

Desde a segunda metade do século passado até os dias de hoje, como consequência das mudanças ocorridas nos valores relativos aos assim chamados papéis femininos e aos espaços designados às mulheres, a participação das mulheres no mercado de trabalho não pára de crescer. Esta crescente e acelerada inserção feminina deu origem ao fenômeno denominado feminização do mercado de trabalho (BRUSCHINI, 1994; LAVINAS, 2001; ABRAMO, 2004; KÜCHEMANN, 2008).

Dados referentes à região metropolitana de São Paulo indicam que em termos quantitativos as mulheres têm se beneficiado mais do que os homens das oportunidades de trabalho. Comegno e Aquilini (2005), ao compararem o nível de ocupação de homens e mulheres, observaram que, entre 1989 e 2003, houve um aumento de 36,9% para o contingente feminino e de 9,0% para o masculino. Do total de novos postos de trabalho, cerca de 70% foram ocupados por mulheres. Esta tendência se manteve nos primeiros anos do século XXI, sendo que entre 2000 e 2003, o nível de ocupação aumentou 6,7% para as mulheres e 0,4% para os homens. Com isso, a proporção de mulheres ocupadas no total da população economicamente ativa passou de 38,4%, em 1989, para 42,4%, em 2000, e para 43,9%, em 2003 (COMEGNO e AQUILINI, 2005: 204). Se, em 1996, 52,2% das mulheres brasileiras de 16 anos e mais se encontravam ativas, ou seja, empregadas ou à procura de emprego, em 2007 este valor passou para 58,6% (IPEA, SPM, OIT, 2009: 15). Sem dúvida, um importante acréscimo quando se pensa que a taxa de atividade masculina apresentou tendência de queda no mesmo período. No entanto, é importante considerar que o nível de atividade das mulheres, embora tenha aumentado consideravelmente, ainda é bastante inferior àquele verificado para os homens em 2007 que foi de 81,6% (IPEA, SPM, OIT, 2009: 15). Vale lembrar que contamos, hoje, com mais de 40 milhões de trabalhadoras e o rendimento destas contribuem com 40,6% da renda das famílias brasileiras (SPM, 2010: 50).

Há, no entanto, um dado intrigante: embora a participação das mulheres tenha crescido bastante, sua disponibilidade para participar no mercado de trabalho é significativamente menor do que a dos homens. Como explicar? Uma possível explicação seria a de que a decisão de ingressar no mercado não é concretizada na mesma intensidade para homens e para mulheres. De fato, “enquanto a taxa de desemprego masculina foi de 5,1%, em 2007, a feminina atingiu 9,8%, o que representa um contingente de quase 1,3 milhões de mulheres desempregadas a mais em comparação aos homens” (IPEA; SPM; OIT, 2009: 16). Embora tenha havido um movimento de redução nas taxas de desemprego, entre os anos 2004 e 2007, mantiveram-se inalteradas as diferenças de gênero existentes: os homens brancos, por exemplo, apresentaram uma taxa de desemprego de 5,3%, em 2007, enquanto mulheres negras chegaram a 12,2% (IPEA; SPM; OIT, 2009: 16).

Ainda em relação à inserção diferenciada de homens e mulheres no mercado de trabalho, há uma questão que não pode ser esquecida devido a sua interferência, sobretudo, no trabalho realizado por grande parte das mulheres. Trata-se da longa jornada invisível do assim chamado trabalho reprodutivo, sem remuneração, exercido preponderantemente pelas mulheres e que se sobrepõe à vida profissional destas. É um trabalho essencial para a reprodução social e tem uma importante dimensão econômica, no entanto, é pouco valorizado. Não é contemplado nas contas nacionais. Se contabilizado fosse, poderia agregar até 12% ao PIB brasileiro, conforme estimativa feita por pesquisadores/as a partir de dados do IBGE (SPM, 2010:56). A divisão sexual do trabalho, na qual a maioria dos homens exerce



suas atividades no mercado de trabalho e as mulheres dividem o seu tempo entre o trabalho fora de casa e a realização das tarefas domésticas do trabalho reprodutivo não remunerado, faz com que as mulheres tenham uma sobrecarga que interfere negativamente na sua inserção no mercado de trabalho. Dados da PNAD de 2008 apontam que enquanto 87,9% das mulheres ocupadas declararam que executam afazeres domésticos e tarefas relacionadas aos cuidados com os membros familiares do domicílio, enquanto para os homens essa taxa foi de 46,1%, o que aponta para uma inegável dupla jornada para a população feminina. A intensidade com que homens e mulheres se dedicam a esses afazeres também é diferenciada: as mulheres estimaram dedicar 20,9 horas semanais às atividades domésticas e ao cuidado de seus familiares, e os homens 9,2 horas semanais. (SPM, 2010, 57). Conclui-se, pois, que são maiores tanto o contingente de mulheres que se dedicam ao trabalho reprodutivo quanto o número de horas que gastam, quando comparados à população masculina. Há, pois, uma clara sobrecarga por parte das mulheres e essa sobrecarga influenciará decisivamente sobre o trabalho que elas realizam no mercado de trabalho. Não nos surpreende, portanto, que devido aos intensivos afazeres domésticos, as mulheres encontrem como alternativa o emprego em jornadas de trabalho menores que, por conseguinte, remuneram menos. Em 2007, 41% das mulheres trabalhavam habitualmente menos de 40 horas, para apenas 18,6% dos homens (IPEA, SPM, OIT, 2009, 16).

Distribuição dos trabalhadores e das trabalhadoras nos diferentes setores da economia

Como já apontado anteriormente, há uma forte segregação no mercado de trabalho. Homens estão fortemente representados nos setores da indústria e da construção civil e mulheres no setor de serviços.

Observando o setor industrial e o setor da construção civil, tidos como sendo um espaço relativamente mais importante para os homens do que para as mulheres, veremos que, em 2007, 17,4% de todos os trabalhadores e 12,7% de todas as trabalhadoras (11,4% das negras e 13,9% das brancas) encontram-se ocupadas em atividades industriais. Mas, o perfil majoritariamente masculino das ocupações industriais fica mais evidente ao observarmos a distribuição dos trabalhadores do setor, por sexo. Com efeito, em 2007, 65% dos empregados deste setor eram homens e 35% eram mulheres, sendo que a grande maioria destas concentrava-se nos subsetores têxtil e calçados (IPEA, SPM, OIT, 2009: 18 e 49). No mesmo ano, o setor da construção civil concentrava 11% dos homens ocupados e tão somente 0,5% das mulheres ocupadas. Atividade tradicionalmente desempenhada por homens, o setor da construção civil apenas recentemente abriu suas portas para a participação feminina, que hoje representa 3% do total do universo de trabalhadores deste setor (IPEA, SPM, OIT, 2009: 18).

O setor de serviços (comércio, transportes, comunicações, instituições financeiras, administração pública e outros), além de ser o setor da economia que mais cresceu nos últimos anos, perfazendo 49,3%, em 1985, e 61%, em 2007, dos/as trabalhadores/as ocupados/as, é o setor, por excelência, feminino. Cerca de 52% do total de ocupados do universo de trabalhadores deste setor eram mulheres. O quanto esse setor é importante para as mulheres torna-se evidente ao observarmos que, em 2007, 75,1% das mulheres encontravam-se ocupadas neste setor, ao passo que o percentual entre os homens era de 50,9% (IPEA, SPM, OIT, 2009: 23). Não há, pois, outro setor da economia em que, quantitativamente, as mulheres estejam tão bem representadas.



Ocupando quase 52% do total de postos de trabalho no setor de serviços, as mulheres bem que poderiam registrar esse fato como uma conquista feminina, não fosse este um dos setores no qual a iniquidade de gênero é marcante. A segregação ocupacional, por sexo e também em termos étnico-raciais, fica evidente ao observarmos como homens e mulheres estão alocados nos subsetores do setor de serviços. Tomando-se por base o ano de 2007, podemos observar que as mulheres estão, principalmente, nas atividades de domésticas remuneradas (21,9%), de comerciárias (21,6%) e de funcionárias públicas (18,6%), que somadas, representam 62,1% do emprego feminino no setor. Os homens, por sua vez, exercem atividades de comerciários (30%), de funcionários públicos (13,9%) e atividades relacionados aos transportes (11,3%), sendo que essas três ocupações representam 55,2% do emprego masculino no setor de serviços (IPEA, SPM, OIT, 2009: 27). Os dados existentes nos permitem, também, identificar uma forte segregação por sexo no setor de transportes e no setor trabalho doméstico remunerado. No subsetor transportes, 90% das atividades são exercidas por homens e no subsetor trabalho doméstico, 90% são exercidas por mulheres (IPEA, SPM, OIT, 2009, 27). Ao levarmos em consideração tão somente os subsetores que perfazem as categorias serviços sociais e domésticos, podemos observar que mais de um terço das mulheres ocupadas estão nesses subsetores, para apenas 4,5% dos homens. E, ao agregarmos a essas duas categorias a participação de trabalhadores e trabalhadoras nos setores de serviços auxiliares e outras atividades (cuja maioria também é formada por atividades de prestação de serviços), chega-se a mais de 92% das mulheres ocupadas em atividades nesses sub setores, proporção que alcança reduzidos 26% dos homens (IPEA, SPM, OIT, 2009, 18).

Os dados acima indicam que as mulheres estão alocadas naquelas atividades caracterizadas como uma extensão do trabalho reprodutivo, ao passo que os homens exercem atividades vinculadas à produção de mercadorias. Essa segregação condiz com as definições que a sociedade consagrou para a demarcação dos papéis feminino e masculino e confirma que as mulheres, ao entrarem massivamente para o mercado de trabalho, encontraram a porta aberta nas atividades terciárias, mais precárias, com menor proteção social e menores salários. Com base nos micro dados da PNAD/IBGE, evidencia-se que, em 2007, as mulheres ocupadas ganhavam, em média, 65% dos rendimentos auferidos pelos homens e os negros somente a metade do salário dos homens brancos. Quanto às mulheres, a mesma fonte indica que as mulheres brancas recebiam, em média, 62% do que homens brancos ganhavam e que as mulheres negras ganhavam 67% do que homens negros ganhavam e tão somente 34% do rendimento médio de homens brancos. (IPEA, SPM, OIT, 2009: 20)

Dentre as várias atividades que perfazem o setor de serviços, a que se destacar uma subcategoria “bem feminina”, não apenas pela elevada presença das mulheres, mas também, por representar muito bem o caráter segmentário por sexo e por raça do mercado de trabalho. Trata-se do trabalho doméstico remunerado. Mesmo sendo este subsetor considerado um reduto do assim chamado trabalho feminino, observa-se uma segregação ocupacional de gênero expressa por atividades diferenciadas. Os homens, geralmente, são contratados para atividades tais como as de motoristas, jardineiros e caseiros, ao passo que mulheres são contratadas para serviços relacionados ao cuidado da casa, incluindo aqui também a atenção prestada às crianças e aos idosos e idosas. Se nos ativermos tão somente à categoria sexo, veremos que nos meses que antecederam à crise econômico-financeira iniciada em 2008, 16% das trabalhadoras brasileiras, representando um contingente de 6,3 milhões de mulheres, trabalhavam neste subsetor e tão somente 0,8% dos homens, ou seja, 418 mil (IPEA, SPM, OIT, 2009, 38). Se, além da categoria sexo, levarmos em consideração a categoria étnico-racial, veremos que do total de mulheres 12,1% eram brancas e 21,4% eram negras. Há, portanto, muito mais mulheres negras do que brancas ocupadas no serviço doméstico remunerado, o que indica que este



trabalho continua sendo um trabalho tradicionalmente desempenhado por mulheres negras. Pesam nesta segregação por gênero e raça os traços mais perversos da herança escravocrata e patriarcal da sociedade brasileira, haja vista ser esse um trabalho de baixíssimo prestígio, mal remunerado e deveras precário em relação aos direitos e deveres trabalhistas. Em 2007, dentre as mulheres empregadas neste subsetor, apenas 30,9% das mulheres brancas possuíam carteira de trabalho assinada e 34,4% contribuíam para a previdência e, dentre as mulheres negras a proporção era de 25,2% e 30,4%, respectivamente (IPEA, SPM, OIT, 2009, 39). Conclui-se, pois, que um contingente enorme de mulheres, quer sejam elas brancas ou negras, não estão amparadas pelas leis trabalhistas existentes.

Devido a sua vulnerabilidade o trabalho doméstico remunerado reage sensivelmente a qualquer mudança na economia. O simples aumento das passagens de ônibus ou do salário mínimo representa gastos adicionais no orçamento familiar, que por sua vez, podem redundar em cancelamentos de contratos, consequentemente, em redução de postos de trabalho, sobretudo se levarmos em conta a facilidade de se despedir um trabalhador ou uma trabalhadora que não tem carteira assinada ou que não contribui com a previdência. Em tempos de crise, é de se supor o que subsetor serviço doméstico remunerado seja um dos primeiros a ser atingido. É também previsível que em épocas de aumento de desemprego, de redução de salários e consequentemente de gastos, as famílias optem por dispensar seus empregados e suas empregadas. Daí porque o trabalho doméstico remunerado é sempre um subsetor bastante vulnerável às oscilações do mercado de trabalho. Além disso, esse dado nos remete a um conhecido fenômeno, qual seja o de que, em tempos de crise, quem primeiro retorna à inatividade são as mulheres.

Como vemos o mundo do trabalho parece ser capaz não apenas de reproduzir, mas também de inovar as configurações assimétricas das identidades e das divisões dos papéis de gênero. Se é um fato de que durante as últimas décadas do século XX têm ocorrido mudanças significativas no mundo do trabalho e na participação das mulheres no mercado formal de trabalho, também é um fato o não registro de uma diminuição significativa das desigualdades entre homens e mulheres. O aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho está mais vinculado à expansão de atividades “femininas” do que ao acesso às atividades “masculinas”. As discriminações verticais e horizontais do mercado de trabalho se reproduzem. Ao longo dos últimos anos, a brecha salarial reduziu pouco e se apresenta tanto maior quanto maior for o nível de instrução: em 2007 a renda mensal das trabalhadoras correspondia a 72% da renda masculina (SPM, 2010: 53). A taxa de desemprego feminina continua sendo superior à dos homens e aumenta a presença de mulheres nas ocupações mais precárias. O mercado de trabalho, no período anterior à crise, revela que além das desigualdades sociais, há desigualdades de gênero e desigualdades étnico-raciais, contribuindo para a construção de uma hierarquia encontrada em quase todos os indicadores disponíveis, qual seja: homens brancos estão em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que homens negros e mulheres brancas e negras.



Impactos diferenciados da crise

Os dados que dispomos sobre o mercado de trabalho revelam que desde 2004 o emprego, sobretudo o emprego formal, tem crescido a passos largos. “Esse período de virtuosa formalização do mercado de trabalho foi propiciado tanto pelo dinamismo do comércio internacional como pelo aquecimento do mercado interno” (IPEA, SPM, OIT, 2009:41). A partir de 2008, devido aos impactos da crise internacional, entretanto, a situação é outra. Segundo dados da PME, “nos sete meses que se seguiram à crise (outubro/2008 e abril/2009), a proporção de trabalhadores/as desempregados/as subiu de 7,5% para 8,9%, um aumento de 1,4 ponto percentual. No mesmo período dos anos anteriores (outubro/2007 e abril/2008), a tendência verificada era inversa, com redução de 0,2 pontos percentuais na taxa desemprego medida para as principais regiões metropolitanas do país” (IPEA, SPM, OIT, 2009:42). A partir de outubro de 2008 nota-se um nítido desaquecimento na geração de novos postos de trabalho. “Se a média de criação de empregos com carteira assinada no mês de outubro dos anos de 2004 e 2007 foi de, aproximadamente, 146 mil, em outubro de 2008 apenas 61 mil novas vagas foram abertas. Em novembro já se constatava uma retração no número de postos com carteira assinada no país, o que se verifica também nos meses de dezembro de 2008 e janeiro de 2009” (IPEA, SPM, OIT, 2009:43). Dados levantados pela fonte retro mencionada apontam que de fevereiro a abril de 2009 houve um incremento no número de postos de trabalho formal, contudo, bastante inferiores aos verificados nos mesmos meses dos anos anteriores. Cabe, portanto, aqui o alerta de que essa leve recuperação, por si só, pode indicar o restabelecimento da trajetória anterior de crescimento acelerado do emprego formal. “A ameaça de crescimento do desemprego e da informalidade persiste, pois o ritmo de criação de vagas celetistas observado nos últimos três meses no Caged ainda é lento. Neste sentido, a preocupação com a evolução do emprego formal se justifica pelo menos por dois motivos: pelo impacto direto nas condições de vida dos/das trabalhadores/as e pelo fato de que a massa de rendimentos (determinada pelo nível de emprego e de salário) é um dos principais componentes da demanda interna, logo, sua evolução pode contribuir para abrandar ou ampliar os efeitos da crise” (IPEA, SPM, OIT, 2009:44).

Mas, afinal, como os homens e as mulheres brasileiras vivenciaram essa crise? Houve impactos diferenciados entre ambos os grupos? Em quais os setores da economia, homens e mulheres foram atingidos diferentemente pelos efeitos da crise? A resposta a essas indagações estão fortemente apoiadas nos resultados obtidos por uma pesquisa feita por um grupo de trabalho criado no âmbito do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, com a finalidade de monitorar os impactos da crise sobre as mulheres. Essa pesquisa conferiu especial atenção aos movimentos das taxas de desemprego e aos movimentos dos níveis de ocupação da massa salarial, diferenciados segundo os setores da atividade econômica e as regiões metropolitanas, a partir de indicadores produzidos tanto pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, como pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério de Trabalho e Emprego, e pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese e Fundação Seade).

Embora o período de análise aqui privilegiado seja deveras curto (setembro de 2008 a abril de 2009) para qualquer avaliação definitiva sobre os impactos produzidos neste cenário de retração econômica, os resultados dessa pesquisa, apresentados no artigo intitulado O impacto da crise sobre as mulheres (www.observatoriodegenero.gov.br), oferecem elementos valiosos para o entendimento de como a crise atingiu de forma diferenciada os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiras.



Em conformidade com a reflexão feita anteriormente sobre as formas diferenciadas de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho, ressaltamos aqui os setores e os aspectos que mais nitidamente apontam a diferenciação dos impactos:

a) Entre setembro de 2008 e abril de 2009, o crescimento da população economicamente ativa (PEA) feminina, em todas as regiões metropolitanas (RMs) pesquisadas pela PED, foi menor do que a masculina (IPEA, SPM, OIT, 2009: 47). Como nos anos anteriores havia sido registrada uma leve tendência ao crescimento maior da PEA feminina em relação à masculina, há aqui indícios de que a crise econômica retirou, relativamente, mais mulheres do que homens do mercado de trabalho, refreando o assim chamado processo de feminização do mercado de trabalho. Ao que tudo indica, continuamos a presenciar o tão conhecido fenômeno, sobre o qual já falamos anteriormente, de que em tempos de crise, quem primeiro retorna à inatividade são as mulheres.

b) Quanto à taxa de desemprego, nos meses imediatamente posteriores ao início da crise, os dados revelam que os homens foram mais afetados do que as mulheres. Há um aumento de 24% na taxa de desemprego dos trabalhadores nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pela PME para o equivalente a 11,2%, da taxa de desemprego das trabalhadoras. Entre as mulheres, as brancas apresentam uma taxa de 21,3% e as negras apenas 4,1% (IPEA, SPM, OIT, 2009: 47). Como, historicamente, as taxas de desemprego femininas costumam ser significativamente mais elevadas do que as masculinas, os dados acima parece revelarem uma contradição. Uma provável explicação para esse movimento contraditório é o fato de que muitas mulheres desistem de procurar outro emprego, caindo, assim, na categoria de inativas. Como inativas, elas não configuram como desempregadas, ou seja, não contribuem para o cálculo da taxa de desemprego, fazendo com que a taxa de desemprego masculina seja superior à feminina.

c) Dados desagregados por ocupação, segundo setores de atividade econômica, revelam que na ocupação feminina as maiores quedas relativas ocorreram na indústria extrativa e de transformação, produção e distribuição de eletricidade, gás e água (- 8,38%), no comércio (5,82%) e trabalho doméstico remunerado (1,25%). Entre os homens as maiores quedas relativas foram registradas nos serviços domésticos (-5,66%) e na indústria (-04,61%) (IPEA, SPM, OIT, 2009:48). Esses dados revelam que o setor industrial foi o setor mais afetado. Seria, portanto, de se esperar que tanto para os homens quanto para as mulheres, fosse esse o setor com maiores taxas de desligamentos. Acontece que neste setor, a maior fatia de desligamentos coube às mulheres, entre elas as negras foram ligeiramente mais afetadas, ou seja, 9,96% frente a uma taxa de 7,73% para as brancas (IPEA, SPM, OIT, 2009: 49). Se considerarmos que em 2007 (PNAD) 17,4% dos homens e 12,7% das mulheres ocupadas se encontravam no setor industrial e que dentre as mulheres, 11,4% das negras e 13,9 das brancas, tudo faz crer que a crise contribuiu para o aprofundamento do perfil masculino e branco do setor industrial brasileiro.

d) Houve um desligamento maior de homens (-5,66%) em relação às mulheres (-1,25%) nas atividades de trabalho doméstico, o que parece indicar que aqui o trabalho realizado pelos homens é menos essencial que o das mulheres. Entra em jogo neste contexto a estrutura diferenciada do trabalho doméstico: enquanto aos homens cabem ocupações como as de caseiro, jardineiro e motorista, cabe às mulheres as ocupações relativas aos cuidados da casa e das crianças, essenciais na configuração do que, normalmente, se entende por trabalho reprodutivo. Ao que tudo indica, abrir mão do trabalho exercido pelas trabalhadoras domésticas implica uma sobrecarga às mulheres da família, acarretando às mesmas maiores jornadas de trabalho e implicações negativas para a permanência no trabalho



que executam fora de casa. O maior desligamento de homens em relação a mulheres indica que a crise reforçou o perfil feminino do trabalho doméstico remunerado.

e) Quanto à posição na ocupação, observa-se que foram os /as trabalhadores/as ocupados/as em postos de trabalho de pior qualidade aqueles que mais perderam empregos. Entre os trabalhadores/as demitidos estão aqueles/as que não têm carteira assinada: 11,36% mulheres e 7,05% homens (IPEA, SPM, OIT, 2009: 50).

f) Na construção civil, considerada um reduto masculino, verifica-se, em plena crise, um avanço de uma das frentes do assim chamado movimento de feminização do mercado de trabalho. No período compreendido entre setembro de 2008 e maio de 2009, os dados da PME apontam uma queda de 3,82% no conjunto dos postos ocupados pelos homens e uma elevação de 17% na ocupação feminina (IPEA, SPM, OIT, 2009: 50). Observa-se neste setor, que a crise afetou aos homens, mas não às mulheres. Este dado afirma que o movimento de feminização deste setor, que já vinha sendo registrado em períodos anteriores, teve um enorme impulso. Considerando o período em análise, podemos observar que além da intensificação da “feminização” do trabalho feminino houve também um “embranquecimento” da força de trabalho feminina. Se nos meses anteriores à crise já se havia registrado um nível de ocupação significativamente mais intenso para as brancas do que para as negras, na ordem de 32,4% e 12,3%, respectivamente, houve durante a crise um aumento da ocupação das mulheres brancas de 47,6% e de queda para as negras na ordem de 13, 7% (IPEA, SPM, OIT, 2009: 50). Trata-se de um dado bastante significativo, merecedor de um estudo mais aprofundado.

Para concluir

Levando-se em conta a existência de inserções bastante diferenciadas de homens e mulheres no mundo do trabalho e o fato de que cada setor da atividade econômica teve seus próprios mecanismos frente à crise, constatou-se, no período analisado, que homens e mulheres foram atingidos diferentemente pela crise. Nossa análise sobre os impactos da crise no mercado de trabalho brasileiro, embora curta, nos permite concluir que a crise, pelo fato de ter afetado, sobretudo, o setor industrial caracterizado como majoritariamente ocupado por homens, acabou afetando mais o contingente masculino que o feminino e que houve uma contenção do processo de feminização do mercado de trabalho, apesar do significativo aumento de postos de trabalho para as mulheres na construção civil. O aumento do trabalho formal na construção civil para as mulheres aponta para um fato positivo, desde que descartada a possibilidade de que este tenha sido o resultado de uma estratégia do empresariado em contratar de forma mais precária.

Mesmo com perdas significativas no setor industrial, tudo indica que a crise reforçou o trabalho altamente masculinizado do setor industrial e o trabalho altamente feminizado no setor do trabalho doméstico. Ademais, as informações disponíveis sugerem que possa estar havendo uma precarização geral do emprego como reação à crise, a qual se manifesta na elevação da inatividade e também no aumento de mulheres em postos mais precários, como trabalho sem remuneração e trabalho sem carteira assinada, bem como, uma tendência a uma masculinização da população ocupada e à procura de ocupação.



Importante, também, perceber como o emprego doméstico remunerado, exercido por aproximadamente 16% das mulheres ocupadas, reveste-se de importância para a sociedade brasileira, pois, no cenário desta crise econômico-financeira, não houve variações significativas no nível de ocupação desta categoria, reiterando a essencialidade deste trabalho para as famílias, para as mulheres que trabalham fora de casa e para o funcionamento da economia e da sociedade como um todo. A estabilidade do emprego doméstico remunerado contribuiu, sem sombra de dúvida, para que a crise não afetasse tão drasticamente as mulheres trabalhadoras.

Finalmente, gostaria de aproveitar a oportunidade para chamar a atenção para a importância das análises com enfoque de gênero na Sociologia do Trabalho. Inúmeros trabalhos nacionais e internacionais têm mostrado que a equidade entre mulheres e homens é um elemento não somente de consolidação dos direitos da cidadania, como também de desenvolvimento econômico e social. Com vistas a promover a igualdade de gênero, é de crucial importância a garantia de oportunidades para o acesso, a permanência e a ascensão das mulheres no mundo do trabalho. Para que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades e os mesmos direitos, é preciso que o trabalho das mulheres seja valorizado em todas as suas formas. É, pois, sumamente importante que observemos os efeitos da atual crise econômica sobre os distintos grupos populacionais, uma vez que vivemos um cenário em que se colocam sob risco os avanços obtidos ao longo dos últimos anos, no sentido da redução da distância existente entre homens e mulheres e redução das discriminações vivenciadas pelas mulheres brasileiras no mundo do trabalho.

A garantia da igualdade de gênero no exercício dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, respeitadas as diferenças, é condição para que todos os cidadãos e cidadãs possam realizar-se como seres humanos e contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Por isso, em um estado democrático de direito, a efetiva igualdade entre homens e mulheres é estratégica na luta contra todas as formas de discriminação e na defesa da dignidade da pessoa humana. Muitos desafios foram vencidos, mas há muito a ser conquistado. Resistências culturais enraizadas socialmente mantêm diferentes formas de desigualdade e de discriminação. As mulheres continuam a sofrer diversos tipos de abuso e discriminação no local de trabalho, têm dificuldades para participar das decisões políticas e ainda sofrem vários tipos de violência no trabalho. As desigualdades não apenas entre homens e mulheres, mas entre as mulheres de diferentes classes sociais, idades e etnias, continuam marcantes e cabe aos pesquisadores/as contribuir com análises que ofereçam dados significativos sobre essas desigualdades.



Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Laís. Globalização, Pobreza e o Mundo do Trabalho. In: *Feminização da Pobreza, emprego e renda*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004, 14-22.
- ABREU, A. et al. Desigualdade de gênero e raça: o informal no Brasil em 1990. *Estudos Feministas*. N. 5, 1994.
- BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. In: SAFFIOTI, H., VARGAS, E. (Orgs.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: NIPAS/UNICEF. 1994.
- COMEGNO, Maria Cecília; AQUILINI, Guiomar de Haro. Explorando as desigualdades de gênero no mundo do trabalho por meio de dados. In: ZIMMERMANN, Neusa de Castro; MOREIRA, Teresa. *Reflexões sobre a diversidade no mundo do trabalho*. Brasília: ACDI/CIDA, 2005, p.194-221.
- COSTA, Patrícia Lino; GEBRIN, Vera. Mulheres Negras: Dupla Discriminação nos mercados de trabalho metropolitanos. In: ZIMMERMANN, Neusa de Castro; MOREIRA, Teresa. *Reflexões sobre a diversidade no mundo do trabalho*. Brasília: ACDI/CIDA, 2005, p. 227-246.
- DIEESE. A situação das mulheres em mercados de trabalho metropolitanos. São Paulo: DIEESE, 2003.
- DIEESE. A situação do trabalho no Brasil. São Paulo: DIEESE, 2002.
- FONTENELE-MOURÃO, Tânia. M. Mulheres no Topo de Carreira: Flexibilidade e persistência. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.
- FUNDAÇÃO SEADE. O desemprego feminino na região metropolitana de São Paulo. *Mulher & Trabalho* nº 5. São Paulo: SEADE, set. 2001.
- FUNDAÇÃO SEADE. O mercado de trabalho feminino na região metropolitana de São Paulo em 2001. *Mulher & Trabalho*, nº 7. São Paulo: SEADE, mar. 2002.
- IPEA; SPM; OIT. Impacto da crise sobre a vida das mulheres. In: *Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. Brasília: IPEA, SPM, OIT, 2009. 2ª. Edição.
- KÜCHEMANN, Berlindes Astrid. Estratégias de Sobrevivência de Mulheres no Setor Informal Urbano. In: Kohlhepp, Gert (Coord.) *Brasil: Modernização e Globalização*. Madrid: Iberoamericana/ Frankfurt am Main: Vervuert Verlag, 2001, p. 155-174.
- KÜCHEMANN, Berlindes Astrid. Mulheres no Mundo do Trabalho: Em Busca de um Modelo de Desenvolvimento Inclusivo. In: DAL ROSSO, Sadi; FORTES, José Augusto Abreu Sá. *Condições de Trabalho no Limiar do Século XXI*. Brasília:Época, 2008, p. 71-87.
- LAVINAS, L. Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão n.756, 2001.



LIMA, Márcia. Conhecer para superar a discriminação. In: ZIMMERMANN, Neusa de Castro; MOREIRA, Tereza (Orgs.). Reflexões sobre a Diversidade no Mundo do Trabalho. Brasília: Canadian International Development Agency, 2005, p. 92-96.

LIMA, M. Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras. Estudos Feministas, v. 3, nº 2. Rio de Janeiro, 1995.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES (SPM). Impactos da crise sobre a vida das mulheres. In: Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Brasília: SPM, 2009, p. 17-22.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM). Com todas as mulheres por todos os seus direitos. Brasília: SPM, março de 2010.



6. CRISE INTERNACIONAL E PERSPECTIVAS DO TRABALHO

Márcio Pochmann*

Vamos começar com a exposição sobre a crise internacional e perspectivas do trabalho neste início de século XXI. Minha exposição será muito abrangente e não focará elementos da realidade local. Vou dividir a minha exposição em duas partes: uma primeira buscando aqui trazer elementos de entendimento sobre a manifestação da crise atual, chamando atenção não apenas para os aspectos que ela impõe do ponto de vista do sofrimento humano, da destruição de riqueza, mas também, sobretudo, pelo aspecto que ela estabelece pelo ponto de vista da estruturação do capitalismo em termos mundiais. Entendemos aqui a crise como sendo um momento em que há um esgotamento no sistema de produção e reprodução de valor no âmbito do capitalismo, em que há um esgotamento dos mecanismos que vinham permitindo isso até o presente momento, e, ao mesmo tempo, a ausência de maturidade de novas formas de geração e produção de valor. Então, a transição é essa interface, que é muito própria da dinâmica do capitalismo. A crise não é um elemento inédito, singular – a crise é da própria natureza do capitalismo e é assim que ele se transforma. Então, essa é a nossa hipótese básica de organização, nesta primeira parte, de entendimento da própria crise. E, na segunda parte, então, vamos tratar aqui das perspectivas para o trabalho, neste início de século, e a nossa hipótese é que os fundamentos, pelos quais analistas e gestores de políticas públicas tomam como referência, estão de certa maneira descolados das transformações que estamos convivendo e ainda temos, talvez, uma melhor compreensão. A agenda dos trabalhadores, dos sindicatos e mesmo das políticas públicas ainda é uma agenda do passado, agenda conectada com o que fora o padrão substatório do século XX. Portanto, nossa ênfase aqui é para chamar atenção a respeito das possibilidades do trabalho no século XXI, na sociedade pós-industrial, na ausência de um melhor nome, do conhecimento, da informação, seja qual for o nome que definir, mas, ressaltando o fato de que estamos construindo uma sociedade muito diferente daquela em que, de maneira geral, todos somos herdeiros, a sociedade urbana industrial. Então, serão esses dois pontos, tão somente.

Começamos pelo primeiro, a respeito da temática da crise. A crise, então, como um momento de reestruturação profunda do capitalismo. E essa reestruturação profunda, ela se dá, sobretudo, pela própria compreensão de que não se trata de uma crise qualquer – nós estamos diante de um padrão novo de crise, que, a despeito de sua manifestação ter guardado semelhanças com outros momentos – e muitos fazem referência à Crise de 1929, talvez pudéssemos fazer referência também à depressão de 1873 até 1896 para chamar atenção que o padrão dessa crise é diferente das crises financeiras que ganharam dimensão a cada dois anos. Nós tivemos uma crise financeira, ou de balanço de pagamento de países, de 1973 até 2003-2004, dependendo dos países analisados. Esse padrão de crise é diferente por três razões: primeira, por que esta é a primeira crise do capitalismo globalizado, crise em que praticamente todos os países estão submetidos à lógica mercantil, à lógica de mercado.

Nenhuma outra crise do capitalismo se defrontou com praticamente todos os países submetidos à lógica de mercado. Se pegarmos a crise de 1929, tínhamos, naquele momento, vários países na condição de colônia – portanto nem eram países, eram colônias – submetidos ao modo de produção

* Palestra de abertura do Seminário TRABALHO NA CAPITAL, evento realizado nos dias de 2009 no auditório da reitoria da Universidade de Brasília. Foi mantido o formato da oratória.



pré-capitalista. E havia já a experiência da Rússia, como organização da produção, não pelo mercado, mas pelo planejamento, “modo de produção socialista”, digamos assim. Se pegarmos então outra grande depressão, de 1873, não tínhamos experiência socialista, mas tínhamos ainda uma parte significativa do mundo submetida à condição de colônia, ao modo de produção pré-capitalista. Então, o que quero chamar atenção é que as crises capitalistas anteriores defrontavam-se com uma parte do mundo apenas submetida à lógica de mercado. No atual momento, praticamente todos os países estão submetidos a essa mesma lógica e estão conectados, o que faz com que a crise no centro do capitalismo se reflita muito rapidamente, quase que imediatamente, se não quase em todos, em grande parte dos países. Então esse é um elemento, ao nosso modo de ver, de novidade.

O segundo elemento é o aspecto sistêmico da crise, mas, evidentemente, as outras crises também foram sistêmicas. Há um aspecto adicional ao fato de ser sistêmico porque não se trata de uma crise financeira tão somente; é uma crise econômica, é uma crise social, por que a crise financeira contaminou o setor produtivo, o setor produtivo refletiu na redução do nível de emprego, na redução dos salários, no aumento da pobreza, da desigualdade etc., então atingiu a esfera social. E, evidentemente, a crise também está impondo implicações políticas, na esfera política. Tivemos governos que já mudaram governantes, estamos tendo impactos profundos, principalmente nos países ricos. Na crise de 1929, durante a década de 30 (que foi o período em que ela se manifestou por longo prazo), nós tivemos na América Latina cerca de 16 países que tiveram mudanças de governo, certamente em função, direta ou indireta, à própria crise, inclusive o Brasil. A Revolução de 30, de certa maneira, espelhou a forma como o Brasil estava inserido no mundo e o esgotamento daquele padrão de inserção.

Então, temos esses aspectos que são comparáveis às outras crises, mas temos o elemento adicional da crise que é o ponto de vista ambiental. Essa é a primeira crise em que o tema da Sustentabilidade Ambiental aparece; aparece não apenas como sendo uma consequência da trajetória de organização da produção e do consumo nas sociedades, mas, sobretudo, como na perspectiva de que a saída da crise não pode implicar a reprodução do passado. Portanto, ao invés de estarmos falando cada vez mais da reprodução do padrão de industrialização do século XX, um padrão fortemente degradante do meio ambiente, em que há uma certa concentração nesse sentido, possivelmente, a saída da crise, pelo menos àqueles países que sairão de maneira superior àquela em que ingressaram na crise, serão países que reforçarão não mais a indústria tradicional, mas a bioindústria – novos setores de produção industriais sustentáveis ou menos degradantes, do ponto de vista ambiental.

O segundo aspecto que eu gostaria de ressaltar, o ponto de vista em relação à diferenciação entre as outras crises, é o seu padrão. E o terceiro elemento, me parece, diz respeito então à estrutura do capitalismo, que foi afetado pela própria crise, que nos leva a considerar que estamos diante de um padrão de crise de longo prazo. Ainda que possam ter momentos de prosperidade, mas que de certa maneira não serão sustentáveis no longo prazo. Por quê? Porque provavelmente não terão resolvido os problemas estruturais gerados pela própria crise. Poderemos ter agora um sinal de recuperação, todos dizem que estamos recuperando, como se estivéssemos voltando a uma condição pré-crise, a partir do pressuposto que, dado o padrão dessa crise, nós teremos momentos de oscilação, de alguma prosperidade, mas também acompanhados de oscilação, de recessão ou depressão. Portanto, partimos do pressuposto que a saída da crise é política, e a saída da crise pressuporá resolver seus problemas estruturais, que são de difícil resolução. E quais são os problemas estruturais que a crise colocou?

O primeiro, do ponto de vista do padrão de financiamento. A economia capitalista tem um “diálogo” com o futuro, e esse diálogo é feito em cima do crédito. Se não há crédito de médio ou longo prazo, não



há progresso econômico. É estratégico, do ponto de vista das economias capitalistas, o financiamento de médio ou longo prazo. A forma com que as economias financiavam desde a crise de 1973, de desorganização do padrão monetário, constituído durante o final da Segunda Guerra Mundial, as instituições financeiras, de ter uma única moeda de curso internacional, que era o padrão dólar, que se superou, na verdade, na crise de 1973 (em 1971, o dólar havia perdido identidade ao ouro). Desde aquele momento, o sistema de financiamento a médio e longo prazo se alterou drasticamente. Recuperando o que foi o financiamento do pós-Guerra: o financiamento do pós-guerra foi feito em cima de bancos públicos, bancos de desenvolvimentos ou bancos de investimento privados – então havia um aparelho de financiamento estruturado em cima desta sistemática. A crise de 1973, na verdade, impõe uma nova forma de financiamento que não passa mais pelos bancos de desenvolvimento, pelos bancos públicos, pelos bancos de financiamento. Há uma integração de bancos de financiamento com bancos de crédito; enfim, há uma desorganização, de certa maneira, há uma contaminação de contas, que vai viabilizar, na verdade, o financiamento em cima dos derivativos. É uma massa de papéis sustentada numa credibilidade que foi fortemente questionada em função da própria crise gerada inicialmente no próprio financiamento imobiliário. Reconstituir o padrão de financiamento de médio ou longo prazo é uma obra complexa. Complexa do ponto de vista político, por que implicaria reconhecer o anacronismo dos mecanismos de mercado; significaria recompor um sistema de financiamento público, estatal. Lembro de falar com [...] um homem de esquerda, do Partido Democrata. Dizia ele que os democratas sabem o que fazer, poderiam perfeitamente fazer lá nos Estados Unidos, mas há ainda um constrangimento político para tal. Eles nem podem falar em estatização de empresas ou de bancos; eles falam em pré-privatização. Então, o que nós queremos chamar atenção é que a crise teria que se aprofundar mais para viabilizar uma reformulação drástica do padrão de financiamento de médio ou longo prazo. Então, “como resolver?” Resolve pela política, mas isso não é uma coisa fácil. E se não se resolve isso, não há um ciclo de expansão de longo prazo.

Outro problema estrutural, já havia mencionado anteriormente, muito brevemente, há um esgotamento do modelo de produção e consumo. Esse modelo de produção e consumo, “padrão de consumo dos ricos”, como diria Celso Furtado, centrado nos bens de consumo duráveis, bens com alto valor monetário, está esgotado, do ponto de vista ambiental. Ele já não havia sido universalizado – dos 5,6 bilhões de habitantes que tem o planeta, nós temos menos de um terço da população mundial que participava desse padrão de consumo. Esse padrão de consumo não é universalizado, o próprio Celso Furtado chamava atenção para esse padrão de consumo: “é um mito!” Não há como universalizar automóvel, casa própria, na dimensão que os países ricos conceberam. Isso é somente universalizável para um segmento pequeno da população. Mas a sua ideologia é muito forte e ainda faz com que se reproduza a perspectiva de que cada um ainda vai ter o seu carro, cada um vai ter a sua casa, na perspectiva da casa dos países ricos. Para deixar bem claro, não sou contra cada um ter sua casa; o que eu quero chamar atenção é que a concepção de casa, de habitação que temos hoje foge completamente do padrão de habitação de 100 anos atrás. Cem anos atrás, uma habitação, em média, tinha um terço da dimensão da habitação média de hoje. Embora cem anos atrás, ou um pouco mais, as habitações menores abrigavam de 15 a 20 pessoas. Ou seja, a função da casa era completamente do que é hoje: um espaço de reprodução humana, de sociabilidade, de aprendizagem. As habitações de hoje não cumprem esse papel. As habitações de hoje têm três vezes mais o tamanho das habitações de 100 anos atrás e absorvem, em média, três, duas pessoas. Como explicar por que as habitações são muito maiores e têm menos pessoas? É por que a casa, a habitação de hoje, cumpre o papel de depósito. É na nossa casa que depositamos todos os bens que nos dizem que devemos ter para sermos alguma coisa. A Sociedade do Ter. Nós somos identificados, vistos,

Em Madri, 25% dos imóveis abrigam uma pessoa. 38% das habitações em Nova York abrigam uma pessoa



avaliados, pelo que temos, e não pelo que somos. Se voltarmos às nossas casas e abriremos os nossos guarda-roupas, veremos a quantidade de indumentária que temos lá e que dificilmente usaremos, mas devemos tê-la. Cada peça da nossa habitação tem que ter um telefone, tem que ter um vídeo, todos os aparelhos estão lá. E nossas casas não têm mais diálogo, não têm mais almoço em família; quando têm a família reunida, é em frente à televisão, por que governa o silêncio. A casa tem outro papel. Esta casa, acreditamos, não pode ser reproduzida por que é uma casa fortemente degradante do ponto de vista do espaço e do material lá utilizado e, mais do que isso, pelos valores que ela representa, que é de reprodução à sociedade de consumo. Inviável.

Então, como construir um outro modelo de produção e consumo? Isso é possível, é politicamente viável, não há nenhuma razão para fazermos a equivalência de bem-estar com uma vida de alto consumo. É uma vida simples, equivalente à autoqualidade de vida. Isso é uma construção, é uma mudança cultural. Faremos isso do dia para a noite? Tenho dúvidas, portanto, será difícil imaginar que nós vamos sair da crise reproduzindo o passado. É inviável, especialmente agora com o padrão de produção asiático. Bens unitários de alto valor têm agora valor muito pequeno. Há a possibilidade de produzir automóveis a US\$ 2.500, em vez dos US\$ 20.000. Então, em vez de 1 bilhão de pessoas se movendo em transporte individual, teremos, talvez, 3 bilhões de pessoas. É inviável.

E isso ainda rebate no terceiro elemento de ordem estrutural, que foi afetado pela crise, que é a desgovernança do mundo. O padrão de governança do mundo, constituído a partir da Constituição da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi, na verdade, que os países encontrariam, em assembleia, em organização, instituições para a própria governança do mundo. O que temos hoje é uma saturação da ONU e das suas instituições – não tem papel mais relevante no debate para a saída da crise. A Assembleia Geral das Nações Unidas não conseguiu fazer uma reunião com os chefes de estado em relação à crise. Fez um seminário em junho do ano passado. Ora, seminários fazem as universidades, não a Assembleia Geral das Nações Unidas. O papel do Fundo Monetário Internacional, o papel da Organização Mundial do Comércio, o papel do Banco Mundial, que se mostraram irrelevantes para administrar a crise tal como está.

O que nós estamos vendo hoje é a dificuldade para se reconstituir a governança. Mas o G-20 tem se reunido. Os presidentes dos países, primeiros-ministros, presidentes do Banco Central, ministros da Fazenda se unem, mas suas decisões não têm quase nenhuma validade. Por que não é uma instituição com poder de oposição. Um dos primeiros aspectos levantados na última reunião do G-20 na Inglaterra foi de que não seria possível, na nossa sociedade, uma nova economia, ter os chamados “paraísos fiscais”. Muito bem, está correto, não há possibilidade de paraísos fiscais, teríamos que fechar os paraísos fiscais, mas quem os fecharia? Quem diria “Acabou a festa?” O G-20? O presidente Lula? O presidente Obama? Não, tem de haver uma instituição. Não há instituição então, são apenas palavras ao vento: importante de serem ditas, mas incapazes de serem implementadas.

Em uma outra governança, e essa outra governança é mais complexa ainda porque a globalização financeira, as políticas neoliberais, viabilizaram, na verdade, a governança do mundo pelo poder privado, poder econômico privado. Nós temos hoje no mundo 500 grandes corporações, e, possivelmente, após a crise, serão menos ainda, que controlam qualquer setor de atividade econômica. Do conhecimento à produção de alface. Qualquer setor que venhamos a analisar, veremos que há cinco ou seis grandes corporações. Essas 500 maiores corporações geram um faturamento anual que equivale a 48% do PIB do mundo. 500 grandes corporações. As três maiores corporações do mundo têm um faturamento que equivale ao PIB do Brasil, que é a 9ª economia do mundo. As 50 maiores corporações têm



um faturamento que é superior ao PIB de mais de 100 países. Ou seja, estamos vendo uma época diferente daquela do pós-guerra no pós-guerra, era o momento em que países tinham empresas; hoje, a ideia é um pouco diferente, são as empresas que têm países. E colocam em cheque todo o sistema de representação de interesses. Dos sindicatos, dos partidos, da democracia. De forma muito simplificada, é a realidade de uma pequena cidade, 5 mil habitantes, que, de repente, se instala lá uma empresa, uma siderurgia, que vai contratar 4 mil trabalhadores, que vai gerar um orçamento, vai ser debutado, vai melhorar o orçamento da prefeitura... Mas a pergunta que vem ao final é “Quem manda na cidade?” O prefeito democraticamente eleito? Ou o presidente daquela empresa? Veja, esta é uma questão de saída política. Como se resolverá isso? Bem, não tenho a resposta. Mas se não resolver isso, não se viabiliza uma saída de expansão de longo prazo, de reorganização do mundo. Então, como se pode ver, estamos em um padrão de crise diferente.

O segundo ponto deste primeiro item é como o Brasil lida com esta questão. O Brasil, historicamente, é um país que tem aproveitado muito bem – talvez “muito bem” seja exagero, mas tem aproveitado bem – as crises. Por que as crises, esses momentos que iniciamos a nossa exposição chamam atenção por serem pontos de ruptura entre o passado e o futuro, e o passado não está totalmente esgotado, nem o futuro está totalmente maduro; esses momentos de ruptura são espaços para países que não são o centro do mundo que são periféricos, possam aproveitar e tirar oportunidades. Um país para ser o centro do mundo, tem de ter três condições: tem de ter uma moeda de curso internacional; tem que ter forças armadas; e tem de ter alta capacidade de produção de fusão tecnológica. Nenhum desses três o Brasil tem. Não tem moeda de curso internacional; nossa moeda tem curso nacional, é uma conquista de 1995 para cá, depois de 14 anos de moedas frágeis internamente. Forças armadas, claro que nós temos nome, mas do ponto de vista do que representa hoje o sistema de defesa tecnológico no século XXI, não temos esse prestígio. Sistema nacional de inovação, não temos. Mas temos uma estrutura que poderia viabilizar isso. Nós não somos o centro do mundo. Somos periféricos. E nessa condição de periferia o Brasil soube aproveitar esses momentos de crise.

Como foi a depressão de 1873 até 1896, o que fez o Brasil? O Brasil, nesse período, abandonou o Império, abandonou a escravidão – depois de 66 anos de negociação, mas, enfim, não deveríamos deixar de reconhecer isso – e reconstitui uma outra força de seleção no mundo através do café. Depois, como diz o Celso Furtado, de quase 70 anos de degradação, de decadência brasileira, aproveitamos relativamente bem. Podemos ter nos industrializado no final do século XIX, na década de 1890, uma década fantástica porque nós tínhamos o movimento político dos abolicionistas. Nós não fomos capazes, não havia base suficiente para isso em 1896, o acordo por cima da aristocracia paulista com os mineiros torna as condições muitos mais liberais no Império, que resultam na República Velha. Somente então na outra crise, de 1929, que o Brasil aproveita aquela oportunidade para abandonar a longa transição da sociedade agrária para uma sociedade urbana industrial. A partir da revolução de 1930 – como diz o professor Fernando, estamos falando em revolução. Mas, de toda maneira, foi uma mudança de curso. O que era o Brasil pré-1930, e o que a passou a ser o Brasil pós-1930, se torna outro país.

Então, a crise de 1929 apresentou uma oportunidade fundamental, foi ali que nós construímos uma base política, uma maioria política, que nos permitiu, durante cinco anos, ser hoje o que a China é. O Brasil foi a China. O Brasil foi o país que mais cresceu no mundo da década de 1930 até a década de 1960. O que os países desenvolvidos levaram 100 anos para fazer, nós fizemos em cinco. As ideias da década de 1920, do movimento modernista, dos tenentistas, tanto é que a frente, com Getúlio Vargas, é uma frente que vai de comunistas a fascistas. É uma grande frente, para derrotar os liberais



da República Velha. Essa maioria política que nos permite industrialização – pelo menos durante 50 anos – não foi democrática, porque desses 50 anos apenas 22 anos foram de regime democrático. A Democracia é uma invenção muito recente no Brasil, nós tivemos movimentos autoritários. O que aconteceu: essa expansão econômica não resultou num melhor compartilhamento desses ganhos, porque, de certa maneira, nós ficamos submetidos a um autoritarismo significativo. Segundo lugar: a transição da sociedade agrária para a sociedade urbana industrial no Brasil foi muito diferente da experiência europeia. Na experiência europeia, a transição da sociedade agrária para a sociedade urbana industrial representou, para aqueles que saíram do campo e foram para a cidade, de maneira geral, uma regressão social. Uma coisa era ser servo; outra coisa era ser operário na indústria têxtil, ou minerador, em condições de vidas piores do que era a condição de servo. No Brasil, o que tivemos? De maneira geral, a saída do campo e a vinda para a cidade não foi regressão. Foi, muitas vezes, ascensão. “Sim, mas as pessoas saíram dos campos e foram morar nas favelas, debaixo das pontes” – por incrível que pareça, morar debaixo da ponte muitas vezes seria melhor que morar no campo, dada as precárias condições de vida no campo brasileiro. Há literatura sobre isso, mas um bom filme, o Central do Brasil, mostra muito bem os imigrantes do Rio de Janeiro, aquela dificuldade toda para escrever uma carta, nem sabiam escrever, para seus familiares dizendo que a situação estava difícil mas estava melhor, mandando um dinheirinho, ainda vendo a possibilidade de trazer mais um irmão ou parente para se juntar na grande cidade. Então essa é uma especificidade, que nos diferenciou em relação à evolução dos direitos.

O Theodoro Marshall faz análise de como evoluíram os direitos na sociedade europeia: no século XVIII, os direitos civis; no século XIX, os direitos políticos; no século XX, os direitos sociais. No Brasil não foi assim. No Brasil, os direitos sociais vieram antes dos direitos políticos. Aliás, até a constituição de 88, os direitos sociais no Brasil crescem mais no período autoritário. A CLT, é uma invenção no Estado Novo. E foi feita para algo que não exista, que era o trabalhador urbano assalariado. 90% dos trabalhadores estavam no campo. A CLT só começa a chegar ao campo com o regime militar. A invenção do fundo rural. Isso não significa dizer que não houve luta social, pelo contrário; sim, o Brasil é um país industrial, mas estou reconhecendo as nossas especificidades. O que acontece é que essa maioria política que viabilizou esse progresso “econômico”, mas com baixa distribuição, etc., se esgota na crise de dívida externa, 1981, 1983. O compromisso com o crescimento desaparece lá. E, de lá pra cá, não conseguimos construir uma outra maioria fundada no desenvolvimento. A maioria política do Brasil ora defendia a estabilidade – que não é pouca coisa, diga-se de passagem –, ora defendia a financiamento. Já que a economia não cresceu, o Brasil teve 25 anos de tragédias do ponto de vista econômico, cresceu menos de 2,5% ao ano, o que para nós é um problema sério – se fossemos a Itália, não teria problema, mas o Brasil tem, ainda, pelo menos até 2025, uma pressão demográfica importante – crescer menos de 4% é muito ruim. Então, o que aconteceu: a economia não cresce, a taxa de lucro cai; diante da perspectiva da taxa de lucro, há uma pressão dos endinheirados para recompor a acumulação, não pela parte produtiva, mas pela parte financeira. Aí nós temos toda a canalização da política macroeconômica para viabilizar a acumulação fictícia do capital. Através da taxa de juros elevada, através do endividamento, através da privatização, através do aumento da carga tributária sobre os pobres, para permitir que a acumulação financeira se realize. Esse é um quadro sem maioria política.

Muito recentemente, a maioria política começa a ser alterada. Imaginamos que o governo Lula representa, embora uma disputa interna, um redirecionamento dessa maioria política. E é o que nos permitiu, digamos assim, enfrentar esta crise de forma diferente das anteriores. Todas as crises – 1981 a 1983, 1991 a 1992, 1998 a 1999 – implicavam desemprego, pobreza e desigualdade. De setembro



do ano passado até junho deste ano, nas regiões metropolitanas, com dados do IBGE – embora houvesse aumento do desemprego de janeiro até abril, agora está em queda –, essa medida de julho deste ano foi menor que de julho do ano passado. A despeito do aumento do desemprego, não houve aumento da pobreza no Brasil, pelo contrário, no Brasil metropolitano nos primeiros dez meses – de setembro pra cá –, em comparação ao mesmo período anterior, nós tivemos a saída de 503 mil pessoas da condição de pobreza. O índice de desigualdade também caiu e continua caindo. Isso é um fato novo. Não há país, pelo menos desenvolvido, que tenha registrado a crise sem ter impacto sobre a pobreza. Há alguma coisa diferente e que precisa ser melhor estudada. E o que é diferente? Em certa maneira, as políticas encíclicas. Nas crises anteriores, o que fazia o governo? Aumentava os juros, aumentava os impostos, não aumentava o salário mínimo, não aumentava os programas de transferência de renda, não aportava recursos aos bancos públicos para viabilizar o financiamento. Isso passou a ser feito no período atual. Porque a base política que permite isso é que pressiona por isso. Houve redução na carga tributária, em termo de IPI e imposto de renda. A taxa de juros caiu, embora muito lenta, somente depois, em janeiro, mas, enfim, não era esse o padrão de enfrentamento das crises anteriores. O salário mínimo subiu 12%. A Bolsa-Família aumentou o número de beneficiados, e agora vai aumentar o valor. O BNDES recebeu 100 bilhões de aporte para manter o financiamento produtivo. A ampliação dos bancos públicos. Qual a questão que nos coloca, além do sentido correto que imaginamos estarem, as políticas do ponto de vista do modo econômico social? É que essas políticas precisam ser mais ousadas. Mais ousadas, do ponto de vista de responder às vulnerabilidades que permitiram que a crise contaminasse o Brasil. Porque, na verdade, nós participamos do Ipea na expectativa de que o Brasil não haverá recessão este ano. Teve no último trimestre do ano passado e no primeiro deste, mas basicamente na indústria, porque o setor primário e o terciário não tiveram recessão. Mas a indústria teve uma recessão profunda, caiu 12% do produto. Então, nós não temos a mesma crise do ponto de vista do sofrimento humano, da depreciação da riqueza etc., vivido em outros países. Nós tivemos recessão, a Índia e a China não tiveram recessão.

Temos que analisar melhor quais são nossos pontos de vulnerabilidade e como enfrentá-los. Temos três pontos de vulnerabilidade que precisam ser enfrentados; quer dizer, são necessárias políticas muito mais ousadas para que o país saia da crise muito melhor do que entrou. São três pontos que nos tornaram vulneráveis pelas opções que o Brasil fez na década de 1990. O primeiro aspecto de vulnerabilidade, onde é que a crise internacional entrou no Brasil, é nossa dependência creditícia financeira. O Brasil hoje precisa de 25% do total do seu crédito vindo do exterior. Há uma dependência financeira de recursos. Precisamos atuar sobre esse aspecto, porque se não superarmos, essa dependência, qualquer outro tombo em um outro país nos trará impactos de novo.

Se lembrarmos, na década de 1990, de toda a ladainha neoliberal dizendo que no Brasil o crédito era insuficiente e alto o custo, porque tinha muito banco público, a ineficiência dos bancos públicos. “Bancos públicos, um banco de incompetência, de corrupção, o bom é o banco privado. Mas, ainda aqui no Brasil, temos poucos bancos privados nacionais; precisa se abrir a bancos estrangeiros, tem que haver a liberalização financeira” era o que diziam. Mais abertura financeira, temos mais bancos; mais bancos nos levarão à maior oferta de crédito e ao menor custo. Foi o que o Brasil fez. Privatizou quase todos os seus bancos e, junto com a privatização, abriu a vinda de bancos estrangeiros. O que ocorreu: bancos estrangeiros compraram ou fizeram fechar bancos nacionais. Com isso, os bancos estrangeiros passaram a crescer na sua participação no crédito. Nós tínhamos, nos anos 90, 230 bancos; hoje, temos 170. Os juros não caíram, a não ser por decisão mais recente. É um absurdo que um país com 200 milhões de habitantes tenha 170 bancos. Por que tão poucos bancos? Nos Estados



Unidos, são mais de 8 mil bancos. Na Alemanha, mais de três mil bancos. Por que aqui não tem um banco para a agricultura familiar? Por que não tem um banco para exportação, um Eximbank? Por que não tem um banco para a micro e a pequena empresa, para a economia solidária? Por que nós não temos bancos comunitários? Por que o Brasil tem que ter hoje 500 municípios sem agência bancária? Por que a poupança de nordestinos e brasileiros do Centro-Oeste e do Norte termina vindo para o Centro-Sul? Porque nós temos uma estruturação bancária frouxa, é preciso uma reestruturação dos bancos no Brasil. Esse é um ponto.

O segundo ponto é a questão do comércio internacional. O Brasil vinha até 2002, nas decisões feitas nos anos 90, concentrando nosso comércio externo nos países ricos. O bom é comerciar com os países ricos. Em 2002, nós chegamos a ter 66% do nosso comércio com os países ricos. Estávamos no mesmo sentido que o México é hoje: no México, hoje, 85% de suas exportações são para os Estados Unidos. Os Estados Unidos caíram, o México acompanhou. Houve uma recessão no seu segundo trimestre este ano de 10% do PIB. Nós estávamos nesse caminho. Em 2003, há uma inflexão: nós estamos aumentando o nosso comércio no âmbito das relações Sul – Sul. Muito criticado é o presidente Lula porque viaja muito, tentando fazer negócios de comércio, “para que fazer comércio com países pobres?”. É a única alternativa que temos para inverter a nossa pauta de exportação, exportar produtos industrializados. O Brasil atualmente é um dos maiores produtores de café in natura. É esse produto que os Estados Unidos, a Itália, a Alemanha nos compram (in natura). Porque eles têm fábrica de industrialização do café. Eles não vão comprar o nosso café industrializado. Quem poderá comprar o nosso café industrializado? São os países que não têm indústria de café. Quanto mais nós avançarmos, no nosso ponto de vista, no fortalecimento das relações Sul – Sul, não apenas comercial, mas cooperação técnica etc, mais fortalecido o Brasil será.

Por fim, a terceira razão de a crise ter contaminado o Brasil dessa maneira foi a nossa grande dependência às grandes empresas internacionais. A abertura comercial e financeira que fizemos nos anos 90 foi uma abertura de graça, demos tudo de graça. Pelo menos, Juscelino Kubitschek, ao abrir a economia para o capital estrangeiro, o fez sob algumas condições. “Tudo bem, vem a indústria automobilística privada, mas a autopeça tem que ser brasileira”. Não tivemos capacidade de fazer isso nos anos 90. Nós aumentamos a nossa dependência de grandes empresas, das grandes corporações. Parte da crise que tivemos no final do ano passado, aquela demissão em massa, o ajuste dos estoques, se fez não porque a economia brasileira, o mercado interno exigia, mas por decisão em solidariedade às matrizes dessas empresas. Então, essa é uma questão-chave. O Brasil quer ter grande empresa nacional. Das 500 maiores empresas que governam o mundo, os chineses querem ter 150. Se não tivermos uma grande empresa competindo internacionalmente, nós estamos fora. A nossa condição de periferia aprofundar-se-á.

Esses são os pontos que eu queria colocar em relação à crise. A crise representa uma reestruturação profunda, pelo primeiro aspecto de que há uma transição, um deslocamento do centro dinâmico, dos Estados Unidos para, possivelmente, a Ásia. Isso é uma repetição da história; a crise de 1929 significou uma transição do centro do mundo dinâmico, que era a Inglaterra, para os Estados Unidos, estamos vivendo este contexto. Mas a crise também abre a possibilidade de ter mais polaridades de desenvolvimento. E uma das polaridades é o próprio Brasil. O segundo aspecto é que a crise está impondo uma reestruturação que significará, ao nosso modo de ver, a possibilidade de construção de um outro padrão civilizatório. Esse padrão civilizatório se dá basicamente porque a classe trabalhadora que temos, e cada vez mais teremos, será uma classe trabalhadora muito diferente da classe trabalhadora do século XX, do século XIX, para os países que se industrializaram.



Pelo fato de que a principal fonte de riqueza, principal fonte de organização do trabalho, não é mais o trabalho material; é cada vez mais o trabalho imaterial, o setor terciário. No Brasil de hoje, 70% dos postos de trabalhos abertos são no terciário, são nos serviços. Nos países avançados, 90% da ocupação é de serviços. Esse é o futuro. Não significa dizer que a indústria não é importante, que a agricultura não é importante; claro que são importantes! Inclusive porque, dependendo desse núcleo de produção, nós teremos diferentes serviços. Países que não têm indústria terão cada vez mais serviços pessoais e sociais. Países que têm indústria terão cada vez mais serviços de produção e menos serviços pessoais. Serviços pessoais são empregadas domésticas, todo esse conjunto de serviços, que nós temos no Brasil para atender os ricos. A possibilidade de reduzir isso é dependente dos serviços de produção.

O que quero chamar atenção é que essa nova forma de organização do trabalho e as transformações demográficas que estamos vivendo impõem a possibilidade de construção de um outro padrão civilizatório. O padrão civilizatório em que vivemos é o mesmo das pessoas que viviam em média 60 anos de idade, começavam a trabalhar aos 15 anos de idade, entravam no mercado de trabalho depois de ter passado pela escola – a escola meramente utilitarista servia para preparar para o trabalho e alguns valores a mais, mas, fundamentalmente, era uma escola para o trabalho –, e depois de ingressar no mercado de trabalho, ficava nele durante 30, 35 anos; encerrados esses 35 anos, se aposentava, vivia mais cinco ou dez anos como aposentado, e acabou-se a vida. Ou seja, havia uma estrutura muito bem delimitada, sabia-se o que era o trabalho, o não trabalho, o trabalho era apenas aquilo realizado no local de trabalho, era preciso ter um local de trabalho; para produzir agricultura, é preciso ter uma fazenda, um sítio; para trabalhar na indústria, tem que ter uma fábrica. Uma sociedade muito bem organizada nesse sentido.

Na sociedade pós-industrial, quase nada tem vigor a isso. Porque os serviços, em primeiro lugar, podem ser feitos em qualquer lugar, não é preciso mais um lugar fixo. Pela internet, pelo celular, você trabalha em qualquer lugar, em qualquer horário. Não se é trabalhador apenas naquele local em que a legislação e os sindicatos vão verificar. Os sindicatos representavam o trabalhador no local de trabalho; fora do local de trabalho, não pertenciam mais ao sindicato. Pertenciam ao partido político ou à associação de bar. A legislação que se tem é uma legislação que só compreende o ônus do trabalho, o valor do trabalho, no local de trabalho. A jornada de trabalho é aquela que contabiliza do início que se entra na fábrica até quando se sai. Qualquer outro trabalho feito para além da fábrica não é considerado trabalho. Não está submetido à legislação. Ora, as novas formas de gerir o trabalho de hoje, a gestão participativa, downsize, re-engenharia, remuneração variável, tem feito que o trabalhador esteja plugado 24 horas no trabalho. O capitalismo de hoje não quer só a força física; ele quer também o intelecto. Ou seja, nós estamos trabalhando cada vez mais, não apenas no local de trabalho, mas também fora dele. Nós estamos gerando uma riqueza imaterial que não está sendo contabilizada, não está sendo discutida, redistribuída. Os sindicatos não reivindicam essa riqueza imaterial, os governos não tributam essa riqueza imaterial. Mas essa riqueza gera um excedente, assim como a mecanização no século XIX, a introdução do tear mecânico na indústria têxtil, gerou ganhos de produtividade, um excedente brutal, que permitiria abolir o trabalho das crianças, permitiria reduzir a jornada de trabalho de 16 horas para 8 horas por dia. No entanto, a industrialização europeia foi feita com crianças de cinco, seis anos trabalhando, as camas quentes que Hobsbawm conta, ou com jornadas de 16 horas, 18 horas. Foi necessário sair um novo sindicalismo, foi necessário a democracia surgir, as lutas sociais etc., para então chegarmos às oito horas diárias.

A proibição do trabalho com menos de 15 anos de idade, já era possível, econômica e tecnicamente,



um padrão civilizatório de começar a trabalhar aos 16 anos, e não aos cinco, seis anos de idade. Era possível. Mas por que não se viabilizou? Por que não teve maioria política para isso. O que eu quero chamar atenção é que nós temos essa condição de hoje. A produtividade material cresce brutalmente, ela permite um outro padrão civilizatório. O que seria esse padrão civilizatório que nós estamos chamando atenção? Em primeiro lugar, a vida, não mais em 50, 60 anos de idade; a vida dividida para 100 anos de idade. Quem está nascendo hoje vai viver cada vez mais, 100 anos. Portanto, não há razão alguma que justifique alguém começar a trabalhar antes dos 25 anos de idade. Se é a sociedade do conhecimento, a sociedade do serviço, o principal ativo não é mais a força física – é o conhecimento. E se é o conhecimento, já começa uma desvantagem brutal para os homens. Teremos uma discussão de gênero agora de novo tipo, são as mulheres ocupando os principais postos de trabalho, pois não estão mais dependentes da força física, que foi que as condicionou a uma posição secundária. As mulheres, 150 anos atrás, na sociedade agrária, viviam 35 anos de idade e tinham de 15 a 20 filhos. A mulher era uma máquina de reprodução humana e ponto final. No século XX, as mulheres vão viver 60 anos, terão dois, três filhos. No século XXI, as mulheres vão viver 100 anos e talvez tenham um filho. E não precisarão mais do homem para tê-lo. Porque dois meses atrás já inventaram o esperma em laboratório. As mulheres vão muito melhor na aprendizagem, o Enem no Brasil comprova isso. Não estou querendo abrir uma guerra de gêneros, apenas abrir um outro aspecto que não estávamos considerando. É uma transformação brutal.

Numa sociedade em que o conhecimento é o principal ativo – e conhecimento não é só uma tora de informação –, nós que somos privilegiados porque tivemos condições de estudar e vivemos, praticamente só estudando, dando aula, lecionando e pesquisando, é um privilégio no nosso país que tem a cada dez jovens, entre 18 e 24 anos, apenas um estudando. O que eu quero dizer com isso é que, se a sociedade é do conhecimento, se o principal ativo é o conhecimento, não há razão alguma para alguém começar sem ter esse conhecimento básico. O conhecimento básico na sociedade da informação é, no mínimo, a graduação. No nosso país, só estudam os filhos ricos. Dificilmente, algum filho de rico começa a trabalhar antes dos 25 anos de idade; vai ter completado a graduação, feito pós-graduação, viajado para o exterior, feito uma língua etc. Somente os filhos dos pobres estão condenados a entrar muito cedo. Aqui no Brasil “tem que trabalhar, menino de 16 anos tem que arrumar um curso para trabalhar”, e não financiar a sua formação. Nós temos 36 milhões de jovens, dos 16 aos 24 anos de idade somente a metade estuda; e da metade que estuda, 56% estão fora de série. Fora de série não porque são excepcionais, mas porque têm 18, 19 anos e estão na 4a, 5a série do ensino básico. E porque não estudam como os ricos? É por que não têm como financiar. Estudar e trabalhar nessa sociedade não combina. Na sociedade pós-industrial trabalhar e estudar não combina. Porque, alguém que vai trabalhar oito horas por dia nas nossas cidades, para se deslocar, da casa para o trabalho, do trabalho para casa, e ainda mais para a escola, são de duas a quatro horas de deslocamento. E mais quatro horas de frequência escolar. São jornadas de 16 horas por dia, jornadas equivalentes aos trabalhadores do século XIX. Não dá pra abrir um livro, não dá pra ler, não dá pra estudar. Na nossa sociedade, estamos cada vez mais ignorantes. Inclusive por que a ideia de universidade que temos hoje, ao meu modo de ver, está superada.

A ideia de universidade hoje, de conhecimento, é o conhecimento da especialização. Cada um de nós vai ser um especialista; vai ao hospital, tem um especialista no dedo mindinho da mão direita – “Não, esquerda não é minha especialidade”. Ou seja, a especialidade, não que não seja necessária, mas é algo que se sabe cada vez mais sobre menos coisas. A necessidade da informação é a necessidade da totalidade. Se nós não conseguimos acompanhar – por exemplo, não consigo acompanhar tudo que acontece na minha área; a quantidade de livros que o Sadi produz, eu não



consigo ler todos os livros do Sadi e dos demais que produzem livros, artigos, pesquisas; se isso é na minha área, imagine nas outras áreas. Nós estamos cada vez mais ignorantes. Quem poderá construir a ideia da totalidade, analisar a informação, sistematizá-la? É a escola. Portanto, além de ter que entrar mais tardiamente no mercado de trabalho, será necessário escola para a vida toda. E escola para a vida, e não só para o trabalho. Por que a sociedade é tão complexa... Imagina, se as pessoas vão viver 100 anos, qual o projeto de vida para as pessoas que vão viver 100 anos? Eu, por exemplo, não tenho projeto de vida algum. Mas para quem vai viver 100 anos, são 30 anos dormindo. Alguém já planejou o sono? Viu qual é a melhor posição para dormir, qual é o horário? Enfim, têm questões em que precisaremos tomar decisões. A decisão na sociedade pós-industrial é de uma complexidade enorme. Imagine daqui a alguns anos, alguém que assumirá o risco de fazer uma exposição, estará todo mundo acompanhando, não sei se com laptop ou, o que será, qualquer decisão que você vá falar será de uma dificuldade brutal.

Além de começar mais tardiamente no mercado de trabalho, você terá que estudar a vida toda, gente com 80, 90 anos terá que estudar, não tem outra maneira; tem que abandonar a perspectiva da escola utilitarista, estudo para o trabalho, agora estudar para a vida. Só sobretudo e pelo fato que nós estamos vivendo uma profunda crise de sociabilidade. Uma crise brutal de sociabilidade. Não há tempo para conversa, para diálogo, o pai não tem tempo para conversar com o filho, para perguntar “Qual é teu projeto de vida?”, “O que você está sonhando”; não tem diálogo. E sobretudo pelo fato de as famílias que temos hoje nada têm a ver com as famílias do século XX. As famílias de hoje são cada vez mais monoparentais: é um adulto e uma criança. Ou os novos arranjos: um homem que tem filhos com várias mulheres, mulheres que têm filhos com vários homens. A família, enquanto unidade de reprodução, dos valores etc., a educação pode ter esse papel, mas essa é uma outra educação.

Por fim, nessa sociedade, de brutal identificação do trabalho e geração de novas fontes de riqueza, não há razão alguma para se trabalhar mais do que 12 horas por semana. A quantidade é tão grande que é plenamente possível reduzir a jornada para três dias por semana, durante quatro horas. Às vezes, vem alguém “Ah, mas a sociedade vai entrar na vagabundagem” – não. Esse é o trabalho heterônomo. O trabalho que fazemos visando à sobrevivência. Agora cresce a necessidade do trabalho autônomo – o que é o trabalho autônomo, o pipoqueiro na rua? Não, é o que a gente faz visando à sociabilidade, ao conhecimento, à comunidade. Isso é uma outra sociedade, talvez seja até utópica e nunca se realizará. Mas é algo possível tecnicamente. E só se tornará realidade não apenas quando uma pessoa sonha, mas quando todos sonham e esse é o mesmo sonho.



7. CRISE SÓCIOECONÔMICA E PROCESSO DE TRABALHO. À BUSCA DE UMA RELAÇÃO TEÓRICA

Sadi Dal Rosso, Fábio Marvulle Bueno, Aldo Antonio de Azevedo, Erlando da Silva Rêses, Perci Coelho de Souza, Zilda Vieira de S. Pfeilsticker, Isabel Pojo do Rego, Roberto Henrique S. Gonzalez, Robson Santos C. Silva, Tiago Oliveira, Thiago Carneiro, Izabel Cavalcanti I. Parente, Samuel Martins, Thamires Castelar, Natalia Alves C. O. Silveira, Ariel Martins C. Azevedo, Samuel Nogueira Costa.

Introdução

A crise financeira-econômico-social iniciada em 2008 e que se projeta até os dias de hoje repercutiu amplamente no mundo jornalístico, na esfera acadêmica e no mundo real. Análises são feitas sobre aspectos os mais variados, seja no campo puramente financeiro e econômico, seja nas relações entre economia e trabalho. Um aspecto, em especial, não tem recebido análise até o momento: a vinculação entre períodos de crise e o processo de trabalho. A organização do trabalho vem sendo modificada no decorrer da atual crise em algum aspecto significativo? De que maneira? O que afirma a teoria e o que revela a pesquisa empírica concreta nos locais de trabalho?

Este capítulo propõe-se a explorar questões como estas e suscitar hipóteses sobre a relação teórica das crises capitalistas com mudanças na organização do processo de trabalho, entendidas como tentativas de reorganizar o trabalho em função da crise, estratégias que permitam ao capital contornar a crise e voltar a trilhar os caminhos da acumulação, conduzindo possivelmente a novas formas de exploração do trabalho e de produção da mais-valia absoluta e relativa.

Das muitas abordagens do tema, serão destacadas a forma como as gerências organizam a mão de obra para desenvolver as atividades, as formas como se relacionam com os trabalhadores, as maneiras de organizar o trabalho de forma a extrair dele mais resultados, o grau de intensidade exigido no processo de trabalho, os tempos vivos e os tempos mortos, o envolvimento da subjetividade do trabalhador com a empresa e com as atividades realizadas. Desde há muito, a organização do trabalho não é um processo empírico, mas ditado pelos princípios formulados pelas escolas de gestão do trabalho. Na contemporaneidade, o toyotismo, o pós-fordismo, a acumulação flexível entre outras modalidades respondem pela liderança da maneira de organizar o processo de trabalho no sentido de torná-lo o mais produtivo possível para o capital. Caberia questionar se estas formas mais reconhecidas têm condições de passar incólumes pela atual crise econômica, se atingiram seus limites, se estão sendo alteradas, que modificações sofrem neste momento de desenvolvimento da crise e quais as implicações destas mudanças.

Recuperar as contribuições teóricas elaboradas através do tempo por expoentes especialmente críticos sobre crises no capitalismo é uma parte imprescindível do trabalho de análise. Igualmente imprescindível é realizar o percurso de evolução dos principais sistemas de gestão do trabalho, reconhecidos internacionalmente. Tais discussões são fundamentais, uma vez que apresentam bases para formular possíveis hipóteses sobre o entendimento de modificações da organização do trabalho no curso de crises.

A seguir, registramos a estrutura do presente trabalho. Neste capítulo, fazemos um breve balanço do debate da crise atual, englobando os expoentes das grandes correntes marxistas e não marxistas



de explicação das crises capitalistas, mostrando para cada uma as possibilidades de relacionarem mudanças no processo de trabalho e crises capitalistas. Em seguida, retomamos a obra de Marx para sugerir a taxa média de lucro como uma forma de conectar crise e organização do processo de trabalho, para então retomarmos os contornos das grandes escolas de gestão do trabalho no século XX, destacando a influência da taxa média de lucro na transição entre elas. No capítulo seguinte, fazemos um relato detalhado da observação de campo, realizada nos diversos setores de atividade do Distrito Federal, iniciando por uma análise agregada empregando dados levantados pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas–DIEESE.

7.1. Teorias da crise e trabalho

As explicações sobre a origem e natureza das crises periódicas que assolam o modo de produção capitalista constituem um assunto ímpar nas reflexões das Ciências Sociais. Shaikh (1983) propõe um interessante agrupamento em três grandes correntes de explicação das crises capitalistas, as quais ostentam diferentes noções de viabilidade de reprodução do capitalismo.

Uma primeira corrente defende a total viabilidade do capitalismo, o qual se reproduziria automaticamente, tendendo sempre a um estado de equilíbrio eficiente, sendo as abordagens de Keynes (1996) e Krugman (2009) algumas das mais significativas desta linha interpretativa.

Keynes (1996) encara as crises como um fato intrínseco ao sistema e enfatiza o papel central desempenhado pelos capitalistas, responsáveis pela diminuição da demanda agregada da economia quando suas expectativas sobre a eficiência marginal do capital³⁸ diminuem, implicando em um menor volume ou mesmo adiamento de investimentos e consequentemente na diminuição do nível de emprego na economia. Por não se valer de uma teoria do valor trabalho e enfatizar o subjetivismo das expectativas capitalistas, a obra de Keynes não fornece pistas sobre a relação das crises com as formas de organização dos processos de trabalho.

Já Krugman (2009) privilegia a perspectiva financeira. A gênese da crise estaria, por um lado, no surgimento de um duplo sistema bancário: o sistema bancário regulamentado pelo Estado em alguns procedimentos básicos e o sistema bancário paralelo (shadow finance), este último fugindo completamente aos controles dos Estados-Nação e de regulações internacionais. Por outro lado, a natureza da crise atual se vincula às crises anteriores³⁹, sendo elas partes da grande crise de 2008. O autor recoloca o esquema no qual a perda de confiança dos mercados financeiros gera fuga de capitais, desvalorizações cambiais, subida das taxas de juro e recessão econômica, resultando em problemas financeiros para companhias, bancos e domicílios (KRUGMAN, 2009, p. 90). Para Krugman, após circular pela periferia – ainda que o Japão não possa ser pensado como periferia – a crise irrompe no coração do sistema financeiro e expõe todo seu poder de contaminação transformando-se num revés global.

Assim como Keynes, o horizonte de análise de Krugman não toma o trabalho como categoria analítica, de maneira que sua interpretação da crise não acresce ao entendimento da relação entre

³⁸ Entendida como a comparação das expectativas futuras de renda de um determinado investimento em relação a outras possibilidades, notadamente títulos financeiros que proporcionam uma remuneração à determinada taxa de juros.

³⁹ A crise mexicana e a crise argentina dos anos 1990, a armadilha japonesa, a desvalorização da moeda tailandesa em 1997, o contágio nos países da Ásia, Hong Kong e Rússia no ano de 1998.



ela e o processo de trabalho. Outras interpretações sobre a atual crise que se encaixam nesta primeira corrente analítica reforçam a impossibilidade de relacionarem crise e organização do processo de trabalho, a exemplo dos defensores das políticas neoliberais que atribuem a crise aos excessos e imprudências cometidos pelo mercado financeiro (WOLF, 2008a e 2008b; LOPES, 2008), ou daqueles que sublinham a estrutura das relações de endividamento e crédito engendrada nos últimos anos como causa da crise, focando o âmbito da circulação do capital em detrimento da produção (LORDON, 2007, 2008; CHESNAIS, 2008a, 2008b; FARHI et al, 2008; CARVALHO, 2008).

Uma segunda corrente de explicação das crises capitalistas defende a incapacidade do sistema capitalista se auto-expandir, com limites externos ao sistema capitalista. Tal vertente interpretativa vem se apresentando no debate sobre a atual crise sob o argumento da ocorrência de uma verdadeira crise civilizatória (DIERCKXSENS, 2008a, 2008b; AMIN, 2008; BEINSTEIN, 2008), dada a conjunção ou sincronia de várias crises - ecológica, climática, alimentar, econômica, energética, ideológica, cultural - derivadas da dinâmica do capitalismo em áreas ou dimensões específicas. Da mesma forma que a corrente anterior, não possibilita maiores conexões teóricas entre a crise e o processo de organização do trabalho, uma vez que suas variáveis analíticas encontram-se fora do circuito de reprodução ampliada do capital.

A terceira corrente de explicação das crises capitalistas vê a possibilidade do capitalismo auto-expandir-se, mas sempre com aprofundamento de contradições internas que desembocam em crises. Traz a possibilidade para o estabelecimento de uma relação teórica entre crise e as formas de organização do trabalho, apesar de não o fazer, a exemplo daqueles que privilegiam a explicação da crise pela trajetória da taxa de lucro (HUSSON, 2008a, 2008b; TORRADO, 2008), ou naqueles que destacam o caráter cíclico da superprodução de capitais (MONTES, 2008).

Dois grandes expoentes desta corrente são Kurz (1993a, 1993b, 2009a, 2009b, 2009c) e Mézáros (2002 e 2009). Para Kurz, socialismo e capitalismo fazem parte de um mesmo processo de modernização, embora os mecanismos de operação concreta sejam diversos.

Kurz pontuava que a crise que estava amadurecendo no cerne do capitalismo sob a batuta neoliberal, não é mais daquelas crises cíclicas como são conhecidas desde o processo de extensão e preponderância dos modernos sistemas de mercado, mas uma crise estrutural que vai mais fundo, na qual a contradição intrínseca à economia de mercado vem à tona, ou seja, um dilema insolúvel em termos de mercado como um processo que está no cerne da natureza do capitalismo.

A concorrência no mercado mundial torna obrigatório um padrão de produtividade, configurado pela combinação de ciência, tecnologia avançada e grandes investimentos. O aumento da produtividade em vários setores significa dispensa de trabalhadores em números absolutos, ou seja, o capital começa a perder a faculdade de explorar trabalho (SCHWARZ, 1993; p. 11). Assim, a força de trabalho disponível torna-se cada vez mais desnecessária. Daí o desemprego, o subemprego e o emprego supérfluo crescente (PRADO, 1993; p. 152). A fórmula keynesiana contra a ameaça do desemprego em massa devido à falta de crescimento seria a redução de horários, a fim de manter postos de trabalho. Para o capital, porém não se trata simplesmente do emprego, mas da produção de mais valia ao nível da produtividade exigido pela concorrência e constantemente acrescido, o que torna supérflua a força de trabalho numa progressão crescente. A preservação do emprego, nesse contexto, só seria possível através da produção adicional de mais valia.



A obra de Kurz trata do desemprego, do trabalho supérfluo e da redução das horas de trabalho, pressupondo uma conexão entre crise e organização do processo de trabalho, principalmente ao apontar a tendência da intensificação das condições laborais, mas não chega a formular explicitamente sobre a relação entre crise e organização do processo de trabalho.

Mészáros (2002) trabalha com a idéia de limites absolutos de reprodução do capital⁴⁰, e propõe a divisão das crises entre cíclicas e estruturais (MÉSZÁROS, 2009), enquadrando as crises do passado na primeira divisão, e aquelas posteriores aos anos 1960 na categoria estrutural, por terem, segundo Antunes (2009:12), “a forma de uma crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente (...) uma nova fase, sem intervalos cíclicos entre expansão e recessão, mas prenunciando a eclosão de precipitações cada vez mais frequentes e contínuas”. O autor lista as tentativas de solução para a crise estrutural do capital, que são a repressão, a guerra, o desemprego crônico e a intensificação da taxa de exploração (MÉSZÁROS, 2009: 61-69).

Para a discussão da vinculação entre crise e processo de trabalho, Mészáros aponta para a observação de duas consequências da crise. A primeira é a questão do desemprego crônico. A segunda é a corrosão ou precarização do trabalho.

Para Mészáros (2002 e 2009), a crise estrutural do sistema de capital conduz necessariamente à intensificação da taxa de exploração, o que envolve a dimensão da organização do processo de trabalho. Entretanto, a exemplo de Kurz, Mészáros não dirige suas preocupações e análises para estabelecer uma teoria que relacione adequadamente a observação de mudanças no processo de trabalho e as crises capitalistas.

Este breve balanço do debate da crise atual, englobando os expoentes das grandes correntes de explicação das crises capitalistas, mostra que apenas as interpretações calcadas na possibilidade de auto-expansão do capitalismo com aprofundamento de suas contradições internas tratam, e de forma indireta por meio da categoria de intensificação da exploração, a questão da relação entre crise e formas de gestão do processo de trabalho. Entretanto, isto sinaliza a possibilidade de encontrarmos importantes elementos para a ligação entre crise e processo de trabalho na obra original de Marx (1998).

7.2. A taxa média de lucro e a conexão entre crise capitalista e sistema de trabalho

A interpretação de Marx (1998) estrutura-se sobre a Teoria do Valor Trabalho, enfatizando a organização da força de trabalho assalariada para a extração de mais-trabalho como o pilar do processo de reprodução ampliada do capital e da definição da taxa de lucro. A busca incessante do aumento do tempo de trabalho acima do necessário para a reprodução da força de trabalho (mais-valia) é o princípio norteador da organização econômica, política e social do capitalismo, determinando as formas de organização da produção capitalista predominantes internacionalmente. Esta última dimensão é tratada comumente pela Sociologia no que podemos chamar de Teorias da Organização da Produção, denominando as escolas de gestão da força de trabalho pelos termos Taylorismo, Fordismo e Toyotismo, e tenta sintetizar um conjunto de questões, indo da organização e resistência dos trabalhadores submetidos a determinados esquemas de produção, até a dimensão tecnológica na definição dos processos de trabalho (hierarquias funcionais, divisão de tarefas, etc.).

⁴⁰ Derivada da impossibilidade de o capital a) transnacional conviver com os estados nacionais promovendo a igualdade substantiva dos direitos; (b) promover a emancipação plena das mulheres; (c) preservar o meio ambiente; e (d) acabar com o desemprego crônico.



Marx (1998) sublinha também o papel necessário das crises na manutenção do modo de produção capitalista⁴¹, solução contra a superacumulação de capitais ao desvalorizar e destruir aqueles que não alcançam uma taxa de lucro adequada para garantir a própria reprodução ampliada e a do conjunto dos capitais.

É possível estabelecer uma conexão entre as crises periódicas de acumulação e as mudanças na organização da força de trabalho, ainda que estas últimas não dependam apenas de crises para mudar, por meio da relação entre a taxa de mais-valia e da composição orgânica do capital, a chamada taxa média de lucro, representada em (1):

$$\frac{m/v}{1 + c/v} \quad (1)$$

Onde m é a massa de mais-valia, v o capital variável e c o capital constante, sendo as relações m/v e c/v , respectivamente, a taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital.

Uma vez que as formas de organização da produção capitalista tratam do padrão predominante de extração da mais-valia em um determinado momento, influenciando a taxa de mais-valia, pode-se partir da taxa de lucro média para estabelecermos a relação entre crise capitalista e a forma hegemônica de organização do processo de trabalho.

Segundo a Lei da Tendência Decrescente da Taxa de Lucro, o funcionamento da economia capitalista tende a elevar c/v (composição orgânica do capital) muito mais intensamente do que a relação m/v (taxa de mais-valia), fazendo com que a taxa média de lucro da economia decline e não permita ao conjunto dos capitais perseguir seu fim último, o de se valorizar infinitamente. Instaura-se, então, uma crise de sobreacumulação cuja solução para os capitalistas envolve tanto o aumento da taxa de mais-valia, como a destruição ou desvalorização de parte dos capitais, que diminuiria c/v (composição orgânica do capital) e abriria novamente possibilidade de elevação da taxa de lucro.

Nas crises de sobreacumulação, a taxa média de lucro declina, sugerindo que a forma predominante de organização do processo de trabalho vigente não consegue garantir a produção da mais-valia no montante necessário para a valorização do conjunto dos capitais, desdobrando-se em duas possibilidades a examinar.

A primeira possibilidade é a do crescimento da taxa de mais-valia a um ritmo inferior ao da composição orgânica do capital ($c/v > m/v$), mas ainda aceitável para a reprodução do conjunto dos capitais. Aqui, a organização do processo de trabalho tem um sucesso relativo, ou seja, consegue organizar a força de trabalho de forma a elevar a extração de mais-valia, mas não o faz no ritmo imposto pelo aumento do capital constante. Assumindo que os capitais de maior composição orgânica são teoricamente menos afetados pela queda da taxa de lucro média, não encontraríamos a necessidade de uma mudança generalizada nas formas de organização da produção capitalista predominantes.

Uma segunda possibilidade é o declínio da taxa média de lucro decorrer de um crescimento de m/v (taxa de mais-valia) a um ritmo muito inferior a c/v (composição orgânica do capital), só que em um ritmo inviável para a reprodução do conjunto dos capitais, equiparando-se à possibilidade de declínio em m/v (taxa de mais-valia). Aqui, a falta de sucesso em organizar e disciplinar a força de trabalho

⁴¹ Ver os capítulos 3 e 23 do livro I, e seção III do livro III em MARX (1998).



colocaria a necessidade de mudanças consideráveis nas formas predominantes de organização dos processos de trabalho⁴².

Ou seja, momentos de crise incentivariam a modificação e difusão de novas formas de organização do processo de trabalho para o conjunto dos setores mais importantes da economia capitalista, a exemplo do Toyotismo, concebido na década de 1950 e difundido apenas nos anos 1970, substituindo o Fordismo como paradigma produtivo em meio à crise de acumulação que se instaurou naquele período.

A relação entre a difusão e consolidação de formas predominantes de organização do trabalho e a trajetória da taxa de lucro média e dos sistemas de trabalho pode ser verificada empiricamente a partir de trabalhos como o de Duménil e Lévy (2007), que fornece uma proxy da taxa média de lucro na economia mundial nos últimos 45 anos, por meio da estimativa da taxa de lucro privadas para os Estados Unidos e Europa (França, Reino Unido e Alemanha) de 1960 a 2005, conforme o Gráfico 1. Como não se dispõe, até o momento, de trabalhos com estimativas confiáveis para as taxas de lucro mundial antes da segunda metade do século XX, nossa análise se restringirá à passagem do Taylorfordismo para o Toyotismo.

⁴² É importante ponderarmos que a busca de novos métodos e processos de organização da produção capitalista independe dos momentos de crise. A concorrência intercapitalista e a resistência da classe trabalhadora impõe ao capitalista individual a constante tarefa de rever e revolucionar a produção a fim de aumentar a extração de mais-valia e consequentemente sua taxa de lucro.



Gráfico 1 – Taxa de lucro privada nos EUA e na Europa (Inglaterra, França e Alemanha)



Fonte: Duménil & Lévy (2007)

O Gráfico 1 sugere que a difusão e consolidação do Toyotismo coincide historicamente com um período de queda da taxa de lucro mundial, a qual sofre uma importante retomada em meados dos anos 80, momento em que a organização da produção nos moldes toyotista é complementada pelo advento de governos e políticas neoliberais nestes países, reforçando a capacidade de disciplinar a força de trabalho e elevar a extração de mais-valia. Ou seja, baixa da taxa de lucro média no terceiro quarto do século XX mostrava a incapacidade do Taylorfordismo em continuar extraindo satisfatoriamente mais-valia do conjunto da classe trabalhadora, colocando a necessidade de outro método ou paradigma produtivo para a economia capitalista ao nível mundial.

7.3. Formas de Organização do Trabalho – Taylorismo, Fordismo e Toyotismo

No final do século XIX, o engenheiro norte-americano Frederic W. Taylor (1856-1915) empreendeu estudos para aperfeiçoar a forma de organização do trabalho em linhas de operação e montagem. Surge, assim, o taylorismo, termo que compreende um conjunto de técnicas e princípios concernentes a organização do processo de trabalho, a relações sociais de produção e a um mecanismo de remuneração que relaciona rendimento a produção (CATTANI; HOLZMANN, 2006).

O legado do taylorismo é a fragmentação do trabalho. Taylor propunha aperfeiçoar a divisão entre trabalho intelectual de planejamento, concepção e direção, de um lado, e trabalho manual da produção direta, de outro. O objetivo primordial do trabalho intelectual era eliminar qualquer autonomia do trabalhador na produção, visando o aumento e a garantia de expansão do mercado e do lucro. Aliado a este propósito estava o enfraquecimento da indolência, do ócio e da lentidão entre os trabalhadores,



por meio de movimentos elementares e ritmados pela velocidade da máquina, especialmente com o uso da esteira móvel. Deste modo, a organização do trabalho pelo taylorismo transformou-se em atividade fragmentada, repetitiva, monótona e desprovida de sentido. O trabalhador perdeu a sua capacidade de usar a criatividade e foi mais intensamente alienado do conteúdo do seu esforço produtivo.

No método taylorista o trabalhador é conduzido a produzir mais trabalho no mesmo período de tempo considerado e dentro das condições técnicas vigentes, pois Taylor não propôs que as empresas gastassem mais com máquinas, equipamentos e tecnologias aplicadas. Aumenta a carga de trabalho pelo volume de produto produzido ou pela redução do quadro de pessoal necessário para executar determinada tarefa ou ainda em termos de velocidade ou ritmo dos movimentos (DAL ROSSO, 2008).

O taylorismo difundiu-se por praticamente todos os setores de atividades (BRAVERMAN, 1981). Os princípios tayloristas são total ou parcialmente aplicados em todos os setores produtivos, a despeito de se registrarem novas formas de trabalho calcadas na autonomia relativa ou na polivalência dos trabalhadores. Eles permanecem como uma estratégia patronal na lógica capitalista, sob a alegação da inevitável divisão do trabalho e da separação entre dirigentes e executores, assim como da manutenção de hierarquias (CATTANI; HOLZMANN, 2006).

No início do século XX, a emergência da indústria do automóvel irá permitir que capital e trabalho escrevam mais uma nova página de sua história na sociedade capitalista. Inicia-se, assim um período áureo do capitalismo que passou a ser denominado fase fordista ou Fordismo.

Henry Ford, empresário americano e ícone do capitalismo do século XX, ao instituir o dia de trabalho de oito horas e cinco dólares de salário, não estava apenas estimulando os trabalhadores a se disciplinarem ao sistema de linha de montagem e permanecerem em suas fábricas, mas também objetivava reduzir o custo com treinamento e manutenção de mão-de-obra. Para ele, renda e tempo de lazer eram ingredientes que contribuíam para que os trabalhadores consumissem bens produzidos em massa, permitindo assim a instauração de um ciclo virtuoso: maior consumo, maior produção para as grandes corporações, possibilidades de geração de empregos e renda, estímulo ao consumo.

O regime fordista passou a representar a própria autoconsciência da sociedade moderna. A sua produção, fundamentada no automatismo dos gestos, na rotina da produção homogeneizada, na separação entre planejamento e execução, no estabelecimento rígido de hierarquias, reproduzia a ordem racionalista e instrumental dessa sociedade.

Harvey (2003) fala que, embora tenha sido um modelo de sucesso, o estabelecimento do Fordismo implicou em uma longa e complicada história de quase cinquenta anos. Somente após 1945 é que se chegou a uma configuração, tensa, mais firme, entre os três pilares que viabilizaram a vitoriosa expansão do Fordismo até meados de 1973: o grande Estado-Nação, o grande capital e o grande trabalho. A emergência do Estado-Nação no cerne desse pacto social decorreu da necessidade de gerenciar politicamente a relação capital-trabalho. Essa relação se operava em uma sociedade de classes, permeada por conflitos, cujo equilíbrio dependia de arbitragens e compromissos negociados.

Os trabalhadores e os sindicatos assumiram novos papéis e funções com relação ao desempenho nos mercados de trabalho, o que significou reconhecer a ordem capitalista como limite do movimento sindical, legitimando os capitalistas como detentores dos meios de produção e organizadores do processo produtivo. Esse posicionamento contribuiu para a derrota dos movimentos operários radicais



que ressurgiram após a Segunda Guerra Mundial, consolidou o campo político para os mecanismos de controle do trabalho e fortaleceu o pacto que possibilitou a consolidação e expansão do Fordismo.

A universalização do Fordismo, aliada às políticas de cunho intervencionista de Keynes, que orientavam a gestão macroeconômica por parte do Estado, ainda que em níveis diferenciados de intensidade, se manteve em trajetória ascendente até meados de 1973, principalmente nos países em que o crescimento estável da demanda podia ser acompanhado por investimentos de larga escala na tecnologia de produção de massa.

Em países periféricos, como o Brasil, o Fordismo se implantou em termos mais precários, decorrente do fato de que o desenvolvimento industrial se deu em contexto de forte concentração de renda.

No início da década de 1970, após um período de mais de vinte e cinco anos de crescimento, iniciou-se uma profunda crise nas economias dos países capitalistas centrais, correspondente ao período de queda das taxas de lucro (Gráfico 1), manifestando-se na aceleração das taxas de inflação, na redução da produtividade e dos índices de crescimento, na elevação do déficit público e no aumento do desemprego. O entrelaçamento desses fatores passou a configurar a crise e o esgotamento do modelo fordista. A desaceleração dos mercados consumidores implicou na redução dos investimentos que, do ponto de vista fiscal, diminuiu a capacidade de tributação do Estado, comprometendo suas receitas que garantiam o seguro-desemprego e toda uma rede de benefícios do Estado de Bem-Estar Social. Se essa situação por um lado reduzia os recursos fiscais do Estado, por outro lado, face ao crescente desemprego, esse mesmo Estado se via obrigado a intensificar seus programas de assistência, gerando crescentes déficits públicos e elevação dos preços. Pelo fato dessa crise ter atingido a organização do trabalho, passou a haver um endurecimento nas lutas das classes trabalhadoras. Propagou-se, assim, o questionamento do conjunto de normas previamente aceitas e estruturalmente acordadas entre os três pilares - Estado-Nação, capital e trabalho - que davam sustentação ao Fordismo.

Uma farta literatura foi desenvolvida para explicar essa crise. Para Antunes (2001, p.40), o ciclo de vigência e esgotamento do modelo econômico fordista-keynesiano, que tinha no Estado de Bem-Estar Social a sua base de sustentação como cimento político e ideológico, dará indícios de enfraquecimento ao final dos anos de 1960 porque um componente decisivo se apresentou à crise do Fordismo: “o ressurgimento de ações ofensivas do mundo do trabalho e o consequente transbordamento da luta de classes”. Para Antunes, o trabalho contemporâneo se manifesta como um trabalho mais complexificado, fragmentado, heterogeneizado e ainda mais intensificado nos seus ritmos e processos.

Aglietta (1979) explica a crise do Fordismo como uma crise da reprodução da regulação salarial. A norma social de consumo do Fordismo não teria dado conta de regular a evolução do consumo privado da classe operária a não ser estimulando o antagonismo da relação salarial, daí as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968/1972. Como resultado desse processo, passou a existir uma elevação do custo social de reprodução da força de trabalho combinada com uma limitação crescente da taxa de extração de mais-valia relativa, dificultando a acumulação do capital.

Já para Harvey (2003), a crise do Fordismo em sua forma mais visível pode ser traduzida por uma palavra: rigidez. Segundo esse autor havia rigidez: a) nos investimentos de capital fixo de larga



escala e de longo prazo, responsáveis pelos sistemas de produção em massa que impossibilitavam a flexibilidade de planejamento; b) nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho; c) no poder da classe trabalhadora; e d) nos compromissos do Estado, que aumentavam à medida que a rigidez na produção impedia a ampliação da tributação fiscal. O único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, que possibilitou a impressão de moeda para manter estável a economia. E, assim, começou a onda inflacionária que corroeu as bases da acumulação do capital, tendo como desfecho a crise do Fordismo que obrigou as grandes corporações a entrarem em um período de racionalização, reestruturação e intensificação do trabalho.

Ainda que sob construções teóricas diferenciadas, as análises desses autores são convergentes em duas dimensões. Primeiro, no entendimento de que a superação da crise do Fordismo foi buscada dentro de uma solução capitalista: a reestruturação produtiva, aqui entendida como o grande processo de mudanças ocorridas nas empresas com a introdução de inovações tanto tecnológicas como de modelos organizacionais e de gestão, amplamente favorecida pela expansão da doutrina neoliberal que chegou ao poder, a partir de 1979, com a vitória de Thatcher, na Grã-Bretanha, e a de Reagan, em 1980, nos Estados Unidos. Segundo, estes autores centram foco, para explicar a crise do Fordismo, em elementos particulares do capitalismo (Estado de bem-estar, regulação salarial, rigidez das políticas econômicas) que não têm capacidade de determinar a crise do sistema, mas sim manifestar ou expressar esta última, que encontra a verdadeira determinação na taxa média de lucro. Ou seja, a reestruturação produtiva e a disseminação do Toyotismo foram tentativas de superar as diversas manifestações particulares da queda da taxa média de lucro observada no período.

O Toyotismo (ou ohnismo, derivado do nome do engenheiro Taiichi Ohno, que o criou na fábrica Toyota) é uma forma de organização do trabalho que, nascido no Japão em 1945, se propagou para as grandes corporações daquele país e posteriormente, dado o seu sucesso, teve alguns de seus princípios básicos difundidos mundialmente. Podemos dizer que o Toyotismo surgiu como um componente estratégico do capitalismo para dar conta da crise da produção em massa do sistema fordista. Sua adoção em todos os segmentos da indústria automobilística, a partir de seus princípios, métodos e técnicas, tornou-se aplicável a outros ramos de serviço, o que lhe rendeu, dentre outras denominações, as de “modelo japonês” e “produção enxuta”, em razão da sua caracterização de modelo fechado e de sua adaptabilidade (CATTANI; HOLZMANN, 2006, p. 314). Assim, como principais características do Toyotismo, temos: produção diversificada e voltada diretamente para o consumo; produção baseada no estoque mínimo, garantido pelo just in time⁴³; controle da produção de peças pós-venda por meio de registros visíveis, denominado processo kanban⁴⁴; e a exigência de um trabalhador polivalente que opera com várias máquinas.

O êxito do Toyotismo decorrente da “multifuncionalidade” ou “polivalência” dos trabalhadores produziu, dentre outras consequências, a “desespecialização”, a redução do poder de negociação pelos trabalhadores mais qualificados. Ademais, aumentou sobremaneira a intensificação do trabalho, influenciando o aumento da taxa de mais-valia. É o Toyotismo que irá propiciar, com maior poder ideológico, o avanço das novas gestões organizacionais de envolvimento do trabalhador, a captura da subjetividade operária, a inserção engajada dos trabalhadores no processo produtivo.

⁴³ Just in time quer dizer produzir o produto necessário, na quantidade e no momento necessários (DAVIS, 2001, p. 407).

⁴⁴ Kanban é o sistema de informações que controla a quantidade de produção de cada processo (DAVIS, 2001, p. 414).



Como decorrência da reestruturação produtiva, propagaram-se para o mundo do trabalho as novas formas de organização flexível e precária do trabalho. O Brasil, a partir de 1990, sob a égide do ajuste neoliberal, passou a incorporar esse novo padrão de produção, ainda que de maneira parcial e pontual quanto às inovações tecnológicas, se comparado aos países capitalistas centrais. Entretanto, o mesmo não se pode dizer com relação às inovações organizacionais, ou seja, os novos métodos de gerenciamento do trabalho e a busca de racionalização de custos atingem de uma maneira geral as principais empresas brasileiras. Essas novas formas de organização social do trabalho já durante a década de 1980 se faziam presentes no Brasil como os primeiros prenúncios da reestruturação produtiva, tais como a adoção do modelo de gestão participativa, programas de qualidade total, visando captar o comprometimento dos trabalhadores com as metas da empresa, forma que o capital encontrou para aumentar a taxa de exploração do trabalho (PFEILSTICKER, 2008).

Na análise de Harvey (2003), foi a reestruturação produtiva, sob o suporte do Toyotismo e avançadas inovações tecnológicas, que permitiu que um novo regime de acumulação, que ele denomina de acumulação flexível, totalmente distinto do estágio anterior, se instalasse como contraponto à rigidez do Fordismo. Foram as inovações comerciais, tecnológicas e organizacionais implementadas pela reestruturação que permitiram que a flexibilidade se fizesse presente nos processos de trabalho, nos mercados de trabalho, nos produtos e nos padrões de consumo. Segundo esse autor, o trabalho organizado passou a ser minado sob dois ângulos: de um lado, a implantação de pontos de produção, sob a égide da flexibilidade, em regiões sem tradição industrial anterior aumentou a competitividade entre os trabalhadores em termos internacionais; de outro lado, esse trabalho organizado passou a incorporar normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas.

Desde os anos de 1970, temos presenciado um mundo do trabalho extremamente desfavorável aos trabalhadores, pois atualmente crescimento econômico não significa mais necessariamente aumento de postos de trabalho. Agora, a nova crise do capitalismo, que adquiriu visibilidade a partir de outubro de 2008, ratifica mais uma vez o cenário da vulnerabilidade e precariedade dos trabalhadores. Temos visto, não obstante os vultosos recursos financeiros aportados na economia pelos governos dos países avançados, elevados níveis de desemprego naqueles países. Primeiramente a crise de desemprego espalhou-se devastadoramente pelos Estados Unidos e países do Terceiro Mundo, como o México. Em 2010, atingiu fortemente países europeus, dos quais Grécia e Espanha são exemplos, e países anteriormente socialistas, entre eles a Hungria. Desemprego e redução dos salários são consequências da crise que afetaram tanto o centro como a periferia do império capitalista mundial.

Diante de tal contexto, podemos dizer que a atual crise capitalista joga novamente foco sobre a urgente necessidade de a sociedade contemporânea repensar a relação capital-trabalho que, desde a reestruturação produtiva iniciada nos anos de 1970, transformou os trabalhadores nos grandes perdedores desse embate. A avançada tecnologia dos circuitos integrados do novo modo de produção capitalista permitiu o rompimento entre tempo e espaço. O capital fez da associação ao tempo seu privilégio: tornou-se leve, fluido, volátil, efêmero. A partir de então, o capital adquiriu mobilidade e flexibilidade, ganhando asas intercontinentais que atravessam incólumes as fronteiras tornadas porosas pelo processo da globalização. Agora, ele pode saltar em qualquer lugar, não precisando ficar além do tempo que dure sua satisfação. O trabalho, ao contrário, permaneceu pesado, imobilizado na solidez do passado, mas agora com uma diferença fundamental: o chão no qual os trabalhadores se fixavam e julgavam firme se tornou movediço. As empresas, desembrasadas da territorialidade, se tornaram soltas e leves, em condições sem precedentes na sua história, para fazerem os empregos surgirem ou desaparecerem conforme julguem válidas ou não as oportunidades econômicas. Agora o capital pode viajar rápido e livre, confiante de que não haverá escassez de parcerias lucrativas. Sua certeza, flutuando na leveza e mobilidade, passou a ser a incerteza de todo o resto da sociedade.



Taylorismo, Fordismo, Pós-fordismo, Toyotismo são termos que identificam escolas de gestão da força de trabalho que tem por objetivo alcançar o máximo desempenho e o resultado superior. Da revisão da literatura viu-se que uma das consequências da crise atual é representada pela degradação do trabalho, na expressão de Harry Bravermann, pela corrosão do trabalho na expressão de Mészáros, pela superfluidez do trabalho na expressão de Kurz, pela ampliação da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva na expressão de Marx e pela intensificação do labor. As escolas de gestão respondem ao imperativo de organizar a força de trabalho dentro das condições existentes em determinado momento no processo de acumulação. Preenchida esta tarefa definham, perdem espaço e são substituídas por outras que tentam responder às novas conjunturas. Sendo assim, seria plausível supor que o Toyotismo ou o Pós-fordismo ou outras formas de organizar o trabalho vigente estariam sujeitas ao impacto da crise financeira-econômico-social iniciada em 2008, principalmente se verificarmos a instauração de uma tendência de queda nas taxas médias de lucro. Com o aumento do desemprego, a massa e a taxa de salários tendem a cair, o que diminui ainda mais a capacidade de resistência dos trabalhadores.

Seria, portanto, plausível admitir que o capital lançasse mão de estratégias para retomar a produção de valores por meio de práticas ainda mais intensificadoras do trabalho, por alongamento ainda maior das jornadas, por reversão de conquistas obtidas durante períodos de crescimento e por formas mais eficientes de organizar o trabalho. Não está descartado, pois, que Toyotismo e Pós-fordismo sofram mudanças significativas que possam até mesmo implodir enquanto formas de organizar o trabalho e a produção.

7. 4. Teoricamente é possível estabelecer uma relação entre crise e processo de trabalho

Nesta seção procuramos verificar junto a teóricos de várias orientações a existência de uma possível relação entre crise do capitalismo e mudanças no processo de trabalho. Autores como Keynes analisam a crise do capitalismo como crise de demanda global e que, portanto, não apresenta pistas para o entendimento da questão que propusemos. Seguindo a orientação regulacionista, Krugman atribui a responsabilidade pelo estouro da crise ao sistema bancário sombra. Consequentemente, também não oferece critérios analíticos para a discussão da relação entre crise e processo de trabalho.

Dois outros autores, Kurz e Mészáros, têm uma concepção de um sistema global que se dividia em capitalista e socialista, mas que essencialmente operavam dentro da mesma lógica, a da modernização ou a do sistema do capital. Para ambos, o impacto da crise sobre o trabalho é um elemento relevante de análise, pois a crise se desdobra imediatamente na forma de desemprego, subemprego e intensificação do trabalho. O desemprego reduz a massa de salários, piora as condições de vida. Entretanto, nem Mészáros nem Kurz avançam além deste ponto no entendimento da relação entre crise e processo de trabalho.

Para facilitar a compreensão de processo de trabalho, elaboramos uma síntese a respeito das principais escolas de gestão do trabalho: o Taylorismo, o Fordismo e o Toyotismo. As escolas de gestão representam as formas mais avançadas empregadas em determinados momentos e condições da história de exploração do trabalho. Mas em que medida estas escolas de gestão tem sua emergência ou sua transformação alterada pela incidência de crises do capitalismo?

O Taylorismo aparece como uma solução para o desenvolvimento da produtividade nas empresas,



mediante um recurso sistemático ao mecanismo da produção da mais-valia absoluta, encarnada nos estudos de tempos e movimentos. O Taylorismo em si não requer inovação tecnológica para produzir seus efeitos. Ele pode operar em ambientes impactados por inovações, mas em sua essência não requer esta condição. Ele originalmente se apresenta como uma solução para o problema da baixa taxa de lucro.

O Fordismo apresenta-se como desenvolvimento do Taylorismo por meio da adoção de inovações tecnológicas, as chamadas correias de operação contínua. Os princípios do Fordismo, em primeiro lugar, preenchem o espaço da mais valia relativa, em função das inovações técnicas, pela qual o ritmo e o tempo são controlados mecanicamente. Em segundo lugar, o Fordismo continua a empregar o mecanismo de produção da mais valia absoluta, dado o recurso da individualização do trabalho e a intensificação pelo ritmo e velocidade das atividades.

Taylorismo e Fordismo colapsaram perante a revolta dos assalariados com a alienação do trabalho e com a exploração da capacidade individual levada ao extremo. Com isso, caiu a taxa de lucro e o crescimento econômico capitalista encontrou seus limites nas décadas de 1970 e 1980. Desesperadamente procurava-se um 'novo espírito do capitalismo', na expressão de Boltanski e Chiapello (1999), que liberasse as energias criativas do trabalho. Esta estratégia já vinha sendo lentamente testada nas oficinas japonesas que deram o nome de Sistema de Produção Toyota ao conjunto de princípios e práticas de renovação do processo de trabalho.

Aos dias de hoje o Toyotismo está no centro de um redemoinho infernal. A montadora de veículos Toyota foi obrigada a fazer um recall de 8,5 milhões de veículos em todo o mundo, devido a problemas de segurança em diversos modelos de automóveis. Esse número é maior que a produção total da montadora no ano de 2009. Segundo o presidente da empresa, Akio Toyoda, o vertiginoso crescimento da companhia pode ter relação com os problemas apresentados pelos veículos, ensejando a necessidade de repensar o modelo de gestão da produção⁴⁵. Partindo dessa razão prática, podemos indagar: existem razões teóricas que permitam afirmar que o Toyotismo atravessará a crise mundial iniciada no ano 2008 incólume?

Encontramos, em primeiro lugar, uma relação empírica que permite, por extensão, uma vinculação entre a taxa média de lucro e as escolas de gestão do trabalho. Seria possível pensar que o colapso do Taylorismo e do Fordismo aconteceu em meio a um processo de queda das taxas de crescimento e de lucro, e que a origem do Toyotismo esteve vinculada à possibilidade de uma empresa realizar ganhos, ainda que dentro de um período de economia de depressão. Para isso, era necessário não inovação técnica, mas controle mais detalhista da subjetividade do trabalhador.

Os fundamentos teóricos para esta relação empírica derivamos diretamente de Marx. As formas de organização da produção capitalista tratam do padrão predominante de extração da mais-valia em um determinado momento. Consequentemente influenciam a taxa de mais-valia, elemento presente na definição da taxa de lucro média. Ao tomarmos como causa das crises capitalistas a queda na taxa de lucro, podemos estabelecer uma relação entre crise e a forma hegemônica de organização do processo de trabalho por meio da taxa média de lucro.

Desta forma, cremos ter estabelecido os fundamentos teóricos que permitem articular crise financeiro-econômico-social e alteração do processo de trabalho. Resta verificar empiricamente esta relação, o que deverá ser feito no capítulo subsequente.



Referências Bibliográficas

AGLIETTA, Michel. Regulación y crisis Del capitalismo: La Experiencia de los Estados Unidos. México: Siglo Veintiuno editores, 1979.

AMIN, Samir. ¿Debate financiera, crisis sistémica? (2008). Disponível em: <http://www3.rebelion.org/noticia.php?id=76484> . Acesso em: 28.08.2009.

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo Trabalho. 8. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Apresentação de MÉSZÁROS, Istvan. Crise Estrutural do Capital. SP: Boitempo. 2009.

BEINSTEIN, Jorge. Rostros de la crisis. Reflexiones sobre el colapso de la civilización burguesa. 2008. Disponível em: < <http://www.rebelion.org/docs/75463.pdf> > . Acesso em: 28.08.2009.

BOLTANSKI, Luc et CHIAPELLO, Éve. Le Nouvel esprit du capitalisme. Paris: Gallimard, NRF-Essais, 1999.

BRAVERMAN, H. Trabalho e Capital Monopolista. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CARVALHO, Fernando Cardim. Entendendo a Recente Crise Financeira Global. In: Dossiê da crise, Associação Keynesiana Brasileira, Nov. 2008. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/dossie-crise.pdf>>. Acesso em: 28.08.2009.

CATTANI, David & HOLZMANN, Lorena. Dicionário de trabalho e tecnologia. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. 358p.

CHESNAIS, François. El fin de un ciclo. Alcance y rumbo de la crisis financiera. Buenos Aires, Revista Herramienta n. 37, 2008a.

_____. Como la crisis del 29, o más... Un nuevo contexto mundial. Buenos Aires, Revista Herramienta n. 39, 2008b.

COSTANZI, Rogério Nagamine. Crise global e impactos no Brasil: o problema da estabilidade da instabilidade financeira. In: Boletim FIPE, n. 347, ago.2009.

DAL ROSSO, Sadi. Mais Trabalho! A Intensificação do Labor na Sociedade Contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DAVIS, Mark et al. Fundamentos da Administração da Produção.3.ed. Porto Alegre: Bookman Editora, 2001.

DIERCKXSENS, Wim La crisis actual como crisis civilizatória. 2008a. Disponível em: < <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=77144> > . Acesso em: 28.08.2009.



_____. La crisis sistémica, como oportunidad. 2008b. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=63323>> . Acesso em: 28.08.2009.

DUMÉNIL, Gérard & LÉVY, Dominique. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. In: Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19, abr. 2007.

FARHI, Maryse; PRATES, Daniela; FREITAS, Maria; CINTRA, Marcos. A Crise e os Desafios para a Nova Arquitetura Financeira Internacional. In: Dossiê da crise, Associação Keynesiana Brasileira, nov. 2008.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS & MINISTÉRIO DO TURISMO. Boletim de desempenho Econômico do Turismo. ANO VI, n. 22. abr, 2009. Disponível em: < http://www.braziltour.com/site/arquivos/dados_fatos/Boletimdesempenho/bdet22_rev03.pdf>. Acesso em: 28.08.2009.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – FMI. World Economic Outlook Update, de 8 julho de 2009. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2009/update/02/pdf/0709.pdf>>. Acesso em: 28.08.2009.

GRESPLAN, Jorge. (Entrevista a Robert Kurz). A crise vai continuar: AL é a próxima região a entrar na bancarrota. São Paulo: Revista Edusp, 1998.

HARVEY, David. Condição Pós- Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HUSSON, Michel. Crise: salários contra ganâncias. 2008a. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=76381>>. Acesso em: 28.08.2009.

_____. ¿Adonde va la crisis? 2008b. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=76171>>. Acesso em: 28.08.2009.

_____. Toxic capitalism. In: International Viewpoint, n.406 . nov. 2008c. Disponível em: <<http://www.internationalviewpoint.org/spip.php?article1551>>. Acesso em: 28.08.2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Crise. In: Carta de Conjuntura. Brasília: IPEA, n. 5, p. 5-18, dez. 2008.

_____. Impactos da Redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de Automóveis. Nota Técnica DIMAC/IPEA n. 15, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/notastecnicas/notastecnicas26.pdf>>. Acesso em: 28.08.2009.

_____. Trabalho e Renda. In: Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, n. 18, 2010 (no prelo).

KEYNES, John. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1996.

KRUGMAN, Paul. The return of depression economics and the crisis of 2008. New York and London: W. W. Norton & Company, 2009.



- KURZ, Robert. As luzes do mercado se apagam: as falsas promessas do neoliberalismo ao término de um século em crise. *Estudos Avançados*. [online]. vol.7, n.18, p. 7-41,1993a.
- _____. Marx depois do marxismo. São Paulo: Folha de São Paulo, 24 set. 2000.
- _____. Assistir o capitalismo na doença? A esquerda e o crash financeiro histórico. Berlin: Universidade Técnica de Berlin, 2009a. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/>>. Acesso em: 19.10. 2009.
- _____. Capitalismo sem mais-valia? Um debate insuficiente sobre os limites do crescimento. Berlin: Semanário Freitag, 2009c. Disponível em: <<http://o-beco.planetaclix.pt/kurz340.htm>>. Acesso em: 19.10. 2009.
- _____. Quem regula o quê? Berlin: Semanário Freitag, 2009d. Disponível em: <<http://o-beco.planetaclix.pt/kurz345.htm>>. Acesso em: 19.10. 2009.
- _____. O universo econômico paralelo. Berlin: Neues Deutschland, 2009e. Disponível em: <<http://o-beco.planetaclix.pt/kurz342.htm>>. Acesso em: 19.10. 2009.
- _____. A rota de colisão no pacífico. Berlin: Neues Deutschland, 2009f. Disponível em: <<http://o-beco.planetaclix.pt/kurz346.htm>>. Acesso em: 19.10. 2009.
- LOPES, Francisco. A dimensão da crise. IN: BACHA, Edmar & GOLDFAJN, Ilan (Org.) Como Reagir à Crise? Políticas Econômicas para o Brasil. Instituto de Estudos de Política Econômica da Casa das Garças (IEPE/CdG), 2008.
- LORDON, Frédéric. O mundo refém das finanças. *Le Monde Diplomatique*, set. 2007.
- _____. O pesadelo das finanças sem freios. *Le Monde Diplomatique*, mar. 2008.
- MARQUES, Rosa Maria. Resenha do livro: O colapso da modernização – da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. In: *Revista de Economia Política*, vol. 13, nº 3 (51), jul.-set.1993.
- MARX, Karl. *O Capital*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1998.
- _____. Manuscritos Econômicos e Filosóficos, primeiro manuscrito. Lisboa: Edições 70, 1989.
- MÉSZÁROS, Istvan. *Beyond Capital*. London: Merlin Press, 1995.
- _____. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002. 1104p.
- _____. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009. 136p.
- MONTES, Miguel. La crisis, cáncer incurable del capitalismo. Comunicação pessoal, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=77688>> . Acesso em: 27.11.2009.
- PFEILSTICKER, Zilda Vieira de Souza. Demissão Voluntária: passagem da estabilidade para as vulnerabilidades do mundo do trabalho. 298 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.



PINTO, Geraldo Augusto. A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PRADO, Eleutério F. S. Resenha do livro: O colapso da modernização – da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. In: Revista de Economia Política, vol. 13, nº 3 (51), jul.-set. 1993.

SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS- SEBRAE - Distrito Federal. Perfil do setor hoteleiro do Distrito Federal. 2005.

SCHWARZ, Roberto. Um livro audacioso. In: KURZ, Robert. O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Paz e Terra S.A. ,1993

SHAIKH, Anwar. Uma Introdução à História da Teoria das Crises. In: Ensaios FEE, Porto Alegre, 4(1): p.5-45, 1983.

TORRADO, Alfredo. Perspectivas para la lucha de clases en los próximos años. Comunicação pessoal, dez. 2008. Disponível em:< <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=77371>>. Acesso em 28.08.2009.

WOLF, Martin. As lições a serem aprendidas com a atual crise financeira. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/fintimes/2008/07/02/ult579u2509.jhtm>>. 2008a. Acesso em: 28.08.2009.

_____. Keynes nos oferece a melhor forma de pensar sobre a crise. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/fintimes/2008/12/24/ult579u2668.jhtm>> 2008b. Acesso em: 28.08.2009.



8. CRISE E TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL

Sadi Dal Rosso, Fábio Marvulle Bueno, Aldo Antonio de Azevedo, Erlando da Silva Rêses, Perci Coelho de Souza, Zilda Vieira de S. Pfeilsticker, Isabel Pojo do Rego, Roberto Henrique S. Gonzalez, Robson Santos C. Silva, Tiago Oliveira, Thiago Carneiro, Izabel Cavalcanti I. Parente, Samuel Martins, Thamires Castelar, Natalia Alves C. O. Silveira, Ariel Martins C. Azevedo, Samuel Nogueira Costa.

Introdução

O trabalho de pesquisa empírica realizou o acompanhamento de mudanças em curso na forma de organização do processo de trabalho no período da crise financeira de 2008 por meio de observação em locais de trabalho determinados. A coleta de informações foi realizada no segundo semestre de 2009. O levantamento de informações sobre mudanças em curso pode ser realizado de diversas maneiras, entre os quais a observação de mudanças no processo de trabalho, empregando dados agregados existentes, bem como pela realização de observação e entrevistas com trabalhadores, gerentes e sindicalistas pertencentes a determinados setores de atividade. Os autores deste artigo, pertencentes ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (GEPT) do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, realizaram as duas propostas: primeiramente, foi feita a análise de dados agregados disponibilizados pelo DIEESE do Distrito Federal; em segundo lugar, realizaram observações diretas em campo e entrevistaram trabalhadores, gerentes e sindicalistas, como maneira de obter acesso a possíveis mudanças em curso na organização dos processos de trabalho, quer tenham sido deflagradas após o início da crise, quer venham ocupando espaço nos locais de trabalho nas últimas décadas. A técnica de diagnóstico de um espaço sócio-econômico por meio de um conjunto mínimo de entrevistas, realizadas no espaço de três meses, requer o acompanhamento dos principais setores de atividade operantes na região. Cada articulista responsabilizou-se por proceder ao levantamento de um ramo de atividade socioeconômica, de tal modo que a compilação dos diagnósticos setoriais resultasse em um mosaico de diagnósticos regionais, com o qual se pudesse capturar mudanças em início, em curso ou em outra fase de desenvolvimento relativamente à organização dos processos de trabalho. A pertinência de um trabalho regional para o estudo de mudanças nos processos de trabalho depende da composição econômica do espaço geográfico. O Distrito Federal não é um território excluído dos impactos das crises mundiais e sim eminentemente uma zona econômica de serviços e com forte presença de capitais nacionais e internacionais na construção civil, no abastecimento urbano, nos setores de telefonia, internet e telecomunicações, no campo educacional, de saúde e de lazer, no setor financeiro e bancário. Espera-se, pois, que os resultados obtidos e relatados neste artigo possam estimular a discussão teórica sobre a relação entre processo de trabalho e crise, bem como o diagnóstico de mudanças na organização do processo de trabalho, implementadas por grandes empreendimentos capitalistas nacionais e internacionais.



8.1. O mercado de trabalho do Distrito Federal durante a crise mundial

O contexto em que se inserem as transformações do processo de trabalho aqui abordadas é marcado pela crise mundial, que por sua vez colocou em cheque a continuidade do regime de acumulação baseado na financeirização da riqueza e na flexibilização do trabalho. Não obstante a sua generalidade, os desdobramentos da crise variaram ao longo do tempo, dos territórios (países e regiões) e dos setores econômicos.

Embora os efeitos da crise só tenham se disseminado para além dos países capitalistas centrais no final de 2008, já no início daquele ano multiplicavam-se os indícios de problemas de solvência nos mercados financeiros, inicialmente no mercado de derivativos baseados em financiamentos imobiliários dos Estados Unidos, devido à inadimplência no setor dos mutuários de alto risco (subprime). Até setembro, várias grandes instituições financeiras norte-americanas e européias haviam declarado falência, sendo mais paradigmático o caso do Lehman Brothers, quarto maior banco de investimentos dos Estados Unidos. Nesse ponto, a incerteza criada pelo colapso dessas instituições começou a afetar setores produtivos, seja pela queda na demanda – devida à desvalorização dos ativos, seja por crescentes dificuldades de acesso ao crédito – por causa da incerteza gerada⁴⁶. Em julho de 2009, previa-se retração do produto mundial de 1,4% para este ano – a menor taxa pós II Guerra – depois de se verificar crescimento global de 5,2% em 2007 e 3,4% em 2008 (FMI, 2009).

Apesar da origem imediata da crise estar localizada nos países centrais, rapidamente seus efeitos começaram a afetar também os países capitalistas periféricos. Cabe destacar quatro “canais de transmissão”⁴⁷ que tiveram impacto direto no mercado de trabalho brasileiro: forte contração no crédito, deterioração das expectativas de crescimento, diminuição na confiança do consumidor e queda na quantidade exportada e no seu preço. Os primeiros dois fatores levaram à redução dos investimentos e os dois últimos confirmaram a expectativa de queda na demanda e levaram a não renovação de estoques. Por outro lado, o Brasil foi relativamente pouco afetado pelo lado financeiro: nem as instituições financeiras tiveram problema de solvência, dadas a pequena profundidade e alta seletividade do crédito bancário, nem houve crise cambial – apesar da depreciação verificada no último trimestre de 2008. Nesse quesito, vale destacar que as elevadas taxas de juros brasileiras, apesar da tendência de queda em 2009, transformaram o país, em tempos de crise e mercados estagnados nos países centrais, em uma excelente oportunidade de aplicação para os capitais especulativos, o que favoreceu logo em seguida uma revalorização da moeda nacional.

A magnitude da reversão do quadro econômico influenciou a adoção de uma série de medidas anticíclicas por parte do governo, voltadas a evitar quedas subsequentes no nível de atividade econômica. Grosso modo, essas medidas abarcaram três frentes:

- expansão da oferta interna de crédito e redução das taxas de juros;
- expansão do gasto público social, especialmente benefícios, e manutenção dos investimentos em infra-estrutura;
- estímulo ao consumo via redução de impostos.

⁴⁶ Uma cronologia detalhada da crise financeira pode ser encontrada em IPEA (2008).

⁴⁷ Segue-se aqui a análise contida em IPEA (2008) e COSTANZI (2009).



O primeiro conjunto de medidas visava enfrentar as restrições de crédito à produção, especialmente para os setores exportadores, assim como para o consumo. Em termos gerais, a taxa de juros básica (SELIC) foi reduzida de 13,75% em janeiro de 2009 para 8,75% em agosto. Também se reduziram as exigências de depósito compulsório, abriram-se linhas de crédito novas via BNDES e facilitou-se o acesso a divisas. Embora tenha sido efetivo em evitar a escassez do crédito, o efeito dessas medidas sobre o seu custo foi amortecido pelo alto spread praticado pelos bancos.

As demais medidas visavam estimular diretamente a demanda interna, assim como enfrentar as consequências em termos de desemprego e de pobreza. O segundo conjunto abarcou, de um lado, a incorporação de mais dois milhões de famílias ao Programa Bolsa-Família, e de outro, a concessão de parcelas extras do seguro-desemprego a setores selecionados⁴⁸. Além disso, o governo manteve o aumento já programado no salário mínimo, cujo valor em fevereiro cresceu cerca de 7% em termos reais. No lado dos investimentos, os projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) continuaram sendo executados, sendo que entre janeiro e abril de 2009 os valores desembolsados superaram em 20% o mesmo período de 2008⁴⁹.

Por fim, o terceiro conjunto de medidas consistiu na redução de impostos. Destaca-se aí a redução temporária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre automóveis, bens de capital, eletrodomésticos da linha branca e materiais de construção. Também houve redução em caráter permanente do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF), por meio do reajuste da tabela e a criação de novas alíquotas, e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Análise do impacto da redução do IPI sobre os automóveis estimou que, por conta da recuperação das vendas e dos efeitos que isso gera ao longo da cadeia, foram preservados entre 50 e 60 mil empregos (IPEA, 2009).

O financiamento desse pacote, que implicou em aumento dos gastos e redução das receitas tributárias, mostrou-se factível pela redução do superávit primário. No primeiro semestre de 2009, este correspondeu a apenas 1,3% do PIB, contra 4,4% no mesmo período de 2008⁵⁰. Em outras palavras, a enorme poupança gerada pela meta de superávit primário permitiu ao governo evitar medidas que reduzissem ainda mais a demanda interna – como o corte de gastos ou a elevação de impostos.

Tendo em vista esse cenário, é possível distinguir três momentos na evolução recente do mercado de trabalho brasileiro. Os primeiros três trimestres de 2008 representaram o ápice do ciclo de crescimento do emprego iniciado em 2004: não apenas crescia o nível de ocupação, como também este crescimento estava alicerçado no assalariamento e na formalização dos empregos e foi acompanhado pela elevação, ainda que pequena, dos salários. Nos dados da PED⁵¹, isso se reflete em uma redução da taxa de desemprego total – que ainda assim mantinha-se em um patamar bastante elevado.

⁴⁸ Segundo IPEA (2010), os beneficiários concentraram-se em alguns subsetores da indústria de transformação (destacando-se o metalúrgico, o mecânico, o de material de transporte, o químico, o têxtil e o de alimentos e bebidas), no comércio varejista e na agricultura.

⁴⁹ Informações divulgadas no 7º Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

⁵⁰ Dado extraído do Relatório "Resultado do Tesouro Nacional". Brasília: STN/MF, julho de 2009.

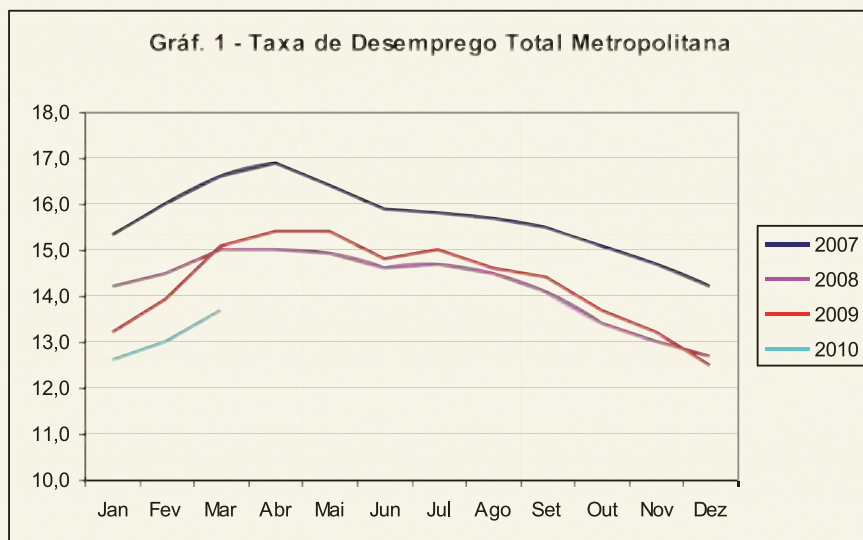
⁵¹ A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) é realizada mensalmente em seis regiões metropolitanas (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza e São Paulo) e na área do Distrito Federal. Sua metodologia se distingue de outros levantamentos congêneres por investigar, além do desemprego "aberto" (em que o desempregado declara estar procurando emprego no período de referência), a ocorrência do desemprego oculto por trabalho precário (em que o desempregado está fazendo um trabalho esporádico) e o desemprego oculto por desalento (em que o desempregado desistiu de procurar trabalho, embora o tenha feito anteriormente). A soma dessas três taxas de desemprego resulta na taxa de desemprego total, que é o conceito adotado aqui.



Já a partir de outubro de 2008, o país começou a sentir os efeitos da crise financeira internacional, que se expressou em forte queda da produção (retração do PIB de 3,6%) e do emprego formal no último trimestre. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) registrou o fechamento de 800 mil postos de trabalho com carteira assinada entre novembro de 2008 e janeiro de 2009 (IPEA, 2010). A magnitude da reversão desses indicadores influenciou a adoção das medidas anticíclicas já mencionadas, voltadas a evitar quedas subsequentes no nível de atividade econômica. Ainda assim, a taxa de desemprego manteve-se em queda nos últimos meses de 2008, tendo assinalado uma inversão somente em janeiro do ano seguinte. A partir daí, após quatro aumentos consecutivos, a taxa de desemprego nas regiões metropolitanas alcançou o patamar de 15,3% em abril (superando ligeiramente a taxa verificada no mesmo mês de 2008), no qual permaneceu estável no mês seguinte e registrou um pequeno decréscimo em junho. Em suma, embora a taxa de desemprego no primeiro semestre de 2009 não tenha se elevado muito acima da observada para o mesmo período do ano anterior, sem dúvida a trajetória de crescimento do emprego foi interrompida.

Os indicadores de emprego e renda começaram a reagir lentamente ao longo do segundo semestre. A queda do desemprego seguiu o movimento sazonal de outros anos, relacionada à abertura de vagas temporárias por ocasião das vendas de fim de ano; porém, em dezembro a taxa de desemprego total já estava abaixo do ano anterior – na verdade, exibia o valor mais baixo de toda a série, iniciada em 1998 (Gráf. 1).

No primeiro trimestre de 2010, o comportamento da taxa de desemprego refletiu a consolidação do processo de recuperação da economia e do mercado de trabalho brasileiro (Gráf. 1). A despeito da tendência de alta nos três primeiros meses do ano, movimento considerado típico para o período, tal taxa foi, para cada um dos meses, a mais baixa registrada desde o início da pesquisa, em 1998.



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SETRAB-GDF. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal.

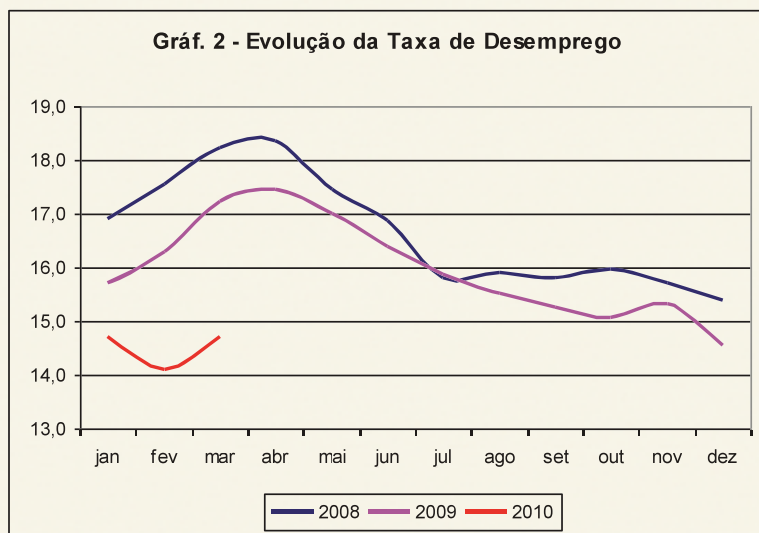


No Distrito Federal, os efeitos mais expressivos sobre o emprego foram sentidos no início de 2009 (Gráf. 2). O número de desempregados cresceu 12% nos primeiros três meses de 2009 (Gráf. 3), o que fez a taxa de desemprego alcançar o pico de 17,5% em abril (Gráf. 2), apresentando uma trajetória de ascensão comum para o período. Ela só não foi mais elevada devido a uma ligeira redução na população economicamente ativa – o que significa que algumas pessoas deixaram o mercado de trabalho (Gráf. 3). Os mais atingidos nesse momento foram os trabalhadores em ocupações mais precárias – os trabalhadores domésticos, os empregados sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria.

A partir de então, o quadro se reverteu. No segundo e no terceiro trimestres de 2009, o número de trabalhadores ocupados voltou a crescer, sinalizando a retomada da atividade econômica (Gráf. 3). Em consequência, a taxa de desemprego recuou para o patamar de 15%. Porém, as ocupações precárias foram as que mais cresceram (Gráf. 4) – o que sugere que as empresas ainda estavam receosas de retomar as contratações de empregados com carteira assinada (Gráf. 5).

No último trimestre de 2009, a taxa de desemprego manteve tendência de declínio, apesar de um crescimento mais lento do número de ocupados. Em parte, isso foi resultado da saída de algumas pessoas do mercado de trabalho, o que se expressa em uma pequena redução da PEA (Gráf. 2). Dessa vez, predominaram entre os novos ocupados os assalariados com carteira e os trabalhadores por conta própria (Gráf. 4 e 5).

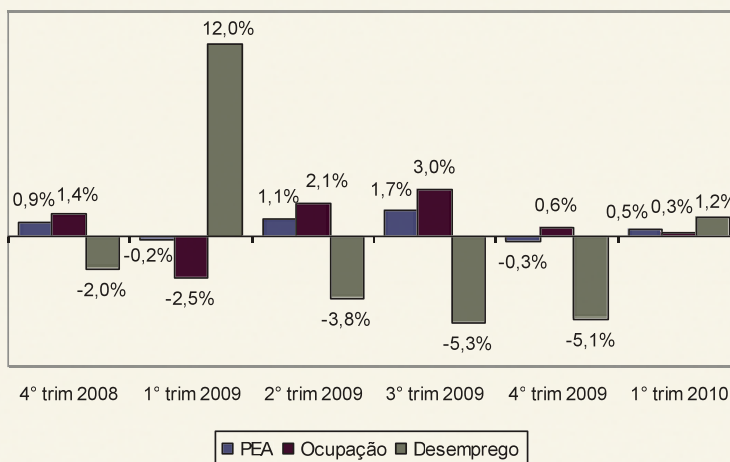
De janeiro a março de 2010, as taxas de desemprego mantiveram-se bem abaixo das verificadas no mesmo período de 2009 e entre as menores taxas, para cada mês, da série histórica iniciada em 1992 (Gráf. 1). Em comparação com o mesmo período de 2009, percebe-se o crescimento bem mais comedido do desemprego, movimento considerado usual para o período, e uma estabilidade do nível ocupacional. Esta última, resultado do crescimento do emprego assalariado e doméstico e do decréscimo do trabalho por conta própria (Gráf. 4). Interessante notar ainda que a expansão do assalariamento sustentou-se no crescimento do emprego com carteira assinada (Gráf. 5).



Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SETRAB-GDF. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal.

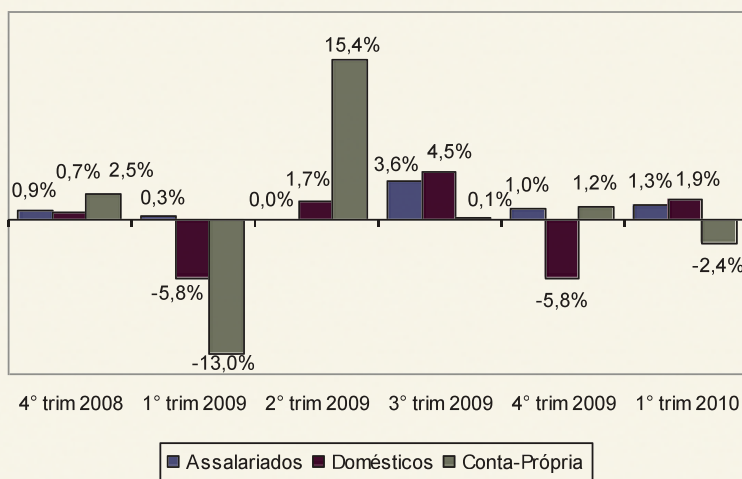


Gráf. 3 - Evolução da População Economicamente Ativa, da Ocupação e do Desemprego



Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SETRAB-GDF. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal.

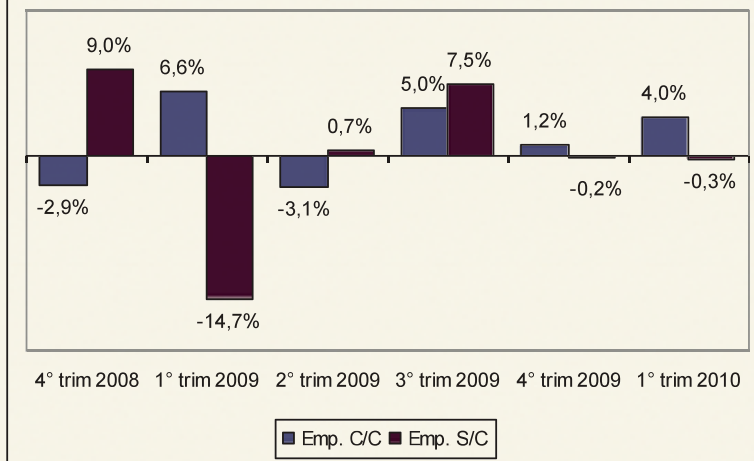
Gráf. 4 - Evolução da Ocupação por Posição na Ocupação



Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SETRAB-GDF. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal.



Gráf. 5 - Evolução do Emprego Com e Sem Carteira



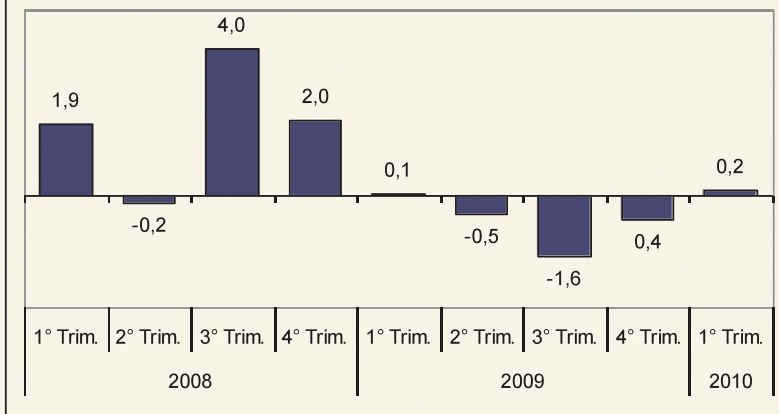
Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SETRAB-GDF. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal.

Um dos principais pilares do crescimento econômico brasileiro nos anos mais recentes foi, sem sombra de dúvidas, o aumento real do poder de compra dos salários, impulsionado, entre outras coisas, por uma política nacional de valorização do salário mínimo. Não obstante a manutenção dessa política em 2009, conforme já mencionado anteriormente, no Distrito Federal observou-se uma redução expressiva no crescimento dos rendimentos médios reais dos ocupados, com destaque para a queda registrada no terceiro trimestre daquele ano (Gráf. 6). Assim, ao contrário da ocupação, que iniciou uma trajetória de recuperação no 2º trimestre de 2009, o rendimento médio dos trabalhadores ainda não deu sinais claros de que esteja retomando o patamar de crescimento verificado no período pré-crise. Salienta-se que o crescimento do nível ocupacional no período recente, sustentado pela expansão de ocupações que tradicionalmente oferecem remunerações mais baixas, a exemplo do setor da construção e do trabalho por conta própria, influenciam negativamente o comportamento do rendimento médio real.

Ainda assim, constatou-se, em 2009, uma expansão importante da massa de rendimentos no Distrito Federal (Gráf. 7), graças sobretudo ao crescimento do nível ocupacional, uma vez que o rendimento médio real apresentou uma elevação mais comedida. Vale enfatizar que tal crescimento da massa de rendimentos exerceu um papel importante no sentido de atenuar os impactos da crise sobre o mercado de trabalho no Distrito Federal.



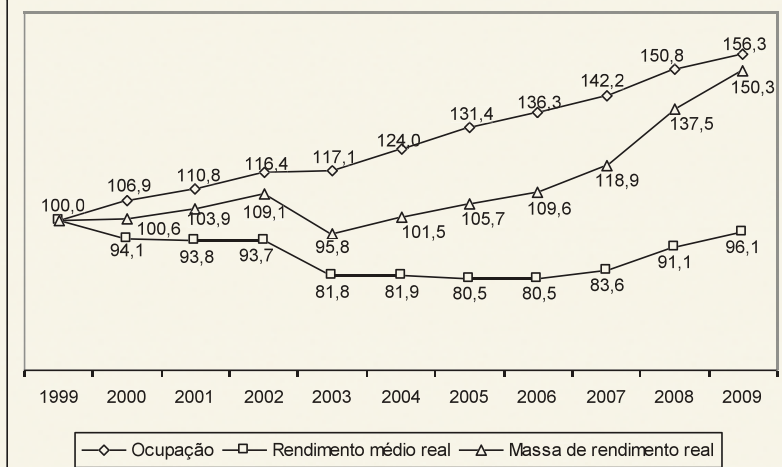
Gráf. 6 - Evolução do Rendimento Médio Real¹ dos Ocupados



Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SETRAB-GDF. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal.

Nota 1: Inflator utilizado - ICV do DIEESE. Valores em Reais de Março de 2010.

Gráf. 7 - Índices do emprego, do rendimento médio real e da massa de rendimentos reais dos ocupados



Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SETRAB-GDF. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal.

Nota 1: Inflator utilizado - INPC-DF do IBGE. Valores em Reais de Março de 2010.

Nota 2: Base = 1999 = 100,0.



Tabela 1 – Evolução no Emprego no Distrito Federal por setores de atividade, 2008 – 2010

Setor	4º trim 2008	1º trim 2009	2º trim 2009	3º trim 2009	4º trim 2009	2009	1º trim 2010
Indústria	7,9%	-12,9%	1,8%	17,4%	-17,5%	-14,1%	5,2%
Const. Civil	8,9%	-0,5%	4,3%	11,8%	-7,3%	7,6%	13,8%
Comércio	-0,9%	-2,5%	0,7%	6,3%	0,1%	4,5%	4,0%
Serviços	0,5%	-1,7%	1,4%	1,3%	2,1%	3,2%	-0,7%
Adm. Pública	4,2%	-3,0%	6,9%	-1,8%	3,4%	5,3%	-4,1%

Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SETRAB-GDF. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal

Até este ponto, foi possível demarcar, mediante a análise de dados agregados, dois impactos substantivos da crise financeira-econômico-social sobre o trabalho no Distrito Federal. O primeiro consistiu na destruição de postos de trabalho, o que implicou na elevação da taxa de desemprego entre 2008 e 2009. É o efeito desemprego que acompanha as crises capitalistas. O segundo, consequência do primeiro, é o efeito redução dos salários, que se expressou por meio da diminuição do rendimento médio dos trabalhadores. Por outro lado, há muitas mudanças qualitativas no processo de trabalho que os indicadores agregados de emprego, desemprego e salário não captam ou só captam muito parcialmente. Uma indicação de que a crise pode ter efeitos sobre a qualidade do trabalho está no seu impacto desigual de acordo com setores: a retração do emprego industrial no DF foi substancial e não havia se revertido completamente mesmo com o crescimento no primeiro trimestre de 2010, ao contrário do emprego nos serviços, no comércio, na construção civil e na administração pública.

O que isto implicou (ou implicará) no cotidiano do processo de trabalho só pode ser analisado pela observação direta do mesmo em situações concretas de trabalho. Não obstante, a perspectiva de expansão do emprego oferece um contexto favorável para o exercício do poder de reivindicação coletiva dos trabalhadores.

8.2. IMPACTOS DA CRISE NO PROCESSO DE TRABALHO EM SETORES DE ATIVIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Nesta seção, analisamos, por meio de levantamento qualitativo realizado junto a atores de distintos setores de atividade do Distrito Federal, tentativas de reorganizar os processos de trabalho, como forma de superar a crise.

BANCOS E FINANÇAS

No setor bancário, a crise econômica foi encarada como uma “oportunidade” de crescimento pelos bancos nacionais, especialmente aqueles de capital misto ou públicos, tendo em vista a estratégia do governo de ampliar o crédito para estimular a economia. Enquanto os grandes bancos privados não foram efetivamente prejudicados na crise, os bancos estrangeiros empreenderam demissões, especialmente de funcionários antigos. Apesar de se poder interpretar a crise como “desculpa”, vale ressaltar que, nesses bancos, a rotatividade de funcionários é constante.

Incluído no grupo que agrega as instituições responsáveis pela intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados, o segmento bancário no Distrito Federal emprega



aproximadamente 3,5%⁵² do pessoal ocupado no setor de serviços. Este setor de atividades, por sua vez, abrangia 49,7%⁵³ da população ocupada em 2008, ou seja, praticamente a metade dos postos de trabalho. Portanto, trabalham nas atividades financeiras e relacionadas cerca de 1,7% da população ocupada do Distrito Federal. Há predominância massiva dos bancos públicos, nos quais trabalham cerca de 85% dos bancários. Por conseguinte, privilegiou-se a investigação das mudanças no processo de trabalho em instituições públicas. O representante entrevistado do sindicato laboral afirmou que o aumento das cobranças, correspondente ao aumento de metas, é tendência constante no segmento bancário. Assim, independentemente das circunstâncias, a gestão no setor seria marcada pela intensificação progressiva do processo de trabalho. Tal ponto de vista apareceu como consenso entre os trabalhadores entrevistados. Ainda de acordo com a visão sindical, a ampliação das conquistas dos direitos de trabalhadores bancários permaneceu aparentemente inabalada durante e após a crise. Pelo contrário, desde então houve melhoria salarial e aumento nas contratações (no Banco do Brasil, por exemplo).

Constatou-se aumento de contratações terceirizadas nas chamadas “centrais de atendimento”, responsáveis pela oferta direcionada e pela cobrança de crédito. Nas agências, contratos temporários foram efetivados para suprir deficiências no quadro. Tendo em vista a posição de destaque assumida pelo Banco do Brasil (empresa de capital misto) quanto ao crescimento em tempos de crise, duas entrevistas realizadas com gerentes de agência puderam ilustrar de forma concreta as mudanças ocorridas. Incumbido de administrar por resultados, o gerente geral afirma que o aumento da demanda por crédito refletiu de forma imediata no processo de trabalho. Nas agências não houve redistribuição de funções. A grande mudança foi no volume de trabalho dentro das atribuições de cada cargo. Mesmo com mais clientes a serem atendidos, a crescente demanda por serviços não foi compensada, nem por mais contratações, tampouco por um aumento no tempo de trabalho dos funcionários. A estratégia implementada foi então “otimizar as horas trabalhadas” para suprir o aumento da quantidade de negócios. A demanda por trabalhar em horas extras cresce por parte dos trabalhadores, porém, devido aos custos. O trabalho em tempo extraordinário é racionado pelas empresas. Garante-se assim que o maior volume de serviço seja realizado na mesma carga horária anterior. Após a crise, tal racionamento foi abrandado, porém a prática de horas extras é restrita a alguns cargos. Um dos gerentes entrevistados afirma que a progressão das metas é constante em função da alta competitividade entre os bancos, e prevê para o futuro intensificação nas cobranças. A remuneração do trabalhador depende diretamente do cumprimento das metas da agência. Isso serve, segundo o gerente, como forte motivador, porque “ninguém quer ficar para trás, sem a Participação dos empregados nos Lucros e nos Resultados ao fim do semestre”. A principal estratégia é a conversa,

“A gente procura conversar com a equipe, pois, se o funcionário entender que ele ganha junto, as coisas funcionam. Então não fica aquela coisa automatizada: é o próprio funcionário que se engaja mesmo! [...] A pressão sobre o trabalho aumentou em todos os sentidos!”

⁵² Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas – 2006

⁵³ Fonte: PED/DF - Convênio: SETRAB/GDF, SEADE/SP e DIEESE. Dados referentes à População Ocupada segundo os Setores de Atividades no Distrito Federal em julho de 2008.



No mesmo banco, a partir de 2009 programas para aperfeiçoamento e qualificação nas vendas tornaram-se obrigatórios. Independentemente da crise, são muitas as estratégias utilizadas pelas gerências dos bancos para controlar a atividade laboral. Os acordos de trabalho e o estabelecimento de metas comportam também regras de controle referentes ao aspecto comportamental dos funcionários.

Um operador da área de câmbio e *trade* (importação e exportação) relata sua experiência em um banco privado. Devido à insegurança dos clientes que investem no exterior, o volume de trabalho na área de consultoria, por exemplo, aumentou. Ademais, os clientes com riqueza provinda do exterior tiveram grande parte de sua renda comprometida. A maior demanda por acesso às linhas de crédito, acompanhada por uma maior inadimplência, acabou por desencadear mudanças no trabalho desempenhado em todas as áreas do banco envolvidas.

“O risco aumentou e também as pressões. A responsabilidade nas operações é bem maior e cobrança fica mais rigorosa. Essa questão do rigor, especialmente na área de crédito, aumentou muito! [...] Quanto às demissões, estas foram muito pontuais: quem não se adequou às cobranças acabou saindo”.

Enfim, a aceleração no processo de trabalho é em geral considerada como uma característica comum no setor bancário. Tal constatação, porém, não exclui a hipótese de intensificação laboral após a crise, tanto para os as instituições públicas, quanto para as privadas.

CONSTRUÇÃO CIVIL

A construção civil empregava cerca de 69.000 trabalhadores, em abril de 2010, correspondendo a 5,8% da mão de obra empregada no Distrito Federal, segundo estimativas do DIEESE.

Para o levantamento realizado pelo GEPT foram entrevistados dois empregadores, dois empregados da construção civil e um dirigente do sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil e Mobiliário.

A construção civil é um setor em que as relações de trabalho são consideradas primitivas pela rudeza no tratamento conferido aos empregados. Por isso, os empregadores entrevistados consideram revolucionárias as mudanças ocorridas nos últimos 15 a 20 anos com relação ao tratamento dos empregados. Se antes eram tratados como “escravos”, aos gritos e duramente, agora os trabalhadores são vistos como “parceiros” e “colaboradores”. São chamados pelo nome e não mais pela alcunha de “peões”, de conotação degradante. Chamados pelo nome os empregados sentem-se valorizados, respeitados e mostram-se comprometidos.

As empresas preocupam-se com a vida dos empregados, em particular com as regras de segurança no trabalho. A segurança no trabalho é reforçada vigorosamente em razão, primeiramente, da saúde dos trabalhadores e, em segundo lugar, porque todo o acidente de trabalho traz perdas econômicas. O presidente do sindicato dos trabalhadores da construção civil assume como conquista do sindicato as normas de segurança vigentes nos locais de trabalho: uso de botas e luvas, protetores



auriculares, capacetes e roupa adequada, prevenção contra acidentes elétricos, quedas de materiais e outros acidentes.

As empresas desejam que os trabalhadores estejam bem, para que o trabalho renda mais. Preocupam-se em ouvir opiniões dos empregados, uma aproximação ao modelo de círculos de controle de qualidade. Elas procuram qualificar seus trabalhadores para atingir padrões de qualidade. Há cursos de alfabetização e profissionalizantes oferecidos nos próprios canteiros de obra. São levados a efeito treinamentos contendo regras detalhadas sobre o que fazer e como fazer. A alimentação do trabalhador contempla a café da manhã, almoço e, quando são realizadas horas extras, jantar. O vale transporte reduz o custo das passagens. Estas iniciativas e outras constituem evidências das mudanças que os empresários apontam como a nova relação de trabalho vigente na construção civil. O tempo da "escravidão" na construção civil, termo utilizado por um entrevistado, "ficou para trás" e foi substituído por um tratamento mais humano, que tem seu momento de origem diagnosticado no conjunto de disposições que o Ministério das Cidades e o governo instituíram sob o título de PBQTH (Plano Brasileiro de Qualidade no Trabalho e Habitação).

Foram ainda mencionados pelos entrevistados outros tipos de mudança nas relações de trabalho, tendo sido apontada a organização do trabalho por equipes, conforme o ritmo próprio da construção civil. Destes depoimentos depreende-se que a construção civil no Distrito Federal e, possivelmente no Brasil, esteja internalizando algumas práticas de trabalho, próprias do pós-fordismo e do toyotismo. Este conjunto de normas indica a captura da afetividade e da subjetividade do empregado em seu relacionamento com as empresas, dá conta de algumas fontes de ganho de produtividade no trabalho, mas não é capaz de oferecer elementos suficientes para o entendimento da produção e apropriação dos valores na construção. Para isso foi necessário recorrer a entrevistas com empregados.

Segundo um torneiro hidráulico e um pedreiro entrevistados, o tratamento humano, diagnosticado pelos empresários, nas relações de trabalho da construção civil varia de empresa para empresa. Um operário de uma grande empreiteira afirmou que a vigilância no trabalho era desmesurada; por outro lado, mencionou uma empresa de menor porte que implementava uma política de trabalho de maior autonomia para os empregados. O grau de autonomia ou de controle sobre o trabalho operário depende da estratégia de produção de valores adotada pela empresa.

Duas estratégias são usuais na construção civil do Distrito Federal. O pagamento por produção (por tarefa e até mesmo empreitada) deixa o controle do desempenho nas mãos do operário e sua equipe. Como o pagamento é efetuado com base na produção realizada e não por horas trabalhadas, os próprios operários desdobram-se para realizar o máximo de produção no tempo mínimo possível. Com isso, na afirmação de um pedreiro de uma grande empresa, o "trabalho rende mais e o empregado fica satisfeito, porque ganha mais e a empresa também porque tem mais resultados". O segundo mecanismo de aumento da produção de valor consiste no pagamento por hora. Ele requer um grande aparato de vigilância e supervisão (apontadores, supervisores, chefes, mestres, engenheiros) por parte das empresas para que o rendimento do trabalho não diminua. A despeito deste aparato de controle, os empregados conseguem controlar o seu desgaste físico em proporção significativa, fato que se torna evidente pelo recurso às horas extraordinárias ou pelo rendimento superior do trabalho no caso do pagamento por produção. Se permitem ao empregado ganhar mais e ao patrão ter uma quota diária de mais trabalho por um lado, as horas extras, por outro, cansam o empregado, que no dia seguinte chega ao trabalho com menos disposição.



O alongamento da jornada de trabalho é fartamente empregado pelas grandes empresas pela coibição que a fiscalização do trabalho exerce sobre o pagamento por produção. Cada método ou estratégia de intensificar o trabalho (pagamento por produção e alongamento de jornada e possíveis combinações entre ambos) explicita como a empreiteira aumenta a produção de valores em sua modalidade absoluta. Estas estratégias não são antagônicas ao tratamento mais humano descrito pelos empresários. Trabalho em equipe, tratamento valorativo do trabalhador, interesse por seus problemas pessoais e familiares, autonomia no trabalho, cursos de qualificação, segurança no trabalho, estratégias de vinculação afetiva e busca do comprometimento do trabalhador aos desígnios das empresas são consentâneos com a dupla estratégia acima descrita de elevar a produção de valor.

É impossível de antemão diagnosticar se estas as mudanças em curso no setor da construção civil passarão incólumes pela crise financeiro-econômico-social, dada a flexibilidade de suas aplicações. A crise possivelmente reforçará o emprego desta dupla estratégia pela capacidade de produção de valor. A crítica operária fica atrelada a tentar aumentar o salário empregando as duas estratégias de intensificação e alongamento e não por meio de proposta de maior participação na divisão do valor produzido.

SETOR VAREJISTA

Tanto para o sindicato patronal como para o sindicato de trabalhadores, o comércio no Distrito Federal pareceu imune à crise. Segundo o Sindivarejista-DF, mesmo no período que se seguiu ao outubro negro de 2008, o desempenho das vendas mostrou-se 6% maior que os anos anteriores. Para o natal de 2009, o sindicato patronal projetou um crescimento de 8%. Esses dados são corroborados pelo Sindicato dos Comerciantes. Segundo este, o índice de demissões não sofreu qualquer alteração sensível. Apenas repetiu-se a média mensal de 1.300 demissões, consideradas corriqueiras em um setor de habitual rotatividade, dado que o número de admissões também se manteve nesse patamar. Para o sindicato laboral, incentivos governamentais como a redução do IPI foram essenciais para estimular as vendas e prevenir a queda dos índices de emprego. Além disso, o fato de o DF concentrar um número expressivo de servidores públicos – consumidores que não temem o desemprego - foi considerado fundamental para manter as vendas em alta.

Ambos os sindicatos relataram que não se notou mudança quanto às práticas de gestão no comércio em função da crise. Contudo, o Diretor do Sindicato dos Comerciantes relata que práticas de alongamento da jornada que eram usuais antes, continuaram a ser empregadas e mesmo reforçadas durante a crise: as jornadas não raro se aproximam das 60 horas semanais efetivas (muito além das 44 horas estabelecidas na Constituição Federal) e o trabalho em tempo extraordinário quase nunca é devidamente remunerado.

Nota-se que há pouco espaço, nas práticas organizacionais do varejo, para se intensificar o trabalho de seus empregados, posto que já trabalham fora dos parâmetros legais e com intensa cobrança por alcance de metas progressivamente ousadas.

Em entrevista com empregado de empresa varejista de médio porte, ele relata que, tendo em vista a crise financeira, o proprietário anunciou mudanças. Mudou regras de comissionamento de vendas, antes atreladas diretamente ao número de produtos vendidos, para adotar o alcance de meta como critério para se fazer jus ao complemento salarial; passou a submeter os vendedores a



avaliações periódicas, com vistas a demitir aqueles que não apresentavam resultados satisfatórios ou que influenciassem negativamente as equipes. O empregado relatou que, conforme as estatísticas da empresa, a queda nas vendas foi menor do que o estimado. O empresário atribuiu a "permanência da empresa no mercado" às medidas adotadas para incentivar o aumento das vendas e à intensificação das campanhas publicitárias.

Em síntese, no setor varejista observaram-se a permanência de longas jornadas e o pagamento nem sempre correto das horas extras, práticas que antecedem à crise. Contudo, ela pode ter sido encarada pelo patronato como oportunidade para reduzir custos de pessoal (ainda que sem demitir em massa), incentivando por coerção o aumento das vendas e ampliando a lucratividade do negócio.

SUPERMERCADOS E HIPERMERCADOS

O setor de supermercados no Brasil constitui um grande campo empregador, de natureza cíclica, tendo em vista que mantém um contingente de empregados fixos, com carteira assinada, e contrata temporários conforme as tradicionais datas comemorativas anuais, em razão da elevação das vendas em tais períodos. Em 2009, no Distrito Federal, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), vinculado ao Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), 8.822 empregados foram admitidos e 8.345 desligados nos super e hipermercados. Tais dados, no entanto, consideram apenas os empregados com carteira assinada.

No entender do Presidente do Sindicato de Supermercados do Distrito Federal (SINDSUPER)⁵⁴, sindicato patronal, a crise não causou impacto significativo no setor de abastecimento no DF, por duas razões: 1º) o Brasil não tem grande representatividade no mercado externo; e, 2º) não é totalmente dependente desse mercado. Na mesma linha de raciocínio, dois gerentes de supermercados também apontaram que a crise financeira não provocou nenhum impacto sensível, não tendo havido demissões significativas. No que se refere aos cortes de custos, um dos gerentes afirmou que em qualquer supermercado tais cortes são constantes; porém, não se justificaram em razão da crise. No que diz respeito às relações de trabalho, independentemente da existência de uma crise, os entrevistados apontaram que os supermercados avançaram no que se refere à situação funcional dos empregados, com a assinatura da carteira de todos, e nas estratégias internas para o atendimento aos clientes. O engajamento dos empregados no trabalho do supermercado é feito por algumas estratégias como "trabalhos motivacionais", "treinamento de atendimento", "oportunidade de crescimento" e os gerentes das unidades vêm da base do supermercado. Por fim, uma inovação em curso no interior dos grandes supermercados é a criação de linhas de consumo como as lojas dos Shopping Centers; o que na verdade irá incrementar a contratação de novos empregados e não demissões.

Há no interior dessas empresas uma heterogeneidade de empregados, desde aqueles que estão vinculados às áreas fins, voltados ao atendimento ao cliente na venda de produtos, repositores, empacotadores, operadores de caixa e auxiliar de depósito, etc; contratados diretamente e têm carteira assinada. Há outras modalidades de empregados que não respondem pela área fim, a exemplo de terceirizados responsáveis pela limpeza e repositores de produtos específicos de fornecedores, que se inserem no interior do supermercado.

⁵⁴ Conforme dados de 2009, o SINDSUPER conta atualmente com 30 empresas filiadas. A classificação das mesmas é feita pelo critério de metragem de área do estabelecimento: a) hipermercados (acima de 5000 m²); b) supermercados (de 300 m² até 5000 m²) e c) minimercados (até 300 m²).



Segundo os entrevistados, não houve mudanças na política de recursos humanos e nem na relação patrão-empregado. Os supermercados têm adotado um “comportamento transparente” e os seus funcionários são vistos como “associados” da empresa. No que diz respeito aos resultados ou metas da empresa, os gerentes entendem que os resultados são diários e as exigências, cobranças e metas a serem atingidas são apenas para os “líderes” (os próprios gerentes), no sentido de vender mais. Sob esse prisma, a vigilância não se volta apenas para os empregados, mas aos próprios gerentes em relação à sua função. Eles afirmam que não houve necessidade de fazer demissões. Estas, quando ocorreram, não tiveram qualquer relação com a crise, mas sim por outros motivos, como atrasos constantes, faltas injustificadas, desempenho abaixo do esperado, atrasos e insubordinações.

Quanto às horas extras, o Presidente do SINDSUPER e os gerentes entrevistados mencionaram que em tempos anteriores elas ocorriam com muita frequência; atualmente, com a jornada fixa e a carteira assinada, elas acontecem quando há necessidade ou em caso de emergência e não ultrapassam as duas horas determinadas pela CLT e pela fiscalização do Ministério do Trabalho.

Do ponto de vista dos empregados, algumas informações relevantes podem ser registradas, como a não aceitação de atestados médicos pelos empregadores e não pagamento de horas extras. Cabe ressaltar, ainda, que por intermédio dos empregados verificou-se que há supermercados que se utilizam de serviços de empresas terceirizadas e o processo de demissão nesse caso é feito por esta última, em razão das reclamações dos supermercados, pelo término do contrato de terceirização.

Diante do exposto, apesar de uma suposta estabilidade do setor no Distrito Federal, torna-se difícil prever se os grandes supermercados e hipermercados manterão intacto o quadro fixo de funcionários ou operarão em um sistema de rotatividade frequente, por intermédio da contratação direta ou terceirizada, a considerar que a curva de consumo não é constante ao longo do ano, o que justifica as contratações por sazonalidade (contratações temporárias em períodos comemorativos como o Dia das Mães, o Dia dos Pais, o Dia da Criança e, especialmente, o Natal).

Os constantes treinamentos e estratégias usadas traduzem um controle da autonomia individual e uma captura da subjetividade dos empregados para manter a dinâmica da intensificação do trabalho diário no interior das empresas, com apoio da terceirização, que inibem a grande massa de assalariados, sejam efetivos ou contratados temporariamente, no sentido da melhoria salarial e da sonhada participação nos lucros, afeita mais aos gerentes do que aos empregados propriamente ditos. Estes, por sua vez, convivem com a incerteza da dinâmica do mercado, do aumento do consumo e das decisões internas de gerentes, que a qualquer momento podem demitir ou contratar.

HOTÉIS

O segmento hoteleiro no Distrito Federal comportava, em 2005, 213 hotéis, empregando 4.030 pessoas⁵⁵. Foram entrevistados dois funcionários de hotéis diferentes e uma gerente de um terceiro hotel. Para o executivo de contas de um dos hotéis visitados, cuja empresa faz parte de uma rede européia, houve grande preocupação com a crise: “O que eu percebi foi uma preocupação em âmbito global da empresa no sentido de trazer novos valores para o hotel. Participamos de um treinamento

⁵⁵ Ver SEBRAE, 2005



[...] E esse treinamento foi justamente para colocar em questão qual será a imagem da empresa a partir de agora [na crise]”.

Dez pessoas foram demitidas no hotel onde ele trabalha, não apenas em função da crise financeira internacional, mas também devido à baixa temporada. Uma recepcionista confirmou que cinco funcionários foram demitidos do hotel para reduzir os gastos da empresa. Uma gerente, por sua vez, afirmou que nenhum empregado foi demitido como resposta à crise. Segundo ela, o hotel trabalha com um número fixo de funcionários e não o reduz para não perder a qualidade do serviço.

Em relação às mudanças na organização do trabalho, o executivo de contas informou que “todo mundo ficou assustado com a crise, mas estávamos esperando mais e não aconteceu como imaginávamos. Então, não houve um impacto no clima de trabalho muito grande”. Relatou certa intensificação no trabalho, que atribuiu a fatores internos da empresa, a inauguração de um terceiro hotel da rede em Brasília. A recepcionista afirmou que não aconteceu nenhuma mudança na relação de trabalho, pois esta relação é muito familiar, muito próxima. Ressaltou ainda que os empregados do hotel trabalham sob pressão, mas sempre foi assim.

O impacto da crise financeira internacional no processo de trabalho do setor hoteleiro do Distrito Federal ocorreu por meio de demissões de pessoal, que reduzem a massa salarial e ampliam o “exército de reserva”. Foram relatados, ainda, processos de intensificação no trabalho, ainda que trabalhar sob pressão seja uma condição que antecede a crise e se prolonga com ela.

TRANSPORTES

O setor de transportes no Distrito Federal ocupa um papel central no cotidiano dos trabalhadores e na movimentação da economia local. Em 2010, empregava 12.000 trabalhadores rodoviários representando 2% da mão de obra empregada no DF, sendo 9.500 sindicalizados. Existem sete empresas de transporte coletivo convencional, com grande concentração no controle das linhas em duas delas.

A partir da década de 1990, a rede estatal foi desmantelada em favor das empresas de transporte privado⁵⁶. Além do processo de privatização e formação de cartéis, houve também a criação de inúmeras “cooperativas de transporte alternativo”. Isto resultou, na análise do Sindicato dos Rodoviários, em precarização das relações trabalhistas.

Foram entrevistados um representante do Sindicato dos Rodoviários e trabalhadores do setor. A partir das entrevistas ficou claro que o setor de transportes sofreu pouca ou nenhuma alteração pela crise sócio-econômica iniciada em 2008. A proposta de redução da jornada de 6h e 40min para 6h, ainda não foi regulamentada pelo Governo do Distrito Federal. As demissões que aconteceram são analisadas pelos entrevistados como dentro da normalidade do setor. Entretanto, a recuperação salarial é uma reivindicação fundamental para a categoria, a tal ponto que este foi o motivo de explosão da greve que entre os dias 21 e 24 de junho de 2010 paralisou completamente o transporte público no Distrito Federal.

⁵⁶ Um exemplo são as empresas sob controle do empresário Nenê Constantino que conseguiram 36% da frota em circulação durante os anos de 1988 a 1990, de 1991 a 1994 e de 1999 a 2006.



TELE-ATENDIMENTO - CALL CENTERS

Após a crise iniciada em setembro de 2008 houve redução nos postos de trabalho no setor de *call centers*. A maioria de prestadoras de serviço nesse setor é terceirizada e sofreu rapidamente os impactos da crise. No Distrito Federal houve uma redução de aproximadamente 20% nos postos de trabalho. A empresa Oi demitiu nesse período dois mil funcionários, segundo ela em razão da crise, mas é possível que essas demissões estejam relacionadas à compra da Brasil Telecom e a necessidade de cortar custos. A princípio as demissões no DF seguiram critérios de eficiência e aptidão, porém o Sindicato de Telecomunicação de Brasília – Sinttel, afirma haver demissões motivadas por intimidação. Segundo eles, alguns “trabalhadores combativos” foram perseguidos e a crise foi utilizada como desculpa para sua demissão – alguns casos foram levados à justiça.

Em razão do número de demissões houve uma intensificação do trabalho. Houve aumento tanto do número de horas trabalhadas, quanto do número de funções exercidas por cada empregado. Já havia um processo anterior a setembro de 2008 de elevação do número de horas extras, mas a partir da crise a cobrança por maior eficiência e por maior número de horas extras aumentou.

Apesar do plano de metas que as empresas terceirizadas apresentam, o sindicato afirma que em alguns estabelecimentos foi possível um avanço nas condições de trabalho dos funcionários em razão do trabalho de conscientização. O número de funcionários que recorrem ao sindicato quando se sentem lesados pelos empregadores também tem crescido, o que é visto de forma positiva pelos sindicalistas, porque aumenta a chance dos funcionários conquistarem vitórias judiciais contra as empresas em que trabalham.

Algumas empresas têm implementado programas de melhoria nas condições de trabalho de seus funcionários, porém quando esses programas incorrem em custos para a empresa eles não apresentam continuidade. Somente os programas ligados ao aumento da participação do trabalhador dentro da empresa têm maior durabilidade. A maior mudança desses programas é a captura da subjetividade do trabalho do empregado, fazendo-o acreditar que faz parte da empresa, como se essa fosse uma família. Nas palavras de um dos diretores do Sinttel, “os funcionários vestem a camisa mas os benefícios ficam mesmo com a empresa”. Segundo ele, não haveria ganho de fato por parte dos funcionários, que em contra-partida precisam trabalhar mais para se inserirem nesse contexto.

Para exemplificar esse contexto, foram sondados junto a funcionários de duas centrais de atendimento elementos que poderiam exemplificar essas práticas. A primeira central, conhecida como “Disque 100”, presta serviço ao governo federal e faz atendimento referentes às demandas de Direitos Humanos de crianças e adolescentes, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. A segunda é a central de atendimento que atende a demanda da Cedin - Centralizadora de Documentação e Informação da Caixa Econômica Federal, tendo como prestadora de serviço a Call Tecnologias e Serviços, conhecida como Call Contact Center. Segundo informações colhidas, a crise influenciou negativamente as relações de trabalho, engendrando um processo de intensificação, no sentido amplo, visto que as cobranças por “metas” aumentaram tendo como mote o suposto efeito da crise sobre o mercado de trabalho brasileiro.

No “Disque 100”, utilizando-se do pretexto da crise, os monitores de atendimento, função hierárquica que gere diretamente os tele-atendentes, segundo informações colhidas entre os teleatendentes, explicitavam que “o mercado de trabalho está cada vez pior, por isso tomem cuidado, faça seu trabalho



direito, pois emprego está difícil". O uso da crise como "jargão" para que os trabalhadores façam suas funções de forma mais "otimizada" foi largamente usado, mesmo que isso não tenha sido gerador de demissões. O contingente de funcionários não diminuiu no "Disque 100", devido sobretudo ao tipo de serviço prestado – que é de utilidade pública e tem orçamento predefinido.

Na central de atendimento da Call Tecnologias e Serviços para a Cedin, os dados apanhados junto aos teleatendentes revelam que o processo de intensificação se deu no aumento das metas tendo como mote a possibilidade de demissão devido à crise econômica. Como a central presta serviço direto para a Caixa Econômica Federal, a "pressão" sobre o trabalhador foi sentida de forma mais nítida. Segundo palavras de um de seus funcionários, "a crise me fez trabalhar mais, mas continuando a receber o mesmo de antes". O trabalho não é estendido em carga horária extra, mas em número de atendimentos efetivos. Os teleatendentes passaram a atender um maior número de chamadas, sendo obrigados a agilizar os atendimentos para melhor conduzir o tempo de trabalho. Segundo informações prestadas, não foi sentido um aumento de demissões, senão as rotineiras, já que há uma grande rotatividade de funcionários na central de atendimento.

ENSINO A DISTÂNCIA: TUTORIA EM CURSOS DO CEAD/UNB

Estudou-se o trabalho de tutoria em Ensino a Distância (EAD) realizado por vinte tutores em cinco cursos do Centro de Educação a Distância da Universidade de Brasília (CEAD/UnB). Analisaram-se os dados coletados segundo as técnicas de: 1) monitoramento dos acessos realizado pelos tutores nos meses de novembro a dezembro de 2009 em seus respectivos "Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA's)"; 2) entrevista semi-estruturada gravada com um desses tutores.

O uso do AVA requer: 1) a existência de uma plataforma de trabalho coletivo que é virtual e constituída a partir de redes telemáticas; 2) uma rede de computadores especialmente interconectados para atender as necessidades específicas de organização do trabalho de um segmento educacional regido por uma lógica espaço-temporal diversa do ensino presencial tradicional; 3) um conjunto de trabalhadores com qualificação apropriada para o desempenho do trabalho informacional em ambientes virtuais tendo em vista o processo de aprendizagem junto aos discentes. Essa plataforma se constitui, portanto, numa rede de cooperação produtiva cuja característica essencial será a de exercer o controle global das trocas informacionais como *modus operandi* das relações do trabalho intelectual.

Análise dos resultados. Observou-se que o AVA favorece a: 1) trazer ganhos positivos ao processo de trabalho intelectual, na medida em que proporciona ao trabalhador o domínio sobre valores informacionais antes dispersos no espaço-tempo analógico, pois disponibiliza mecanismos de controle síncrono e assíncrono para essas trocas; 2) intensificar de forma predatória o trabalho intelectual, colocando-o a mercê do controle do capital. Os tutores têm a responsabilidade de avaliação imediata do processo de ensino em EAD, mas não tem acesso ao controle global da agenda de trabalho no ambiente a que estão subordinados; 3) aumentar a agregação de valor do trabalho intelectual na relação com o estudante, em contradição ao tempo de resposta necessário à demanda segundo um ritmo de trabalho que foge ao controle direto do trabalhador-tutor. Identificaram-se tutores que acumulam o trabalho docente em ambientes tradicionais de salas de aula com os ambientes virtuais.



Considerando-se o monitoramento dos acessos realizado pelos tutores pode-se observar que:

- 1) O regime de trabalho informacional torna inaplicável o modelo tradicional de gestão e organização do trabalho por critério de unidades de tempo, visto que não se pode exercer o controle qualitativo sobre a efetividade do tempo necessário à ação intelectual no processo de trabalho coletivo. Ou seja, em AVA a gestão do trabalho informacional faz-se pelo controle do número de ações realizadas no tempo de conexão.
- 2) Pelo método do AVA o processo de trabalho informacional digitalizado torna-se mais identificável, quantificável e qualificável. Isto porque o regime de trocas de informações em rede se efetiva sob a mediação de programas de computador especialmente desenvolvidos para este fim. É possível efetivar o controle digital do regime de trabalho em rede e as implicações destes em relação ao processo de trabalho, bem como o controle sobre o resultado dessa relação em termos de eficiência, eficácia e sentido social.
- 3) Sob o regime do AVA, impõe-se uma lógica de controle espaço-temporal ao trabalho expondo-o ao favorecimento da conversão de valores analógicos subjetivos, dispersos e inacessíveis em valores digitalizados, objetivos convencíveis à lógica da rentabilidade do capital.
- 4) Há aumento da efetividade produtiva nos processos de trabalho que são operados nas diferentes arquiteturas de rede. Isto porque, na maioria dos acessos, houve destinação produtiva no uso dos diferentes tipos de ação de troca de informações. No entanto, quando essas trocas são analisadas segundo uma escala de classificação do grau de interatividade, observou-se que 87,2% dos acessos se caracterizam como sendo de interatividade produtiva de baixa intensidade.

A adoção da modalidade de EAD não é só uma opção de economia de custos em relação ao processo tradicional de ensino. Ao privilegiar o método dos AVA's, o EAD ganha novas potencialidades de expansão à medida que são incorporados ao processo imediato da produção informacional os investimentos externos advindos da socialização e popularização dos diferentes dispositivos de conexão às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) via Redes Telemáticas. Por outro lado, introduz mudanças substantivas na jornada de trabalho informacional. Isso porque ao incorporar de forma combinada, extensiva e/ou intensiva, os AVA's recondicionam o processo de trabalho intelectual relacional subordinando a lógica analógica das redes informacionais à lógica digitalizada dos circuitos primários e secundários. Do ponto de vista político das relações de trabalho, abrem-se novas contradições em relação ao potencial de alienação/emancipação do trabalhador na luta pelo controle do ritmo do trabalho, tanto individual quanto coletivo nesses ambientes.



EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA

Para realizar a investigação sobre o impacto da crise no setor da educação superior privada no Distrito Federal realizamos duas entrevistas: uma com o diretor do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal⁵⁷ (SINPROEP) e outra com o presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos Particulares de Ensino Superior do Distrito Federal (SINDEPES). Segundo os entrevistados a crise econômica internacional não atingiu a educação superior privada no Distrito Federal.

Na análise do representante do SINPROEP, o DF tem uma realidade diferenciada em relação aos outros entes da Federação. O mercado de trabalho na capital federal é composto, em sua maioria, por funcionários públicos e empregados do comércio e, por isso, sentiu menos os reflexos do mal-estar internacional. Disse que não ocorreu desemprego em larga escala neste na região. Os acordos salariais dos professores da educação superior privada no DF não foram afetados pela crise financeira, por possuírem data anterior ao início da crise⁵⁸.

O Distrito Federal seguiu o exemplo dos outros estados da Federação e teve o seu quadro de instituições privadas mais do que triplicado nas últimas duas décadas. Ou seja, é a expansão desenfreada do quantitativo de vagas⁵⁹. Em 2004, havia cerca de 87 instituições de ensino superior e, em 2009, o Distrito Federal conta com 96 instituições credenciadas. Sabe-se que a procura por vagas não acontece no mesmo ritmo de sua criação, o que provoca uma espécie de “superávit” na oferta.

Outro problema enfrentado pela educação superior privada é a de manutenção material ou manutenção da estrutura. Os cursos estão a cada dia mais onerosos. Ao contrário do que ocorre em outros setores, o crescimento do número de vagas ociosas eleva os custos da organização logística, somados à elevação da inadimplência. Isso implica em mensalidades caras frente a alunos em boa parte incapaz de arcar com os valores. Surge então a necessidade do corte de gastos e reorganização da estrutura institucional e educacional. Nesse contexto, surgem empresas oferecendo serviços educacionais estruturados numa nova dinâmica pedagógica com cursos oferecidos em sua maior parte via internet, ou seja, uma mesma equipe de trabalho pode atender a milhares de estudantes ao mesmo tempo. Diminuem-se os encargos com todos os tipos de insumos, profissionais e recursos materiais. No campo profissional houve redução dos encargos trabalhistas com professores e equipe de apoio, como diminuição das cargas horárias e remanejamento de serviços, tal é o caso da substituição de professores por tutores⁶⁰ e serviços de secretaria realizados por professores⁶¹. No campo dos recursos materiais a redução atingiu gastos com espaços físicos (compra ou aluguel), máquinas, segurança, biblioteca, etc.

⁵⁷ O SINPROEP foi fundado em outubro de 2005 para representar os professores da rede privada de ensino, sob a tutela da CLT e o SINDEPES foi fundado em 1992 e reúne 16 entidades mantenedoras do ensino superior privado do DF. Reconhecemos o apoio de Anna Paula Meira na coleta de informações sobre educação superior privada.

⁵⁸ A data-base da categoria é maio, a crise começou em setembro de 2009.

⁵⁹ Empreendedores sem a necessária experiência operacional em educação se arvoraram a investir neste ramo, o que resultou em má administração e falência de algumas instituições.

⁶⁰ O tutor em termos convencionais teria como papel o de servir de apoio ao professor. Na nova configuração da sala de aula na educação superior acontece o contrário: ele transforma-se no próprio professor, responsável muitas vezes por um grande quantitativo de alunos.

⁶¹ Nessa dinâmica da educação superior, nos deparamos também com um “novo” tipo de professor. É o professor “garçon”, ou seja, é o profissional talhado a oferecer o serviço da casa ao gosto do cliente. Nas palavras do presidente do Sinproep, muitos profissionais são assediados moralmente pelas “normas” de suas instituições e “gosto” dos alunos. Se um professor (vendedor) não oferece um serviço à altura do seu aluno (cliente) está arriscado a perder o emprego.



Com a abertura de parte do capital de investimento à especulação financeira, tem acontecido a organização de megabloques educacionais, com a compra de grupos menores por grupos maiores. A nova organização dá-se agora através de grandes empresas de ramos não educacionais, como o Banco Pátria de São Paulo, que investe em fusões, aquisições e finanças corporativas.

O representante do SINDEPES destacou a fusão das empresas como maior mudança no setor da educação privada no país. Os alunos não deixaram de estudar por causa da crise. As mesmas instituições que eram inadimplentes com os seus professores continuaram a ser, independentemente, da situação econômica atual. Não há notícias no Brasil de que alguma instituição superior de ensino tenha ficado insolvente por causa da crise econômica. As demissões ocorrem antes como resultado da estratégia organizacional do que pelo impacto da crise. Paralelo a isto, a situação salarial dos professores está no mesmo patamar há sete anos, segundo o sindicato laboral.

Em síntese, tanto para os trabalhadores da educação superior privada, aqui representados pelo SINPROEP, quanto para o empresariado, representado pelo SINDEPES, a crise econômica e financeira que abalou o mundo no final de 2008 não impactou o setor. Mas aprofundam-se tendências que antecedem à explosão da crise, entre as quais se destacam a fusão de empresas, o acirramento da concorrência; o corte de gastos; a reorganização da estrutura institucional e educacional; a ampliação dos cursos a distância possibilita a um tempo redução de custos e de pessoal, bem como intensificação do trabalho, como indicado na sessão sobre Ensino a Distância na UnB.

CORREIOS

Foram entrevistados um sindicalista e trabalhadores que atuam na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), empresa estatal que emprega 116.000 trabalhadores no Brasil – 6.253 só no Distrito Federal. O SINTECT/DF⁶² possui 3.100 trabalhadores sindicalizados.

Em relação à percepção do impacto da crise sobre o trabalho nos Correios, o sindicalista entrevistado aponta que, por ser uma empresa pública, há um diferencial acerca da percepção da crise. Tanto os trabalhadores quanto o sindicalista afirmaram que o impacto da crise não ocorreu nos Correios como em outros setores. De acordo com os trabalhadores, os Correios não demitiram, mas também não contrataram.

Pressão sobre os trabalhadores para intensificar o ritmo e o desempenho é prática que precede a crise. As horas de trabalho são prolongadas devido à escassez de funcionários. O tempo de entrega de uma carta ou um procedimento na agência requer um número de trabalhadores maior do que a empresa disponibiliza atualmente.

O atendente comercial, por exemplo, realiza as tarefas que lhe são prescritas e, em casos, as extrapola, fazendo entregas (tarefa do carteiro). Isto resulta em sobrecarga de trabalho e, por consequência, em atestados médicos por males que atingem 10% dos funcionários.

⁶² Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos, Empresas de Comunicações Postais, Telegráficas, Entrega de Documentos, Malotes, Encomendas e similares do Distrito Federal e Entorno.



As chefias agem de forma intimidatória, segundo o sindicalista entrevistado, o que está produzindo certo mal estar que poderia ser tipificado como assédio moral ou abuso de poder. Os trabalhadores relatam que, na área operacional, tem havido muita pressão e ameaça. O rigor da administração se expressa de diversas maneiras. Desenvolve-se através das diretrizes contidas nos manuais de orientação ao trabalhador. Lá os gestores definem como será desenvolvido o trabalho na empresa sem participação dos trabalhadores na sua elaboração, sendo que cada vez mais essas modificações afetam a intensidade do trabalho, aumentam o rigor e o controle sobre o trabalhador. Por “efeito cascata”, os superiores pressionam as chefias médias, que pressionam os setores operacionais.

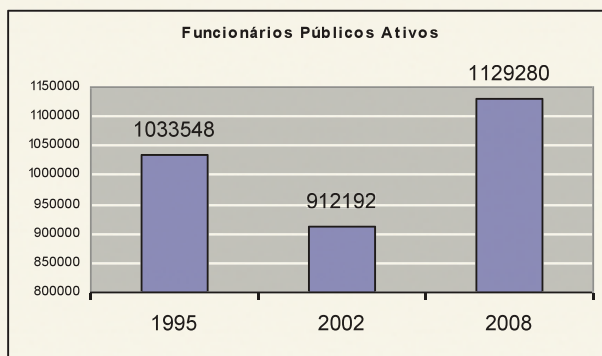
Os entrevistados apontam que no manual de orientação aos trabalhadores estão contidas metas que não levam em conta a operacionalização do trabalho em campo a ser desenvolvido pelos carteiros. O trabalhador é tratado como se fosse máquina. O tempo é diferenciado para o trabalhador em relação aos destinatários da correspondência, assim como o atendimento aos clientes nas agências. A contagem de tempo para se entregar uma carta é de um minuto, mas isso não acontece no cotidiano, pois fatores de campo que vão contra esse tempo não são considerados pela empresa.

O apelo à subjetividade é constante. Os empregados, na concepção da empresa, devem ser “o espelho” dos Correios. Há cobrança para que o indivíduo incorpore a imagem da empresa; mas isso é cobrado somente ao corpo operacional, pois o mesmo não ocorre com o pessoal de alto escalão. Sempre ressaltam que a empresa “somos nós”, mas subjetivamente colocam ao trabalhador que, se ele não fizer determinada tarefa ou atingir meta, está contribuindo para privatização dos Correios.

Os trabalhadores dos Correios percebem os efeitos da crise pela intensificação do trabalho causado pela falta de contratações. A crise se apresenta de forma mais explícita no discurso da diretoria, sendo um dos fatores para não concessão de aumento aos empregados dos Correios.

SERVIÇO PÚBLICO

O quadro de servidores públicos sofreu significativa redução durante os anos de fortalecimento do modelo neoliberal no Brasil. Traçando uma linha do tempo de 1995 a 2008, com dados do Ministério do Planejamento, verificamos que o ponto de inflexão do quantitativo de ativos do serviço público federal se deu em 2002, com uma queda aproximada de 13% com relação a 1995, como mostra a tabela que segue⁶³.



⁶³ Todos os dados aqui apresentados estão no Boletim Estatístico de Pessoal, setembro/2009, Ministério do Planejamento, Brasília (DF).



Entretanto, a partir de 2002, o Governo Lula imprimiu política de valorização do funcionalismo público, verificada tanto no aumento do contingente quanto nas recuperações salariais⁶⁴.

O ano de 2008 fechou com 1.129.280 servidores ativos, representando um acréscimo aproximado de 24% com relação a 2002, início de seu mandato.

Essa política permitiu que, em 2009, entre cada cinco trabalhadores brasileiros detentores de emprego formal, um seja funcionário público. Além da conhecida estabilidade usufruída por estes, a média salarial mostra que a maior parte dessa categoria encontra-se situada em duas faixas salariais: 41% recebem salários entre R\$ 1.201,00 e R\$ 3.000,00 e 35% recebem entre R\$ 3.001,00 e R\$ 6.500,00.

A precarização da carreira do servidor público no Brasil vem sendo perceptível e não se comprova apenas na política neoliberal de enxugamento dos postos de trabalho ou na redução salarial imposta pelos governos que antecederam Luís Inácio da Silva. Ela está presente na descaracterização da contratação de mão-de-obra que complementa o desmantelamento do setor público. O concurso público deixou de ser o único meio de ingresso. Diferentes modalidades contratuais compõem o quadro: concurso público para contrato permanente, concurso público com prazo de contrato determinado, contrato temporário (DAS, contratação via PNUD), terceirização, bolsas de pesquisa e estágio; individualização dos prêmios; sistema de metas; diferentes carreiras como se castas diferentes fossem: carreira de estado versus carreira do servidor público. Essas transformações têm início ainda nos governos militares, com a instituição do contrato de estágio, já atendendo às exigências do capitalismo de baratear os custos da mão-de-obra.

A crise mundial de 2008 parece não ter afetado o setor público brasileiro. Segundo dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), os gastos públicos comportaram-se como se não existisse crise. Os depoimentos dos 12 funcionários que participaram da nossa enquête e trabalham em distintos órgãos do serviço público sob diferentes modalidades de contratação, corroboram essa preocupação do governo com a função custeio, pois eles foram unânimes em afirmar que não houve mudança nas relações de trabalho fruto da crise. Entretanto, há mudanças que já vinham sendo efetuadas desde antes de estourar a crise e que continuaram sendo implementadas. Verifica-se elevação de cobranças por resultados de parte de instâncias governamentais, a exemplo do que ocorre com docentes, pesquisadores e funcionários de outros setores. O aumento das cobranças para além de certos limites afeta a saúde psíquica de quem trabalha.

O efeito mais sensível da crise sobre o setor público consistiu na diminuição das arrecadações. Com menos recursos à disposição, o governo passou a reduzir e controlar gastos. A redução de gastos envolveu tentativas de diminuição de salários de grupos de servidores, que reagiram com mobilização, a exemplo da greve dos professores e servidores da Universidade de Brasília no primeiro semestre de 2010. A diminuição das arrecadações também levou ao não atendimento de reivindicações de servidores públicos por melhorias salariais e de condições de trabalho, caso explicitado por diversas greves que encerraram antes de obter qualquer ganho, tendo sido notória a pressão do judiciário contra movimentos grevistas.

Esta breve incursão pelo setor público brasileiro permite dizer que: não há notícia de demissões entre servidores públicos; continuam ainda a ser utilizadas formas de contratações precárias no serviço público; houve diminuição das arrecadações governamentais, o que implicou em endurecimento do

⁶⁴ Idem.



governo quanto à concessão de reajustes salariais a segmentos de servidores públicos e em tentativas de redução salarial em pelo menos um caso documentado; políticas de cobrança de resultados e outras formas de intensificação do trabalho continuam a ser empregadas em praticamente todos os setores da administração pública, com efeitos sobre a saúde mental e física dos funcionários.

CONCLUSÃO - CRISE E PROCESSO DE TRABALHO

A crise macroeconômica de 2008 e que se projeta até aos dias de hoje pode ser entendida a partir da emergência das contradições típicas da atual fase do capitalismo. Essas manifestações tendem a se exprimir de forma mais visível no interior do processo imediato da acumulação na medida em que o capital introduz novas formas de organização do trabalho. A análise do impacto da crise socioeconômica no mundo do trabalho no Distrito Federal apresenta resultados distintos e complementares se o fenômeno é analisado pela ótica dos dados agregados ou examinado pela ótica microscópica qualitativa.

A análise com os dados agregados leva à conclusão de um efeito imediato da crise sobre ocupação e desemprego. Ao final de 2008 e especialmente ao início de 2009 o desemprego se fez sentir, tendo a taxa de desemprego atingido o pico de 17,5% em abril de 2009 no Distrito Federal. Trabalhadores em condições precárias foram os mais atingidos pela crise: domésticos, assalariados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria. Observou-se ainda um impacto desigual de acordo com setores: a retração do emprego industrial foi substancial e não havia se revertido completamente mesmo com o crescimento no primeiro trimestre de 2010, ao contrário do emprego nos serviços, no comércio, na construção civil e na administração pública.

A análise por meio dos dados agregados mostrou também o efeito da redução salarial que acompanha a destruição de postos de trabalho. O indicador de rendimento médio real que caiu do índice 100, em 1999, para valores um pouco acima de 90, em 2008, ainda não deu sinais inequívocos de recuperação.

Informações agregadas para o conjunto do mercado de trabalho, como a análise levado a efeito, são adequadas para capturar fenômenos gerais e de grande dimensão. Mudanças qualitativas, alterações em empresas ou em grupos de empresas e fenômenos que ainda não se generalizaram pelo mercado de trabalho raramente são captados por indicadores quantitativos de emprego, desemprego e salários. Por esta razão, foi necessário recorrer à observação detalhada em campo. E esta revelou uma opulência de impactos da crise sobre o processo de trabalho.

Uma crise converte-se de econômica em social quando implica em desemprego, entre outros efeitos. No Distrito Federal, demissão de mão de obra foi observada nos setores industrial, financeiro, de telefonia, de *call centers* e de hotelaria, em empresas que operam no mercado nacional e internacional, além obviamente da análise a partir dos dados agregados. O trabalho de campo trouxe à tona, ainda, uma informação inédita: que a crise foi utilizada como desculpa para demissão de trabalhadores combativos e politicamente engajados.

O desemprego implica perda de remuneração e de meios de sobrevivência para os trabalhadores atingidos. Reduz-se a massa e a proporção dos salários frente aos lucros e ao capital. O desemprego opera, adicionalmente, como inibidor da negociação por reajustes salariais e impede que os trabalhadores retenham em suas mãos os valores que produziram, que passam a ser apropriados por



outras mãos. A crise rebaixa os salários e altera a correlação de forças na luta pela apropriação dos valores produzidos.

Uma primeira aproximação ao tema resultante deste modo de observação consiste na prática centenária de uso das longas jornadas. No ensino a distância, foram constatados alongamentos substantivos nas horas de labor de tutores e professores. O setor do comércio continua a empregar a prática de gestão pela qual a jornada se aproxima das 60 horas semanais efetivas, bem acima dos limites previstos pela legislação vigente. A construção civil é outro setor que abusa do número de horas de trabalho. Em ambos, construção civil e comércio, as horas extras nem sempre são corretamente remuneradas. Dilatação da jornada é um mecanismo que também foi observado nos centros de atendimento.

Outra consequência da crise muito difundida setorialmente e que opera conjugadamente com práticas de redução dos quadros é a intensificação do labor. Em *call centers*, um setor que praticou numerosas demissões por causa da crise, observaram-se as seguintes práticas intensificadoras do trabalho: funções que antes eram exercidas por mais trabalhadores foram acumuladas sobre os ombros de um único indivíduo; cobranças de alcance de metas e resultados avolumaram-se, apimentadas por ameaças de demissão; os teleatendentes passaram a atender um número maior de chamadas, sendo obrigados a agilizar os atendimentos. No ensino a distância, observou-se também aumento do ritmo do trabalho para dar conta do grande número de alunos a serem atendidos por um número restrito de professores e tutores, que em geral são remunerados por bolsas e não por salários. Semelhante processo de intensificação foi constatado no setor bancário e financeiro, tanto público como privado. A carga de trabalho foi majorada, sendo necessário ao empregado “otimizar as horas trabalhadas”. *Call centers*, bancos e instituições do setor financeiro transformam-se nos protótipos ideais de aceleração do processo de trabalho. Nos correios, os empregados relataram intensificação do labor causada pela falta de contratações. Foram verificadas também indicações de intensificação do trabalho na educação privada.

Maneiras de intensificação do labor, entre as quais aquelas observadas no trabalho de campo realizado no Distrito Federal, a saber: cobrança de metas e resultados, o aumento da carga de trabalho, o acúmulo de tarefas que antes eram realizadas por várias pessoas sobre um mesmo indivíduo, elevação do ritmo das atividades, indicam insofismavelmente impactos da crise atual na organização do processo de trabalho. Ou seja, a crise demandou ainda mais trabalho daqueles que permaneceram ocupados. Do setor varejista no Distrito Federal apareceram também indícios de reorganização dos processos de trabalho, entre os quais podem ser mencionadas mudanças das regras das comissões. Antes atreladas ao número de produtos vendidos, empresas passaram a estabelecer metas para o trabalhador obter complemento salarial. O não atendimento delas é cominado por ameaças de demissão. Os centros de teleatendimento também empregam programas mais sofisticados desenhados com a intenção de capturar a subjetividade do trabalhador. Procuram elevar sua participação na vida da empresa e fazer com que o trabalhador a sinta “como se fosse sua própria família”. Este relacionamento é típico das formas mais avançadas de organização dos processos de trabalho, que geram servidão voluntária. Foram encontrados ainda indícios de reorganização dos processos de trabalho nas grandes empresas de abastecimento urbano, supermercados e hipermercados, nos quais os trabalhadores precisam tornar-se polivalentes, doarem-se inteiramente em favor do trabalho. Para incentivá-los, empregam-se elementos motivacionais, treinamentos, promoções individualizadas, mecanismos de controle e de apoio à terceirização. Os trabalhadores são conduzidos à rendição à lógica de dominação das empresas. O conjunto de indícios sintetizados nesta conclusão aponta para uma busca incessante de parte de empresas ou de inteiros setores de atividade por novos processos



de organização do processo de trabalho, que resultem em maior produtividade. Tais avanços ditos de produtividade, não poucas vezes resultam de maior intensificação do labor, recaindo inteiramente sobre os ombros dos trabalhadores, e não de investimentos em reais inovações tecnológicas.

Estratégias tradicionais de intensificação do labor durante os períodos ditos “de normalidade”, tal qual a remuneração por tarefa na construção civil e a comissão por vendas no comércio, desdobram-se durante os períodos de crise; são levadas a novos patamares, continuam sendo aplicadas porquanto efetivas, são empregadas mais intensamente e revelam novas configurações. A ameaça do desemprego exerce um papel disciplinador nesta luta para obter mais trabalho. Além de reduzir o nível dos salários, opera como uma espada de Dâmocles sobre a cabeça dos assalariados, interrompendo reivindicações, silenciando vozes e aumentando o ritmo do trabalho.

Outras estratégias de reorganização do trabalho são coetâneas à crise e, segundo supomos, ainda que este ponto requeira pesquisa adicional, decorrentes dela. São indícios de efeitos da crise sobre a organização do trabalho as práticas intensificadoras observadas nos setores bancário e financeiro, nos *call centers*, na educação a distância, bem como as práticas empregadas por supermercados e hipermercados que visam capturar a subjetividade dos trabalhadores e fazer com que se rendam à imposição do trabalho ritmado, contínuo, constante, infundável.

Tais manifestações de impactos da crise sobre o trabalho não são suficientes ainda, segundo nosso juízo, para caracterizar que tenha surgido outro método, técnica, escola, conjunto de princípios ou proposta de organização do trabalho mais efetiva do que as já existentes. Mas revelam inequivocamente a insuficiência das formas empregadas até o momento e a busca por alguma solução que eleve a efetividade e permita saídas da crise.

Os indícios de mudança na organização dos processos laborais demonstram a ênfase na elevação da taxa de mais-valia, vetor distinto da destruição de capitais como forma de impedir a operação da tendência de queda da taxa de lucro. As mudanças na organização dos processos de trabalho operam por meio de demissão da mão de obra e de práticas ainda mais intensificadoras do trabalho, entre as quais elevação das cargas de trabalho, acúmulo de tarefas, aumento do ritmo e da velocidade, passando pelo recurso ao alongamento da jornada, na forma das horas extras. Avanços alcançados pelos trabalhadores durante os períodos de crescimento da economia na melhoria das condições de trabalho, no aumento do emprego, na elevação dos salários, são destruídos sistematicamente ou em torno deles se formam áreas de disputas profundas entre capital e trabalho nos períodos de crise.

Estes elementos permitem retornar à questão teórica inicialmente levantada na segunda parte deste livro, a saber, se crises de acumulação refletem sobre os processos de trabalho, reorganizando-os. Teoricamente a hipótese mostra-se sustentável dado que, diante da queda das taxas de lucro e de crescimento, a reorganização do trabalho constitui uma forma de retomar a acumulação. Empiricamente mostrou-se consistente, pois foram desveladas tentativas de reorganizar as condições de trabalho em diversos setores da economia do Distrito Federal. Entretanto, não foram obtidas evidências de um conjunto de princípios e de práticas capazes e suficientes para constituir outro modelo de reorganização geral do trabalho. Práticas descritas neste relatório de pesquisa indicam esforços no sentido de abertura de caminhos nos períodos de crises. Assim como o sistema Toyota e outros sistemas contemporâneos de organização do trabalho beneficiaram-se de e retiveram princípios e modos laborais provenientes do taylorismo e do fordismo, práticas atualmente utilizadas se projetarão no tempo, juntamente com inovações que vierem a ser feitas, numa combinação que envolve passado e futuro.



9. A RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Olgamir Francisco de Carvalho
Luzia Costa de Sousa

RESUMO

Este artigo delinea o mapa da produção acadêmica em Educação e Trabalho no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília e resulta da nossa participação no seminário “Trabalho na Capital: presente e futuro” promovido pelo GEPT/Departamento de Sociologia/Instituto de Ciências Sociais/Comissão “UnB: 50 anos de Brasília”.

É parte integrante de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Trabalho – NEPET e que busca identificar pesquisadores, núcleos de pesquisa e a produção acadêmica em Educação e Trabalho, nas universidades da região Centro-Oeste. Esse artigo analisa, especificamente, as Dissertações e Teses produzidas na Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília, desde a sua origem até o momento atual, discutindo, os principais enfoques dos estudos realizados sobre o tema e perspectivas futuras.

Palavras-chaves: Trabalho, Educação, Política pública, Formação Profissional.

INTRODUÇÃO

Os estudos que abarcam o universo do trabalho podem gerar subsídios importantes para a compreensão da sua relação com a educação, entretanto, sabe-se que a educação e a formação profissional têm assumido no debate sobre as transformações do mundo do trabalho, uma verdadeira mitificação do seu papel, como nos alerta Ferry (1983).

Invasão todos os domínios do social, a formação impôs-se como uma espécie de “resposta a todas as interrogações, a todas as perturbações, a todas as angústias dos indivíduos e dos grupos desorientados e sacudidos por um mundo em constante mutação e, ainda por cima, desestabilizados pela crise econômica (Ferry, 1983, p.31).

Outros autores têm trazido contribuições no sentido de colocar nos devidos termos essa relação. Lucie Tanguy (1997) evidencia a inexistência de uma relação direta e linear entre o mundo da educação e o mundo do trabalho. Nesse sentido, os dados que a realidade evidencia, de existência



do crescimento do desemprego estrutural e das desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que se registra crescimento contínuo da escolarização e da formação, reforça a idéia da mitificação da educação mencionada por Ferry, ou seja, a educação embora necessária, não é suficiente para promoção do emprego e da mobilidade social, como alardeia a teoria do capital humano.

Os estudos precisam estar articulados aos desafios que devem ser resolvidos enquanto país, região e enquanto indivíduos, pois é fundamental que as pessoas de todas as classes sociais tenham acesso ao conhecimento, à investigação e a oportunidade de crescer e de se desenvolver, enquanto cidadãos inseridos em uma sociedade.

1. O surgimento do campo da Educação e Trabalho no Brasil

A relação entre a educação e trabalho é um tema que vem sendo debatido desde o século XIX pelos clássicos da economia política, e, no Brasil, ele emerge no final da década de 60, no contexto da luta de educadores brasileiros pela democratização da educação.

A trajetória da Educação no Brasil evidencia que a educação articulada ao trabalho já nasce marcada pelo dualismo, ou seja, a formação profissional apresenta-se como um sistema diferenciado e paralelo ao sistema de ensino regular e com destinação específica: “a preparação de pobres, marginalizados e desvalidos da sorte para atuarem no sistema produtivo nas funções técnicas, nos níveis baixo e médio da hierarquia ocupacional” (Kuenzer, 1991, p.6). Sem condições de acesso ao sistema regular de ensino, esses futuros trabalhadores se tornaram a clientela de cursos de qualificação profissional, de duração e intensidade variáveis, nas primeiras escolas de aprendizes artífices, criadas em 1909.

Decorridos cem anos, desde a criação das escolas de aprendizes artífices, a dualidade característica do nosso sistema de educação ainda é um problema a ser superado, como evidenciam as contradições entre as políticas educativas atuais propostas, de um lado e a sua implementação, por outro. O desafio ainda é superar a visão estreita de que a formação profissional se constitui em mero treinamento ou adestramento para ocupação de um determinado posto, para uma visão de formação integral, que possibilita ao homem, realizar suas capacidades e desenvolver-se através do trabalho.

Marx delinea esta direção de formação integral quando afirma que:

A educação técnica combina o ensino intelectual com o trabalho físico, articulando teoria e prática, através de um ensino politécnico que compensa os inconvenientes da divisão do trabalho e que impedem ao trabalhador dominar o conteúdo e os princípios que regem seu trabalho e sua forma de existir”. (Marx, 1978, p.285)

A área de educação e trabalho surge, no Brasil, a partir da crítica à economia da educação, linha de investigação que se desenvolveu, nos anos 60, a partir da difusão da Teoria do Capital Humano, de origem norte-americana. Essas idéias chegaram às universidades e centros de pesquisa através da tradução das obras de autores como Harbison e Myers (1965), Vaizey (1968), Shultz (1973) e Sheehan (1975).



Kuenzer, (op.cit.p36) evidencia que o fortalecimento e o significado político desta teoria no Brasil podem ser atribuídos a dois fatores. O primeiro está relacionado à insuficiência de cursos no país. Com isto, até 1981, 46% dos doutores e mestres eram qualificados no exterior, sobretudo, nos Estados Unidos. O segundo está relacionado às condições políticas e econômicas do Brasil, a partir de 1964, que encontraram na abordagem do capital humano o elemento justificador para o processo de “racionalização” tanto do sistema produtivo, quanto dos demais setores da vida social, através do desenvolvimento tecnológico e da administração científica do trabalho.

Em suas palavras,

No campo educacional, a ideologia do desenvolvimento com segurança, preconizava o aumento da produtividade do sistema “improdutivo” e responsabilizava a educação pelos baixos níveis de produtividade e renda da população e reformula todo o sistema de ensino com a Lei 5.540/68 (ensino superior) e LDB 5.692/71 (ensino de 1º e 2º graus). Dessa perspectiva, a qualidade da formação para o trabalho está vinculada à sua aderência ao mercado, ou seja, o bom curso é aquele definido a partir dos imperativos do mercado”. (Kuenzer, p. 39)

No entanto, a partir da década de 70, começam a emergir as críticas a essa abordagem do capital humano e à tecnologia educacional, com a tradução de obras relacionadas às teorias denominadas crítico-reprodutivistas, como as de Boudelot e Establet (1971), Althusser (1974) e Bourdieu e Passeron, em 1975. Essas teorias permitem a crítica ao caráter classista da escola burguesa e recupera a dimensão política da educação, evidenciadas pelos movimentos de educação popular, antes de 1964, iniciando-se um processo de discussão mais aprofundado sobre os determinantes sociais, políticos e econômicos da educação.

A escola concebida pelos economistas da educação como responsável pelo desenvolvimento e equalização sociais através da formação de profissionais qualificados, passa a ser concebida como aparelho ideológico, voltada exclusivamente para o atendimento das necessidades da acumulação capitalista, através da formação de trabalhadores qualificados e submissos.

Na década de 80, a partir da crítica ao reprodutivismo, recoloca-se a questão da educação e sua articulação com as relações sociais mais amplas, de modo a perceber seu caráter contraditório e, a partir daí, as suas possibilidades reais de contribuição para a construção de um projeto hegemônico da classe trabalhadora.

Fundamentados em Marx, Gramsci e Snyders, emerge a denominada Pedagogia histórico-crítica, que tem em Dermeval Saviani o seu principal interlocutor e na criação do doutorado em educação da PUC – SP, um dos marcos na defesa e concepção de uma escola progressista.

Em 1981, é criado o Grupo de Trabalho e Educação da Associação Nacional de Pós Graduação em Educação – ANPED, sob a coordenação de Miguel Arroyo, com o objetivo de mostrar a relevância da produção acadêmica na área.



2- O Campo e a Produção Acadêmica em Educação e Trabalho na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

2.1. Origem do PPGE

A Faculdade de educação da UnB foi criada em 1967. Em sua concepção original previa a existência de um vínculo estreito com o sistema educacional do Distrito Federal. Sua estrutura inicial concebia um departamento de Teoria da Educação e outro de Métodos e Técnicas de Ensino. A estes, posteriormente agregou-se o departamento de Planejamento e Administração Educacional.

A concepção original previa uma Escola Normal Superior com o respectivo Centro experimental de Ensino pré-primário, primário e especial, além do Centro de Ensino Médio Integrado (CIEM). Apenas o CIEM tornou-se realidade, tendo consolidado suas ações durante vários anos, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino em nível local e tendo se constituído uma referência como escola pública de qualidade, mas, teve suas atividades encerradas, em consequência da política implementada em 1964, decorrente do golpe militar.

O curso de mestrado foi implantado em 1974 com duas áreas de concentração: Educação Brasileira e Planejamento e Administração Educacional, mediante convênio com a Organização dos Estados Americanos – OEA. Em seguida, uma terceira área de concentração foi implantada: Currículo. Era o único mestrado da região centro-oeste. Não havia à época, nenhum curso na região norte e na região nordeste, a exceção do mestrado da UFBA. Em contrapartida, contávamos com mais onze programas de mestrado no país, todos localizados nas regiões sul e sudeste. (MG, RJ, RS e SP).

Nesse período, o Programa contava com um número elevado de doutores para os padrões nacionais e, ao contrário de muitos mestrados no país, criados nas décadas de 1970 e 1980, nos quais os próprios professores das instituições constituíam contingentes muito expressivos, a maioria das turmas de mestrando da FE era composta por alunos oriundos dos quadros técnicos e dirigentes do governo federal e, em menor número, de professores da rede pública de educação básica e de quadros da secretaria de educação do DF. Atualmente, a maioria dos alunos é integrada por docentes de instituições de ensino superior, tanto pública como privada, inclusive de outras unidades da federação, além de professores da rede de educação básica.

O Programa, atualmente, congrega cursos de especialização, mestrado e doutorado, sendo este último, criado em 2004 e conta com as seguintes áreas de concentração: Política Pública e Gestão da Educação; Desenvolvimento Profissional Docente; Educação e Comunicação; Escola, Aprendizagem e Trabalho Pedagógico e Educação e Ecologia Humana.

2.2. O levantamento da produção acadêmica em Educação e Trabalho do PPGE

2.2.1. Metodologia

O estudo que deu origem a esse artigo realizou um levantamento da totalidade das dissertações e teses produzidas pela Pós-Graduação em Educação da FE, no período de 1976 a 2009.



O referido estudo foi concebido e orientado para responder algumas questões consideradas relevantes, para o tema proposto.

- Quais as Dissertações e teses produzidas no PPGE se situam no campo da relação entre a educação e o trabalho?
- Que temas/ concepções fundamentais são trabalhados nesses estudos?
- Como eles respondem aos desafios colocados pelo mundo do trabalho hoje?
- A sua produção apresenta um enfoque regional, nacional, internacional ou combina as diferentes dimensões?

A identificação da produção acadêmica sobre educação e trabalho no Programa de pós-graduação em Educação foi realizada, mediante consulta direta às dissertações/teses, existentes no Centro de Documentação da FE (CEDUC), além da utilização de dados sobre as Dissertações e Teses defendidas, existentes na secretaria do Programa.

Um primeiro âmbito de seleção da referida produção foi feito pela análise dos títulos, agregando-se não apenas aquelas produções explicitamente relacionadas ao tema, mas, também, aquelas que poderiam ter alguma vinculação mais ampla. Após essa primeira seleção foram lidos os resumos de todo o material selecionado para confirmação ou não da vinculação do trabalho em relação à área de educação e trabalho.

Finalmente, procedeu-se a uma análise de conteúdo extraíndo dos referidos resumos, as temáticas trabalhadas, o seu âmbito de abrangência, entre outras questões, explicitadas nos resultados.

Para a identificação das temáticas, foram definidas diversas categorias. Estas estão intimamente relacionadas aos temas das dissertações e ao contexto da época. Nesse sentido, utilizamos para as décadas de 1970 e 1980 até meados da década de 1990, categorias que estão coerentes com a nomenclatura definida pela LDB 5692/71, por exemplo: Ensino supletivo; Ensino de 1º e 2º graus. A partir de 1996, com a aprovação da nova LDB, Lei 9.394, há uma mudança nessas categorias que passam a denominar-se Educação de Jovens e Adultos e Ensino Fundamental e Ensino Médio. Desse modo, tanto na organização das categorias como na análise das temáticas, esse contexto é levado em consideração.

2.2.2. Resultados

2.2.2.1. O quantitativo de Dissertações e teses produzidas

No período referente a esse estudo, o Programa de Pós Graduação em Educação produziu 723 Dissertações e 10 teses, nas diversas áreas de concentração, conforme os quadros 1 e 2, apresentados a seguir.



Quadro 1- Dissertações Produzidas no PPGE – 1975 a 2009

PERÍODO	Total de Dissertações Do Programa	Nº Dissertações em educação e trabalho	% de Dissertações em educação e trabalho
1975 – 1979	66	32	48,48%
1980 – 1989	93	44	47,31%
1990 – 1999	152	81	53,20%
2000 – 2009	412	130	30,82%
TOTAL	723	273	37,75%

Fonte: CEDUC - Centro de Documentação da FE – CEDUC

Quadro 2- Teses Produzidas no PPGE – 2000 a 2009

PERÍODO	Total de Teses do Programa	Nº Teses em educação e trabalho	% de Teses em educação e trabalho
2000 – 2009	10	1	10%
TOTAL	10	1	10%

Fonte: CEDUC - Centro de Documentação da FE – CEDUC

Se considerado em sua evolução histórica, os dados evidenciam uma produção acadêmica crescente no PPGE, da ordem de 41%, entre as décadas de 1970 e a de 1980 e de 63% entre as décadas de 1980 e 1990, havendo, um crescimento substantivo, a partir da década de 2000, na ordem de 171%. Esse fato pode estar associado em alguma medida à criação do curso de doutorado, em 2004, mas, sobretudo, à criação de novas linhas de pesquisa e, portanto, ao crescimento na oferta de vagas.

No que se refere à relação dessa produção com a área de educação e trabalho, observa-se que ela tem, desde o início, uma presença significativa no conjunto das dissertações produzidas pelo Programa, mantendo um percentual considerável de quase 50% nas duas primeiras décadas, chegando a superar essa marca, no período de 1990 a 1999, com um percentual de mais de 53%, como pudemos observar no quadro 1. Entretanto, a partir da década de 2000, num movimento inverso ao da produção geral, de grande crescimento, a produção das dissertações em educação e trabalho começa a diminuir.

Os motivos que explicam esse decréscimo na produção acadêmica em educação e trabalho podem ser encontrados em pelo menos, duas ordens de fatores: a primeira, está relacionada à retirada da compulsoriedade da profissionalização no Brasil, com a Lei 7044/82 e, o segundo, pode estar relacionado à diversificação das linhas de pesquisa, o que leva ao surgimento de novos temas.

Entretanto, pode-se afirmar que a relação educação e trabalho tem sido historicamente, uma temática importante no conjunto da produção acadêmica da FE e há uma tendência de crescimento desse campo tendo em vista a criação de uma linha de pesquisa em Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica, a partir de 2006.



Para além da relação quantitativa dessa produção académica, é importante destacar alguns elementos qualitativos, relacionados aos temas que são objeto dessa produção.

2.2.2.2. Temáticas das Dissertações e Teses produzidas no PPGE

O quadro a seguir identifica as temáticas encontradas na produção académica investigada e ilustra claramente a forte influência do contexto educacional da época nos estudos produzidos na pós-graduação em Educação.

Quadro 3 – Temas das Dissertações Agrupados por Categorias

Temas de Dissertações	Frequência			
	Década de 1970	Década de 1980	Década de 1990	Década de 2000
Estudo supletivo	X	X	X	
Educação de jovens e adultos			X	X
Ensino de 1º e 2º graus	X	X	X	
Ensino fundamental e médio			X	X
Ensino técnico-profissionalizante	X	X	X	X
Ensino Superior	X	X	X	X
Pós-Graduação	X	X	X	X
Formação de professores e especialistas de educação.	X	X	X	X
Política pública		X	X	X
Estudos internacionais	X	X		
Educação rural	X	X		X
Educação do campo		X	X	X
Educação e saúde		X		
Financiamento da educação	X		X	
Educação ambiental				X
Educação do excepcional		X		
Educação a distância		X	X	X
Informática na educação		X		
Informática, tecnologia e educação				X
Gestão democrática		X	X	X
Orientação Educacional		X		
Educação, gênero e raça		X		X
Educação e sindicalismo			X	
Educação matemática.				X
Educação continuada				X



Década de 1970

Grosso modo, poderíamos agrupar as dissertações produzidas no período em questão, nas seguintes temáticas:

- Estudos supletivos, em especial na função suplência: Há estudos sobre a política pública propriamente dita, incluindo, também, análise de projetos específicos;
- Ensino de 1º e 2º graus, com ênfase na natureza e no processo de mudança e inovação da educação média;
- Ensino técnico-profissionalizante, com análise de custo educacional em escolas técnicas federais e estudos avaliativos sobre o modelo pedagógico adotado para as escolas agrícolas (o sistema escola-fazenda);
- Ensino superior, focando principalmente, na participação da universidade em programas de treinamento de mão de obra;
- Pós-Graduação, com estudo que avalia as variáveis retenção e produtividade no Mestrado em educação no Brasil;
- Formação de professores e especialistas em educação, enfocando a formação do professor brasileiro e a realidade do magistério em alguns estados, bem como a questão das funções do administrador escolar;
- Financiamento da educação. Os estudos centram, principalmente, na análise do custo benefício na educação;
- Estudos internacionais, com ênfase na América Latina, incluindo os temas levantados anteriormente. As dissertações trazem estudos comparados entre Estados Unidos e Rússia, além de estudos que abordam a questão da educação no Chile, no Peru, Argentina, Paraguai, Bolívia e Equador;

Foram produzidas no período, 66 dissertações em duas áreas de concentração: Planejamento Educacional com 47 e Educação Brasileira com 19, sendo que destas, 32 (48,5%) estão relacionadas à temática de educação e trabalho, em especial a questão da profissionalização. A forte presença de estudos nesta área temática se explica pelo contexto da década de 1970, sob a vigência da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da reforma universitária, além da influência marcante da teoria do capital humano, abordagem esta, que orientou a mudança na estrutura do ensino de 1º e 2º graus e superior do país no período abordado.

É interessante observar de um lado, que as análises e avaliações incidem, sobretudo, sobre as políticas públicas de educação, de diferentes níveis e modalidades de ensino e em menor escala sobre problemas concretos das escolas. Isso se explica em parte pelo fato de nesse período, conforme relatado anteriormente, o mestrado se constituir em grande parte por pessoas oriundas do governo federal e distrital ligadas à hierarquia educacional e menos de professores do sistema público ou privado de ensino.



Merece destaque também, a expressiva quantidade de estudos comparados relacionadas a países latino-americanos. Esta ênfase nos estudos comparados e a presença significativa de mestrados da América Latina podem ser explicadas, de algum modo, pela parceria da OEA na implantação do curso de mestrado da FE.

Assim, na década de 1970 foram identificadas dissertações de mestrado, que abordaram a relação educação e trabalho de diferentes perspectivas. Percebe-se uma produção diversificada e abrangente, sendo os temas tratados em uma ótica internacional, nacional e regional. Há uma ênfase nos estudos comparados e uma forte ligação com as políticas públicas da época, e com as áreas de concentração existentes no mestrado.

Década de 1980

Na década de 1980, as 93 dissertações produzidas estão distribuídas entre as áreas de Educação Brasileira com 23 e Planejamento Educacional, com 38, porém, nessa década foi criada a área de Currículo, tendo sido apresentadas nesse campo, 32 dissertações. Nesse período foram encontrados 44 trabalhos relacionados com a área de educação e trabalho, mantendo a tendência da década anterior, inclusive no que se refere às temáticas.

- Estudos supletivos. Com relação a essa temática os estudos reduziram substantivamente, mas, tendem a assumir um caráter mais crítico, comparando a política pública existente com a proposta educacional de Paulo Freire;
- Ensino de 1º e 2º graus - Há certo arrefecimento do debate em relação ao ensino de 2º grau, centrando os poucos estudos na análise da habilitação Profissional nesse nível de ensino, tendo em vista a reformulação da Lei nº 5.692/71; com relação ao 1º grau, há estudos referentes à questão da integração escola comunidade, em especial nas periferias urbanas, além de alguns estudos sobre questões metodológicas;
- Ensino técnico-profissionalizante. Não há estudos sobre esse campo nesse período, contrastando com o período anterior, onde capitaneado pela Lei 5.692/71, a profissionalização assume um caráter compulsório no ensino de 2º grau.
- Ensino superior. Continuam no período estudos relativos ao ensino superior, mas aqui também emerge uma nova temática que é a da educação a distância, discutindo a universidade aberta como alternativa de ensino superior no Brasil. Percebe-se, também certa ênfase como no período anterior, de temas ligados à economia da educação, especialmente, a questão do financiamento educacional, além da área de educação e saúde, que aparece em estudos que analisam a formação de profissionais desse campo. Existem ainda, estudos sobre metodologias específicas além de estudos de avaliação, referentes à algumas características dos alunos e rendimento acadêmico;
- Formação de professores e especialistas de educação. Observa-se claramente, a partir dos dados analisados, que além do foco na formação do professor de 1º e 2º graus e do ensino supletivo, há uma ampliação da discussão da formação dos especialistas de educação. Diferentemente da década anterior, onde a formação estava restrita ao administrador escolar, nessa década emerge vários estudos abrangendo a formação dos demais especialistas, ou seja, orientadores educacionais, supervisores e inspetores escolares, em diferentes estados da federação. Com



relação à formação do professor propriamente dita, ela começa a ter foco na escolarização dos anos iniciais do ensino de 1º grau, há um debate sobre a fragmentação da atividade Docente e a rotatividade do Professor-regente;

- Educação rural. Esta aparece, no período, com estudos que trazem experiências concretas de ação cultural e educacional no meio rural;
- Estudos internacionais. Dissertações referentes às questões educacionais de países latino-americanos continuam a fazer parte da produção acadêmica sobre educação e trabalho, no PPGE, apresentando inclusive um ligeiro crescimento em relação à década anterior. Continuam sendo abordados temas que se relacionam à questão da formação do professor e do administrador escolar, educação superior, educação técnico-profissional, sendo que esta última aparece com uma ênfase em estudos relacionados ao ensino agrícola. Duas novas temáticas emergem no período: uma relacionada à área de educação e saúde e trazem estudos referentes a essa problemática tanto no Equador, quanto na Colômbia e outra, sobre a temática do Excepcional e sua relação com o mercado de trabalho, com um estudo em Costa Rica.

Como se pode depreender, além dos países participantes na década anterior, alunos de outros países latino-americanos começaram a participar do Programa, como é o caso da República Dominicana, Costa Rica e Colômbia.

Nessa década emergem temas novos como: educação e saúde, educação do campo, educação do excepcional, informática na educação, gestão democrática e temas associados à orientação educacional, dentre os quais os condicionantes da escolha, Aconselhamento vocacional e perfis profissiográficos.

Como se pode perceber, os trabalhos dessa década continuam abordando questões relacionadas ao ensino técnico, médio, educação de jovens e adultos, educação superior e a educação rural, além de explorar a formação e as competências do professor. Os estudos internacionais continuam a acontecer – como aqueles voltados para os países da América do Sul e Central – Paraguai, Chile, Equador, Colômbia, Peru, El Salvador, Costa Rica e ampliam os estudos voltados para os diferentes Estados da federação.

Observa-se, também, a coerência com as políticas públicas da época, como o Programa Nacional de Desenvolvimento de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural - PRONASEC, criado em 1980 e o EDURURAL - Programa de Educação Básica para o Nordeste Brasileiro, no âmbito do MEC.

Cumpramos destacar ainda, a coerência dos estudos com as ações do I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República 1986/1989, que conforme afirma Cunha (1991, p. 268), na área educacional, resumiu “a elencar os programas que já se encontravam em desenvolvimento pelo governo federal, a que foi justaposto um diagnóstico realizado posteriormente, procurando justificar os programas de que se dispunha”. (CUNHA, 1991, p. 269). O Plano apresentava oito programas: Educação para todos, Melhoria do Ensino de 2º Grau, Ensino Supletivo, Educação Especial, Nova Universidade, Desporto e Cidadania, Novas Tecnologias Educacionais e Descentralização e Participação.



Década de 1990

Na década de 1990, os trabalhos encontrados que enfocavam a relação entre educação e trabalho representaram 53,20% do total de dissertações do período.

Entre os temas abordados na década, verifica-se a continuidade de alguns, tais como, ensino superior, financiamento da educação, etc. sendo que alguns deles, a partir de 1996, ano em que é sancionada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aparecem com nova nomenclatura (Educação de Jovens e Adultos, Ensino Fundamental e Médio).

Com relação ao Ensino técnico-profissionalizante, há uma retomada nos estudos sobre essa modalidade de ensino e há, também, uma mudança de concepção, já sintonizada com as diretrizes estabelecidas pela nova LDB. Temos estudos sobre a educação politécnica e a auto-organização dos alunos nas escolas Técnicas Federais, estudos sobre a função política e social dessas escolas técnicas federais, dentre outros.

Com relação à formação do professor há um foco no papel da formação nas Escolas Normais. É provável que essa ênfase esteja relacionada ao debate sobre o fim da formação do professor no nível médio, nas Escolas Normais, no contexto da nova LDB.

A Pós-Graduação é um tema que se faz presente no período, com estudos sobre a Política de pós-graduação no Brasil, a partir de 1975 e a participação da comunidade científica. Há estudos sobre a CAPES, a pós-graduação Lato Sensu no Brasil, etc.

Emergem novos temas relacionados à Educação ambiental, Educação matemática, Informática e educação, educação, gênero e diversidade, Educação do campo, Educação e saúde, Educação a distância, gestão democrática etc, que estão vinculados às linhas de pesquisa emergentes.

Não foi detectado estudos em âmbito internacional, diferentemente do que vinha ocorrendo nas décadas de 1970 e 1980. Uma possível explicação para essa mudança pode ser atribuída ao fim da cooperação com a OEA, mudando o perfil de ingresso no curso. Há estudos de caráter local e em âmbito regional e nacional.

Percebe-se também, nesse período, que a diversificação dos temas não implicou no desaparecimento da ênfase de estudos relativos às políticas públicas, mas agora, há uma tendência dos estudos se referirem a casos concretos. Essa tendência está vinculada à mudança no perfil do ingressante, contemplando significativamente, professores e outros profissionais ligados diretamente às escolas dos diferentes níveis e modalidades, além da abertura de novas áreas de concentração.

Década de 2000

Foram produzidas no período 412 dissertações e 10 teses, sendo que 30,82% das dissertações e 10% das teses, estão relacionadas à área de educação e trabalho

Nessa década além dos temas tradicionais referentes aos diferentes níveis e modalidades de ensino, há uma consolidação dos novos temas.

Há uma ênfase nos estudos sobre a Pós-Graduação, em especial, avaliação de políticas e programas, assim como há um crescimento nos estudos sobre Gestão democrática, tanto no que se refere ao contexto escolar, como a outros contextos, além da consolidação do campo relacionado à Informática, tecnologia e educação.



Pode-se destacar também, uma ênfase sobre o tema da educação continuada e da educação a distância, que juntas com o Ensino técnico-profissionalizante, apresentaram um grande número de estudos. No primeiro caso, é indiscutível o crescimento das ações de educação continuada, em especial na modalidade a distância na atualidade, tendo em vista à demandas crescentes do mundo do trabalho. No caso do aumento dos estudos relacionado à profissionalização, este se deve, sobretudo, à criação de uma nova linha de pesquisa nesse campo.

As dissertações do período enfocaram aspectos relacionados à gestão e voltaram-se também para as políticas públicas na área da educação em todos os níveis e modalidades PROGESTÃO, PROINFO, FUNDEF/FUNDEB, PROEJA, dentre outros. Destacam-se estudos de caráter local e regional. No âmbito internacional, há um estudo comparativo sobre a formação docente na República Democrática de Timor Leste.

Registra-se também a emergência de estudos relacionados à questão de gênero e de etnia, principalmente sobre o trabalho feminino e a questão das cotas para a população negra, principalmente após a implantação do programa de cotas na UnB.

Com relação ao doutorado, foram produzidas até o momento, 10 teses, sendo que uma delas relaciona-se à área de educação e trabalho, mais especificamente, sobre a questão da formação do educador na área de saúde.

3- Algumas considerações para o futuro

Esse artigo realizou uma breve incursão na produção acadêmica do Programa de Pós Graduação em Educação da FE, fazendo um levantamento sobre as Dissertações e teses produzidas pelo Programa desde a sua origem até o momento atual, identificando aquelas que se situam no campo da relação educação e trabalho. Embora tenham sido identificadas as temáticas referentes à produção levantada, o estudo carece ainda, de um aprofundamento maior no que concerne às concepções que orientam os trabalhos levantados, entretanto, os dados nos permitem responder às questões iniciais postas pela pesquisa, bem como tecer algumas perspectivas para o futuro.

Uma primeira observação é a de que historicamente a relação educação e trabalho figura nos temas trabalhados na produção acadêmica da FE. Essa presença se revela importante tanto de uma perspectiva quantitativa quanto qualitativa, como evidenciada pelos dados levantados.

De uma perspectiva quantitativa, é importante assinalar, que há uma tendência de que essa presença cresça tendo em vista entre outros fatores: a criação de uma linha de pesquisa sobre "Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica"; o fortalecimento do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Trabalho, um dos protagonistas na criação da referida linha de pesquisa; a ampliação da articulação com outras linhas de pesquisa que fazem uma interlocução clara com a questão do trabalho, como a que trata de diversidade: raça e gênero; educação do campo, educação ambiental, informática, tecnologia e educação etc; a consolidação do doutorado.

De uma perspectiva qualitativa, ressalta-se a forte vinculação das temáticas e o contexto educacional de cada período, em especial às políticas públicas. Essa tendência tem-se manifestado ao longo do tempo, evidenciando uma proximidade entre o Programa e as esferas educacionais no âmbito federal e regional. Essa proximidade assegura uma vinculação estreita entre o conjunto da produção acadêmica e os problemas colocados pelas políticas públicas seja em sua formulação, seja em sua implementação.



Pode-se observar claramente uma tendência de crescimento de estudos que se referem a problemas concretos da realidade, em contraposição ao baixo número de estudos teóricos, ressaltando a concepção da educação como uma prática. É provável que a consolidação do doutorado equalize a relação entre estudos práticos e teóricos. Não se quer com isso defender a separação entre a teoria e a prática e sim colocar em evidência a necessidade de se aprofundar nos temas teóricos concernentes à educação e o trabalho, o que possibilitaria avançar na proposição de alternativas concretas para a educação brasileira.

Enfim, podemos concluir pela importância e organicidade da produção acadêmica analisada, afirmando que poder-se-ia resgatar a trajetória da educação brasileira, em seus grandes traços, percorrendo a produção acadêmica da FE ao longo do tempo.

7. Referências Bibliográficas

CARNOY M e Levin, H. M. Escola e Trabalho no Estado capitalista. São Paulo, Cortez & Associados, 1987.

CARVALHO, O. F. Educação e formação profissional. Brasília: PLANO, 2003.

_____. Professores para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: INEP, coleção Educação Superior, 2008.

CUNHA, A. L. Educação, Estado e Democracia no Brasil. São Paulo: Cortez; Niterói/RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília/DF: FLACSO do Brasil, 1991.

FERRY, G. Le trajet de formation. Paris: Dunod, 1983.

FILMUS, D. Ensino Médio: cada vez mais necessário, cada vez mais insuficiente; tradução de José Ferreira- Brasília, UNESCO, SEMTEC/MEC, 2002.

KUENZER, A. Z. Educação e Trabalho no Brasil: o estado da questão. Brasília: INEP: REDUC, 1991.

TANGUY, L.; Ropé, F. Saberes e Competências: o uso de tais noções na escola e na empresa. Campinas/SP, Papirus, 1997.

VELLOSO, J. & outros. A pós Graduação no Brasil: Formação e Trabalho de Mestres e Doutores no País/ Jacques Velloso (org) – Brasília: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002- Vol. 3-

SAVIANI, D. Escola e Democracia. São Paulo: Cortez, 1983.

SHULTZ, T. O valor econômico da educação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

Site visitado: <http://www.fe.unb.br>. acessado entre 2009 e 2010



10. A INVESTIGAÇÃO DO TEMA TRABALHO E SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES NAS DISSERTAÇÕES E TESES EM PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: TRAÇOS DE DUAS DÉCADAS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA*

Mário César Ferreira, Amanda Cavalcanti, Karla Lopo Paiva

RESUMO

O presente estudo guiou-se pelo objetivo de conhecer a investigação do tema trabalho e suas múltiplas faces nas dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas na Universidade de Brasília. A amostra de conveniência examinada consistiu nas dissertações e teses em Psicologia da UnB, com foco na temática trabalho, publicadas entre os anos de 1987 e 2007 e com campos de pesquisa situados no Distrito Federal. Tais dissertações e teses foram analisadas com base em um instrumento específico de coleta de dados, elaborado para a pesquisa. O objeto trabalho e os modos de investigação assumem, nas dissertações e teses analisadas, um perfil multidimensional, em virtude, principalmente, da multiplicidade de métodos, da variabilidade temática e da sintonia com as características sócio-econômicas do Distrito Federal. As ausências identificadas, de natureza temática e metodológica, fornecem pistas para reorientar e aprimorar a futura produção científica em Psicologia do Trabalho no Distrito Federal.

Palavras-chaves: Psicologia do Trabalho, dissertações de mestrado, teses de doutorado, Distrito Federal.

INTRODUÇÃO

O objetivo da presente pesquisa consistiu em conhecer a investigação do tema trabalho e suas múltiplas dimensões (exemplos: ambiente, organizações, saúde) nas dissertações de mestrado e teses de doutorado da pós-graduação em Psicologia do Trabalho e suas interfaces da Universidade de Brasília. A pesquisa surgiu no contexto de preparação da realização do seminário “O Trabalho na Capital”, previsto para ocorrer no transcurso de 2009, em Brasília. A perspectiva global desse seminário é identificar problemas e desafios para a questão do trabalho no Distrito Federal e na região do Entorno. A preocupação central dos organizadores do evento consistiu em pensar tanto o presente, com seus limites no campo temático, quanto o futuro, a fim de delinear uma agenda de desafios. A pesquisa que deu origem a este artigo é, portanto, uma contribuição específica para a finalidade do seminário.

A realização dessa pesquisa, estudo de caso de natureza exploratória, é relevante por três razões principais. Do ponto de vista social, ela busca produzir uma fotografia de uma subárea das ciências humanas, mostrando como o tema trabalho, em suas múltiplas faces, está sendo abordado no contexto acadêmico. Conhecer o recorte temático deste artigo, com rigor científico é importante em face das implicações humanas, sociais, econômicas, políticas, tecnológicas e culturais que a questão do trabalho assume na história da humanidade e na atualidade (Dewerpe, 2001; Antunes, 2001; Askenazy, 2004). Do ponto de vista institucional, a pesquisa visa fornecer subsídios empíricos e reflexões para que a instituição de pesquisa (implicada nesta investigação) e suas congêneres possam consolidar os aspectos positivos existentes, bem como retrazar caminhos. Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa

* Capítulo originalmente publicado sob o formato de artigo na Revista “Educação Profissional: Ciência e Tecnologia”, v. 4, nº 2, 2010.



disponibiliza uma visão panorâmica de duas décadas de produção científica da pós-graduação em Psicologia do Trabalho e interfaces de uma das universidades públicas federais mais importantes do País, apontando suas características, seus pontos fortes, limites e potencialidades.

O levantamento da literatura realizado mostrou a escassez de estudos com o desenho e características semelhantes às da pesquisa abordada neste artigo. Foram encontrados alguns poucos trabalhos que também se voltaram para aspectos da produção científica em Psicologia do Trabalho e suas interfaces (Bastos, França, Pinho e Pereira, 1997; Borges-Andrade, 2002; Borges-Andrade, Oliveira-Souza, Pilati, Nonato, Silvino e Gama, 1997; Tonetto, Amazarray, Koller e Gomes, 2008). Tais estudos, no entanto, apesar de também enfocarem a produção científica relacionada à Psicologia do Trabalho, distanciam-se deste à medida que se voltam para objetivos diferenciados e adotam delineamentos metodológicos particulares, para fins de análise de diferentes meios de veiculação da produção científica (periódicos, dissertações e teses, anais de reuniões), com seus distintos recortes temporais e campos de pesquisa. É nesse sentido que se destaca a originalidade do presente estudo, tendo em vista que ele se caracteriza pela investigação, em termos metodológicos e temáticos, de dissertações e teses em Psicologia do Trabalho e interfaces, de uma universidade específica (UnB), abarcando um representativo recorte temporal (1987 a 2007) e tendo como campo de pesquisa do Distrito Federal.

As questões que orientaram a condução da pesquisa foram as seguintes:

Qual é o perfil que o objeto “trabalho e suas múltiplas dimensões” assume, inclusive de foco metodológico, nas dissertações de mestrado e teses de doutorado em Psicologia do Trabalho e suas interfaces da Universidade de Brasília?

Quais são os aspectos positivos do perfil constatado?

Quais são os limites e potencialidades do perfil encontrado?

A busca de resposta às perguntas norteadoras da pesquisa impôs um percurso metodológico singular que, por sua vez, gerou um conjunto de resultados que permite verificar se o objetivo central da pesquisa foi alcançado ou não.

QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

A Psicologia aplicada ao trabalho no Brasil tem manifestado sua presença e importância desde os tempos mais distantes na história deste País. Apesar de a Psicologia ser jovem como ciência, já se pode perceber sua influência no âmbito do trabalho desde o Brasil Colônia. Antunes (1999) relata que o foco da Psicologia nesse período constituía o aspecto moral existente por trás da questão do trabalho, considerando que este era visto como ação capaz de prevenir perversões como o ócio, a preguiça e o vício dos povos nativos.

As primeiras aplicações sistemáticas da Psicologia ao trabalho ocorreram na década de 20 do século passado, aplicações estas que lançaram base para esse campo de atuação, cujo desenvolvimento se acelerou a partir dos anos 30 (Antunes 2001; apud Silva & Merlo, 2007). A aplicação da Psicologia ao



trabalho no Brasil surge em um cenário de expansão das atividades laborais, derivada da crescente urbanização e expansão do capitalismo, consequências do advento da industrialização no País (Antunes, 1999; Bastos & Zanelli, 2004; Motta, 2005). O processo de urbanização pelo qual o Brasil passava culminou no aparecimento de camadas sociais, o que consequentemente passou a gerar conflitos, fazendo emergir a necessidade de um maior controle pelo poder vigente, no sentido de conter movimentos contestatórios (Antunes, 1999). É nesse sentido que a Psicologia é chamada ao contexto industrial, visando propiciar o controle e a manipulação do comportamento humano (Jacques, 1999, apud Silva & Merlo, 2007; Motta, 2005). A Psicologia Industrial, nesse período, estava intimamente atrelada ao objetivo de prover uma maior eficiência econômica; submissa ao capital e objetivando a maximização da produção e do lucro, visto que essa psicologia atendia aos ensejos de racionalização do trabalho, fundamentados na Organização Científica do Trabalho elaborada por Taylor (Antunes, 1999; Bastos & Zanelli, 2004; Motta, 2005). A principal forma prática de aplicação dessa Psicologia submissa ao capitalismo era a utilização de testes: a psicotécnica, com seus testes camuflados pela inquestionabilidade da ciência, se tornou o modo consolidado de manifestação da Psicologia aplicada ao Trabalho na época. Alguns acontecimentos históricos, tais como experiências no setor ferroviário e a criação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort), contribuíram com a difusão da Psicologia aplicada ao trabalho no Brasil, tendo participação crucial na obtenção da legitimidade desse campo de estudo e atuação (Antunes, 1999; Motta, 2005).

À medida que as concepções de trabalho e as concepções psicológicas evoluíam, mudanças ocorridas na conjuntura brasileira vieram causar também mudanças no foco da psicologia do trabalho no Brasil. Conforme descrevem Bastos & Zanelli (2004), a evolução do processo de industrialização – a qual resultou na instalação de multinacionais no País do pós-guerra em diante, no aumento da competitividade entre as indústrias, no surgimento de novas demandas da clientela, na necessidade de mão-de-obra qualificada, na remodelagem das relações de trabalho, na interferência cada vez maior do desenvolvimento tecnológico nos ambientes de trabalho, entre outros – acabou desviando o foco dos empreendimentos relacionados ao trabalho no Brasil. Em vez de se voltarem exclusivamente para a maximização da produção e do capital, passou-se a investir mais na qualificação do trabalhador e no aperfeiçoamento dos modelos gerenciais. Concomitantemente a essas mudanças, passaram a ser feitas críticas ao modelo clássico de atuação do psicólogo no mundo do trabalho (Codo, 1984). Desse modo, abriu-se espaço para a criação e consolidação de linhas inovadoras de atuação da psicologia aplicada à área produtiva. Nesse sentido, Bastos & Zanelli (2004) enfatizam: a) o início do entrelaçamento entre os valores individuais e organizacionais, transformando a relação entre o indivíduo e a organização em uma relação de parceria; b) a importância atribuída às relações existentes entre os indivíduos da organização, sendo o trabalho visto como um construtor das interações humanas; c) a recente valorização dada à relação equilibrada entre a vida pessoal e a vida no trabalho, entre outros. Essas idéias inovadoras acabaram por atenuar a visão taylorista de trabalho fragmentado e, nesse cenário de substituição da psicologia tecnicista, Motta (2005) assinala que houve o surgimento de uma psicologia humanista que valoriza a relação entre as pessoas e grupos.

No tocante às questões práticas, os psicólogos do trabalho passaram a se ocupar, principalmente, com temáticas relacionadas a atividades de planejamento de cargos, movimentação de pessoal, remuneração e benefícios, planejamento de recursos humanos, desenvolvimento gerencial e de equipes, resolução de conflitos e mudança organizacional, destacando-se, como forma de exercício dessas atividades, a prestação de serviços de assessoramento e consultoria. Concomitante a isso, surge uma preocupação com as condições de trabalho e o impacto que elas têm na saúde dos trabalhadores. Como foco paralelo de atuação, o psicólogo passa a trabalhar em prol do bem-



estar do trabalhador nas questões relacionadas ao trabalho, fazendo, desse modo, intervenções biopsicossociais. Em relação a essa linha mais voltada para a saúde do trabalhador, as abordagens mais presentes na atualidade, sem a intenção de negligenciar a existência de outras, são: o estresse (sic), a psicopatologia/psicodinâmica do trabalho e a abordagem epidemiológica e/ou diagnóstica (Bastos & Zanelli, 2004).

Essas duas tendências da Psicologia no mundo do trabalho mencionadas relacionam-se a duas das principais formas de manifestação dessa ciência nos contextos de trabalho, enumeradas por Jacques (1999, apud Silva e Merlo, 2007): a Psicologia Organizacional, mais ligada às rotinas características da área de recursos humanos, e a Psicologia do Trabalho, que possibilita um olhar mais direcionado à saúde dos trabalhadores. Malvezzi (2004) faz a diferenciação dessas duas nomenclaturas enfatizando a questão do crescimento do trabalho não mais depender de um local específico, caracterizado pela Psicologia Organizacional, mas centra-se sim no profissional, objeto da Psicologia do Trabalho.

Como se pode notar desse breve histórico da Psicologia do Trabalho no Brasil, esse campo de estudo e atuação surgiu, fundamentalmente, da necessidade do próprio mundo do trabalho. Tal campo está presente em praticamente toda a história de evolução das atividades produtivas neste País e ocupa, hoje, lugar de destaque no meio organizacional e do trabalho.

Noções sobre o lugar atual da Psicologia do Trabalho no Brasil podem ser fornecidas por alguns dados levantados pela pesquisa do IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), realizada no ano de 2004, que traçou um perfil do psicólogo brasileiro, por meio da realização de entrevistas com psicólogos inscritos no Conselho Federal de Psicologia. De acordo com tal pesquisa, a área de atuação organizacional/institucional ocupa o segundo lugar no ranking das principais áreas em que atuam os psicólogos entrevistados: com 17% do total, a área organizacional/institucional só perde para o atendimento clínico (55%), e se distancia de áreas como educação, políticas públicas, docência e pesquisa, psicologia jurídica, entre outras. No que se refere ao local de exercício da principal atividade desempenhada pelos psicólogos participantes da pesquisa, constatou-se que: a “empresa” (com 11%) aparece em terceiro lugar nessa classificação, perdendo somente para os consultórios particulares (41%) e clínicas (12%). A participação da Psicologia do Trabalho nos programas de pós-graduação em Psicologia do Brasil foi também mensurada na pesquisa do IBOPE: entre os psicólogos do CFP que haviam feito ou estavam fazendo curso de pós-graduação, 10% deles se voltaram para a área da Psicologia Organizacional e do Trabalho, quantitativo somente inferior à área da Psicologia Clínica (45%). Esses dados representam, de certa forma, o papel secundário tradicionalmente ocupado pela Psicologia do Trabalho e temas correlatos na formação e atuação do psicólogo (Bastos, 2003). O que não significa que eles não indiquem, ademais, o crescente desenvolvimento dessa área e o lugar de destaque que ela já começa a ocupar em relação à parte expressiva das áreas de formação e atuação em Psicologia.

No que se refere mais especificamente à pós-graduação em Psicologia da Universidade de Brasília, nota-se que a participação da temática trabalho é significativa: das 860 dissertações de mestrado e teses de doutorado registradas como frutos da pós-graduação em Psicologia da UnB durante a sua história (desde a primeira dissertação de mestrado que se tem conhecimento, em 1968, e da primeira tese de doutorado, em 1994, até o ano de 2007), um quantitativo de 192 dissertações e teses são relacionadas à temática do trabalho, o que totaliza um percentual de aproximadamente 22,33%. Desse total de 192 trabalhos, 149 (77,60%) são dissertações de mestrado e 43 (22,40%) são teses de doutorado (quantitativos provenientes do tratamento dos dados disponibilizados no site



da Pós-Graduação em Psicologia <www.unb.br/ip/web/pos/resumos.htm> e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações <<http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/>>).

Tais informações permitem concluir que muito tem sido produzido no âmbito da Psicologia do Trabalho na UnB. Significativa parte dessa produção científica refere-se, certamente, ao Distrito Federal, local onde se situa tal Universidade e, por esse motivo, campo provável para a maioria das dissertações e teses nela defendidas. A questão que se coloca diante dessa constatação refere-se a como o tema trabalho, sob o enfoque da Psicologia, tem sido estudado e abordado no Distrito Federal (DF). A relevância dessa questão cresce significativamente em face das peculiaridades do DF (Peluso e Cândido, 2006):

- Miscigena simultaneamente características e competências ora típicas de municípios ora de estados;
- Apesar de ser um território autônomo, é mantido financeiramente pela União, no que se refere às áreas de Educação, Saúde e Segurança Pública;
- Conta com 2.051.146 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2000;
- Abriga pessoas com as mais diversas naturalidades: nascidos no DF (48%); provenientes das regiões Nordeste (26,7%), Sudeste (13,7%), Centro-Oeste (6,5%), Norte (2,1%), Sul (1,4%); nascidas no entorno (1,3%) e no exterior (0,3%);
- Caracteriza-se economicamente pela predominância da área de prestação de serviços e comércio, que representa cerca de 90% do Produto Interno Bruto do DF, deixando a Indústria com uma participação de 9,5% e a Agricultura com 0,5% (www.df.gov.br/prehome/default.aspx);
- Emprega a maior parte de seu contingente de trabalhadores no serviço público, que é responsável por 47, 5% da oferta total de empregos;
- Possui elevada taxa de desemprego, a qual atingia 21,4% da população economicamente ativa em 2003;
- Apresenta uma distribuição de renda significativamente desigual, sendo que os 10% da população com menor poder aquisitivo detêm 0,5% da renda média dos moradores, enquanto que os 10% de maior poder aquisitivo concentram 42,6% da renda.

Com um perfil tão singular, torna-se pertinente conhecer o objeto “trabalho e suas múltiplas dimensões” no Distrito Federal e, mais especificamente, o perfil da produção científica em Psicologia do Trabalho, tendo como campo de pesquisa o DF.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

O campo de coleta de dados foi a pós-graduação em Psicologia do Trabalho e suas interfaces da Universidade de Brasília. Até o ano de 2006, esse campo era parte integrante do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto, constituindo uma de suas áreas de concentração temática. A



partir de 2006, iniciaram-se as atividades do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (PG-PSTO), programa de pós-graduação com objetivos específicos, surgido da subdivisão do primeiro em quatro programas com temáticas distintas em Psicologia. Atualmente, o PG-PSTO tem como objetivos principais: (a) produzir conhecimento inédito no tocante à Psicologia Social e do Trabalho; (b) desenvolver, aplicar e avaliar instrumentos, procedimentos, estratégias de diagnóstico e intervenção; fornecer fundamentação teórica e metodológica para a docência; (c) contribuir para o aprimoramento de valores éticos que devem orientar a pesquisa científica, a docência e a prática profissional nas áreas de alcance da Psicologia Social e da Psicologia do Trabalho e das Organizações (www.unb.br/posgraduacao/index.php).

Universo e Amostra

O universo de dados considerado na presente pesquisa consistiu nas dissertações de mestrado e teses de doutorado publicadas na área de Psicologia do Trabalho e suas interfaces pela Universidade de Brasília. Considerando que esta pesquisa se iniciou no final de 2008, os critérios para a seleção amostral das publicações foram os seguintes:

- Recorte temporal de 20 anos (1987 a 2007);
- Foco na investigação da temática “trabalho e suas múltiplas dimensões”;
- Campo de pesquisa das dissertações e teses situado, exclusiva ou inclusivamente, no Distrito Federal.

Instrumento

Utilizou-se, para a coleta de dados, um formulário de levantamento de dados criado especificamente para esta pesquisa, composto dos seguintes campos de informação:

- Frequência de dissertações e/ou teses coletadas;
- Delineamento de investigação: survey, quase-experimental, pesquisa-ação e híbrido (junção de duas ou mais opções de resposta);
- Natureza da pesquisa: quantitativa, qualitativa e quanti-quali;
- Objetivo do estudo: conhecimento, aplicação, híbrido;
- Tipo de amostragem: estudo de caso, uma organização e várias organizações;
- Ramo econômico: agricultura, indústria, serviços e híbrido;
- Tipo de campo: governamental, privado, organização popular, sindicatos, organização religiosa, Organizações Não-Governamentais, híbrido e não identificado;
- Fonte dos dados: primária, secundária ou híbrida;
- Instrumentos: questionários, escalas psicométricas, entrevistas, observação, análise documental



e outros. Frequência contada cumulativamente, posto que uma mesma dissertação ou tese pode relatar o uso de mais de um tipo de instrumento;

- Procedimentos: inferencial, descritivo, análise de conteúdo e híbrido.

O instrumento continha ainda um campo para preenchimento das palavras-chaves, presentes nas dissertações e teses pesquisadas, e registro de suas frequências.

Procedimentos

Os procedimentos executados para a realização desta pesquisa contemplam as seguintes etapas:

- Definição do recorte temporal de 20 anos;
- Construção, pré-teste (análise de dez dissertações e dez teses) e correção do formulário de coleta de dados;
- Levantamento da lista das dissertações e teses com foco no trabalho realizadas pela Pós-Graduação em Psicologia e pela Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da UnB entre os anos de 1987 e 2007, com base nas informações disponíveis no site da pós-graduação do Instituto de Psicologia (www.unb.br/ip/web/pos/resumos.htm) e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UnB (<http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/>);
- Verificação da quantidade de exemplares de dissertações e teses que se encontravam na biblioteca para acesso dos pesquisadores;
- Identificação e triagem do quantitativo de exemplares com campo de pesquisa no Distrito Federal, fora deste estado e localização do campo não identificada;
- Análise das dissertações e teses, constituintes da amostra da pesquisa, que puderam ser acessadas, para o preenchimento dos campos do formulário.

Algumas variabilidades e limites encontrados durante a etapa de coleta de dados merecem registro, pois permitem contextualizar os resultados obtidos:

- Nem todas as dissertações e teses continham palavras-chaves, logo o total de palavras neste estudo não contempla toda a amostra de dissertações e teses analisadas;
- Identificou-se, por vezes, formulação inadequada de algumas palavras-chaves, tais como: “Valores e Poder Organizacionais” (junção de duas palavras em uma); “Implantação de Programas de Educação e Treinamento a Distância” (palavras-chaves longas); “Esforços” (incorreta para indexação);
- Algumas dissertações e teses constituintes do universo de pesquisa não foram encontradas no acervo da biblioteca por motivos de “desaparecimento” ou “empréstimo”.



Cabe registrar ainda a dificuldade em encontrar literatura específica que tratasse da análise da produção científica em psicologia e de seus respectivos programas de pós-graduação.

Análise dos Dados

Os dados foram tratados por meio de análise quantitativa em estatística descritiva básica (frequências e percentuais) e utilizou-se análise de conteúdo categorial temática de Bardin (1977) para classificação das palavras chaves.

RESULTADOS

O tratamento dos dados obtidos com a aplicação do formulário possibilitou gerar um conjunto de resultados quantitativos descritivos que é apresentado a seguir.

Em primeiro lugar, cabe destacar as características da base de dados que foi utilizada e que serviu de fonte para as análises das informações chaves do formulário. Conforme se verifica na Tabela 1, de um total de 107 trabalhos pesquisados: 84 (78,5%) são dissertações de mestrado e 23 (21,5%) são teses de doutorado.

- Tabela 1 -

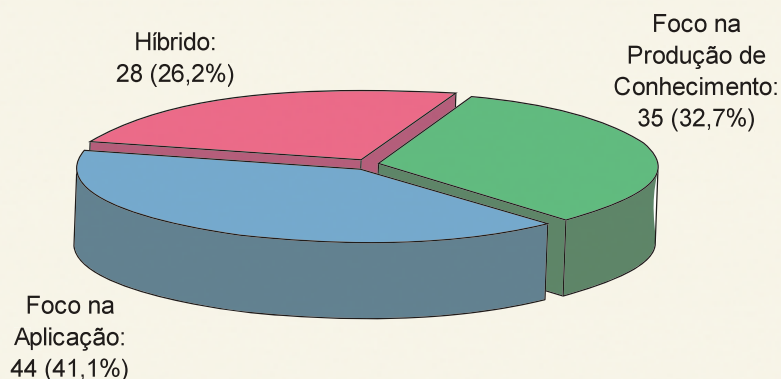
Dissertações e Teses da Pós-graduação em Psicologia do Trabalho e das Organizações da UnB Consultados		
Tipo de Produção	Frequência	%
Dissertações de Mestrado	84	78,5
Teses de Doutorado	23	21,5
Total	107	100

As informações obtidas por meio do formulário de levantamento de dados permitiram caracterizar vários aspectos inerentes às dissertações e teses que constituíram objeto de estudo da pesquisa. O primeiro desses aspectos analisados constitui o “objetivo geral” identificado nas dissertações e teses consultadas. De acordo com o objetivo apresentado, os trabalhos foram diferenciados entre aqueles que possuem “foco na produção de conhecimento”, os que “focalizam mais especificamente a aplicação” ou, ainda, os que possuem um direcionamento “híbrido” (objetivam tanto a produção do saber quanto a aplicação deste). O Gráfico 1 evidencia a predominância dos trabalhos com foco na “aplicação” (41,1%), seguidos pelos trabalhos com foco na “produção de conhecimento” (32,7%) e por aqueles de caráter “híbrido” (26,2%).



Gráfico 1

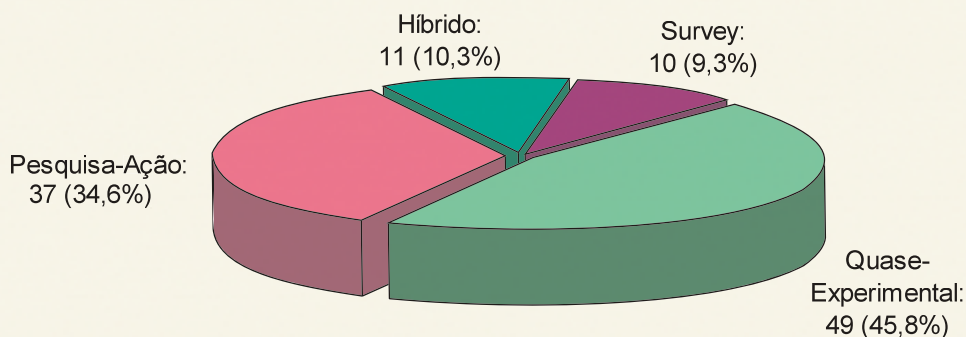
Objetivo Geral das Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado da Pós-graduação em Psicologia do Trabalho e Interfaces da UnB (N = 107)



O segundo aspecto analisado nas dissertações e teses consultadas foi o delineamento de investigação que as caracteriza. Conforme demonstrado pelo Gráfico 2, dois tipos de delineamento manifestaram predominância: o “quase-experimental” (45,8%) e “pesquisa-ação” (34,6%). As demais classificações, “survey” e “híbrido”, apresentaram valores menos expressivos (9,3% e 10,3%; respectivamente).

Gráfico 2

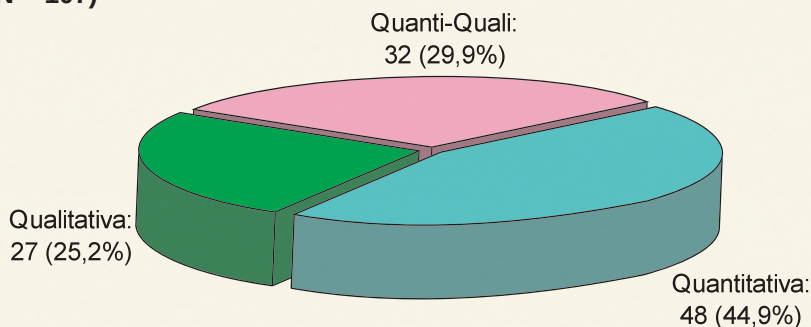
Delineamento de Investigação das Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado da Pós-graduação em Psicologia do Trabalho e Interfaces da UnB (N = 107)



O Gráfico 3, por sua vez, evidencia a natureza de pesquisa característica das dissertações e teses investigadas. Os dados obtidos demonstram a prevalência dos estudos quantitativos (44,9%), seguidos pelos estudos quanti-quali (29,9%) e por aqueles exclusivamente qualitativos (25,2%).

Gráfico 3

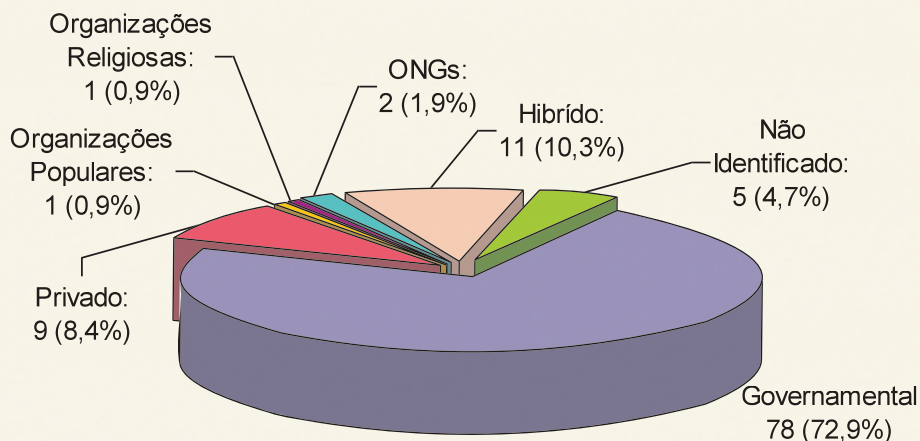
Natureza das Pesquisas nas Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado da Pós-graduação em Psicologia do Trabalho e Interfaces da UnB (N = 107)



O tipo de campo que constituiu objeto para as pesquisas investigadas também foi um dos aspectos analisados no presente estudo. Os dados referentes a esse critério de análise (Gráfico 4) revelam que a parte majoritária das dissertações e teses se concentrou no estudo do campo governamental (72,9%). As demais categorias revelaram quantitativos menos significativos, estando assim ordenadas: híbrido (10,3%); campo privado (8,4%); não identificado (4,7%); ONGs (1,9%); organizações populares e organizações religiosas (ambas com 0,9%). Cabe assinalar que a categoria “sindicatos” não obteve nenhuma frequência.

Gráfico 4

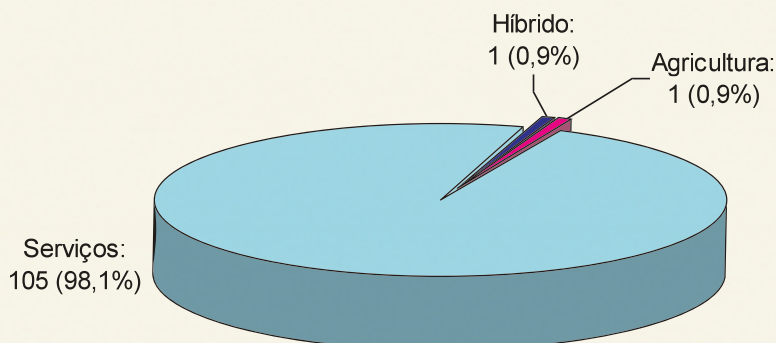
Tipos de Campo Investigados nas Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado da Pós-graduação em Psicologia do Trabalho e Interfaces da UnB (N = 107)



A categoria “ramo econômico” das organizações pesquisadas nas dissertações e teses revelou uma prevalência expressiva (Gráfico 5), quase absoluta, do ramo de “serviços” (98,1%), seguida por “agricultura” e “híbrido” (ambos com 0,9%) e pelo segmento da indústria, categoria de representação nula (0%).

Gráfico 5

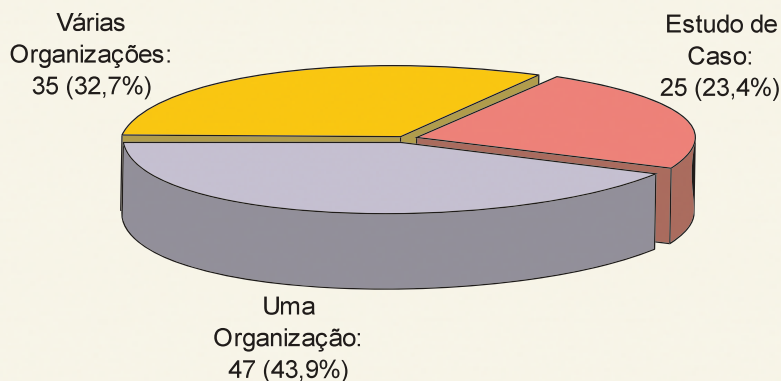
Ramo Econômico das Organizações Pesquisadas nas Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado da Pós-graduação em Psicologia do Trabalho e Interfaces da UnB (N = 107)



Quanto ao tipo de amostra investigada nas dissertações e teses (Gráfico 6), identificou-se que a maior parte das pesquisas focou-se sobre a realidade de apenas uma organização (43,9%), enquanto que 32,7% estudaram várias organizações e 23,4% consistiram em estudos de caso.

Gráfico 6

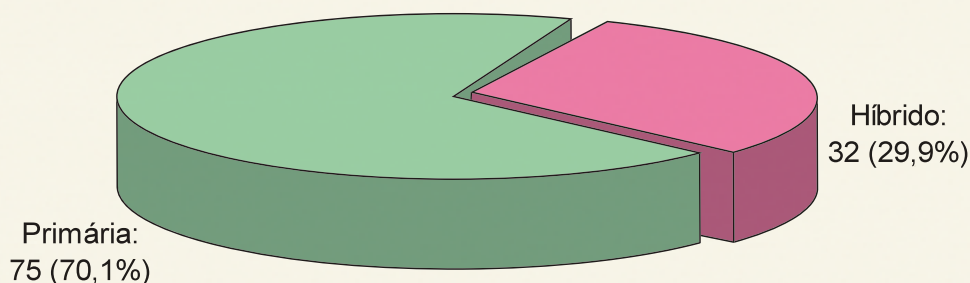
Tipo de Amostragem das Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado da Pós-graduação em Psicologia do Trabalho e Interfaces da UnB (N = 107)



Os tipos de “fontes” dos dados coletados pelas pesquisas de mestrado e de doutorado também serviram como aspecto caracterizador dos trabalhos investigados. O Gráfico 7 mostra que: a parte majoritária da amostra de pesquisas utilizou fontes de dados de caráter primário (70,1%); cerca de 29,9% das pesquisas fez uso tanto de fontes primárias quanto de secundárias (categoria híbrido); e nenhum trabalho se embasou exclusivamente em fontes de caráter secundário.

Gráfico 7

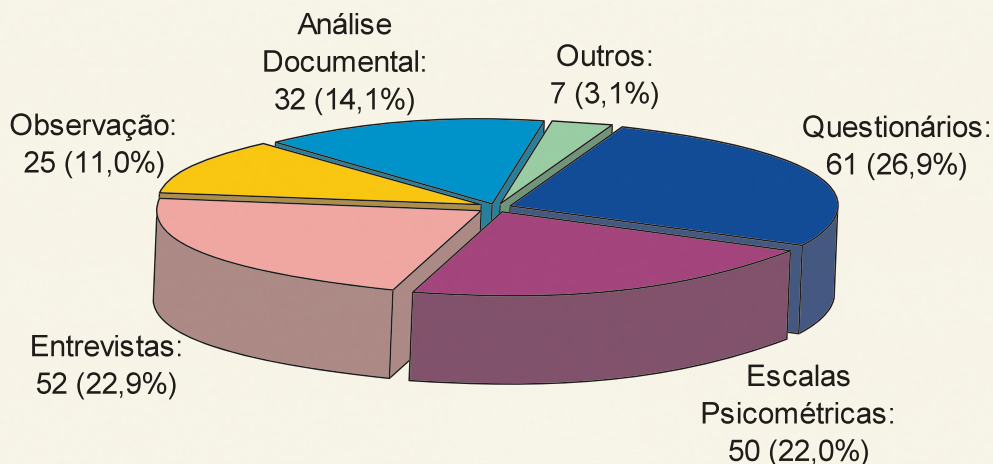
Fontes de Dados das Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado da Pós-graduação em Psicologia do Trabalho e Interfaces da UnB (N = 107)



A verificação dos instrumentos de pesquisa empregados na coleta de dados dos trabalhos em análise revelou, conforme se observa no Gráfico 8, um percentual de utilização relativamente bem distribuído entre os diferentes instrumentos especificados. Com percentagens com diferença discreta destacam-se os questionários (26,9%), as entrevistas (22,9%) e as escalas psicométricas (22,0%). Secundariamente, aparecem a análise documental (14,1%) e a observação (11,0%).

Gráfico 8

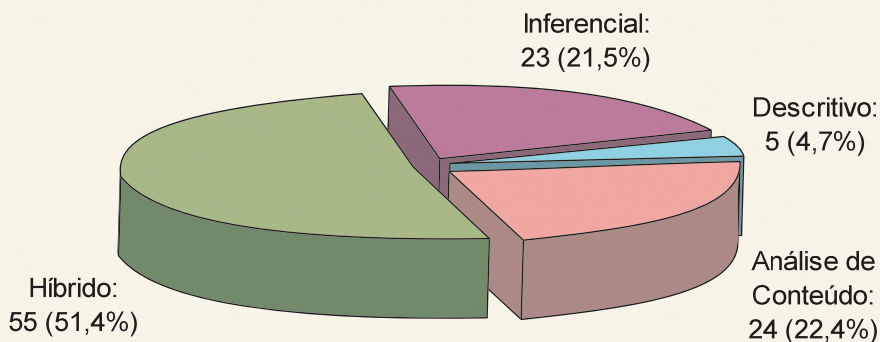
Instrumentos de Pesquisa Utilizados nas Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado da Pós-graduação em Psicologia do Trabalho e Interfaces da UnB (N = 107)



Por fim, registraram-se quais procedimentos de análise de dados foram empregados nos trabalhos consultados. O Gráfico 9 mostra que a maior parte das pesquisas utilizou apenas um tipo de procedimento de análise de dados, indicado pela categoria híbrido (51,4%). As categorias “análise de conteúdo” e “inferencial” apresentaram percentuais próximos entre si (22,4% e 21,5%; respectivamente), enquanto que as pesquisas que utilizaram exclusivamente procedimentos de análise descritivos apareceram em menor número (4,7%).

Gráfico 9

Fontes de Dados das Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado da Pós-graduação em Psicologia do Trabalho e Interfaces da UnB (N = 107)



Os dados a seguir derivam da categorização das palavras-chaves presentes nas dissertações e teses estudadas, as quais constituíram indicadores dos conteúdos e temas abordados nas fontes de dados analisadas.

A categorização das palavras-chaves coletadas resultou na construção das categorias discriminadas e caracterizadas na Tabela 2 abaixo. Um total de 289 palavras-chaves foi agrupado em 9 categorias, sendo elas, em ordem alfabética: “Ambiente”, “Aprendizagem”, “Atividade de Trabalho”, “Comportamento”, “Cultura Organizacional”, “Instrumentos e Medidas”, “Organizações”, “Processos de Trabalho” e “Saúde”. Na Tabela 2, consta a quantidade de palavras-chaves que integra cada categoria e alguns exemplos de palavras-chaves representativas do conteúdo de cada uma das categorias de análise.

- Tabela 2 -

Categorias em Ordem Alfabética Criadas para Análise das Palavras-Chaves das Dissertações e Teses da Pós-Graduação em Psicologia do Trabalho e das Organizações da UnB		
Categoria	Quantidade Absoluta de Palavras-Chaves Integrantes da Categoria	Exemplos de Palavras-Chave que Compõem a Categoria
Ambiente	33	Centrais de Atendimento; Contexto de Treinamento; Posto de Trabalho.
Aprendizagem	30	Desenho Instrucional; Educação a Distância; Impacto do Treinamento.
Atividade de Trabalho	30	Serviço de Atendimento ao Público; Serviço Público; Trabalho Bancário.
Comportamento	73	Desempenho; Estratégias de Mediação; Motivação.
Cultura Organizacional	33	Crença Coletiva; Poder Organizacional; Valores Laborais.
Instrumentos e Medidas	17	Construção de Teste; Desenvolvimento e Validação de Medida; Escalas de Medida em Psicologia.
Organizações	17	Análise de Cargo; Institucionalização; Mudança Organizacional.
Processos de Trabalho	22	Carga de Trabalho; Equipes de Trabalho; Significado do Trabalho.
Saúde	34	DORT/LER; Estresse Ocupacional; Prazer-Sofrimento.

A Tabela 3 sintetiza os dados obtidos com a categorização das palavras-chaves. Na primeira coluna de dados, verificam-se quantas dissertações e teses incidiram em cada categoria, ou seja, observa-se a quantidade de trabalhos pesquisados que estão sendo representados por cada um dos campos temáticos. A segunda coluna de dados, por sua vez, apresenta a percentagem, em relação ao total de trabalhos pesquisados (N=107), que trata a respeito de cada categoria temática. Na Tabela 3, observa-se que a categoria temática mais representativa é “Comportamento” (38,32%) seguida por: “Ambiente”



(23,36%); “Cultura Organizacional” (20,56%); “Atividade de Trabalho” (19,63%); “Organizações” (13,08%); “Processos de Trabalho” (12,15%), “Saúde e Aprendizagem” (Ambas com 11,21%); e “Instrumentos e Medidas” (7,48%).

- Tabela 3 -

Palavras-Chaves Presentes nas Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da UnB		
Categoria	Quantidade de Dissertações e Teses Representadas pela Categoria	Percentual da Categoria em Relação ao Número Total de Dissertações e Teses Analisadas (N=107)
Comportamento	41	38,32%
Ambiente	25	23,36%
Cultura Organizacional	22	20,56%
Atividade de Trabalho	21	19,63%
Organizações	14	13,08%
Processos de Trabalho	13	12,15%
Saúde	12	11,21%
Aprendizagem	12	11,21%
Instrumentos e Medidas	8	7,48%

Em suma, esses são os resultados mais expressivos obtidos no estudo realizado com base nas dissertações e teses produzidas pela pós-graduação em Psicologia do Trabalho e interfaces da UnB, no período de 1987 a 2007, tendo como campo de coleta de dados o Distrito Federal.

DISCUSSÃO

Inicialmente, chama a atenção o perfil multidimensional que o objeto “trabalho” assume nas dissertações e teses em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília. Uma silhueta que os resultados deste estudo autorizam traçar com base nas seguintes características:

- “Aplicação de conhecimentos” (44; 41%) predomina no objetivo geral das pesquisas de mestrado e doutorado;



- A opção preferencial de delineamento das pesquisas prevalece o tipo “quase-experimental” (49; 45,8%);
- A natureza das pesquisas se filia, majoritariamente, no enfoque “quantitativo” (48; 44,9%);
- O campo empírico preferencial das pesquisas é o setor público (78; 72,9%);
- O ramo econômico predominante é o de “serviços” (105; 98,1%);
- O tipo de amostragem adotado se caracteriza pelo estudo de apenas uma “organização” (47; 43,9%);
- A coleta de dados privilegia amplamente a “fonte primária” (75; 70,1%);
- O instrumento de pesquisa mais utilizado, predomínio discreto, é o “questionário” (61; 26,9%);
- Os procedimentos empregados na análise de dados das pesquisas são do tipo “híbrido” (55; 51,4%), mesclando as análises do tipo inferencial, descritiva e de conteúdo;
- A categoria das palavras-chaves que sobressai nas temáticas de pesquisa é a denominada “comportamento” (41; 32%).

Este perfil fornece uma importante base de reflexão para avaliar como a questão do trabalho vem sendo estudada em um dos mais importantes Programas de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações do Brasil e da América Latina. Neste sentido, os resultados obtidos neste estudo exploratório sobre a temática “trabalho e suas múltiplas dimensões” nas dissertações e teses investigadas revelam uma dialética a ser examinada mais de perto: a coabitação de aspectos positivos e negativos no referido perfil constatado.

No que tange aos aspectos positivos dos resultados, cabe assinalar os seguintes aspectos:

- A diversidade de temáticas de interesse das pesquisas, relevando focos distintos (ambiente, cultura organizacional, organizações, saúde, processos de trabalho, comportamento, aprendizagem), mas também interesse metodológico (desenvolvimento de instrumentos e medidas);
- As pesquisas realizadas buscam não só a produção de conhecimentos inéditos, mas também sua aplicabilidade nos contextos organizacionais investigados, o que coincide com a constatação de Bastos (2003), que aponta que os pesquisadores em Psicologia do Trabalho estão cada vez mais fortalecendo os vínculos com a aplicação dos conhecimentos gerados. Tal fato revela também um traço de sintonia com os problemas mais frequentes vivenciados no Distrito Federal e a busca de soluções;
- O ramo econômico “serviços” e o “setor público” como campo empírico preferencial das pesquisas revelam uma sintonia com o perfil socioeconômico do Distrito Federal, onde as atividades econômicas primárias (agricultura) e secundárias (indústria) são incipientes e as governamentais, ao contrário, são expressivas;
- A riqueza metodológica se destaca em face da diversidade de delineamentos de pesquisas, da



natureza quanti-quali dos enfoques, dos tipos distintos de amostragem, das fontes diferentes de dados, da variabilidade instrumental utilizada e dos procedimentos empregados na análise de dados;

- A quantidade expressiva de dissertações e teses demonstra a capacidade do Programa de Pós-Graduação analisado e de seus integrantes em formar profissionais qualificados e produzir/aplicar conhecimentos originais.

Os resultados permitem também inferir alguns limites importantes. Neste sentido, os seguintes aspectos merecem destaque:

- A ausência de temas novos de investigação em Psicologia e interfaces com ciências afins que emergiram ou tomaram novo impulso com o advento da reestruturação produtiva (Athaíde, 1999). Tais como: trabalho em domicílio (transcendendo aqui a ocupação clássica de “empregada doméstica”); desemprego crônico e estrutural; intensificação do trabalho; precariedade de vínculos empregatícios e informalidade; responsabilidade social das empresas; metamorfoses do sindicalismo contemporâneo; organização dos trabalhadores nos locais de trabalho; modelos de gestão do trabalho; divisão social e sexual do trabalho; acidentes de trabalho; flexibilidade dos processos de trabalho; e trabalho imaterial;
- O desconhecimento científico generalizado e incipiente das problemáticas vivenciadas – bem como de suas causas e dinâmicas – pelos trabalhadores, gestores, dirigentes, usuários e clientes em organizações do terceiro setor (ONG’s, cooperativas), populares e sindicais do Distrito Federal;
- A incipiência de pesquisas nas organizações privadas do Distrito Federal, indicando um campo de investigação a ser explorado;
- A ausência de investigações epistemológicas no campo da Psicologia do Trabalho e suas interfaces, voltadas para o desenvolvimento e a consistência dos quadros teóricos e metodológicos de referências das pesquisas nesta área do conhecimento.

Em síntese, a questão do trabalho e suas múltiplas faces no contexto científico do Distrito Federal revela pontos fortes (ex. riqueza metodológica), limites eloquentes (ex. desenvolvimento incipiente da pesquisa em organizações populares e sindicais) e potencialidades diversas para avanços e crescimentos (ex. temáticas emergentes em face da reestruturação produtiva que opera no mundo do trabalho).

Os resultados obtidos não só reafirmam aspectos enfatizados na história da Psicologia do Trabalho (Antunes, 1999; Bastos, Borges-Andrade e Zanelli, 2004; Motta, 2005), mas também avançam à medida que mostram novos contornos e especificidades desta área do conhecimento em função da peculiaridade (Peluso e Cândido, 2006) do campo utilizado para a coleta de dados: o Distrito Federal.



CONCLUSÃO

Os resultados obtidos com o estudo mostraram como aparece o objeto “trabalho e suas múltiplas dimensões” nas dissertações de mestrado e teses de doutorado em Psicologia do Trabalho e suas interfaces no contexto da Universidade de Brasília, cujos campos de pesquisa se situam no Distrito Federal. Nessa perspectiva, a marca da produção científica é, fundamentalmente, na esfera do setor público, com investigações focadas numa abordagem multi-métodos e que se caracterizam por uma variabilidade temática importante. Os aspectos positivos são inúmeros e relevantes, merecendo destaque a preocupação com a aplicabilidade dos resultados obtidos. Os limites e potencialidades constatados e inferidos fornecem pistas para ajustes e mudanças que podem aprimorar o perfil do programa de pós-graduação analisado, com a finalidade de aumentar a sua sintonia com as demandas e problemáticas do Distrito Federal.

Os resultados não autorizam nenhuma generalização para contextos análogos. Além disso, os limites constatados na coleta de dados, em função da qualidade deficiente da base de dados (exemplos: ausência e imprecisões de palavras-chaves, falta de algumas dissertações e teses), certamente, impactaram nos resultados obtidos, reduzindo o poder de interpretação inferencial. Ademais, a carência de fontes bibliográficas de consulta constitui também limite importante para situar a presente pesquisa na literatura pertinente e intensificar o debate e as reflexões com estudos semelhantes ou em interface.

Deve-se assinalar também que, embora a pós-graduação em Psicologia do Trabalho da UnB seja uma referência para todo o país, faz-se necessário o empreendimento de estudos mais abrangentes, que abarquem outras universidades, para que se obtenha uma maior fidedignidade da produção científica extensa em Psicologia do Trabalho. Diante disso, sugere-se que pesquisas como esta sejam realizadas em outros programas de pós-graduação em Psicologia do Trabalho, não apenas do Distrito Federal (quando se tratar de objetivos regionais específicos, como o que orientou esta pesquisa), mas também de outras regiões, podendo alcançar dimensões nacionais.

Nesse sentido, a necessidade de ampliar o alcance do conhecimento da Psicologia se faz presente, orientando-a cada vez mais para explorar caminhos produtivos ainda não trilhados, bem como evidenciando os aspectos nos quais essa ciência pode oferecer maiores contribuições ao complexo mundo do trabalho. Por fim, espera-se que as características, as presenças e as ausências, evidenciadas neste trabalho possam servir de orientação para a produção científica futura no Distrito Federal.



Referências Bibliográficas

AMAZARRAY, M., Gomes, W., Koller, S. & Tonetto, A. Psicologia Organizacional e do Trabalho no Brasil: desenvolvimento científico contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*. 20, 2, 165-173, 2008.

ANTUNES, M. A. M. A Psicologia na organização do trabalho. In: *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: Unimarco/ EDUC, 1999. Cap. 3, p. 87-98.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5a. ed. São Paulo : Boitempo, 2001.

ASKENAZY, P. Les désordres du travail. Enquête sur le nouveau productivisme. Paris : Éditions du Seuil et La République des Idées, 2004.

ATHAYDE, M. Psicologia e trabalho: Que relações? In A. M. Jacó-Vilela & D. Mancebo (Eds.), *Psicologia social: Abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro, RJ: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999. Cap. ?, p. 195-219

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, A. V. B. Psicologia organizacional e do trabalho: Que respostas estamos dando aos desafios contemporâneos da sociedade brasileira? In O. H. Yamamoto & V. V. Gouveia (Eds.), *Construindo a psicologia brasileira: Desafios da ciência e da prática psicológica*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2003, p. 139-166.

BIBLIOTECADigital de Teses e Dissertações. Disponível em: < <http://bdtd.bce.unb.br/tede/simplificado/index.php> >. Acesso em: 10 dez. 2008.

BORGES- ANDRADE, J.E. Trajetória da Psicologia Organizacional e do Trabalho nos Simpósios da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, antes de 2000. *Estudos de Psicologia*. 7, 7-10, 2002.

Breve História do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.df.gov.br/001/00101001.asp?ttCD_CHAVE=53&btOperacao=>. Acesso em: 20 fev. 2009.

CODO, W. O Papel do Psicólogo na Organização Industrial: Notas sobre o “Lobo Mau” em Psicologia. In: Lane, S.; Codo, W. (org.). *Psicologia Social: o Homem em Movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 195-202.

DEWERPE, A. *Histoire du travail*. Paris : Éditions PUF, 1991.

IBOPE Opinião. Pesquisa de Opinião com Psicólogos Inscritos no Conselho Federal de Psicologia, 2004.

MALVEZZI, S. Prefácio. In J. C. Zanelli, J. E. Borges- Andrade & A.V.B Bastos (Eds.), *Psicologia, organizações e trabalho*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. Prefácio, p. 13-17.

MOTTA, J. M. C. A. *A psicologia e o mundo do trabalho no Brasil: relações, história e memória*. São Paulo: Ágora, 2005.



PELUSO, M. L.; OLIVEIRA, W. C. Distrito Federal: paisagem, população e poder. 1º. ed. São Paulo/SP: Harbra.

PG – PSTO. Nossos Objetivos. Disponível em: < http://www.unb.br/ip/pst/index.php?option=com_content&task=view&id=59&Itemid=126 > Acesso em: 19 fev. 2009.

SILVA, P. C. & MERLO, A. R. C. Prazer e sofrimento de psicólogos no trabalho em empresas privadas. Psicologia: Ciência e profissão, 27, 1, 132-147. 2007.

Sumários de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado. Disponível em: <<http://www.unb.br/ip/web/pos/resumos.htm>>. Acesso em: 08 dez, 2008.

Um Pouco de História da pós-graduação em psicologia na UnB. Disponível em: <<http://www.unb.br/ip/web/pos/historia.htm>>. Acesso em: 12 fev, 2009.

ZANELLI, J. C., & BASTOS, A. V. B. Inserção profissional do psicólogo em organizações e no trabalho. In J. C. Zanelli, J. E. Borges- Andrade & A.V.B. Bastos (Eds.), Psicologia, organizações e trabalho. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. Cap. 15, p. 466- 491.



11. A CAPITAL E O TRABALHO - AS PRODUÇÕES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNB SOBRE O MUNDO DO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL

Talita Santos de Oliveira e Silvia Cristina Yannoulas

Apresentação

Este artigo apresenta os principais achados do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC defendido em Julho de 2009 no Departamento de Serviço Social da UnB pela Assistente Social Talita Santos de Oliveira e orientado pela Profa. Silvia Cristina Yannoulas, perante banca conformada pelo Prof. Perci Coelho de Souza e pela Assistente Social e Mestranda em Política Social Anabelle Carilho da Costa⁶⁷.

A pesquisa realizada objetivou coletar e analisar as produções acadêmicas do Departamento de Serviço Social - SER - da Universidade de Brasília sobre a categoria trabalho, compreendidas entre os anos de 1999 e 2008. Entende-se que este período é iniciado com a formulação das Diretrizes Curriculares Gerais para o curso de Serviço Social por uma comissão de especialistas, introduzindo uma nova lógica curricular para os cursos de graduação em Serviço Social, lógica na qual a categoria de trabalho assumiu uma posição de destaque como eixo organizador dos conteúdos a serem ministrados.

Na primeira etapa da pesquisa foi realizado um levantamento dos grupos de pesquisa e dos pesquisadores do SER no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq/MCT, dentre eles os professores, os discentes da pós-graduação e os pesquisadores associados que realizam pesquisas na área do trabalho. Em seguida, iniciou-se a procura e a localização das produções junto a Secretaria do SER, a Biblioteca Central da UnB, a Biblioteca do Grupo de Pesquisa "Trabalho, Educação e Discriminação" - TEDis, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD – e outras bases abertas (SciELO e Google Beta). Dentre as produções levantadas relacionadas ao tema trabalho, foram catalogadas e analisadas: monografias finais de graduação (TCCs), dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos publicados pela Revista Ser Social do Programa de Pós Graduação em Política Social - PPGPS.

A estratégia de análise das produções para o preenchimento das fichas seguiu as orientações fornecidas em esquema próprio sugerido por Sadi Dal Rosso - organizador do evento, subdividido em três movimentos subsequentes. O primeiro se constituía na avaliação das produções pelo título, resumo, índice e tipo de produção, visando à captação do objeto, do problema e da hipótese. No segundo movimento, procedia-se a leitura integral da introdução, da metodologia e da conclusão da produção considerada. O terceiro movimento se caracterizava pela leitura e sistematização da produção completa, caso os primeiros movimentos não possibilitassem a análise apurada.

Em uma terceira etapa foi realizada a apreciação estatística e de conteúdo das produções científicas. Neste momento estimou-se o impacto quantitativo dessas produções sobre a produção acadêmica do SER em geral. Na análise qualitativa dos conteúdos foram construídas algumas categorias analíticas a fim de classificar as produções. Alguns dos critérios utilizados para construção dessas categorias já estavam pré-estabelecidos, de acordo com a ficha instrumental, tais como: o

⁶⁷ Agradecemos os comentários substantivos dos membros da banca, que muito contribuíram à versão final do artigo. Também agradecemos o convite para participar do evento, realizado pelo Prof. Dr. Sadi Dal Rosso.



setor da economia abordado e os atores da política de trabalho retratados. Todavia, no que se refere ao assunto abordado nas produções, as categorias temáticas foram elaboradas ao longo da tabulação dos dados, visando enquadrar em temas gerais os assuntos específicos relativos aos mesmos.

Os conteúdos das produções científicas foram analisados individualmente e comparados entre si por meio da estratégia de construção interativa de uma explicação. Ainda no processo de análise qualitativa, as produções empíricas foram separadas das que apresentavam uma análise somente teórica, bem como as que abordavam Trabalho de forma geral, Trabalho no Brasil e Trabalho no Distrito Federal. O objetivo pretendido foi verificar a dimensão da produção empírica sobre o trabalho no Distrito Federal, visando contribuir especificamente com o Seminário "Trabalho na Capital - presente e futuro". Os principais achados da pesquisa apontam para o predomínio de estudos empíricos sobre o DF em TCCs, e uma certa omissão à análise do mundo do trabalho do Entorno. O trabalho profissional do Assistente Social, o setor informal do mercado de trabalho, e a inserção de grupos específicos no mundo do trabalho são os temas mais abordados pela produção científica considerada.

Serviço Social, uma especialização do trabalho coletivo

A década de 1980 representa um momento de grande importância para o Serviço Social no Brasil e na América Latina. Inicia-se neste período um processo de consolidação do projeto da profissão e da formação profissional, em um contexto de ascensão dos movimentos sociais e de articulação da sociedade civil em favor da redemocratização do país (IAMAMOTO, 2006).

A inserção dos assistentes sociais na conjuntura das lutas sociais provoca um questionamento à prática profissional que, há alguns anos, caminhava em direção à ruptura com o "Serviço Social Tradicional"⁶⁸, e com a perspectiva modernizadora introduzida na profissão no movimento de "Renovação do Serviço Social"⁶⁹, ocorrido entre a década de 1960 e meados da década de 1970. Ao provocar uma contestação da prática profissional conservadora, este movimento intenciona romper com os paradigmas empiristas e pragmáticos. Todavia, essa intenção de ruptura somente se concretiza a partir da aproximação do Serviço Social com a vertente teórica do marxismo (NETTO, 1999).

Em um primeiro momento, essa aproximação apresenta três aspectos peculiares: o vínculo restrito com a concepção teórica e estreito com a concepção ideo-política, o foco nas determinações práticas, políticas, organizacionais e partidárias em detrimento da contribuição crítica e dialética da teoria, e a fundamentação em fontes interpretativas da teoria, no lugar das fontes "marxianas" ou dos "clássicos" da tradição marxista (BORGIANNI, GUERRA y MONTAÑO, 2003).

⁶⁸ "Serviço Social Tradicional" é o termo que designa o modelo de atuação profissional do assistente social no contexto do surgimento das primeiras escolas de Serviço Social, concomitante ao período histórico marcado pelo centralismo político-administrativo, industrialismo e nacionalismo. A formação profissional era permeada pela doutrina social da Igreja e pelo sentimento cristão de ajuda, enquanto as técnicas operacionais eram importadas dos Estados Unidos e da Europa. Destaca-se, nesta fase do Serviço Social, a sistematização metodológica de Mary Richmond em Diagnóstico Social.

⁶⁹ A Renovação do Serviço Social é resultado de um processo de discussão e análise da profissão. Os documentos produzidos em encontros da categoria profissional, entre as décadas de 1960 e 1980, como Documentos de Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista, e o método elaborado pela Escola de Serviço Social de Belo Horizonte introduzem novos saberes científicos na profissão no intuito de modernizá-la. Arelada a esta perspectiva se insere a ideologia das políticas desenvolvimentistas que vigoravam a época (NETTO, 1999).



O período em que a Teoria Crítica se encontra amadurecida no âmago do Serviço Social é também um momento de gestação de um novo perfil profissional e acadêmico da profissão, que ocorre no bojo das contestações ao regime militar por parte da sociedade civil brasileira. Impulsionada pelas transformações que ocorriam no modelo capitalista de produção, a profissão se viu condicionada à necessidade de redefinição. A prática profissional passa a ser pensada então a partir das implicações políticas do papel do assistente social e do significado social da profissão dentro desse modelo de produção. Compreende-se que essa prática pode estar vinculada tanto ao projeto de classe quanto ao projeto societário capitalista, e que a profissão está imersa e polarizada pela luta de classe.

Situado no processo histórico e no quadro das relações sociais, o Serviço Social compreende o indivíduo e a própria profissão como ser sócio-histórico que se constrói e se transforma constantemente por meio da práxis, ou prática social, fundamentada pelo trabalho. O Serviço Social é então concebido como uma especialização do trabalho coletivo, vinculado e inserido na divisão social e técnica do trabalho.

Revisão Curricular

Da mudança no enfoque teórico de embasamento da profissão surge também a necessidade de se repensar a formação do profissional de Serviço Social. É neste sentido que a antiga ABESS (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social, substituída em 1998 pela ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), promoveu amplas discussões acerca da reforma do Currículo Mínimo do curso de Serviço Social. No período 1994-1996 desenvolveu-se um sistemático debate nas Unidades de Ensino de Serviço Social de todo o Brasil. O processo levou à elaboração de uma Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social, que contou com a participação também dos profissionais e estudantes, por meio do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESSO (ABESS, 1996).

A proposta foi encaminhada para o MEC, para apreciação por parte do Conselho Nacional de Educação - CNE. Entretanto, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei 9394 de dezembro de 1996, a proposta de novas diretrizes curriculares precisou ser ajustada para atender ao dispositivo legal. Em 1999, foi constituída uma comissão de especialistas de ensino em Serviço Social, que realizou ajustes à proposta de 1996, destacando-se entre os ajustes realizados pela Comissão a criação de mais uma matéria: trabalho e sociabilidade. O parecer 492/2001 do CNE/CSE contempla a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para vários cursos, incluindo o de Serviço Social. O parecer 1363/2001 promove a homologação dessas Diretrizes.

A proposta curricular contida nas Diretrizes Gerais do curso de Serviço Social apresentou dois elementos que representam uma ruptura com a concepção predominante nos anos de 1980. O primeiro consiste na matéria prima do trabalho profissional, a “Questão Social”. Apreendida como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2006: 27), que se originam fundamentalmente na contradição que se estabelece na relação entre o capital e o trabalho. Seu surgimento, bem como as transformações em sua forma de expressão, está vinculado essencialmente à sociedade capitalista e seu respectivo modelo de produção. Esta categoria passa a ser compreendida como a base de fundação sócio-histórica e o objeto de intervenção do Serviço Social, apesar das controvérsias existentes em sua definição.



O segundo elemento que diferencia a nova lógica curricular se refere à compreensão da prática profissional como trabalho e o exercício profissional inscrito em um processo de trabalho. Essa perspectiva se diferencia da tradição profissional que concebia a prática profissional como prática social, isolada e desvinculada de seus aspectos condicionantes internos e externos. A inserção do trabalho do assistente social em processos de trabalho implica no reconhecimento do assistente social como trabalhador assalariado, que dispõe de relativa autonomia em seu exercício profissional. O trabalho especializado do assistente social, dentro da divisão social e técnica do trabalho, produz efeito direto no processo de reprodução social e material da força de trabalho, e por isso situa-se em um campo político e ideológico. Assim, na nova lógica curricular o trabalho é eleito como um conceito chave para o Serviço Social e ocupa uma posição privilegiada no debate contemporâneo da profissão. Essa lógica, apoiada no paradigma teórico-metodológico de Marx, traz a reafirmação do trabalho como atividade central na constituição do ser social, mesmo em meio ao constante questionamento da centralidade do trabalho na atual sociedade capitalista.

MOTA (2007) apresenta os resultados do balanço sobre a incorporação do tema trabalho em 105 unidades de ensino do Brasil, analisando os conteúdos dos componentes curriculares adotados após a reforma curricular (disciplinas, ementas, programas e bibliografias). Observa-se "... ênfase na dimensão ontológica e sócio-histórica do trabalho, donde o destaque à centralidade do trabalho na constituição do ser social e às suas particularidades sob o capital". Essa abordagem foi enriquecida historicamente com discussões sobre a crise capitalista, as mudanças no mundo do trabalho e as inflexões destes processos no âmbito dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social.

Nesse movimento, as referências ao trabalho e à relação entre trabalho e Serviço Social ampararam discussões e polêmicas, dentre elas a que diz respeito à pertinência ou não da utilização da categoria trabalho na análise da profissão e do exercício profissional dos Assistentes Sociais (MOTA, 2007:57). A categoria trabalho ocupa efetivamente um lugar predominante na organização curricular dos cursos de graduação em Serviço Social, conforme diretrizes. Contudo, explica a autora, dos 32 componentes identificados nas disciplinas que recolhem reflexões sobre a categoria, é possível observar distintos enfoques adotados. Com alta frequência foi implementada a disciplina Trabalho e Sociabilidade, que indica o esforço das unidades de ensino por tratar a o trabalho do ponto de vista ontológico e histórico (ver YANNOULAS, 2008).

O Trabalho no SER

A análise da estrutura curricular do Curso de Graduação em Serviço Social da UnB, atualmente em revisão, permite afirmar que as principais orientações contidas nas Diretrizes Curriculares para o curso de graduação em Serviço Social no que se refere à categoria trabalho têm sido contempladas em diversas disciplinas. De acordo com o currículo vigente, 4 (quatro) das 24 (vinte e quatro) disciplinas obrigatórias estão direcionadas a compreensão dos fatores inerentes à relação entre o trabalho e o capital, ao mundo do trabalho e aos processos de trabalho.

O aprofundamento dos estudos sobre o trabalho tem se dado no interior dos grupos de pesquisa do departamento. Foram encontrados no site do SER e no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq/MCT, 9 (nove) grupos de pesquisa vinculados ao SER. Dentre os grupos de pesquisa localizados, verificou-se que 5 (cinco) desenvolvem pesquisas na área do trabalho. A questão do trabalho infantil



também tem sido alvo da especialização do grupo PET - Programa de Educação Tutorial – do Serviço Social. O levantamento dos grupos de pesquisa do SER foi seguido da análise dos currículos dos professores na Plataforma Lattes do CNPq, considerando o corpo docente até fevereiro de 2009. Verificou-se um total de 16 (dezesseis) professores que lecionam no SER, dentre os quais 4 (quatro), vêm ministrando as disciplinas relacionadas.

Descrição das produções científicas do SER

Localizou-se um total de 90 (noventa) produções de acordo com a seguinte distribuição:

TABELA 1 – Produção Acadêmica no Departamento de Serviço Social da UnB

TCC	DISSERTAÇÕES	TESES	ARTIGOS
56	22	1	11

A maior parte da produção localizada situa-se no âmbito da graduação e não da pós-graduação, em virtude, principalmente, da quantidade proporcional de alunos em cada um destes segmentos. 63% das produções científicas analisadas constituem-se TCCs, enquanto 37% são produções de alunos da pós-graduação e de professores do SER.

Primeiramente, as produções foram classificadas de acordo com a estratégia metodológica utilizada. Segundo a tabela 2, abaixo, se observa que a maior parte das produções, são empíricas, ou seja, apresentam pesquisa de campo realizada. As produções de análise puramente teórica compõem apenas um quarto da produção considerada.

TABELA 2 – Classificação metodológica das produções

Variáveis	Monografias	Dissertações	Teses	Artigos	Total	Porcentagem
Teórica	7	7	0	8	22	24,5%
Empírica	49	15	1	3	68	75,5%
Total	56	22	1	11	90	100%

Nesta classificação das produções destaca-se a categoria dos TCCs com maior número de produções empíricas, 87,5%, enquanto o total de dissertações provenientes de pesquisas empíricas é de 68,2%, e o de artigos é aproximadamente 27,5%. Os 56 (cinquenta e seis) TCCs analisados correspondem a 15% do total de 371 (trezentos e setenta e um) TCCs produzidos no período considerado. No universo dos TCCs que abordam a categoria trabalho, observou-se que 46 (quarenta e seis), 82,10%, são pesquisas empíricas realizadas no DF.



TABELA 3 – Trabalhos de Conclusão de Curso

Análise da categoria trabalho	Teórica	Empírica	Total	Porcentagem
Trabalho no Brasil	4	1	5	8,95%
Trabalho no DF	0	46	46	82,10%
Trabalho	3	2	5	8,95%
Total	7	49	56	100%

No período de 1999 a 2008 foram produzidas ao todo 104 dissertações, das quais 22 abordam temas relacionados à categoria trabalho, o que corresponde a 21,15% do total. Todavia, segundo tabela 4 a seguir, observa-se que somente 31,85% das produções são empíricas e fazem referência ao trabalho na Capital. O mesmo valor é notado na produção teórica que aborda trabalho no Brasil, 31,85%.

TABELA 4 – Dissertações

Análise da categoria trabalho	Teórica	Empírica	Total	Porcentagem
Trabalho no Brasil	7	0	7	31,85%
Trabalho no DF	0	7	7	31,85%
Trabalho	0	2	2	9,05%
Estudo de Caso Fora do DF	0	6	6	27,25%
Total	7	15	22	100%



A tese de doutorado de Vilma Margarete Simão, “As trajetórias e a organização do trabalho cooperado e auto-gestor” de 2008, orientada por Mário Lisboa Theodoro, é a única que aborda a problemática do trabalho no universo de apenas 13 (treze) produções. Sabe-se que recentemente, foram defendidas 2 (duas) novas teses, porém foram desconsideradas por fugirem ao período considerado.

Quanto aos artigos publicados na Revista Ser Social, do Programa de Pós-graduação em Política Social da UnB, foram localizados 11 (onze) artigos, publicados nas Revistas nº 5, 9, 11, 17, 19 e 23⁷¹. Dentre os 23 (vinte três) volumes da Revista publicados até o momento da realização do Seminário, três se ocupam totalmente de temas relacionados à categoria trabalho: o volume 5 (cinco), Trabalho e Cidadania, o volume 19, Desemprego, desigualdade e violência e o volume 23, Mulheres e Trabalhos.

A tabela a seguir demonstra a classificação dos artigos quanto à metodologia utilizada e o nível de análise da categoria trabalho. Confere-se que apenas 3 (três) dos 23 (vinte três) artigos são estudos empíricos realizados no DF. Quanto ao tema abordado, 1 (um) artigo discute a Inserção de presidiários no Mercado de Trabalho, 1 (um) discute o Trabalho do Assistente Social no judiciário e o outro, o Trabalho Informal no Distrito Federal.

TABELA 5 – Artigos da Revista de Pós-Graduação em Política Social da UnB (Ser Social)

Análise da categoria Trabalho	Teórica	Empírica	Total	Porcentagem
Trabalho no Brasil	5	0	5	45,5%
Trabalho no DF	0	3	3	27,25%
Trabalho	3	0	3	27,25%
Total	8	3	11	100%

⁷¹ Em relação aos artigos é que apenas foram considerados aqueles produzidos por professores, alunos da pós-graduação e pesquisadores associados ao SER.



As produções sobre Trabalho no âmbito do Distrito Federal

Na análise qualitativa, os assuntos retratados nas produções foram agrupados em 15 (quinze) categorias temáticas distintas relacionadas à categoria geral trabalho. Essas categorias temáticas são: Trabalho do Assistente Social, Processos e relações de trabalho, Reestruturação produtiva e Trabalho, Relação entre Educação e Trabalho, Trabalho Infantil, Trabalho Informal, Saúde e Segurança no trabalho, Educação Profissional, Trabalho e Inserção Social, Desemprego, Economia Solidária, Representação Social do Trabalho, Sindicalismo, Proteção Legal ao Trabalhador e Reforma da Previdência Social. A Tabela 6 a seguir demonstra como essas categorias estão distribuídas nas produções localizadas.



TABELA 6– Relação dos temas abordados nas Produções Científicas do SER.

Tema	TCC	Dissertações	Teses	Artigos	Total	Porcentagem
Desemprego	1	0	0	1	2	2,25%
Economia solidária	1	2	1	1	5	5,5%
Educação Profissional	6	1	0	1	8	8,95%
Processos e relações de Trabalho	2	3	0	2	7	7,75%
Proteção legal do Trabalhador	1	0	0	0	1	1,15%
Reestruturação Produtiva	2	3	0	0	5	5,5%
Reforma da Previdência Social	0	2	0	0	2	2,25%
Relação entre educação e trabalho	4	1	0	0	5	5,5%
Representação Social do Trabalho	6	1	0	0	7	7,75%
Saúde e Segurança no Trabalho	6	0	0	0	6	6,5%
Sindicalismo	2	1	0	0	3	3,35%
Trab. do Assistente Social	15	2	0	1	18	20%
Trabalho e inserção social	8	3	0	1	12	13,45%
Trabalho Infantil	1	0	0	0	1	1,15%
Trabalho Informal	1	3	0	4	8	8,95%
Total	56	22	1	11	90	100%



De acordo com o disposto na tabela acima, observou-se que 20% do total das produções aborda o trabalho do assistente social. Esse percentual corresponde ao maior dentre todas as categorias temáticas elencadas para análise. Identificou-se que tais produções apontam a inserção da prática profissional em espaços institucionais, marcados pela correlação de forças existente entre o profissional e os gestores, entre o profissional e o público-alvo de sua intervenção, e entre o profissional e os profissionais de outras áreas. São também retratados os processos de trabalho relacionados ao Serviço Social nas diferentes áreas de atuação profissional, que implicam na utilização de estratégias e técnicas de intervenção profissional distintas. Além da discussão sobre a particularidade do trabalho e da atuação do assistente social.

Tendo ainda como referência a Tabela 1, observa-se que, das 18 (dezoito) produções relacionadas ao trabalho do assistente social 15 (quinze) são TCCs. Em uma análise mais aprofundada, observou-se que destas 15, 12 (doze) são produções empíricas enquanto apenas 3 (três) são teóricas. As produções empíricas, conforme constatado neste caso, estão diretamente relacionadas à experiência de estágio curricular supervisionado em Serviço Social. Acredita-se que isto ocorre em decorrência das recomendações das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, que orientam os cursos e o aluno de graduação a escrever o TCC preferencialmente a partir da experiência de estágio (ABESS; ABEPSS, 1996, 1999), com vista à apresentação e à sistematização dos elementos do trabalho profissional em seus aspectos teóricos, metodológicos e operativos (ABESS, 1996: 19).

A análise de dois TCCs em especial, contribui para este estudo de forma relativamente significativa. O primeiro data de 2003, “O Assistente Social e as expressões da questão social: Relação entre sujeito e objeto”, escrito por Nissa Maiara Silva Medeiros Furtado e orientado por Ivanete Salete Boschetti Ferreira, procura identificar junto a alguns assistentes sociais de instituições do Distrito Federal como os mesmos compreendem as manifestações da questão social contemporânea e que respostas têm construído para o seu enfrentamento. Destaca-se da análise conclusiva da autora que muitos desses profissionais possuem dificuldades em conceituar e caracterizar a questão social e suas manifestações dentro de sua prática profissional, pois, em sua maioria, foram formados no currículo antigo, que não contempla os conceitos e categorias fundamentais para a teoria marxista e para a formação profissional. São citados os exemplos dos conceitos de trabalho e de questão social.

O segundo, “Serviço Social e Mercado de Trabalho: Uma análise do currículo da graduação de Serviço Social da Universidade de Brasília frente às novas configurações do Mundo do Trabalho” foi escrito por Viviane Batista do Nascimento e orientado por Luciana Reis Amorim em 2006. Relaciona o novo currículo do Serviço Social da UnB, a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, com as novas exigências do mercado de trabalho, e conclui que a aprovação das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social tem contribuído para uma formação mais reflexiva, investigativa e interventiva na realidade.

Apreende-se destas conclusões que a nova lógica curricular, cuja categoria trabalho é considerada um eixo central, produziu alterações significativas em relação à formação profissional, que hoje se fazem necessárias a atuação do profissional diante das manifestações contemporâneas da questão social.

Ainda em relação à análise aprofundada das produções sobre o Trabalho do Assistente Social, observou-se conforme a Tabela 7, abaixo, os espaços institucionais em que se dá a inserção desse profissional. A partir desse achado pode-se identificar sua posição no mercado de trabalho e a afirmação do setor estatal como maior empregador da categoria profissional.



TABELA 7 – Espaços Institucionais retratados nas obras sobre Trabalho do Assistente Social

Variável	TCC	Dissertações	Teses	Artigos	Total	Porcentagem
Órgão Público	9	2	0	1	12	70%
Empresa Privada	4	0	0	0	4	20%
OnG	1	0	0	0	1	5%
misto	1	0	0	0	1	5%
Total	15	2	0	1	18	100%

Trabalho e Inserção Social foi outra categoria temática representativa no interior das produções sobre trabalho do SER, com um percentual de 13,45%. Incluíram-se nesta categoria as produções direcionadas a análise das dificuldades de inserção e da discriminação no trabalho de quatro grupos sociais distintos: as pessoas com deficiência (6 produções), as mulheres (2 produções), os homens negros (1 produção), os transexuais (1 produção) e os presidiários do sistema penitenciário do Distrito Federal (1 produção). Todas essas caracterizam estudos empíricos realizados no Distrito Federal.

Em suma, as produções que se centralizam na inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho registram que essa população tem sido alvo da instituição de um aparato regulamentador do acesso e da garantia do direito ao trabalho. Alguns estudos apontam que a inserção da pessoa com deficiência no trabalho envolve um processo cuja principal variável pode estar relacionada com a mobilização política dos próprios deficientes grandemente para a sua socialização. Entretanto, outra visão identificada é que as conquistas formais não têm significado conquistas reais, uma vez que a maior dificuldade ou barreira para o atendimento às necessidades desse público é de ordem cultural (preconceito e discriminação), se fazendo necessária uma mudança de perspectiva e atitude por parte de toda a sociedade.

Uma das produções que se destaca no interior da temática Trabalho e Inserção Social é o artigo “Trabalho, marginalidade e invalidação social: a população carcerária do DF”, da autoria de Mário Ângelo Silva e dos ex-alunos do programa de pós-graduação em Política Social do SER Leonardo Guirão Júnior e Wânia Maria do Espírito Santo Carvalho, publicado em 1999 na Revista Ser Social nº 5. Tomando como referência o sistema penitenciário do Distrito Federal e os dados relativos à situação profissional dos internos, o artigo analisa a posição desse segmento no eixo constituído pelo trabalho. Avalia também as condições de inserção e integração social da população de detentos e seu processo de invalidação social, que, de acordo com os autores, é determinada pelo atual cenário das políticas sociais, que muitas vezes atuam como dificultadoras do processo de reintegração social, uma vez que enfatizam as políticas de inserção, focalizadas, obedecendo à lógica da discriminação positiva em detrimento das possibilidades de implementação de políticas de integração, emancipatórias, desenvolvidas mediante diretrizes gerais na busca da redução das desigualdades sociais



Em relação ao setor da economia abordado, observou-se que as produções científicas sobre trabalho do SER geralmente não apresentam esse recorte ou o fazem de maneira implícita e precária; 31 (trinta e uma) das produções analisadas não faziam referência a esta categoria de análise. Nenhuma das produções analisadas faz referência ao setor primário da economia, 2 (duas) retratam o setor secundário, enquanto 44 (quarenta e quatro) centralizam implicitamente a análise no setor terciário. Pode-se atribuir esse fato principalmente a tendência de crescimento deste setor da economia em relação aos demais na configuração contemporânea do mercado de trabalho.

O setor informal é estudado em 8 (oito) produções, entre elas 1 (um) TCC, 3 (três) dissertações e 4 (quatro) artigos das revistas Ser Social. Esse número de produções corresponde a 8,95% sobre o total (ver TABELA 1). Em suma, discutem a problemática do trabalho informal como um fenômeno exponenciado pelo processo de globalização e de reestruturação produtiva, que surge como alternativa de subsistência diante de um mercado de trabalho altamente excludente e competitivo. Afirmando a importância do trabalho informal para a geração de renda, empregos e para a manutenção da coesão social, diante da questão da sociabilidade construída entre os sujeitos, trabalhadores do informal, cujos laços de solidariedade e coletividade são reforçados devido à situação de vulnerabilidade e exclusão a que estão submetidos. Dessas produções, 4 (quatro), a metade, faz uma análise puramente teórica sobre o Trabalho Informal, abordando inclusive sua manifestação no Brasil. As outras 4 (quatro) são resultados de pesquisas empíricas realizadas no Distrito Federal.

O artigo de Márcia de Melo Martins em co-autoria com Carolina Cássia Batista dos Santos e Maria T.F. Negrão de Mello, "Vivências cotidianas do Trabalho Informal de Brasília", publicado na Revista Ser Social nº 9 em 2001, identifica as representações que os sujeitos trabalhadores do informal elaboram de si em relação à sociedade e ao próprio Estado. As autoras apontam que o discurso dos trabalhadores informais no Distrito Federal não identifica o trabalho formal como a solução para as dificuldades financeiras sociais e familiares que enfrentam. Analisando-se a organização do trabalho informal, verifica-se que este possui relação direta com o trabalho doméstico e ainda conta com o suporte incondicional de parentes e de vizinhos, transferidos para a estrutura do trabalho. O artigo indica que estes trabalhadores estão mais atentos às vantagens das atividades e dos locais onde os estabelecimentos são montados, do que na intenção real de formalizar os empreendimentos. As autoras concluem que estes trabalhadores contam com a cumplicidade tática dos consumidores e dos elos familiares para se manterem na situação.

O TCC de Viviane Rodrigues Silva Costa, "O mercado Informal na cidade de Brasília: Estudo das situações de informalidade e das Estratégias Coletivas dos Sujeitos Informais no âmbito da Cidade Capital", orientado por Carolina Cássia Batista dos Santos, investiga as situações de informalidade na cidade de Brasília e a forma como os sujeitos inseridos nesse mercado se organizam e se articulam na construção de estratégias coletivas para o exercício da atividade informal. A autora verifica que as situações de informalidade constituem um mundo plural e heterogêneo onde os sujeitos informais, quer sejam vendedores sem ponto fixo, vendedores com ponto fixo (em geral mais organizados e representados), e prestadores de serviços, estão todos incluídos no chamado mercado informal de trabalho. A característica básica fundamental que possibilita a articulação desses sujeitos coletivamente é a informalidade como estratégia de sobrevivência.

Por não se encaixar em nenhum dos setores da economia acima referidos, a economia solidária foi avaliada à parte. Das 5 (cinco) produções sobre o tema (4,85% de acordo com a TABELA 6) 1 (uma) é TCC, 2 (duas) são dissertações, 1 (uma) é tese e 1 (uma) é artigo. O TCC é o único que apresenta



pesquisa empírica realizada no Distrito Federal. Na análise da autora, Karolina V.C. Varjão, orientada por Patrícia Cristina Pinheiro, a Economia Solidária se apresenta como uma possível alternativa ao desemprego. Sua implementação como política pública, desenvolvida pelo Estado juntamente com os trabalhadores e os demais setores da sociedade, pode ampliar seus resultados fazendo com que um número cada vez maior de trabalhadores tenha acesso a um posto de trabalho.

Referindo-se aos atores sociais envolvidos na Política de Trabalho - Estado, empregadores e trabalhadores - a abordagem das produções científicas do SER versa quase que exclusivamente sobre os trabalhadores conforme demonstra a tabela a seguir. Acredita-se que este fato pode estar relacionado à posição dos autores em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social, que se coloca em favor da classe menos favorecida, a classe dos trabalhadores.

TABELA 8 – Atores sociais da Política de Trabalho retratados nas Produções Científicas do SER

Variável	TCC	Dissertações	Teses	Artigos	Total	Porcentagem
Estado	1	1	0	2	4	4,45%
Empregadores	1	0	0	0	1	1,15%
Trabalhadores	51	17	1	7	76	84,35%
Empregadores e Trabalhadores	2	0	0	0	2	2,25%
Estado e Trabalhadores	1	2	0	1	4	4,45%
Todos	0	2	0	1	3	3,35 %
Total	56	22	1	11	90	100%

As produções que apontam os trabalhadores como foco, seja na categoria “Trabalhadores”, ou em “Estado e Trabalhadores” e “Empregadores e Trabalhadores”, como demonstra a tabela 8 acima, contabilizam um total de 85 (oitenta e cinco) e também foram analisadas quanto aos grupos sociais abordados, apresentados na tabela 9 a seguir.



TABELA 9 – Grupo de Trabalhadores

Variável	TCC	Dissertações	Teses	Artigos	Total	Porcentagem
Homens	1	0	0	0	1	1,15%
Mulheres	3	3	0	1	7	8,25%
Jovens	0	1	0	0	1	1,15%
Adolescentes	11	0	0	0	11	12,95%
Crianças	2	0	0	0	2	2,35%
Idosos	1	0	0	0	1	1,15%
Assistente Social	15	2	0	1	18	21,15%
Outras Profissões	3	3	0	0	6	7,05%
Deficientes	4	2	0	0	6	7,05%
Trabalhadores Informais	1	3	0	4	8	9,45%
Trabalhadores em Geral	18	4	1	6	25	28,30%
Total	54	21	1	9	85	100%

As produções que apontam outra categoria profissional, dentre as quais se encontram 3 (três) TCCs e 1 (uma) dissertação que abordam o trabalho no DF merecem alguns comentários. O TCC “A greve como instrumento de pressão: o movimento dos professores da rede pública do Distrito Federal em 1998”, de 2001, foi escrito por Ana Gonçalves de Macedo Santos e orientado por Nair Bicalho de Sousa. A autora estuda a trajetória das greves dos professores no Brasil e no Distrito Federal centralizando-se na análise da articulação coletiva da categoria dos professores da rede pública de ensino no DF em favor da greve no ano de 1998. Santos (2001) considera que a greve de 1998 foi reconhecida como um importante instrumento de pressão da categoria, no entanto, não garantiu ganhos significativos no que se refere à pauta sindical. Ao questionar a eficácia do instrumento da greve em tempos de transformação no mundo do trabalho, a autora sugere que devem ser elaboradas alternativas paralelas ao movimento para reforçar o poder de pressão por novos direitos da classe trabalhadora.

“Trabalho, Meio-Ambiente e Qualidade de Vida: A percepção dos motoristas e cobradores do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal” é outro TCC que aponta uma categoria de trabalhadores distinta. Elaborado por Naisa Carla Martins dos Santos e orientado por Silvia Cristina Yannoulas, este TCC identifica a percepção dos motoristas e cobradores do transporte público coletivo do DF quanto à relação entre seu trabalho, meio ambiente e qualidade de vida. Utilizando uma metodologia inovadora de análise de discurso, empregada em parceria com o Instituto de Psicologia da UnB, a autora



apresenta como resultado do trabalho de pesquisa que a relação entre os três conceitos para os rodoviários se dá em função da poluição. Embora considerem importante a inclusão desses conceitos nos debates e nas pautas de reivindicação, esses temas não costumam ser discutidos de maneira articulada pela categoria no sindicato. A autora acrescenta que a insatisfação dos trabalhadores rodoviários está estreitamente vinculada às condições precárias dos ônibus.

A dissertação de Maria Raquel Gomes Maia Pires, orientada por Pedro Demo também se diferencia no que se refere à categoria profissional abordada. Em “Enfermeiro com qualidade formal e política: em busca de um novo perfil”, Pires (2001) investiga a fragilidade política do enfermeiro em contextos sócio-históricos específicos, sob a hipótese de que a qualidade política e a qualidade formal são importantes para o desenvolvimento profissional do enfermeiro, potencializando um agir comprometido com a emancipação. Os resultados da pesquisa empírica detectam algumas fragilidades políticas típicas nos enfermeiros e fomentam a construção de um novo perfil profissional, mais aproximado da qualidade política.

Essas produções são extremamente relevantes para a totalidade da produção científica do SER, tendo em vista que apresentam os processos de trabalho de outras categorias profissionais e as consequências das reformas implantadas pelo advento do neoliberalismo e do modelo de acumulação flexível para essas categorias. Em posse desse conhecimento, o assistente social é um agente potencializador da articulação da categoria com outros segmentos profissionais em favor de uma única luta, “a luta geral dos trabalhadores” (NETTO, 1999: 16).

Outro grupo representativo nas produções científicas do SER são os adolescentes. Abordados em 11 (onze) produções, sendo todas TCCs originados de estudos empíricos realizados no DF, correspondem a 14,15% dos Trabalhadores representados. Tais produções tratam da inserção do adolescente no mercado de trabalho, regulamentada por diversos documentos legais como a CLT, a Constituição Federal, o ECA e a Lei 10.097 de 2000, conhecida como Lei de Aprendizagem. A partir de todo esse aparato normativo, o trabalho do adolescente passa a ter um caráter educativo.

Em síntese, essas produções ressaltam os aspectos positivos da inserção de adolescentes no trabalho, como o fortalecimento de sua imagem pessoal perante a família e o grupo social de pertencimento, o desenvolvimento de habilidades e capacidades necessárias à execução tarefas no ambiente de trabalho, e a experiência profissional adquirida. No entanto, também são apontadas diversas críticas ao Programa no que se refere à formação técnico-profissional oferecida aos adolescentes participantes. Nesse sentido, a maior parte das produções alega que os cursos profissionalizantes oferecidos a estes adolescentes não é suficiente para qualificá-lo e prepará-lo para competir no mercado de trabalho, que exige cada vez mais mão de obra especializada.

Também depreende-se da análise dessas produções que os Programas de Aprendizagem são deveras importantes na medida em que pretendem oportunizar a experiência e formação profissional por meio da inserção do adolescente no mercado de trabalho. E dessa forma, viabilizar a redução do desemprego quando estes se tornam jovens, tendo em vista que este é um dos grupos sociais mais excluídos do mercado de trabalho. Todavia, observa-se que além da experiência profissional se faz necessário que os Programas visem o aumento da qualificação profissional e a elevação da escolaridade desses adolescentes.

A questão de gênero e raça/etnia foram outros fatores observados nas produções levantadas. Constatou-se que menos de 12% das produções consideradas fazem esse recorte. Das 10 (dez)



produções encontradas, 8 (oito) concentram a análise na questão de gênero, 1 (uma) aborda a questão racial e a outra enfoca ambas as questões. Todas essas produções são pesquisas empíricas realizadas no DF.

TABELA 10 – Abordagem das questões de gênero ou raça

Gênero/Raça	TCC	Dissertações	Teses	Artigos	Total	Porcentagem
Sim	5	4	0	1	10	11,15%
Não	51	18	1	10	80	88,85%
Total	56	22	1	11	90	100%

As produções que fazem a análise de gênero se diferenciam bastante entre si. A dissertação “A Batalha Feminina - Entre Família e Trabalho”, da autoria de Cilene Sebastiana da Conceição Braga, orientada pela por Márcia de Melo Martins Kuyumijian, aborda o tema da mulher como chefe de família e a única responsável pelo sustento familiar. O estudo foi realizado com mulheres trabalhadoras do setor informal, mais especificamente as mulheres da feira de ambulantes, localizada nas imediações da rodoviária do Plano Piloto, em Brasília, Distrito Federal. Os resultados da pesquisa demonstram que uma das grandes dificuldades enfrentadas por essas mulheres é a extensa jornada de trabalho. Todo o cotidiano dessas mulheres é organizado em função de sua relação com o trabalho, vivenciado como uma alternativa de sobrevivência. Para essas mulheres os filhos são considerados a prioridade absoluta em suas vidas. A família é pensada sem a presença masculina, representada unicamente pela mãe e os filhos.

Danielle de Oliveira, pesquisadora do TEDis, em sua dissertação “O estigma da marca corporal invisível: estudo sobre o mundo do trabalho das pessoas com estomia intestinal definitiva”, orientada por Silvia Cristina Yannoulas, analisa o mundo do trabalho das mulheres e dos homens com estomia intestinal definitiva, uma deficiência física caracterizada pela perda do controle esfinteriano. Utilizando o método de pesquisa qualitativa, a autora verificou que as pessoas com estomia intestinal definitiva, que utilizam a bolsa coletora para as eliminações fecais, não retornam ao mercado do trabalho formal devido ao estigma da deficiência física, manifesto de duas formas: na inadequação dos ambientes de trabalho às necessidades das pessoas estomizadas, como a falta de banheiros adaptados e de uma rotina laboral mais flexível devido à doença; e na discriminação social de terceiros diante da utilização e do funcionamento da bolsa coletora. Há uma valorização positiva diferente dos homens e das mulheres com estomia intestinal definitiva na esfera do trabalho doméstico, que está diretamente associada à redefinição dos papéis segundo a divisão sexual do trabalho. As mulheres, após a estomia, passam a realizar menos atividades no trabalho doméstico, uma vez que os cônjuges colaboram na execução das tarefas do lar, já os homens estomizados não só participam mais da vida cotidiana do lar como também executam as tarefas domésticas enquanto suas esposas trabalham no mercado formal.

“BPC, Cuidadoras e Deficientes um estudo sobre mulheres que abandonaram os direitos trabalhistas para cuidar” é o TCC de Priscila Pereira Mendes, sob a orientação de Débora Diniz. É realizado um estudo de caso, em que foram entrevistadas vinte mães de deficientes, beneficiários do BPC, que deixaram o mercado formal de trabalho. Segundo a análise da autora, a ausência de



políticas públicas direcionadas à cuidadora, aliada às condições precárias de trabalho, favorecem sua saída do mercado formal de trabalho para permanecer dentro dos critérios de renda do BPC, a fim de que o filho deficiente se tornasse elegível à política. Essa hipótese foi comprovada em várias narrativas, porém nem sempre se observou a ocorrência de um cálculo racional a favor do BPC em detrimento ao mercado de trabalho. Na maioria dos casos, a saída do trabalho formal das mães deveu-se a responsabilidade moral destas em cuidar dos filhos deficientes em tempo integral.

Outra produção de extrema relevância neste grupo de abordagem das questões de gênero e raça é o TCC de Dimas Caltagironi Dantas, sob a orientação de Ozanira Ferreira Costa, intitulado "Limpeza cidadã: empregada doméstica e discriminação racial". Ao analisar o serviço doméstico feminino no Distrito Federal enfocando a discriminação racial, o autor verifica que as mulheres que desempenham tal profissão são discriminadas socialmente. A condição das mulheres negras é ainda pior, além de sofrerem com a discriminação social, também enfrentam o preconceito racial. Os dados comprovam que as empregadas domésticas negras possuem o salário mais baixo e maior jornada de trabalho em comparação as empregadas domésticas não-negras.

"Raça e trajetória profissional: a história de bancários negros no Banco do Brasil (1964 a 2008)" também é um TCC que faz o recorte racial. Da autoria de Andressa Lourenço Cardoso de Souza, sob a orientação de Silvia Cristina Yannoulas. O TCC investiga, a partir da reconstituição das trajetórias profissionais de trabalhadores aposentados e trabalhadores em final de carreira do Banco do Brasil, as principais dificuldades enfrentadas pelos bancários negros em sua ascensão a cargos de liderança e inserção institucional. Os resultados apresentam que os trabalhadores negros ascendem institucionalmente quando possuem alta escolaridade, capacitação e habilidade. Todavia, apesar de ascenderem institucionalmente não chegam a ocupar os principais cargos de diretorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram localizadas e consideradas nesta análise 90 (noventa) produções sobre a categoria trabalho no departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, produzidas no período de 1999 a 2008. Dentre essas produções se encontram 56 (cinquenta e seis) TCCs, 22 (vinte duas) dissertações, 1 (uma) tese e 11 (onze) artigos. Os TCCs representam mais da metade da produção relacionada, mas ao considerar cada uma dessas categorias isoladamente, percebe-se que a abordagem do tema trabalho apresenta maior representatividade quantitativa no interior das dissertações de mestrado, cerca de 21,15% .

Das 90 (noventa) produções, 59 (cinquenta e nove) se caracterizam como estudos empíricos realizados no Distrito Federal. Isto representa aproximadamente 70% do total da produção considerada, ou seja, mais da metade das produções sobre trabalho se refere exclusivamente ao DF. Dentre essas produções, constatou-se o predomínio de estudos empíricos em TCC, o que faz com que essa categoria se destaque entre as produções que se ocupam do DF.

Os grandes temas discutidos e debatidos pela produção acadêmica considerada estão conformados nas categorias temáticas Trabalho do Assistente Social, Trabalho e Inserção Social e Trabalho Informal.



A incorporação ao mercado do trabalho é retratada nas produções do SER por meio da discussão da inserção de adolescentes, pessoas com deficiência, mulheres, negros/negras, geralmente excluídos e discriminados do mercado de trabalho. Neste contexto, destacam-se as produções que apresentam o recorte de gênero ou raça, ou gênero e raça. Embora componham uma pequena parte na totalidade das produções, são de extrema relevância para a produção do SER porque contribuem para a compreensão das formas de manifestação da desigualdade e da discriminação no mercado de trabalho. Contudo, a produção do SER carece de mais estudos com esse enfoque, tendo em vista que um dos princípios éticos do assistente social é o combate a todas as formas de discriminação e preconceito em todos os níveis da esfera social.

A categoria temática mais expressiva dentre as produções do SER, especialmente as que se referem ao DF, é o Trabalho do Assistente Social. A análise construída relaciona-se principalmente às experiências advindas de campo de estágio ou campo de atuação profissional. Dessa forma, acredita-se que estão estreitamente vinculadas à prática profissional, ou trabalho do assistente social e indiretamente ao fato do trabalho ser uma categoria fundamental para a profissão.

Observou-se nesta análise que a questão do Entorno não tem aparecido nas produções do SER sobre trabalho no DF, embora os habitantes do Entorno componham boa parte dos trabalhadores nesta unidade da Federação. Entre os possíveis problemas identificados como temas de futuras pesquisas, não abordados na produção do SER sobre o trabalho no DF, esta análise ressalta: a participação da força de trabalho do Entorno no mercado de Trabalho do DF; a posição no mercado de Trabalho e os espaços ocupacionais do assistente social no DF; o crescimento da construção civil como importante empregador da força de trabalho do DF; a fiscalização do trabalho do adolescente; os movimentos sindicais no DF; a importância das Escolas Técnicas situadas no DF para formação do trabalhador; a relação entre nível superior e empregabilidade no DF.



Referências Bibliográficas

ABESS/CEDEPSS. Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social (Aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996), disponível em www.ssrede.pro.br/Curr%20minimo%201996.doc, acessado em 24/02/2010.

BORGIANI, Elisabete, GUERRA, Yolanda y MONTAÑO, Carlos, (orgs.), *Servicio Social Crítico*. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. – 10. Ed – São Paulo: Cortez, 2006.

MOTA, Ana Elizabete. “Trabalho e Serviço Social: Considerações sobre o conteúdo dos componentes curriculares”. in: *Temporalis, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS*. Ano VII, N. 14, Julho a Dezembro de 2007, pág. 55 - 88.

NETTO, José Paulo. “A construção do Projeto ético-político do Serviço Social”. In: *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Módulo 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social*, Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

YANNOULAS, Silvia C., “O trabalho sem fim”, in: ROSSO, Sadi D. (org.), *Anais do Seminário Internacional Condições de Trabalho no Limiar do Século XXI*. Brasília: Epocca, 2008. p.89 - 96.



MANIFESTO DO SEMINÁRIO ‘TRABALHO NA CAPITAL – PRESENTE E FUTURO’

Pesquisadores, profissionais e técnicos de diversas áreas do conhecimento e de agência de levantamento de dados, oficiais de instituições governamentais federais e distritais, parlamentar da Câmara Distrital, representantes de entidades sindicais, profissionais e de movimentos sociais, professores e estudantes universitários e cidadãos e cidadãs, após debater sobre o presente e o futuro do trabalho no Distrito Federal e Entorno, vêm a público manifestar que:

1. a centralidade do trabalho constitui princípio fundante e inarredável para o desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno, o que implica geração de mais postos de trabalho, qualidade dos empregos gerados, melhoria incessante das condições de trabalho, eliminação de formas de trabalho escravo, precário e degradante, redução das desigualdades fundadas em discriminações de gênero e raça, entre outras, controle da intensificação das atividades;
2. qualidade do meio ambiente e condições adequadas de trabalho devem balizar o desenvolvimento regional;
3. educação, pesquisa e saúde, cultura, comunicação e outros serviços precisam ser priorizados nos planos de desenvolvimento. No campo do ensino superior, investimentos federais para o fortalecimento e a expansão das instituições públicas existentes bem como para a criação de novas instituições públicas, entre as quais mais uma universidade, são medidas necessárias para reverter a estatística que coloca o Distrito Federal e o Entorno entre as regiões com matrícula pública mais baixa do Brasil;
4. a pesquisa de emprego e desemprego do DIEESE, atualmente realizada no Distrito Federal, seja mantida e ampliada para abranger também o Entorno, já que ambos fazem parte de uma mesma região de trabalho e economia, e que sejam reforçadas as instâncias de planejamento e desenvolvimento regional;
5. reivindicam a extensão de todos os direitos sociais aos trabalhadores domésticos, em condição de plena igualdade com os demais trabalhadores brasileiros;
6. são favoráveis à redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais;
7. recomendam a realização periódica de evento semelhante ao seminário “Trabalho na Capital – Presente e Futuro” com o objetivo de acompanhar a evolução das condições de trabalho no Distrito Federal e Entorno.

Brasília, 26 de agosto de 2009



SOBRE OS AUTORES

ADRIANA MARIA GIUBERTTI. Pós-Doutora em Sociologia e Coordenadora do Observatório do Mercado de Trabalho Nacional do MTE.

ALDO ANTONIO DE AZEVEDO. Pós-Doutor em Gestão do Esporte (UTL/FMH, Lisboa, Portugal). Doutor em Sociologia (UnB) e Mestre em Educação Brasileira (UnB). Advogado e Licenciado em Educação Física. Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação, Departamento de Sociologia e Faculdade de Educação Física, UnB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (GEPT/SOL).

AMANDA CAVALCANTI, Estudante de Graduação, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Servidora da Secretaria Psicossocial Judiciária, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, email: acavalcanti@gmail.com

ERLANDO DA SILVA RÊSES. Professor Adjunto da Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Educação (FE), na área de Educação e Trabalho e Sociologia da Educação. Doutorado sobre Sindicalismo Docente da Educação Básica, Sociologia, UnB. Estágio doutoral em Portugal. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, Sociologia, UnB. Contatos: erlandoreses@gmail.com

IZABEL CAVALCANTI IBIAPINA PARENTE (izabelcip@gmail.com). Mestranda em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (CDS/UNB) e graduada em Antropologia e Sociologia pela Universidade de Brasília.

JÚLIO MIRAGAYA, economista, mestre em gestão territorial e doutorando em desenvolvimento sustentável pela UnB; conselheiro do Conselho Federal de Economia e coordenador-geral de planejamento e gestão territorial do Ministério da Integração Nacional

KARLA LOPO PAIVA. Aluna de Graduação, Psicologia, Universidade de Brasília. Ex- Coordenadora de Projetos, Praxis Consultoria Júnior em RH. Ex- estagiária do setor de RH, Tribunal de Justiça do DF e Territórios e da Mirante Tecnologia- DF. Concluiu estágio bacharel em Psicologia Social e do Trabalho. Email- KarlaIopop@gmail.com

LUZIA COSTA DE SOUSA - Professora da Faculdade de Artes Dulcina de Moraes; Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Trabalho – NEPET

MARCIO POCHMANN, presidente do IPEA. Economista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em economia pela Unicamp. Docente da Unicamp desde 1995. É professor livre docente licenciado e pesquisador do CESI/Unicamp desde 1989. Já foi consultor do Dieese, do Sebrae e da OIT. Foi secretário municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo entre 2001 e 2004. Já escreveu o organizou mais de 30 livros, entre eles *A Década dos Mitos*, vencedor do Prêmio Jabuti de economia em 2002, e a série *Atlas da Exclusão no Brasil*. presidente@ipea.gov.br

MARIA ISABEL POJO DO REGO (isabelpojo@gmail.com) - Doutora em Sociologia do Trabalho pela Universidade de Brasília e docente do Programa de Mestrado em Administração do Centro Universitário Euro-Americano.

MÁRIO CÉSAR FERREIRA, Psicólogo do Trabalho, professor associado 1 do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de Brasília, pesquisador CNPq, e-mail mcesar@unb.br, www.ergopublic.com.br



OLGAMIR FRANCISCO DE CARVALHO - Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Trabalho – NEPET

PERCI COELHO DE SOUZA - Doutor em Serviço Social pela UFRJ (2005), lidera o grupo de pesquisa no CNPq Locuss-UnB desde 2001 que tem como linhas de pesquisa Poder Local, Políticas Urbanas e Serviço Social. É professor Adjunto (2005) e membro do quadro docente do programa de pós-graduação mestrado e doutorado em Política Social da UnB.

ROBSON SANTOS CAMARA SILVA - Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília, Mestre em Educação, professor da Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação- EAPE-DF, e-mail: robsoncamara@gmail.com

SADI DAL ROSSO. Professor titular do Departamento de Sociologia da UnB e pesquisador 1 do CNPQ. Livros: A Jornada de Trabalho na Sociedade. O castigo de Prometeu (1996, São Paulo: LTr). Mais Trabalho! A Intensificação do Labor na Sociedade Contemporânea (2008, São Paulo: Boitempo). sadi@unb.br.

SALES AUGUSTO DOS SANTOS: Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e Professor Substituto do Decanato de Extensão (DEX) dessa universidade. Também é membro do seu Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB). Organizou, entre outros, o livro "Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas (2005)". É autor de diversos artigos sobre as relações raciais brasileiras, entre os quais, um em parceria com o pesquisador Nelson Olokafá Inocêncio da Silva, cujo título é: "Brazilian Indifference to Racial Inequality in the Labor Market". Latin American Perspectives. Vol. 33, pp. 13-29. E-mail: salesaugustodossantos@gmail.com. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7618539078741437>.

SAMUEL SILVEIRA MARTINS: Graduando em Ciências Sociais na Universidade de Brasília, com habilitação em Sociologia e Antropologia. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Trabalho - GEPT/UNB. samuel.martins@aluno.unb.br

SILVIA CRISTINA YANNOULAS. Licenciada em Ciências da Educação pela Universidade de Buenos Aires, Mestre em Ciências Sociais pela Sede Argentina da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO Ar), e Doutora em Sociologia pelo Programa Conjunto Flacso-Universidade de Brasília. Contato = silviayannoulas@unb.br

TAMIRES CASTELAR TORRES SALES - Licenciada em Ciências Sociais e graduanda em Sociologia pela Universidade de Brasília. Contato: tamires.castelar@gmail.com

THIAGO CARNEIRO. Psicólogo e Mestre em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações Universidade de Brasília. Desenvolveu pesquisas em Ergonomia da Atividade como membro do Grupo de Pesquisas em Ergonomia Aplicada ao Setor Público e em Sociologia, pelo Grupo de Estudos sobre Processo de Trabalho, ambos da UnB. Atualmente é Psicólogo do Trabalho na Coordenação de Recursos Humanos da Câmara dos Deputados, onde atua em Ergonomia e Consultoria Interna de Gestão de Pessoas. E-mail: lopescarneiro@unb.br.

TIAGO OLIVEIRA é graduado em Economia pela UFBA e mestre em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp. Atualmente é analista da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED do Distrito Federal.

ZILDA VIEIRA DE SOUZA PFEILSTICKER (zildinha@opendf.com.br), Doutora em Sociologia do Trabalho pela Universidade de Brasília-UnB.

